

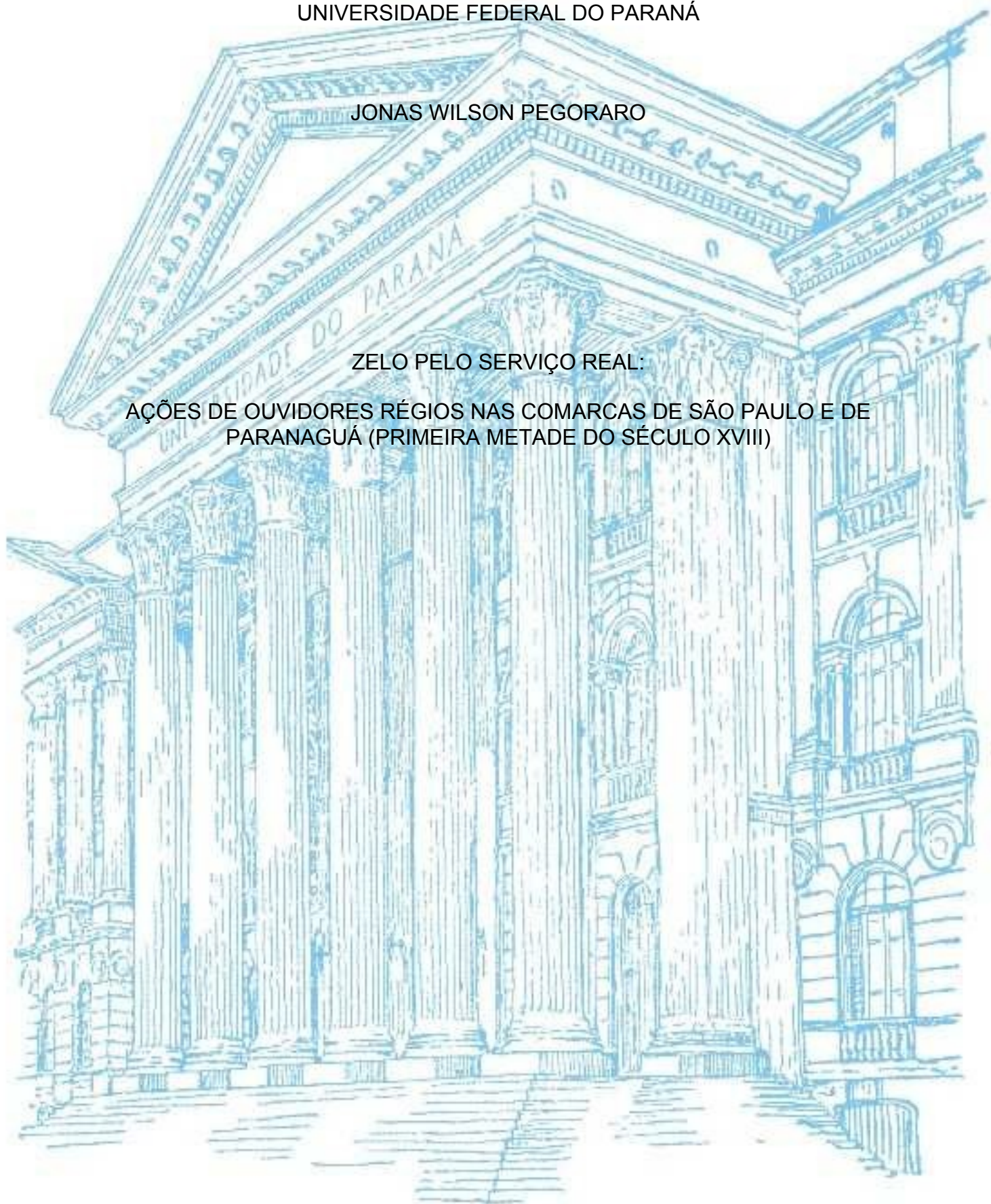
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JONAS WILSON PEGORARO

ZELO PELO SERVIÇO REAL:

AÇÕES DE OUVIDORES RÉGIOS NAS COMARCAS DE SÃO PAULO E DE
PARANAGUÁ (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

CURITIBA
2015



JONAS WILSON PEGORARO

ZELO PELO SERVIÇO REAL:

AÇÕES DE OUVIDORES RÉGIOS NAS COMARCAS DE SÃO PAULO E DE
PARANAGUÁ (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História – Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos



CURITIBA
2015

Catalogação na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Pegoraro, Jonas Wilson

Zelo pelo serviço real: ações de Ouvidores Régios nas Comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII) / Jonas Wilson Pegoraro – Curitiba, 2015.
247 f.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos
Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Portugal – Colônias – América - Administração. 2. Portugal – História - Séc. XVIII. 3. Comarcas - São Paulo (Estado). 4. Comarcas – Paranaguá (PR) - História. 5. Ouvidores Régios. I. Título.

CDD 946.9032



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

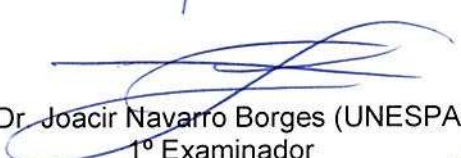
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

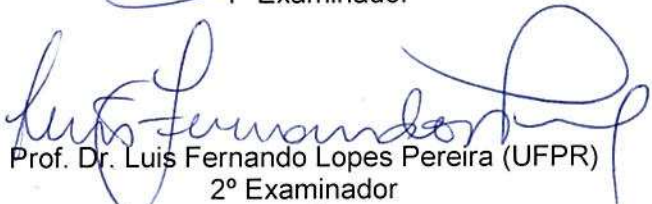
PARECER DA BANCA EXAMINADORA


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **JONAS WILSON PEGORARO** intitulada: "**Zelo pelo serviço real**": Ações de ouvidores régios nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá (Primeira metade do século XVIII), após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua.....APROVAÇÃO....., completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de Doutor em História.


Curitiba, vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze.


Prof. Dr. Antonio César de Almeida Santos (Orientador)
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dr. Joacir Navarro Borges (UNESPAR)
1º Examinador


Prof. Dr. Luis Fernando Lopes Pereira (UFPR)
2º Examinador


Prof. Dr. José Roberto Braga Portella (UFPR)
3º Examinador


Profa Dra Martha Daisson Hameister (UFPR)
4º Examinador

*À Rosemari Mendes de Moraes Pegoraro
(em memória)*

Wilson Pegoraro

Claudia Petry

Gael Petry Pegoraro

Luca Petry Pegoraro

AGRADECIMENTOS

Em julho de 2009 convidei meu amigo Hilton Costa, hoje doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, para jantar em minha casa. Mal sabia que aquele dia seria definitivo para estar escrevendo estes agradecimentos.

Na noite em questão, entre uma garfada e outra, entre um gole e outro, me indagou se eu participaria do processo de seleção do programa de Pós-graduação em História da UFPR. Categórico, disse que não! Pior, dei desculpas. Minha falta de tempo, estava trabalhando demais, não tinha um projeto em mente... Não dado por vencido, disse: “se você colocar como meta o projeto você consegue”.

No dia seguinte comecei o projeto.

Na semana seguinte a “gripe suína” paralisou as aulas no colégio que trabalhava, “me dando tempo”.

No mês seguinte entreguei o projeto.

Logo, a primeira pessoa que devo agradecer, por mais que ao longo do processo tenhamos indagado muito os porquês que fizemos isso, é ao Doutor Hilton Costa, meu grande amigo, meu primeiro muito obrigado!

Após passar no processo seletivo, no primeiro dia de aula do doutorado, fui procurar o professor Doutor Antonio Cesar de Almeida Santos que me afirmou que seria novamente meu orientador, assim como havia ocorrido no mestrado.

Desde os tempos da graduação, na verdade desde a minha primeira bolsa de estudos, trabalho com o Antonio Cesar. Naquele início de século, em 2001, tentávamos demarcar o Rocio da vila de Curitiba. Lembro muito bem desse tempo, primeiro artigo, primeira apresentação em congresso. Na época minha mãe ainda era viva e, artista plástica que era, me ajudou a fazer uma mapa aproximado demarcando o espaço geográfico do Rocio, mesmo descrente que seu filho queria ser historiador, mas muito compreensiva com meu pedido, o achando divertido.

No semestre final de graduação, após ser orientado por outros professores do Departamento ao longo do caminho, o professor Dr. Magnus Pereira e a professora Dr.^a Maria Luiza Andreazza, voltei a falar com o Antonio Cesar. Solicitei a ele um tema para um possível projeto de mestrado. Ele me falou dos ouvidores, mas que tinha que achar fontes para isso. Daquele momento (2004) até hoje, são estes senhores meu objeto de pesquisa. Objeto que me possibilitou atravessar o Atlântico

algumas vezes. Visitar algumas cidades brasileiras, ser citado em alguns trabalhos acadêmicos (fato que ainda me soa estranho, confesso), ou seja, está sendo instigante e divertido trabalhar com os ouvidores, e devo ao Antonio Cesar e ao tema por ele proposto essa trajetória.

De fato, este pequeno memorial é para agradecer ao professor Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos. Aprendi muito com você. A seriedade com que você aborda o trabalho, o que é possível tirar das fontes, as perspectivas de análise, a leitura minuciosa e crítica dos textos. A perspicácia para saber o momento da cobrança e de compreender. O cuidado com os fatores burocráticos. E, principalmente, a paciência que teve comigo nestes últimos anos. Considero você não só meu orientador, mas um grande amigo. Meu muito, muito obrigado!

Não há como não agradecer a pessoa que divido minha vida há mais de 15 anos. Claudia Petry, pensei que lhe amava, mas você me deu um filho e percebi que não. Naquele dia de 2011, quando ele nasceu, percebemos que o sentimento que chamávamos de amor; não o era. O sentimento que nasceu, naquele dia com ele, e que temos hoje por nosso filho sim; posso chamar e sentir – é amor. Não há um dia que eu não pense, nem que seja por breves segundos, naquela segunda-feira de agosto. Naquele segunda-feira você me deu o maior sentido da vida, um imenso motivo para viver o quanto for possível. Sei que você sofreu junto comigo com esta tese. Leu diversas páginas, e por vezes proferiu uma frase que sempre me atormentava: “não entendi o que você quis dizer com isso!”. Clau, não sei viver sem você. E nem se colocasse todos os bons adjetivos do mundo, não dariam dimensão de quanto você é especial para mim, para nós. Muito obrigado pela paciência após as noites mal dormidas, pela cobrança na minha procrastinação, pela força para que eu não desistisse, pelos beijos antes de você ir dormir, nas noites que eu não dormia. Pelo afeto, carinho, cumplicidade, compreensão, companheirismo, atenção agradeço muito! Ainda mais agora, que me dará outro sentido para esta vida, outro imenso motivo para viver. Dizem que existem diferentes formas de amor; e, se isso existe, creio que sim, te amo mais e mais a cada dia, mês e ano.

Gael, você ainda não consegue ler as palavras que o papai escreve, mas saiba filho, te amo muito. Mesmo sem você saber ou compreender, você preencheu as tardes do papai de alegria, quando eu estava no computador e você brincava em baixo da mesa ou ali do meu lado. Um dia você me perguntou: “qual o seu trabalho papai?”. Ainda não sei como responder para você esta pergunta, mas quando você

ficar maior, ou mesmo se você estiver lendo esses agradecimentos, vou tentar ser o menos chato possível na explicação. Agradeço meu filho por você tornar a minha vida uma alegria sem fim, por me tornar um “bobo”, como você mesmo fala. E sei que aqui é um local de agradecimentos, mas me desculpe pela ausência em alguns dias que você queria brincar e eu falava que não podia.

À minha mãe, Rosemari Mendes de Moraes Pegoraro, personificação da luta pela vida, por querer estar presente pôr e para seus filhos até quando foi possível. Lembro de uma madrugada, em que lhe acompanhava no hospital, e conversamos sobre “ser feliz”. Fui e sou muito feliz nesta família. Meu muito obrigado, dona Rose.

Ao meu pai, Wilson Pegoraro, exemplo de simplicidade, honra, carinho, companheirismo, sinceridade. O senhor me deu todas as condições para ser o que sou. Nunca duvidou de minhas escolhas, ou se duvidou nunca as verbalizou. Tal gesto fez com que eu percebesse, já adulto, a confiança que deposita em mim. Muito obrigado pai!

Aos meus familiares pelo apoio e compreensão ao longo destes anos, meus sogros, Ivone e Petry, minha irmã Mariangela Pegoraro, cunhado Vinícius e meus sobrinhos Helena e João, além dos demais (e são muitos) que de alguma forma auxiliaram neste processo.

Devo agradecer aos professores do Departamento de História, especialmente os professores da Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidade por suas críticas, sugestões, incentivos e ensinamentos. Gostaria de agradecer nominalmente aos professores Doutores Sergio Odilon Nadalin, Maria Luiza Andreazza e Martha Daisson Hameister que participaram, por meio das disciplinas ofertadas, de uma forma mais direta na elaboração e encaminhamentos deste texto. A professora Martha também participou do exame de qualificação, assim como o professor Magnus Roberto de Mello Pereira, aos dois quero externar um agradecimento especial. A leitura prévia do texto e as críticas, tão necessárias, colaboraram e muito para dar um melhor encaminhamento para determinadas abordagens e escolhas, principalmente no que diz respeito ao cuidado na exploração dos documentos e dados informados.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em especial o Sr. Nuno Costa Branco, da divisão de disponibilização e produção de conteúdos digitais, muito solícito e prestativo. Aos funcionários da Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Estadual de São Paulo, Arquivo Público do Paraná,

Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, meu agradecimento pela atenção e pelo cuidado com esses materiais tão preciosos para nós.

À Ana Rita Bernardo Leitão, que de longe e mesmo sem me conhecer, me ajudou a conseguir os últimos e necessários documentos para esta pesquisa, muito obrigado.

Aos idealizadores e pessoas que executaram a digitalização dos Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, disponibilizado pela UNESP.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – pelo incentivo financeiro da pesquisa.

A secretária do PGHIS-UFPR, Maria Cristina Parzowski.

Aos companheiros do curso da Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidade, especialmente, Bruna Portela, Hilton Costa, Luiz Adriano Gonçalves Borges, Luis Antonio Sabeh e Rachel dos Santos Marques.

Aos meus amigos e colegas do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), Edimar Brígido, Andrew Traumann, Priscila Barboza, Maria Luiza Scaramella, Ivan Furmann, Marcelo Bueno, Dalton Borba, Paulo Opuszk, Heloisa Camara, Liliam Brighente, Eduardo Carvalho Júnior, Luciana Araújo, Thiago Assunção e Caroline Marafiga. Bem como os do TECPUC, Silmara Aibes, Elaine Senko e Aarão Xavier.

Aos meus amigos devo agradecer por serem incentivadores de um sonho, Bruno Zorek, Hélder Cyrelli de Souza, Vanessa Mesquita Sandim, Camila Jansen, Cauê Krüger, Pedro Paulo Gonzales, Luiz Claudio Werner Jr, Amanda Leite Bastos Pereira, Arturo Dreifuss, Evandro Maia, Marcus Vidal, Carmen Pedroso, Milton Stanczyk Filho, André Ribas, Luciana Giovenardi, Dilene Simões, Norton Nicolazzi, Fernando Nicolazzi, Allan Oliveira, Rafael Benthien, Rodrigo Turin, Rogério Alvarenga, Leandro “Madureira” Juliano, César Cundari, Sara Alvarez, Diosmar de Almeida, Marcos Garcez, Fernando Kowalski, Luciana Cristo, Lennita Ruggi, Luiz Rafael Xavier Vicente, Otavio Linhares, Paula Chagas, Tarsis Prado, Juliana Cajueiro, Marcos Xavier Vicente, André Ribas, André Cavazzani...

Aos meus alunos e alunas, tantos que sem saber me mantiveram (e mantém) neste caminho.

.

*“Todos nós temos máquinas do tempo.
As que nos fazem voltar ao passado são as lembranças
e as que nos fazem seguir em frente são os sonhos”.*

John Logan.

*Roteiro adaptado para o filme “A Máquina do Tempo” de 2002
da obra homônima de H. G Wells*

RESUMO

Esta pesquisa buscou observar como as políticas do Império Ultramarino Português comungaram com as estratégias individuais dos agentes régios enviados para a América. Utilizando-se como objeto de pesquisa os ouvidores régios que atuaram na Ouvidoria de São Paulo e Paranaguá durante a primeira metade do século XVIII, discutiu-se como estes agentes régios utilizaram a estrutura administrativa portuguesa para seu “ganho pessoal”, observando, dentre outros aspectos, a possível ascensão social. Deve-se ter claro que para observar a relação entre o agente régio e o corpo social identificamos a existência de determinadas características que lhe davam certa distinção no interior deste corpo, ao possuir uma intrínseca relação com a administração central lusitana, o que lhe provia, concomitantemente, uma relação com o rei. Estes agentes régios devotavam sua confiança na estrutura administrativa da Coroa, reconhecendo a autoridade do rei como soberano, e, por sua vez, utilizavam do poder político régio com o intuito de ascender socialmente. O rei, por outro lado, buscava por meio desses agentes assegurar suas prerrogativas no ultramar. Desta forma, estabeleceu-se uma hierarquia no ultramar português, formando grandes redes governativas. Para esta pesquisa foram utilizadas como fontes as mercês régias, as leituras de bacharéis, a documentação produzida pelos ouvidores e das ordens régias no período delimitado.

Palavras-chave: Império Ultramarino Português; Ações administrativas; Ouvidores régios; Ouvidoria de São Paulo e Paranaguá.

ABSTRACT

This research aims at identifying the ways in which the politics of the Portuguese Overseas Empire were in keeping with the individual strategies of the regal agents sent to America. Using as research material the regal ombudsmen that acted in the Ombudsmans ["Ouvidoria"] of São Paulo and Paranaguá during the first half of the 18th century, this work discusses how these regal agents used the Portuguese administrative structure for their own personal benefit, observing, among other aspects, their possible social ascension. In order to observe the relationship between the regal agent and the social structure, we identified the existence of certain characteristics that provided them with a certain distinction inside that social structure through an intrinsic connection with the Lusitanian central administration, which also provided, concomitantly, a relationship with the King. These regal agents devoted their trust to the administrative structure of the Crown, recognizing the authority of the King as a sovereign, and, at the same time, used the regal political power so as to ascend in society. The King, on the other hand, sought to enhance his prerogatives overseas by means of these agents. Thus, a hierarchy in the Portuguese overseas dominion was established through the formation of major gubernatorial networks. We used as source for this research the regal mercies ["mercês"], the readings of the bachelors ["bacharéis"], the documentation produced by the ombudsmen and the regal orders in the period.

Keywords: Portuguese Overseas Empire; Administrative acts; Regal ombudsmen; Ombudsmans of São Paulo and Paranaguá

RÉSUMÉ

Cette recherche vise à observer la façon dont les politiques de l'Empire Portugais d'Outre-Mer ont partagé avec les stratégies individuelles des agents royaux envoyés en Amérique. En utilisant comme objet de recherche les médiateurs royaux qui ont agi dans le Service de Médiation de Sao Paulo et Paranagua au cours de la première moitié du XVIII^e siècle, il a été discuté la façon dont ces agents royaux ont utilisé la structure administrative portugaise pour leur « gain personnel », en observant, entre autres aspects, la possible mobilité sociale. Il devrait être clair que, pour observer la relation entre l'agent royal et le corps social, on identifie l'existence de quelques caractéristiques qui lui donnaient une certaine distinction au sein de cet organisme, vu qu'il possédait une relation intrinsèque avec l'administration centrale lusitanienne, ce qui lui fournait, en même temps, une relation avec le roi. Ces agents royaux consacraient leur confiance dans la structure administrative de la Couronne, tout en reconnaissant l'autorité du roi comme souverain, et, à son tour, ils s'utilisaient du pouvoir politique royal dans le but de monter socialement. Le roi, d'autre part, cherchait, par le biais de ces agents, assurer ses prérogatives en Outre-Mer. Ainsi, une hiérarchie au Portugal d'Outre-Mer a été établie, en formant de grands réseaux gouvernementaux. Pour cette recherche il a été utilisé comme des sources les faveurs royales, les lectures de diplômés, la documentation produite par les médiateurs et les ordonnances royales dans la période définie.

Mots-clés: Empire Portugais d'Outre-Mer ; Mesures administratives ; Médiateurs royaux ; Service de Médiation de Sao Paulo et Paranagua.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Típicos Padrões de Carreira da Burocracia Magistrática Portuguesa..	88
Gráfico 02 – Rede de nomeações das carreiras de tendência colonial (1620-1800).....	95
Gráfico 03 – Organograma de Antonio dos Santos Soares.....	207
Gráfico 04 – Organograma de João Rodrigues França.....	208
Gráfico 05 – Organograma de Manuel dos Santos Soares.....	212

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Ouvidores régios da Ouvidoria de São Paulo (1699-1750).....	86
Tabela 02 – Ouvidores régios da Ouvidoria de Paranaguá (1723-1750).....	86
Tabela 03 – Função desempenhada pelos pais e avós dos ouvidores régios das comarca de São Paulo (1699-1750).....	91
Tabela 04 – Função desempenhada pelos pais e avós dos ouvidores régios das comarca de Paranaguá (1723-1750).....	92
Tabela 05 – Origem geográfica dos magistrados, por circunscrição (1620-1800). Em itálico, as regiões exteriores à metrópole.....	97
Tabela 06 – Origem geográfica dos ouvidores de São Paulo (1699-1750).....	100
Tabela 07 – Origem geográfica dos ouvidores de Paranaguá (1723-1750).....	101
Tabela 08 – Trajetórias dos ouvidores régios da comarca de São Paulo (1699-1750).....	102
Tabela 09 – Trajetórias dos ouvidores régios da comarca de Paranaguá (1723-1750).....	103
Tabela 10 – Avaliação dos ofícios da Capitania de São Paulo feita pelo ouvidor régio Manuel de Mello Godinho Manso por ordem de 21 de maio de 1722.....	169
Tabela 11 – Trajetórias de Rafael Pires Pardini e Gregório Dias da Silva.....	216
Tabela 12 – Atualização dos salários dos membros do Desembargo do Paço e da Casa da Suplicação (1754-55).....	220

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESP– Arquivo do Estado de São Paulo.

AHU– Arquivo Histórico Ultramarino.

ANTT– Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

DIHCSP – Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.

RAMSP– Revista do Arquivo Municipal de São Paulo.

SUMÁRIO

Introdução.....	16
Parte I – Oficiais a serviço do império português.....	34
Capítulo I - Atribuições dos ouvidores régios na América portuguesa.....	35
Capítulo II - Ouvidores régios em São Paulo e Paranaguá (primeira metade do século XVIII).....	75
Capítulo III - A estrutura administrativa lusitana no século XVIII.....	106
3.1 – Administração central.....	113
3.2 – Administração periférica.....	120
3.3 - América portuguesa.....	124
PARTE II – Ações de ouvidores nas Comarcas de São Paulo e de Paranaguá (1699-1750).....	135
Capítulo IV – Ouvidores no Estado do Brasil e a administração central.....	136
Capítulo V – Ouvidores e as comunidades de sua Comarca.....	173
Capítulo VI – Carreiras, zelo e ascensão no serviço de Sua Majestade.....	187
6.1 – Carreiras interrompidas: transgressões e casamentos.....	190
6.2 – Zelo e ascensão: as carreiras de Raphael Pires Pardiniho e de Gregório Dias da Silva.....	216
“Zelo pelo serviço real”: considerações finais.....	223
Fontes.....	230
Referências.....	241

Introdução

No ano de 1735, mais particularmente no mês de janeiro, estava em trâmite a leitura de bacharel de Gaspar da Rocha Pereira. No referido mês, no concelho de Coura, o doutor João Quaresma de Almeida, provedor e contador da real fazenda, e o escrivão da Vila Nova de Cerveira Luis Gonçalves da Costa, fizeram a inquirição das testemunhas para a habilitação de Gaspar da Rocha Pereira no lugar das letras, sendo que para tal intento descrevem que fizeram uma viagem de três léguas.¹

No reino, normalmente quem realizava as inquirições no caso de uma leitura de bacharéis eram os corregedores.² Porém, no caso de Rocha Pereira, provavelmente houve uma determinação régia para que o provedor régio a realizasse, desta forma, deveria se deslocar até Coura.

A primeira testemunha inquirida foi Miguel da Silva Carvalho, residente na freguesia de Castelo, do concelho de Coura, que disse possuir naquele momento “coarenta annos pouco mais ou menos”. Tal testemunha disse conhecer Gaspar da Rocha Pereira, “filho natural do Lecenceado Gaspar da Rocha Pereyra morador da freguezia de Serdal, Termo de Valença do Minho e de Paula Maria da ConSeição natural da freguezia de Parada deste Concelho de Coura”. Carvalho identificou ainda os avós paternos de Gaspar da Rocha Pereira, o filho, eram Frutuoso Barbosa de Lima e Dona Angela da Rocha e Castro, naturais da freguesia de Castelo, bem como os avós maternos Domingos Fernandes, natural de Parada e Maria Fernandes natural da freguesia da Bica, ambos do mesmo concelho de Coura. Ainda, a testemunha confirma a limpeza de sangue do pleiteante, de seus pais e avós, sendo ele, portanto, “Christão velho Limpo e Sem Raça alguma de christão novo Mouro Mulato ou de outra quoaquer infeta nação ou de novamente convertida a nossa Santa fee catholica antes por christãos velhos forão todos tidos e havidos Sem fama nem rumor em Contrario”. Por fim, indica que o avô paterno de Gaspar da Rocha Pereira era uma pessoa de “calidade e muito nobre”.³

O reverendo padre Domingos Barreiro, segunda testemunha arrolada na

¹ **Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)**. Leitura de Bacharéis – Gaspar da Rocha Pereira. Ano: 1735. Maço: 3. Número: 26. Folha: 3.

² No capítulo 2, intitulado “Ouvidores régios em São Paulo e Paranaguá” apresenta-se de uma forma mais detalhada o que eram as “leituras de bacharéis”.

³ **ANTT**. Leitura de Bacharéis – Gaspar da Rocha Pereira. Ano: 1735. Maço: 3. Número: 26. Folhas: 3 e 3 verso.

inquirição feita em Coura, apresenta mais informações a respeito dos ascendentes de Gaspar da Rocha Pereira. Disse o padre, na ocasião, que tanto o pai do habilitando como seus avós paternos eram muito nobres e “pessoas de calidade e pella parte Materna herão Lavradores honrados e não Servirão em tempo algum nem exzercitarão officio macanico”.⁴

Mais cinco testemunhas participaram da inquirição do processo: Francisco Mendes, Gaspar Barreiros, Francisco de Araujo, Francisco Vaz e Mathias Fernandes, todos lavradores. Das perguntas feitas pelo “doutor provedor”, as que apresentaram novos elementos foram as respostas proferidas por Gaspar Barreiros e Mathias Fernandes. O primeiro identificou que o pai e os avós paternos de Gaspar da Rocha Pereira como “pessoas das principais deste ConSelho” e o segundo informa que “o Paý do habilitando foi adevogado neste conSelho muitos annos e por elle e Seus Paýs forão nobres, e dos Principaes deste ConSelho e o avos Maternos forão Lavradores que vivião das Suas fazendas”.⁵

Gaspar da Rocha Pereira, frente a estas informações, estava inserido em uma família de destaque no concelho de Coura. Certamente existiam outras famílias na localidade que possuíam maior destaque que os Rocha Pereira, contudo, por pertencer a um grupo de pessoas de “qualidade e principais do concelho”, quais foram os motivos que levaram Gaspar da Rocha Pereira a se tornar um agente régio? Além disso, somente os predicados desses ascendentes lhe garantiriam a admissão e, posteriormente, a ascensão dentro dos quadros jurídico-administrativos da Coroa lusitana? Quais foram as relações que estabeleceu ao longo de sua carreira? Uma vez que foi designado para atuar na América, qual a importância dos postos exercidos na América portuguesa para sua ascensão nos quadros jurídico-administrativos?

De uma forma simplificada, pode-se responder estas perguntas da seguinte forma: ser um agente régio durante o Antigo Regime português proporcionava à pessoa que ocupava o cargo e a sua família uma gama de possibilidades, além de prestígio e distinção frente aos demais membros do corpo social. E, assumir postos na América portuguesa, poderia significar uma ascensão mais rápida dentro dos

⁴ **ANTT.** Leitura de Bacharéis – Gaspar da Rocha Pereira. Ano: 1735. Maço: 3. Número: 26. Folha: 4 verso.

⁵ **ANTT.** Leitura de Bacharéis – Gaspar da Rocha Pereira. Ano: 1735. Maço: 3. Número: 26. Folhas: 6 e 8.

quadros jurídico-administrativos da Coroa lusitana.

Entretanto, nem sempre esta ascensão ocorria, pois, como se verificará nas páginas a seguir, as dinâmicas nas quais os agentes régios inseriam-se direcionavam suas carreiras para outros caminhos, inclusive promovendo o fim desta carreira.

No caso de Gaspar da Rocha Pereira, após habilitado para ocupar um lugar na estrutura jurídico-administrativa, obteve sua primeira nomeação para atuar como juiz de fora na vila de Santos, no Estado do Brasil:

Houve s. mg.^{de} por bem havendo resp.^{to} as Letras e mais p.^{tes} q' Comcorrem no d.^o B.^{el} Gaspar da Rocha Pr.^a e esperar delle q' no de q' o emcarregar Servirá como cumpre a Seu Servisso e boa administração da justiça e haver Lido no Desembargo do Paço e Ser aprovado Ha s. Mg.^{de} por bem fazerlhe m.^{ce} do Cargo de Juis de fora da V.^a de Santos estado do Brazil por tempo de tres an.^s e aLem delles o mais q' houver por bem emq.^{to} lhe não mandar tomar residencia o qual Cargo elle Servirá com os poderes e alçada que Leva por provizão real [...] 2 de Setembro de 737⁶

Por mais que seguisse um padrão de forma, observando a aprovação na leitura de bacharéis realizada no Desembargo do Paço⁷, o registro da mercê dado a Gaspar da Rocha Pereira faz uma importante ressalva; esperam do novo agente régio que, dentre o que lhe fosse encarregado, ele cumprisse o “Seu Servisso e boa administração da justiça”.

A perspectiva adotada para esta pesquisa, no que tange a escolha dessas pessoas para ocuparem um cargo na estrutura jurídico-administrativa da Coroa lusitana, concorda com o ponto de vista apresentado por Mafalda Soares da Cunha quando a pesquisadora identifica que

uma das tarefas fulcrais da governação do Império no Antigo Regime era o direito de nomeação de pessoas para o exercício das funções de mais variada índole que corria a par com o desenvolvimento de um aparato administrativo e com a necessária estruturação de hierarquias e relações de subordinação política. A seleção mais sensível incidia sobre aqueles que, em distantes paragens, teriam a responsabilidade de articular os desígnios da Monarquia com o governo diário dos territórios.⁸

Tal tarefa de nomeação estava reservada a monarquia portuguesa, ou àqueles que por meio de concessões régias possuíam tal privilégio. Porém, a simples

⁶ **ANTT**. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 29, folha 37.

⁷ Como se verá no capítulo 2, era o Desembargo do Paço a instituição que geria a magistratura letrada e, dentre outras tantas competências, encaminhava os processos de leitura de bacharéis.

⁸ CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). Em: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português – Séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. pp. 69-92. p.71.

expectativa da Coroa para o bom serviço ou pela “boa administração da justiça” de seus oficiais não garantiam, de fato, que isso ocorresse, muito pelo contrário. Inúmeros são os exemplos da necessidade da monarquia em corrigir, por meio de outros oficiais, as ações de seus agentes régios que atuavam no ultramar.⁹

Além disso, com o gradual desenvolvimento da estrutura administrativa no ultramar, o número de postos a serem preenchidos foram ampliados, logo o ritmo de nomeações e a necessidade de se conhecer quem ocuparia estes postos também.¹⁰ Neste prisma, Mafalda Soares da Cunha observa que, dada as dinâmicas internas e jogos de forças, existia uma instabilidade estrutural que “criava exigências objetivas a que o reino tinha que responder, procurando nomes com perfil político e social adequado às diferentes características e ao tipo de questões colocadas pelos diversos postos de governo”.¹¹

Portanto, estamos estendendo para nosso objeto de pesquisa, os ouvidores régios, o cuidado que a monarquia lusitana tinha para a escolha (nomeação) dos governadores nos territórios do ultramarinos. Ou seja, tanto para os governadores como para os ouvidores régios a monarquia lusitana possuía certos artifícios para determinar quem seria nomeado, privilegiando determinada pessoa em detrimento de outra.

No caso dos ouvidores régios, tal cuidado se demonstra por meio da “leitura de bacharéis”, momento no qual o postulante a algum cargo no lugar das letras deveria corresponder a determinados parâmetros “estamentais, étnicos, religiosos e morais apontados, numa política que pressupunha identificação do igual (*nobre, português ‘puro’, cristão, de boa conduta*) e a recusa, com a consequente

⁹ Exemplo dessa prática pode ser encontrado, dentre outros, nos seguintes documentos: **Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)**. Conselho Ultramarino - 023, cx. 1, doc. 12. **AHU**. Conselho Ultramarino - 023, cx. 1, doc. 44. **AHU**. Conselho Ultramarino - 023, cx. 1, doc. 54. **AHU**. Conselho Ultramarino - 023, cx. 1, doc. 74.

¹⁰ Ver: SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. **Actores, territórios e redes de poder, entre o antigo regime e o liberalismo**. Curitiba: Juruá, 2011. CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e Administração da Justiça no Antigo Regime: Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e tecnologia, 2010. CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. Cit.* MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. Em: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português – Séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.

¹¹ CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. Cit.* p.72.

marginalização, do diferente (*mecânico, mulato, cristão-novo, amoral*).¹² Com isto, observa-se que para a entrada do sujeito na estrutura jurídico-administrativa dava-se uma grande importância para seus ascendentes, como se pode verificar nas inquirições feitas durante os processos de leituras de bacharéis analisadas.

Porém, a entrada na estrutura jurídico-administrativa por meio das leituras de bacharéis se configura como um primeiro momento nas carreiras dos ouvidores régios aqui pesquisados. Um segundo, determinante para se agraciado com outras mercês, era sua atuação no cargo.

De fato, como veremos adiante, a monarquia lusitana acabava por flexibilizar certos elementos impeditivos, mesmo que identificados nas inquirições durante o processo de leitura de bacharéis. Tal flexibilização possibilitava a inclusão de determinadas pessoas, mas não desqualifica o pensamento do cuidado que a monarquia lusitana tinha na escolha de seus agentes. Além disso, após o exercício de algum ofício no interior da estrutura jurídico-administrativa, eram produzidas residências¹³ o que gerava também elementos para a Coroa lusa agraciar o agente com novas mercês ou não.

No caso dos governadores, Mafalda Soares da Cunha chama a atenção que para a nomeação deles a Coroa se utilizava

tanto de critérios sociais e de méritos pré-definidos pela Monarquia para cada território, quanto da construção individual da decisão de aceitar ou não o posto. (...) As benesses solicitadas [pelos possíveis governantes] podiam incidir tanto sobre as condições do exercício do cargo (ordenado, complementos remuneratórios, titulação), quanto sobre as mercês a obter, imediatamente ou no regresso, para si e para os seus descendentes. Por parte da Coroa, os fatores que intervinham no parecer final articulavam as qualidades do requerente com a situação concreta do despacho de serviços anteriores, ponderando-as com o estado de necessidade do território em causa e, por isso, com a urgência na partida para o posto. É evidente, então, que a existência de conflitos militares abertos ou outras dificuldades conhecidas reforçavam a capacidade negocial do governante indigitado e propiciavam uma maior liberalidade da Coroa e, em geral, um abaixamento nas suas exigências usuais”.¹⁴

Logo, os órgãos responsáveis pela administração e nomeação de agentes régios da monarquia lusitana refletiam sobre quem deveria ir para onde, sendo que no caso dos governantes eles tinham a possibilidade de negociar seus rendimentos ou futuras mercês dependendo do local onde seriam alocados, algo que os

¹²WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Direito e justiça no Brasil colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 261.

¹³ As residências eram pareceres retirados por um oficial régio após o cumprimento do mandato de outro oficial. Por meio de informações adquiridas a residência avaliava o “desempenho profissional” do oficial no exercício de seu cargo.

¹⁴ CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. Cit.* pp. 69-92. p.73.

diferenciava dos ouvidores régios, uma vez que para estes as nomeações já podem ser identificadas como mercês e somente após o exercício do cargo outra poderia ou não ser atribuída.

Fato é que na América portuguesa, com a mercê régia para ocupar o cargo de juiz de fora, Gaspar da Rocha Pereira obteve certa distinção dentro do corpo social, garantida justamente pelo exercício de seu cargo.¹⁵ Ao mesmo tempo, a Coroa destacava para a localidade um agente régio que deveria atuar pela e para a Coroa, depositando em Rocha Pereira, como já indicado, uma determinada expectativa de que ele cumprisse com o que lhe fosse atribuído.

Como juiz de fora na vila de Santos, Rocha Pereira adquiriu sim muitos inimigos. Tanto é que em uma consulta feita pelo rei ao Conselho Ultramarino, em carta de 28 de novembro de 1741, menciona que

o mestre de campo governador da Praça de Santos deu conta a V. Mag.^{de} por este Conselho em Carta de oito de Mayo do anno passado das desordens que tinha cauzado naquela Villa o Juiz de Fora dela Gaspar da Rocha Pereira, e no mesmo tempo os officiaez da Camara da mesma villa e o ouvidor Geral da Capitania de São Paulo Reprezenarão também a V. Mag.^{de} o mau procedimento do dito Juiz de Fora enviando o dito ouvidor huma devaSsa que tirara dos distúrbios que tinha feito o dito Juiz (...)¹⁶

O parecer do conselheiro frente aos “distúrbios” causados pelo juiz de fora Gaspar da Rocha Pereira foi que se fizesse uma residência do agente régio, bem como, caso não existisse oficial para isso, que o ouvidor da comarca ou o governador da Praça de Santos “o suspenda com efeito, posto que lhe não vá sucessor, e que outro sim lhe ordene da parte de V. Mag.^{de} saya da dita capitania para cessarem as inquietaçoens”.¹⁷

Com esse cenário, identifica-se que Gaspar da Rocha Pereira era acusado de não promover a “boa administração da justiça”. Neste caso, não foi uma ou outra pessoa que se sentia incomodada com as ações do juiz de fora, configurando um “conflito pessoal”. Conforme o documento, o governador da Praça de Santo, o ouvidor da comarca de São Paulo, João Rodrigues Campelo, e os officias da câmara fizeram representações contra o juiz, logo, caso não setirasse sua residência, deveria ser suspenso do cargo e ordenado que saísse da capitania.

¹⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹⁶ **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 14, doc. 1365.

¹⁷ *Id.*

Porém, em requerimento a Dom João V, Gaspar da Rocha Pereira dizia ter servido no “lugar de Juiz de Fora na V.^a de Santos com notória satisfação”, solicitando ao rei servir como ouvidor na comarca de Paranaguá, que “havia annos sem ouvidor geral”. Tal solicitação foi atendida pelo vice-rei do Estado do Brasil, sendo Rocha Pereira o quarto ouvidor a atuar na comarca de Paranaguá.¹⁸

Um dos meios utilizados pela monarquia portuguesa para assegurar o controle dos espaços conquistados e colonizados a partir da expansão marítima foi, justamente, a inserção de diversos agentes régios, dentre eles os ouvidores nas localidades. Portanto, as “desordens” de que era acusado Rocha Pereira como juiz de fora não foram levadas em conta para sua progressão na carreira, provavelmente pela monarquia entender a necessidade de ter um oficial régio em um local que se encontrava “havia annos sem ouvidor geral”. Assim, a seu modo e dentro de suas capacidades, a monarquia construía a estrutura jurídico-administrativa pelo ultramar.

Essa situação permite perceber a existência de uma hierarquia, sendo que a influência da administração central, fica clara, por exemplo, no momento que se nota o processo de nomeação de agentes régios para atuarem nas estruturas intermediárias e periféricas do Estado português.¹⁹

Contudo, não deve-se atribuir ao termo “hierarquia” algo rígido. Existia sim uma hierarquia no interior da estrutura jurídico-administrativa da monarquia lusitana, porém, algo próprio daquele momento histórico, era um certo dinamismo em relação aos elementos processuais, não exigindo necessariamente que o processo ou a demanda do corpo social passasse por todas as etapas (graus hierárquicos) constituídas.

Tal dinamismo está associado a necessidade da Coroa portuguesa em responder, frente as suas possibilidades, as diferentes características que cada território exigia no multifacetado Império luso. Mesmo assim, diante desta dimensão plural, “existiram estratégias e meios de ações políticas para configurar uma centralização régia que se apoiava em flexíveis instituições jurídico-administrativas”.²⁰ Próprio daquele contexto histórico, estas flexíveis instituições, e,

¹⁸ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 15, doc. 1476.

¹⁹ PEGORARO, Jonas Wilson. **Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América Portuguesa:** a comarca de Paranaguá (1723-1812). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 3.

²⁰ *Id.* Ver também: CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. Cit.* GOUVÊA, Maria de Fátima. Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730). Em: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI,

concomitantemente, seus agentes, poderiam ter suas jurisdições e atribuições ampliadas ou diminuídas, tudo dependendo das específicas necessidades da Coroa para aquele momento. “O que hoje soa confusão de atribuições ou superposição de jurisdições é elemento constitutivo e característico do Estado europeu entre os séculos XV e XVIII, do período que, de modo talvez impreciso, se convencionou chamar de Antigo Regime”.²¹

Assim, os elementos jurídicos e administrativos do período possuíam uma lógica própria, tanto suas instituições como o poder régio, já que:

Tratava-se, afinal, [...] de uma sociedade tradicionalista, na qual a vida comunitária tinha hábitos longamente estabelecidos, cuja observância era tida como obrigatória. [...] Apesar de se reconhecer que os membros de cada comunidade podiam estabelecer algumas normas particulares de organização política, pensava-se que a generalidade das regras da vida comum (a “constituição social”, digamos) estava fixada pela natureza. A sociedade – dizia-se então – era como corpo, em que a disposição dos órgãos e as suas funções estavam definidas pela natureza. Assim, era da natureza das coisas que os súditos seguissem os ditames dos governadores, que estes tivessem que governar em vista do bem comum.²²

Já há algum tempo Michael Clanchy observou que “os historiadores do direito [tendiam] a ver ‘a lei e a ordem’ como algo imposto de cima pelas autoridades, através de códigos de regras, mais do que algo vindo de baixo, pela extensão e reforço dos laços afetivos para além da família imediata”.²³ Por mais que o autor trate de outro período e local, a mesma perspectiva pode ser identificada para os estudos que se voltam a analisar os aspectos do direito e da justiça no Império ultramarino português.

A visão da imposição da lei de cima para baixo restringe não só a perspectiva da análise histórica, mas também a possibilidade de vislumbrar que eram as dinâmicas sociais que definiam e redefiniam as leis, como aborda António Manuel Hespanha “era da natureza das coisas”.²⁴

Vera Lúcia Amaral. (orgs.). **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português – Séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. pp. 179-197.

²¹ SOUZA, L. de M. e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 48.

²² HESPANHA, António Manuel. As Estruturas Políticas em Portugal na Época Moderna. Em: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2001. pp. 117-181, p. 118.

²³ CLANCHY, Michael. Lei e Amor na Idade Média. HESPANHA, A. M. Justiça e litigiosidade: história e prospectiva. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. pp. 139-166. p. 144.

²⁴ HESPANHA, António Manuel. **Cultura Jurídica Europeia**. Síntese de um milénio. 3ª Ed. Mira-Sintra: Europa-América, 2003.

Um exemplo deste dinamismo e negociações entre a Coroa e os demais membros do corpo social são as posturas municipais.²⁵ Magnus Roberto de Mello Pereira e Antonio Cesar de Almeida Santos no texto **Códigos de Posturas Municipais** indicam que “enquanto o cível e o crime encaminharam-se, rapidamente, para as formas rígidas e frias do direito letrado, as posturas continuaram como um direito quente, facilmente transformável ao sabor das demandas do momento e dos jogos de poder que permeavam a vida local”.²⁶ Portanto, a lei não se configura apenas como imposição, mas também como um jogo de trocas, no qual as dinâmicas e interesses sociais eram as principais peças.

Antes de mais, as normas jurídicas apenas podem ser entendidas se integradas nos complexos normativos que organizam a vida social. Neste sentido, o direito tem um sentido meramente relacional (ou contextual). O papel da regulação jurídica não depende das características intrínsecas das normas do direito, mas do papel que lhes é atribuído por outros sistemas normativos que formam o seu contexto. Estes sistemas são inúmeros (...).²⁷

Nesta perspectiva, devemos ter em mente que a implantação e a constituição de instituições na América portuguesa como uma relação de concessões e negociações com os membros do corpo social. Por exemplo, não era apenas o desígnio da Coroa portuguesa a instalação de câmaras municipais, mas também o desejo e a solicitação por parte das pessoas que compunham o corpo social na América em pertencer e estar sob o julgo da Coroa portuguesa.

Por mais que volte suas reflexões para as colônias inglesas estabelecidas na América do Norte, Jack Greene nos serve para observar esse ambiente de negociações e aceitação por parte daqueles que colonizavam de fato o território. Ao emigrar os colonos levavam consigo não só o desejo de uma vida melhor, mas também suas tradições e uma cultura jurídica própria. A constituição de novos centros de poder na América formado pelos colonos, no caso da América portuguesa as câmaras municipais, eram

²⁵ “O termo postura é bastante antigo na etimologia da língua portuguesa e origina-se do verbo pôr. (...) sempre foi utilizada para referir-se àquelas deliberações que tinham força de lei: pôr lei ou pôr regulamento. Genericamente, portanto, era empregado como sinônimo de lei (...). Apenas no século XIV, postura assume a denotação precisa e específica de lei municipal (...). As posturas, além de estabelecerem normas que deveriam ser observadas pela comunidade concelhia, também consignavam penas para aqueles que as infringissem”. PEREIRA, M. R. de M.; SANTOS, A. C. de A. Código de Posturas Municipais. Em: PEREIRA, M. R. De M. (org.). **Posturas municipais** – Paraná, 1829 a 1895. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. pp. 1-22. p. 4-5.

²⁶ *Ibid.* p. 6.

²⁷ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.*, 2003. p. 25-26.

(...) reflexos dos mundos europeus de onde se originavam os colonizadores. Querendo criar ramificações do Velho Mundo no Novo, os grandes números de emigrantes para as colônias insistiam em trazer suas leis e instituições com eles, transformando-as nos alicerces das novas sociedades que almejavam criar. Para essas sociedades, as leis e instituições funcionavam como algo concomitante à emigração. Tais leis e instituições não eram, como observado por um estudioso, ‘impostas aos povoadores mas, antes, exigida por eles’.²⁸

Portanto, tem-se um universo de solicitações, negociações e aceitações. Não se criando novas e originais estruturas, mas replicando as antigas, só que no interior de novas dinâmicas.

Nesta linha, devemos ressaltar a abordagem feita por Charles Boxer a respeito da importância das câmaras municipais como estratégia político-administrativa da monarquia lusa, assegurando que tal instituição seria um dos “pilares” da sociedade colonial portuguesa e que auxiliou a manter “unidas” as diversas colônias do Império. As câmaras “garantiriam uma continuidade que os governadores, os bispos e os magistrados transitórios não podiam assegurar. Seus membros provinham de estratos sociais idênticos ou semelhantes e constituíam, até certo ponto, elites coloniais”.²⁹

Tais ponderações fazem emergir a clássica discussão historiográfica a respeito da eficácia das instituições administrativas da monarquia lusa na América. Tal discussão apresenta duas argumentações opostas, a de Caio Prado Junior³⁰ e a de Raimundo Faoro³¹. Porém, entendemos que esta discussão há muito foi superada, principalmente pela abordagem feita por Laura de Mello e Souza no capítulo a respeito das redes do poder presente no livro **Desclassificados do Ouro**,³² no qual a autora sinaliza para um “movimento pendular” da sociedade. Desta forma, a relação da sociedade com os órgãos administrativos lusitanos ora pendia para a sujeição a monarquia, o que corrobora as argumentações de Faoro, e ora pendia para a autonomia, o que ligaria a ineficácia administrativa apresentada por

²⁸ GREENE, Jack P. Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus da Época Moderna na América. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 100.

²⁹ BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 286.

³⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

³¹ FAORO, Raimundo. **Os donos do Poder**. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Ed. Globo, 2001.

³² SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

Prado Jr. De certo é que esta análise pode muito ser entendida como uma negociação entre o poder régio e os demais poderes concorrentes no interior da sociedade.

Porém, o principal instrumento analítico incorporado para esta pesquisa são as reflexões propostas por Giovanni Levi no texto “Reciprocidade mediterrânea”. As trocas desiguais (assimétricas) entre os membros do corpo social são de grande valia para a análise dos ouvidores régios que aqui se propõe, principalmente por considerarmos a sociedade que pesquisamos uma sociedade “governada pela justiça distributiva, isto é, por uma justiça que aspira a garantir a cada um o que lhe corresponde segundo seu status social”.³³ Além do mais, a identificação de reciprocidades entre os diversos membros do corpo social, produzindo diversas e complexas inter-relações, o que dá margem a também vastas interpretações da composição deste corpo e as relações desenvolvidas em seu interior no intuito de preservar um determinado equilíbrio social.

Levi ao problematizar o conflito entre o rigor da lei e a equidade, princípio para o autor constituinte daquele corpo social, nos remete novamente a pensar no dinamismo e nas negociações necessárias para justamente se ter tal equidade e justiça distributiva.

O papel do sentido comum de justiça difundido entre as pessoas que vivem nesta área parece particularmente conflitivo em relação com os sistemas jurídicos que se foram constituindo sucessivamente. A debilidade das instituições em relação ao sentido comum de equidade parece associar-se a um papel particularmente forte de tradições políticas de origem teológica e à permanência, na consciência comum, da imagem de um pluralismo jurídico que na multiplicidade das fontes de produção das normas vê em realidade a possibilidade intersticial de mover-se com relativa liberdade entre sistemas normativos contraditórios, cada um deles já debilitado e erodido pela própria multiplicidade. A definição da área que temos chamado mediterrânea, não obstante sua dificuldade e sua grande arbitrariedade, pode encontrar-se em todas as realidades nas quais, em que pesem os esforços realizados, não se tem alcançado estabelecer uma separação e uma hierarquização nítida a favor das instituições do Estado sobre a presença de instituições religiosas.³⁴

Tal nítida separação e hierarquização das instituições só serão observadas com maior clareza no caso do Estado português no século XIX. Não refutamos e compreendemos a análise dual que contrapõe e apresenta os conflitos entre o “sentido comum de justiça” e os “sistemas jurídicos” constituídos, porém esses conflitos estavam inerentes a uma sociedade que estava em um lento processo de

³³ LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. Em: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 53.

³⁴ *Ibid.* p. 55.

transformação.

Não identificamos uma “debilidade das instituições em relação ao sentido comum de equidade”, principalmente porque, no caso português setecentista, muitos dos conflitos eram resolvidos na própria localidade, haja vista a ação dos juízes ordinários³⁵, assim aproximando-se da justiça distributiva.

Porém, ao observar o conceito de equidade para sociedades do Antigo Regime, concordamos com o autor no que confere a lei diferir “para cada estrato social, quando não para cada pessoa, em uma justiça do caso concreto determinado segundo as desigualdades sociais definidas”.³⁶

Desta feita, esta tese utilizou-se como objeto de pesquisa os ouvidores régios que atuaram nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá no período de 1699 a 1750, contabilizando um universo de 16 ouvidores nomeados pelas instituições régias. Buscou-se analisar as relações que foram estabelecidas entre esses oficiais e outros membros atuantes daquela sociedade, a saber: a própria monarquia lusa; as comunidades locais e outros oficiais régios (governadores, por exemplo).

Para tal empreendimento, investigamos as origens sociais dos ouvidores régios, não visando traçar um “perfil” para esses agentes, já que entendemos que eles não se constituem como um grupo homogêneo, mas sim problematizar a identificação desses “perfis” com as ações que promoviam nos termos de suas comarcas.

Ademais, por meio de um abordagem de estudos de caso, procurou-se promover uma reflexão da América portuguesa como um local de oportunidades; oportunidades estas que o reino não garantia para os sujeitos que ocuparam os cargos de ouvidores régios em São Paulo e Paranaguá. Para tal identificamos dois caminhos para análise: os ouvidores régios que decidiram sair da estrutura jurídico-administrativa e vislumbraram outras opções para sua ascensão social na América lusa e aqueles que resolveram permanecer como agentes régios e galgaram locais

³⁵ BORGES, Joacir Navarro. **Das justiças e dos litígios: a ação judiciária da Câmara de Curitiba no século XVIII (1731-1752)**. Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná.

³⁶ LEVI, Giovanni. *Op. Cit.* p. 62. No caso dos ouvidores régios que trabalhamos tais desigualdades em lei, próprias para o período, podem ser identificadas em seu regimento ou mesmo nas Ordenações Filipinas. **REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO (RAMSP)**. Tres Lado do Regimto. dos Ouvidores Gerais do Rio de Janeiro &a. Ano I, vol. VIII, 1935. pp. 55-60. **Ordenações Filipinas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [edição fac-similar da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870].

ascendentes na estrutura jurídico-administrativa.

Gaspar da Rocha Pereira deveria possuir determinados anseios para se deslocar do reino para a América portuguesa e, para isso, deveria estabelecer uma gama de relações, tanto com a Coroa, servindo como seu agente, quanto com os demais membros da sociedade.

No recorte cronológico aqui proposto, 1699 a 1750, por mais que por um breve período (1699-1709) a capitania de São Vicente estivesse sob concessão régia a um donatário, não foram trabalhados os ouvidores nomeados por este. Portanto, o foco de análise foram nos ouvidores nomeados pela Coroa lusitana, doravante denominados “ouvidores régios”, para, justamente, identificá-los como oficiais que passaram por um determinado processo para se tornarem agentes régios, a saber: formação em direito na Universidade de Coimbra, aprovação na leitura de bacharéis no Desembargo do Paço e prévia experiência em outro ofício, geralmente como juiz de fora de um município.

O ofício de ouvidor régio era trienal, porém muitos dos ouvidores, e é possível estender isso para outros cargos, que atuaram na América portuguesa ficaram mais tempo no exercício do cargo.³⁷ Sua posição hierárquica dentro da estrutura jurídico-administrativa era de segunda instância, estando acima das câmaras municipais e sua principal esfera de atuação era a jurídica, porém como veremos mais adiante, também vinham a desempenhar funções no campo administrativo e político, sendo o responsável, por exemplo, em “presidir as eleições dos juizes ordinários e demais oficiais municipais”.³⁸

No sentido de observar as ações dos ouvidores régios nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá, foram necessárias, primeiramente, algumas opções, ou melhor, delimitações.

O principal corpo documental para a pesquisa foram os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, disponíveis por meio do Projeto Resgate. Tal fundo possibilitou que dentro do recorte cronológico proposto, primeira metade do século XVIII, fossem selecionados 405 documentos que tratam das referidas ouvidorias. Catalogados esses documentos, estruturou-se que a abordagem para análise do

³⁷ A respeito da dinâmica de nomeação de alguns oficiais que atuaram na América portuguesa ver: SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. *Op. Cit.*

³⁸ SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Para o Bom Regime da República: ouvidores e câmaras municipais no Brasil colonial. **Monumenta**, inverno 2000, Curitiba: Aos Quatro Ventos, v. 3, n. 10, 2001, p. 1-19.

material contaria com três divisões: I) a relação que se desenvolveu entre os ouvidores régios e a administração central da monarquia portuguesa e vice-versa, o que significou tratar dos documentos que os ouvidores régios enviavam para a administração central dando parte do que ocorria nos domínios portugueses, bem como observar as consultas e pareceres confeccionados pelo Conselho Ultramarino para “melhor administrar a justiça” naquelas regiões. II) a relação que se estabeleceu entre os ouvidores régios com as comunidades locais, que seriam documentos que abordam das normas aplicadas pelos ouvidores régios para a sociedade local, principalmente as correções por eles feitas nas vilas. Em contrapartida, foram identificadas no corpo documental representações das câmaras municipais a respeito dos ouvidores régios, o que vem a denotar como as elites locais lidaram e trataram como os ouvidores régios, obrigando-os a uma reestruturação dos poderes locais. III) as relações dos ouvidores régios com outros agentes nomeados pela Coroa, o que, conforme as palavras do governador e capitão-general da capitania de São Paulo Rodrigo César de Meneses, seriam as “intrigas tecidas”³⁹.

Além do Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo compõe um importante acervo, principalmente no que diz respeito as “leituras de bacharéis”, documento que detém informações acerca das origens sociais dos ouvidores que atuaram nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá. Ainda, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, especialmente com as caixas referentes aos Ouvidores e Juízes, bem como a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo que publicou as “ordens reais” para a Capitania de São Paulo, documentos ricos em informações na relação entre os ouvidores régios e os órgãos centrais da monarquia lusitana, estabelecendo esclarecimentos e normativas de como os ouvidores deveriam agir na capitania.

Completa o conjunto documental o Arquivo Público do Paraná, principalmente com a digitalização do Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, que também resguardam diversificados documentos da ação dos ouvidores. E os Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, material disponível em formato digital pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP.

³⁹ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 3, doc. 372.

Deve-se informar ao leitor que conservamos nos documentos aqui transcritos sua grafia original, seja dos documentos manuscritos ou publicados.⁴⁰ As palavras que não foram possíveis a compreensão no processo de transcrição estão indicadas com a seguinte simbologia: [Il. 1p.], que refere-se a uma palavra ilegível; [Il. 2 p.], que corresponde a duas palavras ilegíveis e assim por diante.

Além do mais, a pesquisa que aqui se desenvolve é, em certa medida, fruto de uma continuidade. Durante o Mestrado, realizado na Universidade Federal do Paraná, a temática da dissertação também utilizava os ouvidores régios que atuaram na comarca de Paranaguá como objeto de pesquisa. Entretanto, naquele momento, o foco da pesquisa era para observar o processo de centralização jurídico-administrativo realizado pela monarquia lusa. Desta forma, ao longo do Mestrado, fui questionado em diversas ocasiões (jornadas, seminários e congressos) sobre como melhor explorar o objeto de pesquisa, tais como: “Você deve observar as relações destes sujeitos (dos ouvidores régios) com o corpo social!”, “Se eles desejam se retirar do cargo é porque as perspectivas são melhores fora dele, ou não?”, “Você deve perceber que estes oficiais não pertencem a um grupo coeso.”; “Perceba o valor simbólico destes agentes no Brasil, eles saem de Portugal e vão para lá por quê? E depois do término do exercício de suas funções, eles se mantiveram como?”, “Você deve perceber a ação destes oficiais na realidade colonial.”; “E as sentenças feitas pelos ouvidores? Você consegue perceber se eles ‘ajudam’ a elite local ou fazem prevalecer à lei do reino?”. Enfim, esses foram alguns dos questionamentos feitos durante o Mestrado e que, naquele momento, me auxiliaram na confecção do mesmo, fazendo com que eu percebesse que a ação dos ouvidores régios na América portuguesa possuía uma dimensão muito mais ampla àquela que eu estava trabalhando.⁴¹ Assim, as várias lacunas que meu

⁴⁰ As transcrições dos documentos se desenvolveram em dois períodos distintos. O primeiro durante a pesquisa de Mestrado realizado na Universidade Federal do Paraná (2005-2007), momento que os documentos disponíveis faziam referência, principalmente, a ouvidoria de Paranaguá e tiveram a transcrição paleográfica realizada por Rosângela Maria Ferreira dos Santos, integrante do CEDOPE e dedicada à transcrição de documentação portuguesa setecentista e por mim. O segundo momento foi no decorrer da pesquisa desta tese (2010-2014), no qual todos os documentos foram transcritos por mim.

⁴¹ Das diversas visões, percepções e indagações dos colegas e amigos historiadores que me auxiliaram ao longo do mestrado agradeço especialmente as de: João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa, José Subtil, Rodrigo Ricupero, Antonio Cesar de Almeida Santos, José Roberto Braga Portella, Magnus Roberto de Mello Pereira, Luís Fernando Lopes Pereira, Milton Stanczyk Filho, Hilton Costa, Paula Roberta Chagas, Fernando Marcel Kowalski e Bruno de Macedo Zorek.

trabalho anterior foi deixando pelo caminho e a necessária revisão de algumas argumentações que nele existem também encaminharam essa pesquisa.

Inicialmente, tínhamos por objetivo desta pesquisa identificar como comungaram as estratégias individuais dos agentes régios com as políticas aplicadas pela Coroa portuguesa para a América. Além disso, a hipótese inicial era de que os agentes régios que se deslocaram para a América portuguesa, mais especificamente para as comarcas de São Paulo e de Paranaguá, pouco possuíam economicamente e identificavam no cargo e no local de atuação possibilidades para ascensão econômica e/ou social. Tal hipótese, como se verá, foi logo refutada com as pesquisas desenvolvidas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Em contato com algumas das Leituras de Bacharéis e Diligências de Habilitação foi possível constatar que os agentes que atuaram em São Paulo e em Paranaguá pertenciam a elites locais e/ou militares, assim possuindo um certo cabedal e prestígio.

De qualquer forma, na América portuguesa o aspecto de ser um agente régio deu à pessoa que ocupava o cargo determinado *status* e um grau de distinção que talvez no reino o mesmo cargo não possuísse. O cargo e as atribuições referentes a ele em outra localidade, com outros grupos sociais atuantes e com outro imaginário do que seria este agente régio, acabava por transformar a pessoa que ocupava o cargo em uma boa opção para o estabelecimento de alianças. Como se verá mais adiante, esse foi o caso de dois ouvidores régios que atuaram na comarca de Paranaguá, formando uma aliança dele com as elites locais o que se configurou, dada nossa perspectiva, um ganho mútuo.

De fato, José Subtil constatou que para o período final do século XVIII, apenas 7% dos magistrados que escolheram as ilhas ou o ultramar regressaram ao reino. Isto pode significar que as dinâmicas nos territórios coloniais davam a estes magistrados possibilidades e uma estabilidade que a Coroa não possuía. Com isso, tais magistrados acabavam por nem almejar uma progressão em suas carreiras. Nas palavras de Subtil, “a Coroa não conseguia ou não queria ter um contingente estável de oficiais régios que pudessem garantir uma linha contínua de governação”. Com isso, o autor veio a determinar que a carreira da magistratura “não é uma carreira política estável nem apetecível apesar do excesso de candidatos aos cargos. Pelo contrário, a Coroa parece não ter oferecido condições de atração especial para os lugares de governo local e periférico apesar de constituírem um investimento político

e simbólico para a disputa de outros lugares”.⁴² Esta constatação, de que apenas 7% retornavam ao reino, pode dar indícios que os espaços ultramarinos, justamente, proporcionavam maiores possibilidades de mobilidade tanto econômicas como sociais. Desta forma, a Coroa não ter conseguido ou mesmo desejado possuir um contingente estável de oficiais pode representar apenas que a Coroa devesse reservar tais locais de governação, ou pelo menos os principais locais, a quem de direito. Com isso, ter um conhecimento de suas limitações dentro do cenário político administrativo pode ser uma vantagem dentro das estratégias dos ouvidores que atuaram nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá. Por saber de suas limitações sociais ou políticas e não possuindo as habilidades necessárias para serem nomeados para locais centrais da administração da Coroa, os agentes vislumbram nos domínios coloniais sua oportunidade.

Entretanto, tal configuração não vem, conseqüentemente, em detrimento da monarquia portuguesa. Como se verá, conforme a documentação, o “zelo pelo serviço real” esteve presente nas ações dos ouvidores régios, mesmo eles já estabelecidos na localidade, como no caso de Manuel dos Santos Lobato. Desta forma, por terem tais oportunidades na América portuguesa, identifica-se uma intrínseca⁴³ relação entre os agentes régios e a Coroa.

Da estrutura da tese

Esta tese foi disposta em duas partes, cada qual com três capítulos. A primeira parte visa apresentar quais eram as atribuições dos ouvidores régios na América portuguesa, bem como quem foram as pessoas destacadas para atuar nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá, observando sua origem social e promovendo uma reflexão sobre o “perfil” para ocupar o cargo. Ademais, para ter-se o conhecimento do espaço e postos nos quais estes sujeitos se movimentavam no interior dos domínios portugueses, descreve-se o arcabouço institucional da

⁴² SUBTIL, José. Os Ministros do rei no poder local, ilhas e ultramar (1772-1826). **Penélope**, nº 27, 2002, pp. 37-58. p. 53-54.

⁴³ Maria de Fátima Gouvêa chama esta relação de “simbiótica”. A simbiose é uma relação mutualmente vantajosa, na qual diferentes organismos são beneficiados devido a sua associação. De fato, a constituição da inter-relação entre esses organismos envolvidos é tão forte que se torna obrigatória. Ver: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). Em: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

estrutura jurídico-administrativa para a época. Com isso, o leitor poderá também perceber que ao longo da estrutura jurídico-administrativa ocorreu a formação de grandes redes governativas, além da constituição de uma elite administrativa e letrada.⁴⁴

A segunda parte tem por objetivo apresentar as ações destes ouvidores régios naqueles territórios, construindo uma reflexão sobre as diversas relações que se formavam entre eles e os demais membros do corpo social. Para isto, como já apresentado, foi feita uma divisão entre a relação estabelecida entre os ouvidores e a Coroa; a relação estabelecida entre os ouvidores e a comunidade e, por fim, a relação entre os ouvidores e outros agentes régios.

Além do mais, por meio da análise de alguns estudos de caso, se propôs uma reflexão a respeito de vislumbrar a colônia americana como meio para a ascensão social. Para tal, abordou-se as relações estabelecidas pelos ouvidores régios da comarca de Paranaguá Antonio dos Santos Soares e Manuel dos Santos Lobato, identificando que o cargo lhes dava uma distinção frente ao corpo social constituído. Desta forma, buscou-se analisar as oportunidades que se apresentaram para esses agentes régios e os motivos que os levaram a sair da estrutura jurídico-administrativa. Por outro lado, Rafael Pires Pardinho, Antonio Alvares Lanhas Peixoto e Gregório Dias da Silva vislumbraram na América outras oportunidades.

⁴⁴ Cf. MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. **Optima Pars: Elites Ibero-americanas do Antigo Regime**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

Parte I –Oficiais a serviço do Império português

Esta primeira parte visa apresentar as funções desempenhadas pelos ouvidores régios que atuaram nas ouvidorias de São Paulo e de Paranaguá durante a primeira metade do século XVIII (1699-1750), bem como lançar um olhar sobre quem foram as pessoas que ocuparam o cargo de ouvidor nestas localidades. Delineou-se ainda um panorama da estrutura jurídico-administrativa lusitana, identificando o exercício do poder régio durante o Antigo Regime português.

Com este objetivo em mente, o primeiro capítulo, intitulado “Atribuições dos ouvidores régios na América portuguesa”, se valeu de variadas fontes - como as Ordenações Filipinas, os regimentos dos ouvidores, as cartas enviadas para a administração central pelos ouvidores, as consultas feitas pelo Conselho Ultramarino e as ordens régias para a ação destes agentes na capitania - para apresentar e chamar a atenção para os amplos deveres e diferentes esferas de atuação dos ouvidores régios no Estado do Brasil.

O segundo capítulo, intitulado “Ouvidores régios em São Paulo e Paranaguá (primeira metade do século XVIII)”, não visa traçar um “perfil” dos ocupantes dos cargos, por mais que de certa forma isto aconteça, mas sim problematizar tais “perfis”, já que, por meio da análise das leituras de bacharéis disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, estes agentes régios e suas ações na América portuguesa apresentam diferentes trajetórias e não um “típico padrão de carreira”, nos valendo da expressão utilizada por Stuart Schwartz.

O terceiro capítulo, intitulado “A estrutura administrativa portuguesa no século XVIII”, visa observar a hierarquia e a composição orgânico-funcional da monarquia portuguesa, com o objetivo de perceber que ao longo da estrutura jurídico-administrativa ocorreu a formação de grandes redes governativas, bem como identificar os espaços e postos nos quais os agentes régios circulavam e acabavam por constituir uma elite administrativa e letrada.

Capítulo I - Atribuições dos ouvidores régios na América portuguesa

A ouvidoria na América portuguesa ocupava, no aparelho jurídico-administrativo, um lugar “intermediário”, posicionada hierarquicamente acima do juízo ordinário das câmaras municipais e abaixo dos tribunais de Relação. Estes instalados na colônia americana a partir de 1609, na Bahia, e posteriormente no Rio de Janeiro em 1752. Entretanto, não se pode limitar as informações sobre as ouvidorias a esta constatação. Faz-se necessária, de fato, uma análise mais detalhada das funções que desempenharam os ouvidores régios na América, e este é o objetivo principal deste segmento.

Primeiramente, deve-se deixar claro que as atribuições desempenhadas pelos ouvidores régios estavam associadas às localidades nas quais estavam alocados. Ou seja, por mais que existisse o título 58º no Livro primeiro das Ordenações Filipinas, que pautava de forma geral, por assim dizer, as funções que deveriam exercer, os ouvidores régios se valiam também dos seus próprios regimentos e das ordens régias transmitidas para atuarem de acordo com os anseios da Coroa.

Um exemplo neste sentido, por mais que exista um grande intervalo de tempo entre os regimentos e, conseqüentemente, entre as práticas e ações políticas da administração central da monarquia para aquelas localidades, pode ser observado no “Regimento do Ouvidor do Reino de Angola” de 1651, que dava ao ocupante do cargo a atribuição de tomar conhecimento das apelações e agravos do ouvidor “da gente branca do Reino do Congo”, ou seja, o ouvidor em Angola além de ser a segunda instância na hierarquia jurídico-administrativa, assim como ocorria na América, também, na dinâmica estruturada naquela localidade, se configurava como terceira instância, estando acima de outro ouvidor.⁴⁵

Na mesma linha, o “Alvará dando novo regimento ao lugar de Ouvidor de Macau”, de 1803, determinava que, por existirem “muitos vadios e pessoas ociosas” na cidade, pessoas que desprezavam os “meios honestos para poderem viver, se entregam desordenadamente aos jogos proibidos, perdendo neles o que não tem,

⁴⁵ Regimento do Ouvidor do Reino de Angola. **Boletim do Conselho Ultramarino**. Legislação Antiga. Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. p. 271. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=WZRaAAAAyAAJ&pg=PA6-IA1&lpg=PA6-IA1&dq=regimento+ouvidor+angola&source=bl&ots=njEiEouX3F&sig=9OdMp2huQByO6q0zIKM2YsJR33g&hl=en&sa=X&ei=7m36Utm6HeuzsATwYA&ved=0CCMQ6AEwAA#v=onepage&q=regimento%20ouvidor%20angola&f=false> Acesso: 10 jan. 2014.

vivem amancebados e praticam outros vícios detestáveis de Lenocínio, perdição das próprias filhas e mulheres”, o ouvidor deveria tomar providências para que tais pessoas fossem presas.⁴⁶

Para a América portuguesa, e mais especificamente para uma das comarcas que analisamos, tem-se disponível os **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**⁴⁷, publicados a partir de 1894 de manuscritos transcritos de documentos do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. Dentre esses diversos documentos, há o “Registro do Regimento que levou para Paranaguá o Dr. Antonio Álvares Lanhas Peixoto ouvidor geral daquela Comarca”. Em 12 de novembro de 1725 registrou-se nos livros da secretaria de governo da capitania de São Paulo pelo secretário Gervásio Leite Rabelo, com assinatura de Rodrigo César de Menezes, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, tal regimento que assim se iniciava:

R.^o Cezar de Menezes, etc. – Por ser conveniente ao real serv.^o de S. Mag.^e q’ D.^s g.^e, dar se expedição a varias diligencias, nas Villas da Costa do mar da jurisdição deste Governo q’ ficao na Comarca de Pernagoá de q’he primeiro Ouv.^{or} g.^{al} o D.^r Antonio Alz’ Lanhas Peixoto, nomeado no d.^o lugar, pelo mesmo S.^r, q’desanexou desta Com.^{ca} de São Paulo. Ordeno ao d.^o Menistro, q’logo q’passar a d.^a Com.^{ca} faça executar todos os cap.^{os} de q’abayxo se fas menção, por serem todos emcaminhados a bem do real serviço, e aumento da fazenda real desta Cappitania.⁴⁸

O documento indica que o ouvidor régio de Paranaguá deveria se esforçar para retirar das águas o navio dos piratas que havia se perdido na localidade, ou pelo menos o seu cofre, tirando toda a arrecadação de seu interior e fazendo um inventário. Além disso, o ouvidor da comarca de Paranaguá não deveria permitir a existência de ouro em pó, tanto das antigas lavras como das que fossem

⁴⁶ Alvará dando novo regimento ao lugar de Ouvidor de Macau. **Boletim do Conselho Ultramarino**. Legislação Antiga. Volume II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. p. 272. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=WZRaAAAAYAAJ&pg=PA6-IA1&lpg=PA6-IA1&dq=regimento+ouvidor+angola&source=bl&ots=njEiEouX3F&sig=9OdMp2huQByO6q0zIKM2YsJR33g&hl=en&sa=X&ei=7m36Utm6HeuzsATwYA&ved=0CCMQ6AEwAA#v=onepage&q=regimento%20ouvidor%20angola&f=false> Acesso: 10 jan. 2014.

⁴⁷ Reg.^o do Regim.^{to} q’ levou p.^a Pernagoá o Dr. Ant.^o Alz’ lanhas Peixoto Ouv.^{or} geral daq.^{la} Com.^{ca}. de 12 nov. 1725. Em: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo (DIHCSP)**. v. 13, Bandos e portarias de Rodrigo Cesar de Menezes, 1835, p. 75-77. Disponível em: http://www.delphos.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-07-13_volume_13/#/76 acesso em: 06 jan. 2014.

⁴⁸ **DIHCSP**. v. 13, Bandos e portarias de Rodrigo Cesar de Menezes, 1835, p. 75. Disponível em: http://www.delphos.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-07-13_volume_13/#/76 acesso em: 06 jan. 2014.

descobertas, tal qual se praticava em outras localidades, arrecadando prontamente os quintos régios “sem descaminho algum, devendo o ouro ser fundido”.

Dada a especificidade do documento, registrou-se que o ouvidor Antonio Alvares Lanhas Peixoto deveria procurar “tomar conhecim.¹⁰ da descompostura q’ se fes ao D.^r Carvalho da Cunha, p.^a castigar como entender a quem ficar culpado”. Ainda, o ouvidor régio da comarca de Paranaguá deveria: I) demarcar as terras onde existissem sesmarias, para que se mantivessem nos limites dados pela monarquia lusa; II) reportar prontamente a Rodrigo César de Meneses, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, sobre qualquer particular que se oferecer e importar ao serviço régio; III) investigar se existiam soldados fugidos da praça de Santos, da Colônia de Sacramento ou do Rio de Janeiro no termo de Paranaguá e em caso positivo, enviá-los em segurança, ou seja, presos, para a praça de Santos; IV) tomar conhecimento com o capitão-mor da vila de Laguna, Francisco de Brito Peixoto, o que se tem feito sobre a povoação do Rio Grande de São Pedro, bem como da situação dos descobrimentos de ouro na região e a amizade com os índios minuanos; V) saber se os capitães-mores das vilas da comarca têm exercido os seus triênios e no caso de terem completado o tempo no cargo, os suspender e retirar a residência necessária, repassando para o governador e capitão-general da capitania de São Paulo o que achar das ditas residências.⁴⁹

Tais especificidades, portanto, marcaram as atribuições dos ouvidores régios; observar os regimentos e as ordens régias transmitidas pela monarquia lusa para seus agentes produz uma melhor identificação de suas competências. Entretanto, foram as dinâmicas e demandas locais que acabaram por delinear o exercício do cargo, que poderia ser tanto no domínio jurídico como no administrativo ou político.

José Subtil, no livro **Actores, territórios e redes de poder, entre o antigo regime e o liberalismo**, lança um olhar sobre a necessidade, nos territórios ultramarinos, de uma “maior articulação entre a justiça e a administração”. Neste sentido, o autor lista três razões pelas quais as atribuições dos ouvidores no ultramar eram diferenciadas em relação às funções desempenhadas pelos ouvidores no reino: a necessidade de “defesa dos indígenas”, a “inspeção e auditoria dos

⁴⁹ *Ibid.* p. 76-77.

territórios” e a “colaboração com os responsáveis pelo governo e a administração régia”.⁵⁰

Ademais, conforme Jack Greene, havia falta de recursos para manter um aparato no Novo Mundo: “no começo da era da colonização moderna, nenhum dos Estados-nação emergentes da Europa tinha quer os recursos coercitivos necessários para estabelecerem sua hegemonia em partes do Novo Mundo, quer os meios para mobilizar aqueles recursos”.⁵¹ Na mesma perspectiva, António Manuel Hespanha observou que a constituição de uma estrutura político-administrativa e o exercício do poder político régio requeriam “disponibilidade de meios, desde logo, de meios financeiros, mas também de meios humanos. Em termos tais que o impacto de um projeto de poder se pode medir no plano da disponibilidade de estruturas humanas que o levem a cabo”.⁵²

Neste contexto, José Subtil apresenta que os ouvidores régios que atuaram no ultramar acabavam desempenhando funções para além do domínio da justiça, esfera de atuação de primazia dos ouvidores. Subtil indica que no ultramar os ouvidores régios atuaram: I) no governo militar, pronunciando “sobre o bom sustento das tropas, (...) levantava autos de desobediência, dirimia hostilidades e interferia nas desordens dos aquartelamentos”, o que significava exercer as funções dos auditores do exército; II) em funções fiscais, possuindo competência “para tomar conta dos descaminhos dos dinheiros das misericórdias e impedir o recebimento dos soldos de alguns ofícios ou arrematar preços e a cobrança de direitos reais”; III) intervinham na área do comércio, confiscando “navios estrangeiros e verificando a qualidade dos produtos transacionados”. Além disso, o autor chama a atenção para uma função que era natural ao cargo no ultramar, mas que dava aos ouvidores régios um grande poder político que era a competência de tirar residências e realizar devassas, sendo esta última “uma mais valia política que funcionava como prerrogativa de supremacia sobre outras autoridades mas que, também, expunha muito os ouvidores no plano social”.⁵³ Deste modo, Subtil corrobora o que foi apresentado acima: no ultramar, além das atribuições próprias do cargo de ouvidor

⁵⁰ SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. *Op. Cit.* p. 16.

⁵¹ GREENE, Jack P. *Op. Cit.* p. 98.

⁵² HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político – Portugal, século XVII. Coimbra: Almedina, 1994. p. 160.

⁵³ SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. *Op. Cit.* p. 19-21.

régio, dispostas na Ordenação e nos regimentos entregues aos ocupantes do cargo, estes ouvidores possuíam outra imensa gama de funções. Com isso, fica claro que as atuações dos ouvidores na América portuguesa iam além do domínio da justiça e acabavam exercendo vários domínios políticos e administrativos.⁵⁴

Nesta perspectiva, um fato emblemático para a percepção dos “domínios políticos e administrativos” e posterior exercício do poder régio na capitania de São Paulo foi o indulto régio solicitado pelo recém-nomeado ouvidor Antonio Luiz Peleja e concedido pelo rei aos moradores da capitania no ano de 1699, meses após a criação da ouvidoria régia.

Em resposta a uma petição feita por Antonio Luiz Peleja ao rei, o Conselho Ultramarino em 16 de outubro de 1699 emitiu um parecer favorável ao indulto para os crimes cometidos antes da posse do ouvidor. Tal indulto, observava o Conselheiro, beneficiaria o serviço real, uma vez que os moradores reconheceriam a piedade do rei e, por isso, multiplicariam a graça recebida em serviços, tanto no “descobrimento de minas” como na “satisfação dos quintos e conquista dos índios”. Além disso, a partir de então, os habitantes da capitania se sujeitariam às leis régias, evitando as “grandes desordens que se cometiam por faltar castigo”.⁵⁵

Devido ao parecer do Conselho Ultramarino, assim registrou nos livros da ouvidoria de São Paulo o escrivão João Soares Ribeiro em 2 de julho de 1700 as ordens régias que tratavam do indulto:

Eu El Rey faço Saber aos que este meu Alvará Virem que tendo respeito ao que merepresentou Antonio Luis Peleja que Seacha nomeado por ouvidor geral de São Paulo Sobre as justas causas que Selhe oferecerão pa. mepedir lhe conçedeçe hum indulto deperdam pera os moradores do Seu districto não Serem punidos pelos Crimes Cometidos athe que thomaçe poçe do dito Lugar, extendendo tambem aos tais moradores **abrassarem voluntariamente o sogeitaremçe as minhas Leys querendo e pedindo instante mente que eu lhes nomeasse ouvidor Geral para que lhes administrasse justiça e SeConservarem entre Sy na boa pax e Comformidade, evitandoçe por este meio aquelas grandes desordens que SeCometião por falta de Castigo fazendoçe juntamente. merecedores de toda agraça pelo grande Zello, e diligência Com que Se empregão no discobrimto. do ouro de que podem Rezultar tantos interesses pa. esta Coroa, e todos os Vassalos della tendo atudo Conçideração e aoque Respondeo oprocurador de minha Coroa a que sedeo vista: Hey por bem de Conceder aos moradores no destricto da ouvedoria Geral de Sam Paulo o indulto de hum perdão pa. todos os de Lictos que não tiverem parte, e **não forem Cometidos Com Sacrilégio**; Pello que mando ao meo Governador e Capitão General do Rio de Janeiro, e ao dito ouvidor Geral de Sam Paulo e mais Ministros a que tocar mandem publicar este perdam nas partes publicas que lhe parecer Conveniente [...] por Rezolução de S. Magde. De 19 de Novembro de 699.⁵⁶ [Grifo meu.]**

⁵⁴ *Ibid.* p. 16.

⁵⁵ **AHU** – São Paulo – MGouveia, cx. 1, doc. 52.

⁵⁶ **RAMSP**. Indulto de perdam que S. Magde, concedeo aos moradores desta Ouvedoria Geral das Capitanas do Sul. Ano I, vol. I, 1934. pp. 45-46.

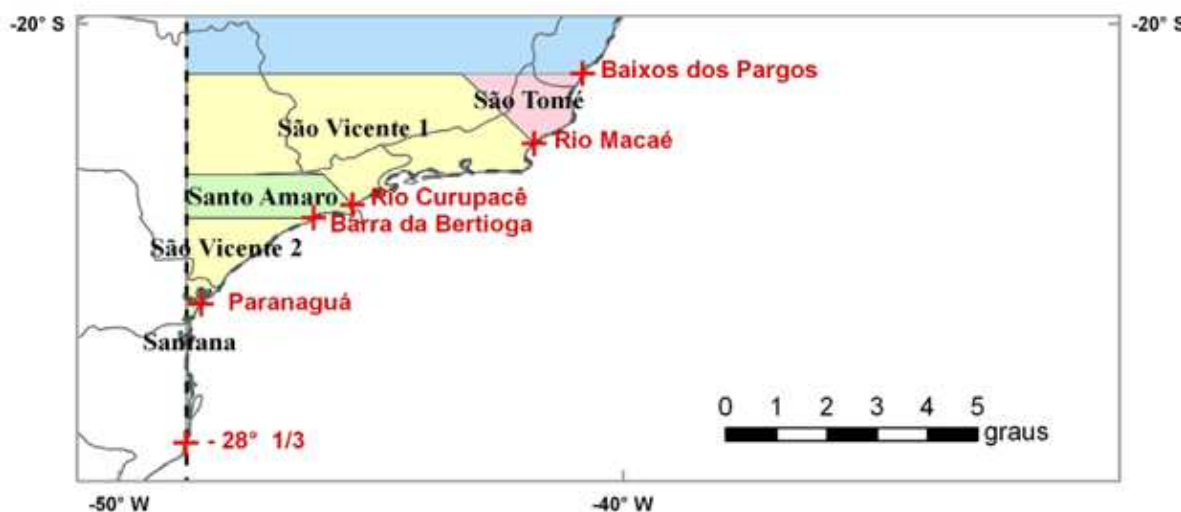
O primeiro destaque feito neste documento tem por objetivo chamar a atenção para a situação na qual se encontrava a capitania de São Vicente naquele momento, passagem do século XVII para o XVIII.

A capitania de São Vicente, da qual a vila de São Paulo fazia parte, ainda não era uma capitania régia em 1699. Na verdade, os herdeiros dos primeiros donatários da região estavam em litígio para saber a quem pertencia a capitania. No processo de colonização da América portuguesa, a Coroa doou para os irmãos Martim Afonso de Souza e Pero Lopes terras no extremo sul da colônia.

No sentido sul-norte, iniciando-se no ponto extremo em que o meridiano de Tordesilhas tocava a linha do litoral, a primeira porção de terra (capitania de Sant'Ana) coube a Pero Lopes. Em seguida, vinha a capitania de Martim Afonso de Souza, São Vicente, que se estendia até a de São Tomé, do donatário Pero de Góis. As terras de Martim Afonso, porém, eram segmentadas pela capitania de Santo Amaro, também pertencente a Pero Lopes. Ou seja, todo o território do extremo sul das terras portuguesas ficou em mãos dos dois irmãos. Nos anos que se seguiram, por questões sucessórias, essas capitanias foram objeto de diversas disputas entre os herdeiros de ambos os irmãos.⁵⁷

Jorge Pimentel Cintra no artigo “Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias”, desenvolveu uma figura representando os limites das capitanias do sul dos domínios portugueses na América.

Ilustração 01 – Esquema das capitanias do sul.



Fonte: CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 21, n. 2, jul-dez. 2013, p. 11-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v21n2/a02v21n2.pdf> Acesso em: 15 ago. 2014.

A partir da segunda metade do século XVII o Conselho Ultramarino passou a

⁵⁷ Ver: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Op. Cit.* p. 2.

dar pareceres ao príncipe regente Dom Pedro a respeito da disputa daquelas terras (capitania de São Vicente) entre os herdeiros dos primeiros donatários. O conflito se estabeleceu principalmente entre o conde da Ilha do Príncipe, Francisco Luís Carneiro e Sousa, descendente de Martim Afonso de Sousa e o marquês de Cascais, Dom Luís Álvares de Castro Noronha Sousa e Ataíde.⁵⁸

Em 05 de Novembro de 1681 o Conselho Ultramarino expedia um parecer a respeito da petição feita pelo conde da Ilha do Príncipe, na qual este solicitava a confirmação de “cem legoas de terras no Estado do Brazil p.^r a parte da Repartição do Sul, de que foy Donatário seu três Avo Marty.^m Affonço de Souza”. Na petição o conde ainda justificava que Martim Afonso de Souza desbravou o território no tempo da doação, uma vez que

não havia povoações nas ditas cem legoas, se não nomeou a terra de que era Capitão e governador; e depois disso o mesmo Marty Affonço edificou a villa de São Vicente e outras mais de que se nomeava Donatario e o dito titulo, e nessa forma todos os seus Descendentes athe o ultimo poSsuidor.⁵⁹

O conde informava ainda em sua petição que “só dis que he capitão e Govern.^{dr} de 10 legoas de terra, o que he impropriedade e se deve accreScentar q. o he da ditta Capitania de São Vicente e mais annexas”.⁶⁰

Dada a petição, o parecer do Conselho Ultramarino vai no sentido de “mandar por Postylla na ditta Carta de Doação em que se declare q. he Capitão e Governador da ditta capitannia de São Vicente e demais annexas, na forma em q. se nomeava seu antepassado, e consta dos papeis q oferece”.⁶¹ Ou seja, o parecer do Conselho é favorável ao conde, e o “mandar por Postylla” na carta significava que deveria ser adicionada, à margem da carta de doação, a declaração de que os descendentes de Martim Afonso de Sousa seriam capitães e governadores da capitania de São Vicente.

Contudo, em 05 de fevereiro de 1682, o mesmo conselheiro que foi favorável ao conde da Ilha do Príncipe redigiu outro parecer, em que determinava que

na consulta incluza se mandasse recolher a provisão que passou por este Concelho a favor do Conde da Ilha por evitar as perturbaçoens, que podião haver na Capitania de S. Vicente e

⁵⁸ Tal litígio entre os herdeiros de Martim Afonso de Souza e Pero Lopes é melhor descrito em: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. et al. (Org). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo : Editora UNESP, 2009.

⁵⁹ **AHU**. Conselho Ultramarino - 023, cx. 1, doc. 12.

⁶⁰ *Id.*

⁶¹ *Id.*

S. Paulo, e reparar o danno q. se possa seguir ao Marques de Cascaez, e q. quando o Conde tivesse q. requerer trataria da sua iustiça ordinariamente.⁶²

Uma carta enviada pelo secretário do Conselho Ultramarino, na forma de uma resolução do monarca, informava ao conde desse procedimento. Isto provocou a resposta do conde em 03 de fevereiro de 1682, afirmando que antes de mandar a “d.^a provisão era neceSsario fazer presente a V.M. as rasoens da sua replica, as quaez em substancia” eram as seguintes:

Que ele tinha doação da ditta Capitania de São Vicente, em que tinha o mesmo, q. o alvará declarava, e havendo este passado pela Chancelaria não devia V. M. mandar recolher o alvará q. tinha produzido seo real effeito e menos a instancia do Marquez de Cascaez q. não tinha nesta matéria nenhum titulo nem direito, sem o qual não devia nomear o [1º?] dto, que a elle [1 pl. II.] tocava, nem com o pretexto de hua [2 pl. II.] dizião [1 pl. II.], porque esta não era [1 pl. II.] contra ele, nem sobre a Capitania de S. Vicente, maz sobre a Capitania de S. amaro a que distava quinhentas legoa, e era [1 pl. II.] diversa [1 pl. II.] bens da Coroa se não dava posse sem doação e titulo”.⁶³

Tais alegações do conde fizeram o conselheiro dar um parecer “sem embargo das razoes q. apresentava o conde da Ilha do Principe: deve V. M. Ser servido q, ele restituia a ditta provisão pella perturbação q. pode haver naquela Capitania e que tendo q. Requerer contra o Marquez de Cascaes q. o faça por via ordinária”.⁶⁴

A disputa travada entre os herdeiros dos primeiros donatários pela posse do território gerava confusões, principalmente na questão de a quem os moradores da região deveriam se reportar no caso de alguma demanda. Um exemplo desta confusão pode ser verificado entre os dias 11 e 14 de janeiro de 1682. Neste intervalo de três dias foram enviadas cartas para o príncipe regente D. Pedro no intuito de propor quem ocuparia o cargo de capitão na capitania de São Vicente. No dia 11 de janeiro, o conde da Ilha do Príncipe, Francisco Luís Carneiro e Sousa, propõe para o cargo em primeiro lugar Luiz Lopes de Carvalho, em segundo João Marques de Aguiar e em terceiro Jacinto de Sousa Marques.⁶⁵ No dia 14 de janeiro, o Marquês de Cascais, Dom Luís Álvares de Castro Noronha Sousa e Ataíde, propõe Tomás Fernandes de Oliveira em primeiro lugar, seguido de João de Brito e por último, Eliseu Correia.⁶⁶ Ambos escrevem estas cartas de Lisboa, o que

⁶² **AHU.** Conselho Ultramarino - 023, cx. 1, doc. 13.

⁶³ *Id.*

⁶⁴ *Id.*

⁶⁵ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 37.

⁶⁶ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 38.

demonstra que podiam acompanhar pessoalmente a disputa pela posse da capitania. Ao mesmo tempo, poderiam se valer de artifícios, como estas proposições de nomeações para capitão da capitania, para estabelecer vínculos como administradores da capitania e criar documentações que comprovassem cada qual como o legítimo donatário da terra e estar agindo conforme suas atribuições.

Em janeiro de 1694, D. Pedro II mandou pagar ao conde da Ilha as redizimas devidas a ele das rendas da capitania. (...) Sucedendo ao conde o marquês de Cascais, foi-lhe confirmada em 1692 a doação das oitenta léguas do primeiro donatário Pero Lopes de Sousa, e delas tomou posse. Na base de toda a questão que dominou o século XVII estavam, sem dúvida, o diminuto rendimento da Capitania de Santo Amaro, escassamente povoada, e as rendas mais abundantes da capitania que pertencera a Martim Afonso de Sousa.⁶⁷

Tal litígio foi definido a favor do marquês de Cascais, que sendo “senhor e capitão-general das terras de São Paulo e Santo Amaro do Estado do Brasil” já havia definido no ano de 1681 a vila de São Paulo como a cabeça da capitania, o que foi confirmado em 1683.⁶⁸ Já a ouvidoria de São Paulo foi instalada no ano de 1699⁶⁹ e, segundo a consulta do Conselho Ultramarino de 2 de janeiro de 1700, que diz respeito à nomeação de Antonio Luiz Peleja para o ofício de ouvidor em São Paulo, foram os moradores da vila que em representação ao rei solicitaram a instalação do novo local.⁷⁰

Arthur Lacerda apresenta outra versão para a criação da ouvidoria em São Paulo. O autor de **As ouvidorias do Brasil colônia** menciona que em março de 1698 a câmara da vila de São Paulo requereu ao rei o estabelecimento não de uma, mas sim de quatro ouvidorias na capitania. Tais instituições deveriam ser instaladas nas vilas de São Paulo, Paranaguá, Itu e uma que atendesse às vilas de Mogi, Paraíba, Taubaté e Guaratinguetá.⁷¹

De qualquer forma, um fator que favoreceu a instalação da ouvidoria em São Paulo foi a nova política da Coroa portuguesa para a região centro-sul do Estado do Brasil. Tal política visava o fortalecimento do poder régio na capitania, uma vez que

⁶⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. et al. (Org.). *Op. Cit.* 2009. p. 17.

⁶⁸ NEVES, Cylaine Maria das. **A vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. p. 18.

⁶⁹ Segundo informações de Cylaine Maria das Neves, “a comarca foi estabelecida por Carta Régia de 13 de agosto de 1699. A criação do Termo foi confirmada por meio do documento datado de 2 de maio de 1700 e a Carta Régia de 29 de outubro de 1700”. Ver: NEVES, Cylaine Maria das. *Op. Cit.* p. 18.

⁷⁰ **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 54.

⁷¹ LACERDA, Arthur. **As ouvidorias do Brasil colônia**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 33-34.

poucos anos antes foram descobertas minas de ouro na região. Essa perspectiva pode ser observada também na preocupação que o governador-geral do Estado do Brasil Dom João de Lancastre, manifesta para a administração central:

com a ausência de defesas militares em São Paulo, lembrava que a região fora recentemente transformada no principal cenário de exploração aurífera no Brasil, situação que adquiria maior gravidade em face dos conflitos suscitados pela sucessão espanhola na Europa. Temia ele que a presença diminuta da autoridade régia no sertão tornasse inútil todo aquele ouro para Portugal, nos mesmos moldes que a prata americana assim o fora para a Espanha. Além disso, ali se situava redes mercantis que sistematicamente organizavam expedições predadoras de índios que escapavam ao controle metropolitano.⁷²

Desta forma, a inserção de uma ouvidoria na capitania de São Vicente pode ser entendida como uma necessidade da Coroa, no sentido de melhor gerir as novas dinâmicas da localidade, ainda mais devido às zonas auríferas se encontrarem, naquele momento, no interior da capitania.

Não obstante, outro elemento que o ouvidor régio nomeado deveria ter em perspectiva para desempenhar suas funções eram os limites de sua jurisdição. Para abordar tal ponto, retomamos o segundo destaque que fizemos no documento de 19 de novembro de 1699, que trata do indulto régio aos moradores sob a jurisdição da nova ouvidoria.

Diz o documento: “Hey por bem de Conceder aos moradores no destricto da ouvedoria Geral de Sam Paulo o indulto de hum perdão pa. todos os de Lictos que não tiverem parte, e não forem Cometidos Com Sacrilégio”, sendo que destacamos justamente estas palavras finais, “não forem Cometidos Com Sacrilégio”. Tal destaque é para chamar a atenção para o fato de que o ouvidor régio deveria se limitar a agir na justiça civil, observando que os crimes que tivessem sido cometidos na esfera eclesiástica teriam sua própria dinâmica. Porém, traçar tal limite entre a justiça civil e eclesiástica era recorrente e, em certa medida, difícil. Em resposta a carta do ouvidor Antonio Luis Peleja de 3 de abril de 1701, o monarca ressalta que o ouvidor dava

Conta dos Vezitadores e Vigairos da Vara dessa Capitania Seintrometerem empreender SeCulares cobrar executivante. dividas Contrahidas entre Seculares em dispensarem as Citacoens e Irmandades intituidas por SeCulares, e em outras matérias muito alheias da Sua Jurisdiçam uzurpandovos a que vos he Conssedida pelas Leis e ordenação do Reyno; e paresseome dizervos, que ao Bispo novamente e Leito mandei encomendar ordene aos Seus Vizitadores, que Senão intrometam atomar Conta das Capelas que forem instituídas por Leigos; aos Juizes ordinarios que Seabstenha dos procedimentos deque Uzáo e nocazo que aSim onão faça executar, o que dele não espero; me paresseo ordenarvos que por hum procurador, que deveis nomear qdo. o não haijais ia nomeado, interponhais dessemelhantes

⁷² GOUVÊA, Maria de Fátima. *Op. Cit.* 2005. p. 190.

pProcedimtos. agravo pa. a Coroa, escrita em Lisboa a 7 de Dezembro de 1701. Rey, o Conde de Alvor Presidente. Para o ouvidor Geral de Sam Paulo, e não Se continha mais emadita Carta aqui Registrada bem e fielmente sem coisa que faça dúvida. São Paulo 7 de Julho de 1702. – João Soares Ribeiro.⁷³

Assim, tanto a concessão do perdão como buscar delimitar a esfera de atuação dos oficiais régios significava que a Coroa reservava a administração da justiça ao seu ouvidor recém-nomeado e, com o novo espaço de ação para o poder jurídico-administrativo, proporcionava “um estreitamento do relacionamento entre rei e vassallos, já que criava um novo espaço de negociação dos conflitos sociais, agora administrado pela própria Coroa.”⁷⁴ Inclusive, o ouvidor régio deveria corrigir as ações dos oficiais do donatário. Em carta régia de 07 de dezembro de 1701 assim o monarca respondia aos questionamentos de Antonio Luis Peleja

Antonio Luis Peleja, Eu El Rei vos emvio muito Saudar Viosse avossa Carta de 15 de Abril deste anno emque Representais que o ouvidor do doNatario dessa Capitania duvida que elle e Seu escrivão emeirinho vos esteijão sujeitos pera deVasares deles em Correição eos Castigardes eSuspenderes achandó os Culpados, nam Customando elles darRezidencia, ecomo na Ordenaçam os ouvidores dos doNatarios, eSeus officiais Sam obrigados adar Rezidencia todos ostres annos, o queSendo devia ahy obSerrar por não haver quemlha tirasse, mepareço ordenarvos lhe tireis Rezidencia naforma da Ordenaçam, eno Cazo emque não esteiáo estes ouvidores Sugeitos á Rezidencia então justamte. na Correição podeis Conhecer das Suas Culpas, epelo que toqua aosofficiais, destes em todo o tempo poderis inquirir, por Ser preciso emVioLavel escrita em Lisboa a 7 de Dezembro de 1701. Rey. o Conde de Alvor Prezidente. Para o ouvidor Geral de SamPaulo, enão Se continha mais emadita Carta aqui Registrada bem e fielnte., sem Couza que faça duvida, São Paulo 7 de Julho de 1702. – João Soares Ribeiro.⁷⁵

É perceptível, portanto, que o local onde os ouvidores régios atuaram na América portuguesa era um ambiente no qual era necessário se fazer presente o poder político régio, e que o exercício deste poder se valia da ação do ouvidor. As demandas do ouvidor Antonio Luis Peleja para cumprir suas funções vêm no sentido de reafirmar sua jurisdição. Não apenas isso, também demonstrou, por meio do indulto régio acima descrito, que era ele, agente régio, que a partir daquele momento seria o detentor daquelas prerrogativas.

Além do mais, por meio das cartas produzidas tanto pela Coroa como pelos ouvidores régios, nota-se a gradual ação da Coroa em se fazer presente na

⁷³ **RAMSP.** Carta de Sua Magde. sobre se intrometerem os eclesiásticos na jurisdição secular. Ano I, vol. I, 1934. pp. 56-57. p. 57.

⁷⁴ PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. Cit.* p. 43.

⁷⁵ **RAMSP.** Carta de Sua Magde. Sobre Se intrometerem os ecLeziasticos, digo Sobre estarem Sogeitos a Correição os officiais dos ouvidores da Capnia. e o dito ouvidor aRezidencia. Ano I, vol. I, 1934. p. 56.

capitania, se valendo inclusive de artifícios para agir sobre os oficiais do donatário, mesmo no caso da doação não permitir isso. Isto fica claro na seguinte passagem da carta: “eno Cazo emque não esteiáo estes ouvidores Sugeitos á Rezidência então justamte. na Correição podeis Conhecer das Suas Culpas, epelo que toqua aosofficiais, destes em todo o tempo poderis inquirir”.⁷⁶

Com isso, as ordens régias vieram a moldar as ações do ouvidor, ora ampliando sua jurisdição, ora reafirmando o seu poder na localidade.

Nesta perspectiva, a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo publicou, a partir de 1934, “ordens reais” que nos auxiliam a observar a constituição da ouvidoria de São Paulo, bem como as atribuições do ouvidor para o exercício de seu cargo.⁷⁷

As publicações feitas pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo obviamente não trazem em seu interior todas as “ordens reais” que foram transmitidas para os ouvidores de São Paulo. Existiram outras, como se pode perceber, por exemplo, por meio do parecer dado pelo Conselho Ultramarino em resposta a carta de Antonio Luis Peleja de 09 de maio de 1700, solicitando que os ouvidores de São Paulo “tirassem as devassas de todos os casos q. pella lei forem de devassa e provados pena de morte”.⁷⁸ Ou seja, o ouvidor solicitava a ampliação de seus poderes na capitania.

Ao mesmo tempo, deve-se ter em mente que a capitania até 1709 estava nas mãos do donatário, logo havia outro ouvidor atuando na capitania, o que poderia gerar conflitos de jurisdição. Em carta ao rei datada de 15 de maio de 1701, Antonio Luis Peleja externava essa dificuldade de jurisdição, sendo que recebeu a seguinte resposta a respeito dessa matéria:

Antonio Luis Peleja, Eu El Rei Vos envio muito Saudar Viosse aVossa Carta de 15 de Mayo deste anno emquedais Conta daJurisdição deque Usa nessa Capa. o ouvidor dodonatario, Sem Seacharem Com firmadas as doassois por min na Camara de Sam Viçente, Sendo tudo abusos introduzidos, porSerem Contra aLey os Seus provimentos; eparesseome ordenarvos nam Consintais aotal ouvidor que Uze deJurisdicam alguma não estando a doassáo Confirmada por Seressa aVossa Obrigação na forma daley, e os provimentos do ouvidor geral, antessecor Thomé de Almeida deoLiveira Senáo devem guardar por Serem Contra aforma da ordenação escrita em Lisboa a 7 de Dezembro de 1701. Rey. Conde de Alvor Prezidente. Pera o ouvidor Geral de Sam Paulo, enão Se Continha mais nadita Carta aqui

⁷⁶ *Id.*

⁷⁷ **RAMSP.** Ano I, vol. I, II, III e IV, 1934.

⁷⁸ **AHU** – São Paulo – MGouveia, cx. 1, doc. 63.

Registrada bem e fielmente. Sem Couzaque faça duvida São Paulo 7 de Julho de 1702. – João Soares Ribeiro.⁷⁹

Observe-se como a carta se utiliza das ordenações e da lei para dar legitimidade às ações de Antonio Luis Peleja. A falta da “confirmação da doação” retirava do ouvidor nomeado pelo donatário qualquer prerrogativa legal sobre os provimentos que proferia, por “serem contra a lei”. Assim, o ouvidor régio, conforme sua “obrigação na forma da lei”, não deve permitir que o ouvidor nomeado pelo donatário “use de Jurisdição alguma”, bem como não deve guardar os provimentos deste ouvidor, por “serem contra a forma da ordenação”. Entre a jurisdição do ouvidor do donatário e a do ouvidor nomeado pela Coroa, quem deveria prevalecer neste caso, uma vez que não foram “confirmadas as doações”, era o ouvidor régio.

De fato, como já explorado no livro **Fiscais e Meirinhos**, desde a instalação do Governo Geral do Estado do Brasil, em 1548, e a inserção na América portuguesa do ouvidor-geral do Estado do Brasil,

mais importante que a diminuição da alçada dos donatários foi a permissão de entrada do ouvidor-geral nas capitanias, para fazer correições, isto é, fiscalizar a atuação dos funcionários responsáveis pelo governo e pela Justiça. Isso implicou um maior poder dos agentes da Coroa sobre a administração particular previamente estabelecida e, em especial, sobre o cumprimento da legislação. O objetivo era ‘coibir os abusos e desmandos dos capitães-mores donatários ou de seus locotenentes ouvidores’.⁸⁰

Para observar de uma forma mais pormenorizada a inserção da ouvidoria régia de São Paulo na passagem do século XVII para o XVIII, bem como as funções que os ouvidores nomeados pela Coroa teriam na localidade, foi feito um levantamento na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo a respeito das ordens régias enviadas para tal instituição.

Uma vez que buscávamos analisar a inserção da nova instituição, nos detivemos em rastrear aqueles documentos que mencionam a figura do ouvidor régio Antonio Luiz Peleja. Entre seus volumes I e IV, a Revista publicou 51 documentos datados entre os anos de 1699 e 1705, intitulados “ordens reaes”. Nestes, o ouvidor régio foi citado 45 vezes, seja de forma direta, fazendo referência ao seu nome, ou indiretamente, apenas como “o ouvidor geral de São Paulo”.

⁷⁹ **RAMSP**. Carta Sobre a Jurisdição dos ouvidores da Capa. Eanullados os provimtos. do ovidor Geral o Dor. Thomé de Almeyda. Ano I, 1934. p. 55-56.

⁸⁰ Com o Alvará de 5 de março de 1557, o rei passou a nomear ouvidores para as capitanias da Coroa, e “restringiu a competência dos donatários e de seus ouvidores”, em matéria da aplicação da justiça. SALGADO, Graça. (Coord.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 75.

Para analisar estes 45 documentos, categorizamos os mesmos conforme seu teor, dividindo-os em: “Graça Régia”, “administrativos”, “jurisdição” e “funções”.

Três ordens régias tratam da “Graça Régia” concedida aos moradores da capitania de São Paulo pelo indulto acima mencionado, refinando, por assim dizer, tal graça, uma vez que o ouvidor régio teve dúvidas a respeito de a quem poderia se estender tal indulto. Assim, em 15 de julho de 1702 ele enviou uma carta ao rei, que responde que “ahordem que vos foi está bem CLara; e aSim aquelas pessoas que quizerem tratar do Seu Livramento perante vos pa. lhe valer a exação eo Alvará do indulto devem Justificar Como tem Contraido domecillio nas terras dessa Capitania que São Só aqueles com quem fala o Alvará”.⁸¹

Outros três documentos foram interpretados como sendo de caráter “administrativo”, trazendo em seu teor os valores a serem pagos aos ouvidores régios em propinas, aposentadorias e emolumentos.⁸²

Onze documentos tratam da jurisdição do ouvidor régio, observando tanto a relação com os oficiais do donatário, como apresentado acima, como com outros oficiais régios, bem como eclesiásticos.⁸³ Desta esfera destacamos alguns documentos, como a divisão jurisdicional entre a nova ouvidoria de São Paulo e a ouvidoria do Rio de Janeiro, no ano de 1700. Para tal, reuniram-se o governador e capitão-general do Rio de Janeiro e demais capitanias do sul, Artur Sá de Meneses, e os ouvidores do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, José Vaz Pinto e Antonio Luiz Peleja, para “evitar alguma confusão” nas jurisdições dos ouvidores e declarar quais vilas seriam passadas à nova ouvidoria e quais permaneceriam com a ouvidoria do Rio de Janeiro.

pelo Senhor Capitão general foi dito e deClarado [...] que as Vilas que fiquam pertenssendo a nova ouvedoria de Sam Paulo, eram a Vila de Santos, a de Sam Vicente, e a da Conseição [Itanhaém], a da Cananéia, a de Iguape, a de Paranagoá, a do Rio de Sam Francisco, a da nova Collonia [do Sacramento] pela marinha a da Costa abaixo para o Sul, e que mais lhe ficavão pertenssendo pella parte do Sertão a Vila de São Paulo, e a de Jundiah, a de Mogi, a da Paraíba, a de Taibatê, a de Guaratinguetá, e de Parahiba, e a de Utú, e a de Sorocaba, e as que ficão pertenssendo na ouvedoria do Rio de Janeiro não tratando para as que ficão para a parte do Norte; eram as vilas de Sam Sebastião, Ubatuba e a de Paraty, a da Ilha grande que ficão de Santos para o Rio de Janro., pella Costa, e que pa. Que Vieçe a noticia de todos os moradores das ditas Vilas, a jurisdição, e Correição a que ficavão pertenssendo, Se fizeçem Sabedores, per ordens Remetidas as Câmaras das ditas Vilas, Com deClaração fiquarem Registradas nos Livros dellas, e que nas mesmas ordens foçe inserto este termo

⁸¹ **RAMSP**. Carta de Sua Magde. de declaração Ao Perdão – N^o. – L. Ve. A. 19. Ano I, vol. II, 1934. p. 64.

⁸² Ver: **RAMSP**. Ano I, vol. I, 1934. p. 46-48.

⁸³ Ver: **RAMSP**. Ano I, vol. I, 1934. p. 50, 51, 55-57. **RAMSP**. Ano I, vol. II, 1934. p. 66, 67 e 69.

de deClaração e Repartição, e outro Sim, que Se Registaçe na Câmara desta Cidade, e que ficaçe permanessendo na SeCretaria deste Governo, que tudo mandou fazer, que aSignou Com os ditos ouvidores Gerais. Artur de Sá e Menezes. Joseph Vaz Pinto. Antonio Luiz Peleja.⁸⁴

Note-se o amplo espaço geográfico de atuação de ambos os ouvidores. Contudo, tendo como foco a área de atuação do ouvidor de São Paulo, observa-se que o documento não menciona a vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, criada no ano de 1693 e pertencente também à jurisdição da ouvidoria. Além disso, posteriormente a ouvidoria também englobou as vilas de Pindamonhangaba, criada em 1705, e de Laguna, criada em 1714.

Ainda a respeito da jurisdição, ocorreram queixas sobre o local escolhido para ser a “cabeça da comarca”. O ouvidor régio deveria residir na “cabeça da comarca”, ou seja, na principal vila ou cidade de sua circunscrição judicial, o que proporcionaria maior comodidade para as pessoas requererem justiça. Em carta de 12 de julho de 1700, os oficiais da vila de São Vicente queixavam-se de

se ter Rezoluto que o ouvidor geral que mandei Crear de novo aSistiçe na Vila de São Paulo, Sendo essa [São Vicente] aprimeira dessa Capitania, e Como tal julgada naRelaçam da bahia por Cabeça dela, e paresseo-me dizervos, que vistas as Voças Rezois não tem Lugar o diferirçe a esta mudança do Menistro pera essaVila, atendendo as Coisas que ouve pera que fosse asua aSistencia em São Paulo escrita em Lisboa a 27 de Janeiro de 1701. Rey. Pera os oficiais da Camara da Vila de Sam Viçente. (...) Registrei Sem Couza que faça duvida. São Paulo 9 de Mayo de 1701. – Joao Soares Ribeiro⁸⁵

Tal questão sobre a “cabeça da comarca” ainda não havia sido superada pelos oficiais da câmara de São Vicente em 1704, quando indagaram novamente ao rei o porquê da vila de São Paulo ser a “cabeça da comarca”, uma vez que era a vila de São Vicente a “cabeça da Capitania”. Merecem destaque estes documentos de 1701 e 1704, pois deixam transparecer um conflito não só entre os camaristas das referidas vilas, mas também a situação vivida na capitania, que era pertencente a um donatário, o Marquês de Cascais, porém com uma instituição régia em seu interior que interferia na jurisdição do donatário, como já observado.

Dado o conflito de poderes na capitania de São Paulo, em 29 de maio de 1702, Antonio Luis Peleja dava conta ao rei dos desmandos dos capitães-mores. Diz a resposta do rei às denúncias do ouvidor:

⁸⁴ **RAMSP.** Termo que fizeram entre Sy os ouvidores gerais o primeiro que foi desta ouvidoria, e o Ouvidorgeral que no tempo hera em o Ryo de Janeiro em o qual se declarou as Vilas pertencentes a esta ouvidoria. Ano I, vol. I, 1934. p. 49-50. p. 50.

⁸⁵ **RAMSP.** Carta por que S. Magde. ordena aSista os ouvidores gerais na Vila de São Paulo. Ano I, vol. I, 1934. p. 52.

Antonio Luis Peleja eu El Rey vos emvio mto. Saudar, Viosse aVossa Carta de 29 deMaio do anno paçado em que dais Conta daizenção com que Vivem os Capitais mores das capitánias da Vossa jurisdição pa. digo jurisdição, querendo uzar daque não tem Criando postos denovo, e fazendo independentes pera não Serem Castigados cometendo algum Crime, nem Serem Citados em qto. exercitáo os ditos postos, de que naSia hum grande prejuízo aessa Republica, o que Sedevia atalhar; E pareceome dizervos, que os Capitains Mores não podem Crear officios, nem postos denovo **porque isto he Regalia minha**, e aSim hey por nulos todos os que Crearáo de novo; deClarandovos, que devem epodem ser Citados e Convindos, e ainda Castigados quando de Linquirem, em materiam que não Respeitem as Suas Rezidenças as quais da Vossa obrigação, era as tirardes atodos os Capitains Mores no fim do Seu triênio Como tenho ordenado em todas as Capitánias do Estado do Brazil e não lhes Consstentireis que Uzem de Jurisdicção, mais daquela que lhes for Consedida pelas Suas doassois Comfirmadas pormim; de que Vos avizo pera que aSim o executeis. Escrita em Lisboa a 28 de fevereiro de 1702. Rey., Para o ouvidor Geral de São Paulo, Bernardim freire de Andrade.Jozeph de freita Serrão. E não Se Continha mais emadita Carta que aqui tresladei bem e fielnte. Se Couza que faça duvida, São Paulo 11 de Setembro de 1703. João Soares Ribro.⁸⁶ [Grifo meu.]

Ou seja, é bem clara a reafirmação do poder régio na capitania, expondo ao ouvidor régio que era regalia do rei a prerrogativa de criar postos, além de pontuar que ele, ouvidor nomeado pela Coroa, deveria tirar as residências dos capitães-mores ao fim de seus triênios. Portanto, nota-se a busca por limites de poder, por dar a cada qual o que lhe era de direito, para o que “não lhes Consstentireis que Uzem de Jurisdicção, mais daquela que lhes for Consedida pelas Suas doassois Comfirmadas pormim”. E reafirmada a jurisdição, as funções que os ouvidores régios deveriam desempenhar também possuíam seus limites.

Para analisar tais limites, se faz necessário observar alguns aspectos a respeito da divisão espacial que existia no reino, mas que na América portuguesa não apresentava as mesmas feições. Compostos por diversas formas relacionais e de poderes, os espaços nos quais as pessoas circulavam/agiam não possuíam uma “clara fronteira”. Conforme Ana Cristina Nogueira e António Manuel Hespanha, nas sociedades tradicionais, como a portuguesa durante o Antigo Regime, “o espaço não era o mesmo para toda a gente nem para todos os efeitos. Cada grupo (ou cada sujeito, em cada papel social que desempenhava) ‘via’ um espaço diferente: diferentemente limitado, diferentemente organizado, diferentemente hierarquizado”.⁸⁷ Para identificar os horizontes destes “espaços”, os autores pontuam que as circunscrições jurisdicionais seriam as fronteiras “imediatamente visíveis”. Assim, observam que no plano civil, ou seja, não eclesiástico, a menor unidade jurisdicional

⁸⁶ **RAMSP.** Carta Sobre a Jurisdicção dos Capitais Moes epoderem Ser Castigados e prezos delinquindo. Ano I, vol. II, 1934. p. 69.

⁸⁷ **NOGUEIRA**, Ana Cristina; **HESPANHA**, António Manuel. O Quadro Espacial. Em: **HESPANHA**, António Manuel (Coord.). **História de Portugal**: o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998. p. 35-41. p. 35.

seria o “*concelho*, sede de jurisdição política e judicial de primeira instância”. Acima do *concelho*, em diferentes graus, existiam a comarca, a provedoria e a ouvidoria.

A comarca “era a sede do corregedor, cuja função principal era a de inspecionar o governo local e, eventualmente, avocar ou decidir em recurso alguma causa”. As comarcas constituíam “circunscrições factícias, desenhadas pela coroa na segunda metade do século XVI, para finalidade de controle político-administrativo”. Já a ouvidoria era a “sede dos ouvidores senhoriais”, ou seja, do oficial da justiça no interior das terras senhoriais.⁸⁸

As terras senhoriais, por sua vez, eram territórios doados pela monarquia portuguesa a particulares: ordens militares, senhorios eclesiásticos, senhorios laicos (geralmente nobres). Grosso modo, segundo António Manuel Hespanha, o regime político-jurídico destes senhorios pode ter uma interpretação de “doações de *regalia*”, ou seja, “doado o território, entende-se doada a jurisdição; doada esta, entende-se doado o império, bem como o provimento dos respectivos ofícios”.⁸⁹ Assim, o senhor que recebia as terras doadas pela monarquia detinha poderes para nomear seus oficiais, inclusive quem iria administrar a justiça em seus territórios, ou seja, um ouvidor senhorial, já que sua jurisdição se limitava às terras senhoriais.

Obviamente, o objetivo do texto de Nogueira e Hespanha a respeito do “quadro espacial” no Antigo Regime português não era o de se dedicar a explicar cada circunscrição jurisdicional, por isso esse caráter prático ao descrever o que seriam a comarca e a ouvidoria. Contudo, eles nos auxiliam ao identificarem que no reino, justamente, havia uma distinção, uma fronteira, entre esses espaços jurisdicionais, alguns controlados pela monarquia e outros por particulares. Porém, novamente, não é uma “clara fronteira”, uma vez que, dependendo das cartas de doações, as ouvidorias poderiam ou não ser alvo das ações dos corregedores.

Nesta perspectiva, chama-se aqui a atenção, justamente, para a distinção que se fazia no reino entre essas esferas jurisdicionais (comarca e ouvidoria). A comarca era o espaço de ação do corregedor, agente régio que deveria fiscalizar o governo local em determinado território.⁹⁰ Território este que possuía diversos *concelhos* e que poderia ou não ter terras senhoriais. As terras senhoriais “pertenciam” a

⁸⁸ *Ibid.* p. 36-37.

⁸⁹ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1994. p. 390.

⁹⁰ Como veremos adiante, as competências dos corregedores iam além da fiscalização do governo local.

particulares que, por meio de doação régia, possuíam prerrogativas de administração, governo e justiça. Nestas terras existiam concelhos, e os responsáveis pela justiça em primeira instância eram os juízes ordinários e, em segunda instância, o ouvidor nomeado pelo senhorio (pessoa que recebeu a doação régia).

Ana Cristina Nogueira e António Manuel Hespanha indicam que as ouvidorias no reino eram “espaços pouco marcados”, ou seja, de difícil definição espacial. Isto se deve ao caráter “raramente contínuo dos domínios senhoriais”, uma vez que estes espaços eram muito fragmentados. Além disso, o “pequeno impacto da jurisdição intermédia dos ouvidores, que nem julgavam em primeira instância, nem proferiam a decisão definitiva”, constituem uma dificuldade para demarcar os espaços das ouvidorias. Desta forma, completam os autores, “salvo nos casos em que existisse uma maior integração territorial, a isenção de correição, a presença de ouvidores letrados com efetiva atividade ou poderes espaciais de controle do governo local, os espaços senhoriais fossem pouco visíveis”.⁹¹

Por mais que não se possa aferir com maior propriedade os limites das ouvidorias no reino e, com isso, também as áreas de atuação dos “ouvidores senhoriais” (agentes nomeados pelos senhores e não pela monarquia lusa), devemos ter em mente que, como previamente citado, a jurisdição destes “ouvidores senhoriais” estava associada aos senhorios. Assim, no que tange à jurisdição nos territórios doados aos senhores, António Manuel Hespanha observa que:

(...) a doação da jurisdição era dominada pelo princípio do caráter intermédio da jurisdição senhorial, que ressaltava quer a jurisdição dos juízes das terras, quer o direito real de apelação (*Ord. Fil.*[Ordenações Filipinas], II, 45, 50 e III, 71).

A jurisdição senhorial era exercida pessoalmente ou pelos ouvidores senhoriais, tendo trienalmente e devendo residir na terra de que são ouvidores, tendo jurisdição sobre outras terras do mesmo senhor num raio de 5 léguas. Por vezes, os senhores obtinham o privilégio de os juízes de fora de terras próximas fossem seus ouvidores, o que os dispensava de pagar a um ouvidor próprio.⁹²

No que diz respeito às competências dos “ouvidores senhoriais”, de uma forma pontual, José Subtil descreve que eles eram “os oficiais de justiça que, nas terras dos donatários, exerciam a autoridade que os corregedores praticavam nas

⁹¹ NOGUEIRA, Ana Cristina; HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* p. 37.

⁹² HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1994. p. 397.

comarcas administradas diretamente pela Coroa. Por isso mesmo a área jurisdicional abrangida pelas suas funções era denominada de ouvidoria.”⁹³

Ainda segundo as informações apresentadas por Subtil, os limites e as prerrogativas de ação dos “ouvidores senhoriais” dependiam das cláusulas inscritas nas cartas de doações régias. Com isso, as ações judiciais destes ouvidores estavam associadas a outras dinâmicas, como, por exemplo, a possibilidade do corregedor da Coroa atuar nos senhorios e promover correições.

De forma geral, as ouvidorias no interior das terras senhoriais estavam isentas das correições, “reservando o rei o poder de última instância nos casos previstos nas cartas de doação, sobretudo nas causas crime”, conferindo, assim, devido às cartas de doação, uma ampla autonomia aos senhores e a seus ouvidores.⁹⁴

A monarquia portuguesa, ao dispor a particulares, por meio de doações, determinadas prerrogativas, provocou a criação de uma “rede de poderes senhoriais”, o que, conforme as palavras de José Subtil, “entravou a organização centralizadora e racional do território”. Porém, o poder nos senhorios não era progressivo, muito menos tinha a possibilidade de se propagar para outros territórios, era sim pontual – o senhorio. Mas, mesmo assim, reiteramos que em seus territórios os senhores possuíam amplos e autônomos poderes, podendo inclusive delegá-los aos seus “ouvidores senhoriais”, dando-lhes, inclusive, abrangência jurisdicional em suas terras,

como o poder para nomear juízes letrados, confirmar as vereações, o juiz ordinário e o procurador dos concelhos do seu território. Os ouvidores podiam, ainda, lançar tributos como a sisa e as décimas, regular o direito de padroado, a administração de comendas, prover os postos de ordenanças, a serventia dos ofícios, tomar a residências dos juízes letrados, conhecer das apelações e agravos dos feitos crimes e cíveis, dar cartas de seguro etc.⁹⁵

Como se pode notar, o “ouvidor senhorial” possuía amplos poderes na jurisdição que lhe era atribuída pelo senhor, atuando não só em seu domínio de primazia, a justiça, mas também nos domínios políticos e administrativos. Desta forma, é possível perceber a dimensão dos poderes político-administrativos dos senhores. Com isso, para se utilizar um termo de António Manuel Hespanha, o poder foi “miniaturizado” às esferas de ação do senhorio.

⁹³ SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. *Op. Cit.*2011. p. 16.

⁹⁴ *Id.*

⁹⁵ *Id.*

A miniaturização do espaço político decorre, em primeiro lugar, das características da estrutura de legitimação do poder. Baseada na tradição, a legitimidade política exige, além do transcurso do tempo, condições de contiguidade e de estabilidade da vida comunitária que permitam uma educação coletiva intensa nas tradições comuns. O espaço político tradicional é, portanto, o espaço das pequenas comunidades, vivendo, muitas vezes, sobre um solo apropriado coletivamente, observando regras comuns de vida, reconhecendo as mesmas autoridades, partilhando das mesmas crenças e tradições.⁹⁶

Com essa análise pretendemos observar, justamente, que por mais difícil que fosse definir os limites do poder de um ou outro agente no interior do senhorio, da ouvidoria ou da comarca, tais limites existiam. Entretanto, os limites identificados entre a comarca e a ouvidoria no reino por Ana Cristina Nogueira e António Manuel Hespanha não possuem tal configuração na América portuguesa.

Na colônia americana existiram ouvidorias e comarcas. Porém, quando controladas pela Coroa, ou seja, quando as ouvidorias não estavam nas mãos dos donatários, sendo por eles nomeados os ouvidores, ocorreu uma simplificação e a instituição régia denominada ouvidoria, sede do ouvidor régio, passou a “inspecionar o governo local e, eventualmente, avocar ou decidir em recurso alguma causa”⁹⁷, confundindo-se, portanto, com as comarcas.

Feita tal observação sobre essa simplificação feita para a América lusitana, devemos observar as demais ordens régias publicadas pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. As demais 28 ordens régias que se encontram na revista e que citam o ouvidor régio Antonio Luis Peleja fazem parte do que qualificamos como “funções”.

Nesta categoria há uma grande diversidade de ações que o ouvidor régio deveria desempenhar. Muitas das cartas enviadas pela administração central da monarquia portuguesa para o ouvidor régio eram respostas aos questionamentos do próprio ouvidor sobre como proceder, ou a informações dadas por ele a respeito da situação da capitania.

No primeiro caso, respostas aos questionamentos, pode vir a significar que os ouvidores, embora soubesse de das funções a serem desempenhadas por um ouvidor ou um corregedor no reino, tinham dúvidas em relação as suas funções na América. Entretanto, há indícios, nestas respostas dadas pela administração central

⁹⁶ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1994. p. 90.

⁹⁷ NOGUEIRA, Ana Cristina; HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* p. 37.

da Coroa, de que deveria pautar suas ações pelos seus regimentos e/ou as ordenações do reino.

Em carta de 15 de maio de 1701 o ouvidor Antonio Luis Peleja informava ao rei dos “casos atrozes” que haviam ocorrido no interior da comarca. O rei, por sua vez, responde ao seu agente em 29 de novembro de 1701, afirmando que:

(...) tireis de Vossa dos tais Casos, procedendo nelas Conforme o Vosso Regimento e minhas Leis e prendendo semelhantes de Linquentes, e estando Seguros nessas Cadeias os deveis sentesear, Segundo o Vosso mesmo Regimto. Com apelação pera a Relação da Bahia, a cujo cjançeller avizo faça Com que estas Sentenças Seexecutem nom mesmo Lugar de delicto, eem Cazo que os presos Seiam Remetidos pera as Cadeias daquela Cide. Sendo Sentençados amorte Semandem por as Cabeças na parte onde Se Cometerão os Crimes, pera que Sirva este Castigo de exemplo pera Refrear oanimo dosque os virem, e Seabsterem de Cometerem Semelhantes insultos, (...).⁹⁸

Reafirma-se nesta carta que o ouvidor régio deveria proceder conforme seu regimento, documento que será tratado logo à frente, ao mesmo tempo em que o monarca observa a necessidade de “frear os ânimos” da comunidade. A função do ouvidor régio aqui era a de demonstrar para os demais membros do corpo social que a justiça do rei estava sendo aplicada, e que os que cometiam delitos estavam sendo punidos.

Outra função importante do ouvidor régio era a de informar a administração central do que se passava na capitania. Em carta enviada em 02 de julho de 1703 o ouvidor Antonio Luis Peleja falava sobre os excessos do governador da praça de Santos, sendo que, em resposta, a administração central comunica que “estranha o exceder” do governador Jorge Soares de Macedo no seu regimento e que tomaria as devidas providências e o questionaria a respeito de tais excessos no momento da sua residência.⁹⁹

Outra função que muito interessava à Coroa era a arrecadação do ouro na capitania. Em carta de 21 de maio de 1700, o ouvidor régio de São Paulo questionava o monarca a respeito de uma ordem dada pelo governador Artur de Sá e Menezes, entendendo ele, ouvidor, que não poderia executar o pedido do governador a não ser que o rei lhe enviasse uma “expeçial provizão”. Porém, em resposta, o monarca informa ao ouvidor, em carta de 20 de outubro de 1700, que “paresseo-me ordenarvos exzecuteis a ordem que tivestes do dito governador”. A questão recaía no fato do governador ter pedido ao ouvidor que fizesse devassas

⁹⁸ **RAMSP.** Carta de Sua Mage. Sobre o modo das execuções. Ano I, vol. I, 1934. p. 53.

⁹⁹ **RAMSP.** Carta de Sua Mage. Sobre os tratos que o gor. da Praça de Santos mandou dar a alguns Soldados do do., Presidio Sem forma de Juizo. Ano I, vol. III, 1934. p. 53.

duas vezes por ano, sendo uma delas em correição, dos oficiais das minas e “officiaes donde Sequinta o ouro aos que desCaminhão”. Na mesma carta o rei informava que havia dado ao governador uma “jurisdição ampliçima para obrar tudo o que Julgar Conveniente para melhor aRecadação do dito ouro”, sendo que o ouvidor deveria guardar “neste particular inviolavelmte., tudo o que o governador despuzer por Se emCaminhar embenefiço da fazenda Real, a que Se deve ter toda á atenção”.¹⁰⁰ Ou seja, no que tange à arrecadação do ouro, o ouvidor régio deveria acatar as ordens dadas pelo governador, algo que corrobora as reflexões de José Subtil de que o ouvidor deveria colaborar “com os responsáveis pelo governo e a administração régia”, assim ampliando seus deveres. Isto é perceptível na carta enviada pelo monarca em 03 de dezembro de 1701, na qual ordena ao ouvidor que assista à arrematação dos dízimos na Vila de Santos.¹⁰¹

Observe-se que o documento que trata a respeito dos descaminhos do ouro ordena que o ouvidor régio deveria fazer devassas quando “em correição”. Muitos dos ouvidores régios que atuaram na América portuguesa também possuíam o título e as atribuições que os corregedores tinham no reino, ou a eles foram imputadas mais funções do que inicialmente lhe foram incumbidos. Ou ainda, devido ao zelo com o qual exerciam seus cargos, os agentes régios poderiam, mesmo antes do final de suas nomeações, adquirir novas benesses, mercês.

A documentação referente ao ouvidor Antonio Luiz Peleja, principalmente após 1703, passa a se referir ao agente régio da seguinte forma: “o Dor. Antonio Luis Peleja do Dezembargo de Sua Magde., e Seu Dezor. Da Relação, e Caza do Porto, ouvidor geral da Vila de Sam Paulo e Capitancias do Sul por Sua Magestade”.¹⁰² Ou seja, Antonio Luis Peleja foi agraciado com mais uma mercê, o título de desembargador, quatro anos após sua nomeação, mas ainda servindo como ouvidor régio na ouvidoria de São Paulo.

Conforme afirma Isabele de Matos Pereira de Mello em sua tese **Magistrados a serviço do rei**, ser nomeado desembargador “representava um reconhecimento na carreira do magistrado. Além disso, enquanto ouvidores gerais ou em ofícios

¹⁰⁰ **RAMSP**. Carta porque Sua Magde. manda deVassar dos descaminhos do ouro empó. Ano I, vol. I, 1934. p. 51-52.

¹⁰¹ **RAMSP**. Carta pa. os ouvidores gerais aSistirem aRematação dos dízimos na Vila de Stos. Ano I, vol. II, 1934. p. 62.

¹⁰² **RAMSP**. Registo dehum mandado que Sepaçou pa. os officiaes da Camara da Villa de Santos pa. aexam. da Carta de Sua Magde. Registada a fl. 16. Ano I, vol. II, 1934. p. 71.

menores, os magistrados estavam sujeitos a uma nomeação provisória e ao se tornarem desembargadores adquiriam uma nomeação definitiva e irrevogável”.¹⁰³

Stuart Schwartz chama a atenção para outro “fenômeno interessante” que o título de desembargador proporcionava: “o título e a dignidade de desembargador continuavam fazendo parte do homem mesmo quando ele já não ocupava o cargo. O título se tornou descrição de posição social, e não meramente de função”.¹⁰⁴ Na mesma linha, Nuno Camarinhas afirma que o “estatuto de desembargador, que podia ser outorgado de forma honorífica, isto é, título sem o exercício, mostra de uma forma bastante clara o reforço das relações de tipo corporativo características do corpo burocrático da época moderna”.¹⁰⁵ Portanto, um título que configurava uma maior distinção social.

Diversos agentes régios que atuaram na Comarca de São Paulo e na de Paranaguá exerceram outras funções além da de ouvidor régio, como a de provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos¹⁰⁶ ou ainda de intendente das minas¹⁰⁷. A própria Ordenação Filipina possuía dispositivos para que na falta de algum oficial outro assumisse suas atribuições; no Título 59º do Livro Primeiro, “dos ouvidores que per El-Rei são postos em alguns lugares”, determina que:

Quando pozermos por Ouvidor de alguma terra algum Juiz de fóra, posto per Nós em alguma Cidade, ou Vila, quando stiver no lugar de sua Ouvidoria, **conhecerá de todo o que conheceria o Corregedor da Comarca, e usará de todo o que o Corregedor per seu Regimento hi póde usar, e terá a alçada, que tem no lugar de seu Julgado, e não aggravarão delle para o Corregedor, senão para onde poderiam aggravar do Corregedor**; salvo quando elle conhecer per aução nova entre partes, nos casos, em que per seu Regimento póde, porque então poderão delle aggravar, não cabendo em sua alçada, ou para Corregedor, ou para onde poderiam aggravar Dante o Corregedor. E não stando o dito Ouvidor no lugar da Ouvidoria, as partes, que quizerem aggravar Dante os Juizes do dito lugar, poderão aggravar para elle, ou para o Corregedor, qual as partes quizerem; e stando no dito lugar, não poderão aggravar senão para elle. E quando o Corregedor stiver no mesmo lugar, o Ouvidor não usará do dito Carrego em cousa alguma.¹⁰⁸ [Grifo meu.]

¹⁰³ MELLO, Isabele de Matos Pereira de. **Magistrados a serviço do rei**: a administração da justiça e os ouvidores gerais na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790). Niterói, 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. p. 48-49.

¹⁰⁴ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* p. 238, 247.

¹⁰⁵ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 77.

¹⁰⁶ Caso, por exemplo, do ouvidor régio da Comarca de Paranaguá Antonio Alvares Lanhas Peixoto. **ANTT**. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 7, folha 98.

¹⁰⁷ Caso do ouvidor régio da Comarca de Paranaguá Manuel dos Santos Lobato. **Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)**. Caixa 73, Pasta 01, Documento 76-1-22. Termo de receitas da Casa de Intendência de Paranaguá. Paranaguá, 23 de julho de 1745.

¹⁰⁸ **Ordenações Filipinas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [edição fac-similar da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870]. Livro I, Título 59º.

Para que tal dispositivo chegasse à América, local onde os membros das câmaras municipais poderiam desconhecer as Ordenações do Reino, existiram indicações mais diretas para que tal prática de substituição ocorresse. Em janeiro de 1715, Dom João V informava aos oficiais da câmara de São Paulo que o governador e capitão geral Dom Braz Baltazar da Silva não possuía jurisdição para nomear ouvidor para a capitania e que, assim, deviam remover do cargo Dom Simão de Toledo, nomeado pelo governador. E que na falta de ouvidor régio para a cidade de São Paulo, “deve Substituir O Lugar Juis de fora mais Vizinho da Comarca qual he O de Santos”, ordenando ainda que os camaristas o tenham “assim entendido, e façais Registrar, esta minha Rezolução nos Livros desse Segnado, para que della Conste atodo o tempo”.¹⁰⁹

Tais ajustes na configuração da jurisdição, ou mesmo nas leis, são comuns quando observamos a aplicação do corpo legislativo da monarquia portuguesa no ultramar. Como diz Claudia Cristina Azeredo Atallah:

Não existiu um conjunto de leis específico para o mundo colonial, as *Ordenações Manuelinas*, e, mais tarde, as *Filipinas* seriam aplicadas indistintamente, com o auxílio das leis extravagantes. Esse conjunto de leis, como se sabe, fora elaborado para o reino e sua aplicação nas possessões dependia de ajustes contínuos e também das relações de trocas estabelecidas entre o reino e seus vassallos.¹¹⁰

Dado o acúmulo das funções, entendemos ser necessário também especificar quais eram as atribuições dos corregedores no reino. Tal oficial deveria visitar as localidades de seu termo e nelas proceder às correições, sendo que, ao fazer tais visitas e prover as correições, teria que se informar se os representantes locais não abusavam do poder. Além disso, tinha a prerrogativa de avocar para si os processos que estivessem tramitando sob a responsabilidade dos juízes locais, se “lhe parecer, que os juízes da terra não farão inteiramente justiça, e dos feitos e causas, em que os juízes das terras forem suspeitos”, sendo obrigado a realizar audiências públicas três vezes na semana.¹¹¹

¹⁰⁹ **RAMSP.** Para que o Juis de fora de Santos entre a Servir de ouvidor Geral, em falta do proprietario, e que o gor. não tem Jurisdicam pa. nomear SerVenturario AA ouvedoria Gal, de 25 de Janro. 1715. Ano I, vol. IX, 1935. p. 101.

¹¹⁰ ATALLAH, Claudia Cristina Azeredo. **Da justiça em nome d’El Rey:** Ouvidores e Inconfidências na capitania de Minas Gerais (Sabará, 1720-1777). Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. p. 83.

¹¹¹ **Ordenações Filipinas.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [edição fac-similar da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870]. Livro I, Título 58º, § 23, 22 e 28.

Tanto na esfera cível quanto na criminal, conheceria por ação nova processos que ocorressem até quinze léguas de onde o ouvidor estivesse, possuindo alçada de até cem mil-réis em casos cíveis, sem apelação, nem agravo. Caso a quantia superasse sua alçada o agente régio deveria apelar e dar agravo para a Relação do Brasil, sendo que, ao expedir um mandado de prisão contra alguém, a prisão só poderia ser executada pelos meirinhos, alcaides, quadrilheiros ou juízes ordinários do município em que estivesse.¹¹²

Ainda, por meio das correições, precisavam conseguir informações e instaurar devassas em diversos casos, como em relação às condições das prisões, ao contato ilícito de homens com mulheres enclausuradas em mosteiros e às ações de “juízes ordinários, juízes de órfãos, juízes das sisas, escrivães, procuradores, meirinhos, alcaides, tabeliães e quaisquer outros oficiais da justiça e dos concelhos dos lugares de suas correições, por onde andarem”.¹¹³

Uma vez que era um oficial de segunda instância, estando acima dos juízes ordinários e juízes de fora, deveria tomar conhecimento das ações que fossem recorridas a sua ouvidoria, despachando conforme a justiça, sem apelação, nem agravo no que couber à alçada da ouvidoria e dando apelação para a Relação do Brasil nas ações de maior alçada.

Dada a lógica de justiça distributiva, no que se refere às ações criminais envolvendo escravos e índios, o ouvidor régio teria alçada em todas as penas, degredos e açoites presentes nas Ordenações. Contudo, no caso de morte julgaria em conjunto com o governador e o provedor da fazenda. No caso do malfeitor ser peão branco livre, o ouvidor despacharia sozinho em ações em que a pena imposta fosse de até cinco anos de degredo. Caso a condenação fosse a pena capital, açoites ou desmembramento, despacharia em conjunto com o governador e o provedor da fazenda. Caso o crime fosse cometido por pessoas nobres, cavaleiros, fidalgos e acima, o ouvidor, novamente auxiliado pelo governador e o provedor da fazenda, despacharia em ações em que as Ordenações impunham penas de até seis anos de degredo, dando apelação e agravo para a Relação do Brasil; em processos de penas maiores, encaminharia a ação à mesma Relação.

¹¹² **Ordenações Filipinas.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [edição fac-similar da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870]. Livro I, Título 58º, § 36.

¹¹³ **Ordenações Filipinas.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [edição fac-similar da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870]. Livro I, Título 58º, § 31, 32 e 34.

No Estado do Brasil, o ouvidor régio poderia emitir “cartas de seguro”, documentos que possibilitavam ao acusado responder o processo em liberdade, após terem sido expedidos mandados de prisão, com exceção dos casos de “morte de homem, traição, aleive [calúnia, fraude], sodomia, moeda falsa, tirada [fuga] de presos da cadeia, ofensa ou resistência feita a oficial da justiça, [...] nem erros de tabelião”.¹¹⁴

Também era de sua competência fiscalizar as prisões e seus guardas; evitar que a população encobrisse degredados, ladrões ou qualquer outro malfeitor; promover o povoamento de lugares despovoados; mandar realizar obras públicas; impedir conflitos nas câmaras municipais; e, nos lugares em que fosse necessário, mandar plantar “árvores de fruto”.¹¹⁵

De fato, como observam Arno Wehling e Maria José Wehling, o referido Título 58 da Ordenação Filipina aborda entre os itens 21 a 30 as competências jurídicas do corregedor; além disso, trata das

execuções (itens 31 a 38), a ação que deles se esperava contra o acoitamento de criminosos e a clientela de poderosos (itens 39 a 40), a ação administrativa, inclusive de fomento econômico (itens 42, 43 e 46), os cuidados que deveriam ter em evitar a ‘opressão dos povos’, a época da correição (item 53) e o juízo de residência.¹¹⁶

Nos itens iniciais, o Título em questão aborda como o corregedor deveria proceder com os demais oficiais da localidade, cumprindo seu papel de “fiscal” das ações dos agentes hierarquicamente inferiores a seu cargo. Ainda, ao chegar a um concelho, deveria observar se havia a necessidade de eleições dos seus juizes e oficiais, bem como instruir os juizes sobre como encaminhar os processos.

O oficial régio também precisaria divulgar entre os moradores da localidade que eles não deveriam proteger ladrões e malfeitores, ou mesmo receber bens furtados em suas casas, advertindo que tal conduta seria passível de pena. E, conforme o item 11 do Título 58º, o corregedor deveria tomar conhecimento se “alguns poderosos, ou outras pessoas” dificultavam a ação do direito régio e, em caso afirmativo, teria de informar a administração central da monarquia portuguesa. Caso houvesse conflitos entre concelhos, deveria resolvê-los, assim como:

(...) inspecionar a defesa das vilas, os conventos e mosteiros, bem como a condição das prisões; promover a homogeneização legal, verificando se as leis e posturas locais contrariavam a legislação real e remetendo o caso à decisão superior, quando necessário;

¹¹⁴ **Ordenações Filipinas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [edição fac-similar da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870]. Livro I, Título 58º, § 40.

¹¹⁵ PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. Cit.* p. 23. Ver ainda: **Ordenações Filipinas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [edição fac-similar da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870]. Livro I, Título 58, § 40, 14, 7, 42, 43, 12 e 46.

¹¹⁶ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 2004. p. 77.

verificar as rendas da Câmara e sua gestão pelos vereadores; informar sobre a existência de ‘posturas prejudiciais ao povo (...) e nos escreverá sobre elas com seu parecer’ – em caso de flagrante conflito com as Ordenações, tinha poder para cancelá-las; verificar do comportamento dos clérigos e, havendo motivo de censura, exigir do superior sua correção.¹¹⁷

Ademais, era necessário que tomasse ciência da existência de médicos nas localidades e que os fiscalizasse quanto a suas cartas de provisões. Ainda deveria fiscalizar os oficiais de justiça para averiguar se “cumprem o que são obrigados, e por seus Regimentos lhes é mandado”.¹¹⁸

O Título 58º, “Dos corregedores das comarcas”, possui ao todo 57 itens (capítulos) para instruir os corregedores, sendo que o último observava que tal oficial deveria cumprir e guardar todo seu conteúdo, caso contrário “haverão a pena, que nos bem parecer, segundo a qualidade dos casos, salvo nos capítulos, em que logo expressamente lhes he posta certa pena porque nesses será nelles executada”.¹¹⁹

Contudo, voltando a analisar as funções dadas ao ouvidor Antonio Luis Peleja nos anos iniciais da ouvidoria, reafirmamos a existência das ordens régias que, por meio das cartas remetidas ao ouvidor, transmitiam as resoluções do monarca, os desejos e as formas de como proceder em determinadas questões, sendo que eram os questionamentos do ouvidor que provocavam tal reação da administração central, ou seja, as dinâmicas locais e a troca de informações entre os agentes régios da monarquia lusitana acabavam dando os contornos às funções do ouvidor.

Exemplo da importância destas correspondências, que ao fim e ao cabo tornavam-se ordens régias de como proceder, pode ser verificado em como o ouvidor deveria agir no caso da cobrança indevida de impostos na vila de Santos. Em carta de 27 de maio de 1701, o ouvidor Antonio Luis Peleja relatava ao rei que na vila de Santos eram cobradas contribuições “do dotte de Inglaterra, e pax deoLanda aque estaVão obrigados os moradores da Vila de Santos” e dos desvios

¹¹⁷ *Ibid.* p. 78-79. Ver ainda: **Ordenações Filipinas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [edição fac-similar da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870]. Livro I, Título 58º.

¹¹⁸ **Ordenações Filipinas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [edição fac-similar da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870]. Livro I, Título 58, § 31, 32 e 34.

¹¹⁹ **Ordenações Filipinas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [edição fac-similar da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870]. Livro I, Título 58, § 57. Contudo, deve-se atentar que no reino o corregedor dispunha de oficiais auxiliares. “Escrivães, contadores, distribuidores e inquiridores (sendo estes três ofícios exercidos normalmente em acumulação), chanceleres, executores, caminheiros, meirinhos e porteiros”. Ver: HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1994. p. 206.

de tal contribuição, já que o donativo deveria ter acabado no ano de 1688, porém “o Senado da Camara Continuando na Cobrança athe o anno paçado”, ou seja, 1700. Ainda, o ouvidor relatava que o governador Artur de Sá e Menezes aplicava os valores arrecadados “para as obras dos quartéis dos Soldados” e que outras cobranças, como as do vinho, água ardente, vinagre e azeite, continuavam a existir, sendo a arrecadação utilizada nas despesas das festas e procissões reais, além de “fontes, Pontes, emais despesas da Camara”. Em resposta às indagações do ouvidor, assim respondeu em 07 de dezembro de 1701 o monarca:

(...) eparesseome ordenarvos, tomeis e exzaminareis as Contas dos doze annos, que SeContão desde aSuspensão do imposto, aplicado ao dotte de Ingalatêrra, e pax de oLanda, athe o anno paçado, e achando descaminhos tireis deVassa, e pernuncieis os Culpados elhe deis Livramto., e quando os não haja nas despesas feitas emobras publicas, egastos do Conçelho Sem pRovizão, medareis Conta indeviduando quais forão, e deque quantia, eemqto. A mandares Confirmar os impostos nas Carregaçois que entrarem na ditaVila, deVinhos, azeites, Vinagres, e agoas ardentes, meparesseo dizer vos que fizestes bem, equeSedevem aplicar aos quartéis dos Soldados, efortificaçois, e nesseçitando os officiais da Camara dealgúa parte a peça, e pera Selhe defirir meemformareis das despesas annuais da Camara do que importta Seu Rendimto., e daRazão por que não tem a Sougue e balança publica, de que hajam algum pera Selhe deferir Com o preçizo, evereis Seesses povos aSeitão bem a Contribuição destes tributos, e querem Selhe Continuem na Concideração de que por este meyo terão não Só Com que acudão a obra das fortificaçois que São tão necessárias pera a defeuca dessa Conquista, mas ainda pera os ConSertos das obras publicas epera as festas e não Consentindo nisto, vereis que meyo SeVos oferece mais Suave poronde Sepossao Satisfazer estas despesas e de tudo medareis Conta (...)¹²⁰

Cruzando as atribuições presentes nas Ordenações Filipinas para o cargo de corregedor com as informações contidas no documento acima apresentado, observamos uma conformidade, uma vez que o corregedor no Reino deveria mesmo verificar as rendas das câmaras. Contudo, esta forma minuciosa de como o ouvidor régio deveria proceder na vila de Santos dava novos contornos à execução das funções do cargo. Fiscalizar as receitas da câmara da vila de Santos, analisar as contas dos últimos 12 anos (1688-1700), período em que se manteve a cobrança, devassar os que haviam cometido desvios, informar à administração central no que foram gastos os valores arrecadados, organizar um novo imposto para a vila, se informar da razão de não existir um açougue e uma balança pública, verificar com a comunidade se aceitavam manter a contribuição e, em caso contrário, pensar em alternativas “suaves” para a arrecadação, faz do agente régio um oficial com amplos poderes e diversificadas incumbências.

¹²⁰ **RAMSP**. Carta Sobre o Subsidio Velho aplicado aos quartéis dos Soldados. Ano I, vol. I, 1934. p. 53-54. p. 54.

A carta do monarca para o ouvidor régio foi registrada pelo escrivão da ouvidoria no dia 07 de julho de 1702. Contudo, um conflito jurídico se estabeleceu na comarca de São Paulo. Como proceder contra os culpados, já que o monarca havia dado um indulto de perdão para os crimes cometidos até o momento de instalação da ouvidoria, ou seja, em 1699? Sobre esta questão, após novas informações dos descaminhos dos rendimentos enviadas pelo ouvidor régio, o monarca enviou uma carta em 13 de março de 1703 ordenando que “nos termos presentes Se hade Comprehender no indulto os desCaminhos que tiver avido neste Rendimento pourses moradores Setem feito mereSedores de toda agraga”. Daquele momento em diante, os impostos, tanto velhos como novos, seriam cobrados pelos ministros da Fazenda Real.¹²¹

Tal situação de intromissão da Coroa na arrematação dos impostos para a vila de Santos é um tanto quanto peculiar, dada sua precocidade em relação a outros locais mais importantes da América portuguesa. Por exemplo, em São Sebastião do Rio de Janeiro, João Fragoso informa que: “a importância da Câmara, tradicional *lôcus* de poder da nobreza, foi reduzida. Em finais da década de 1720, os impostos administrados pelos camaristas passaram para a Fazenda Real, sendo arrematados em Lisboa.”¹²²

Outros elementos que destacam que as funções dos ouvidores régios estavam muito associadas às demandas locais são as articulações que existiam entre os outros oficiais que atuavam na capitania e a administração central. Exemplos disto são a carta enviada pelo governador da praça de Santos ao monarca, que resultou na ordem para que o ouvidor régio se deslocasse para a vila de Paranaguá, afim de devassar sobre os descaminhos do ouro¹²³, e o requerimento dos moradores da vila de Santos sobre as perturbações e inquietações que aconteciam na vila no momento das eleições dos oficiais da câmara, passando pelo ouvidor régio o registro de uma carta precatória para que o governador de Santos

¹²¹ **RAMSP**. Carta de Sua Magde. por que ordena o Suçidio velho e novo imposto Se Cobre pellos offes. Da fazda da Vila de Stos. Sendo postos por Contrato. Ano I, vol. II, 1934. p. 65.

¹²² FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 41-70. p. 54.

¹²³ **RAMSP**. Carta de Sua Magde. porq. Se, mada de Vaçar dos desCaminhos do ouro empó em a Vila de Parnaguá. Ano I, vol. II, 1934. p. 68.

não consentisse na intromissão do capitão de infantaria José de Almeida no processo da eleição.¹²⁴

A configuração das funções dos ouvidores régios na América portuguesa fez parte de uma lógica própria para o período em questão. Como observa Claudia Cristina Azeredo Atallah:

Tal quadro configurava a monarquia pluricontinental, que consistia justamente nesse arranjo orgânico de inúmeras mediações empreendidas por grupos ou (e) agentes oficiais espalhados pelo império. O centro referencial do poder era somente um, o reino, porém a ação desses homens legitimava-o, reinterpretando as leis da monarquia. Assim sendo, 'concelhos, corpos de ordenanças, irmandades, posturas, dentre vários outros elementos constitutivos' da governança adquiriam sentido próprio pelas diversas partes do império português. Estavam em contato com o cotidiano nas conquistas, configurando a preservação do autogoverno, prevista nas *Ordenações*. Ao mesmo tempo, interligavam-se com o reino formando redes e estabelecendo uma relação de interdependência com o monarca: 'este operava como cabeça do corpo social', representava o cérebro, mas necessitava dos demais membros para funcionar.¹²⁵

Outro elemento que ligava o ouvidor régio ao monarca eram os regimentos que tais agentes recebiam. Os regimentos tinham por objetivo "instruir os funcionários em suas respectivas áreas de atuação, bem como determinar as atribuições, obrigações e jurisdições dos diversos cargos e órgãos incumbidos de gerir a administração colonial".¹²⁶

Não tivemos acesso ao primeiro regimento do ouvidor régio de São Paulo, porém desde 1698, ou seja, antes mesmo da instalação da ouvidoria, a capitania e os oficiais da câmara de São Paulo ficaram subordinados ao governo do Rio de Janeiro.¹²⁷ Isto se alterou no ano de 1709, momento em que a Coroa compra a capitania do donatário e cria a Capitania régia de São Paulo e Minas do Ouro.

¹²⁴ **RAMSP**. Registo de húa Carta precatória que Sepaçou ao gor. de Stos. Jorge Soares de Maçedo. Ano I, vol. III, 1934. p. 50.

¹²⁵ ATALLAH, Claudia Cristina Azeredo. *Op. Cit.* p. 83-84.

¹²⁶ SALGADO, Graça. (Coord.). *Op. Cit.* p. 16

¹²⁷ **AHU**. São Paulo-Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 50. Este documento será explorado mais detalhadamente no Capítulo II. Em carta de 19 de julho de 1702, o ouvidor Antonio Luis Peleja expressava à administração central suas dúvidas quanto à jurisdição da capitania. A dúvida recaía sobre se a subordinação da capitania ao governo do Rio de Janeiro era apenas durante o governo de Artur de Sá e Menezes ou "em todo tempo de qual quer outro governador". O monarca responde em 17 de fevereiro de 1703, informando que "eparesseome dizervos tenhais entendido que essas Capitancias do Sul háo de ficar Sugeitas ao governador do Rio pera todo o tempo pois a Rezão impulsiva que me moveo pera mandar de da jurisdição do governo geral da Bahia, essas terras foi a distancia em que lhe ficava pera o Recurço, em Conveniência desses mesmos Povos, Se tomou esta detreminação, e assim omando declarar aos officiais da Camara dessa Capitania, pera que tenham entendido que todas as do Sul handeficar Sobordinadas ao governo do Rio de Janro." Em: **RAMSP**. Carta por que Se declara Ser perpetua adevisaó destas Capitancias do governo geral, e Serempa. todo o tempo Sugeitos ao governador do Rio de Janeiro. Ano I, vol. II, 1934. p. 69-70. p. 70.

Porém, tal relação com o Rio de Janeiro foi reafirmada pelo alvará de 20 de julho de 1723, que determinava aos ouvidores de São Paulo “Segovernarem pelo Regimto. dos do Ryo de Janeiro”. Diz o documento:

Eu El Rey Faço Saber aos que este meu Alvará Virem que fazendome presente Oouvidor Geral da Comrca. de Sam Paulo Alvaro de Mello Godinho Manço aCharçe Sem Regimento deque haja de Vzar, mas Somte. Huma Copia, do que Sedezia haver Levado, Antonio Luis Peleya, quando fora Crear aquele Lugar Sem ffeê dequem o tirará, e que aLem de Senão aComodar o Rigor por hum tresLado particullar, Selhe oferecia Reprezenatar,que o Regimto. do ouvidor do Rio de Janeiro, dava Alçada athe Vinte mil réis, e o outro Sô dê Cruzados, eo do Rio de Janeiro, nos Cazos Crimes, de Escravos, e Indios, dava Jurisdicção athe Penna de Morte incluzive, com adjuntos, e no daquela ouvedoria Se denegava na demorte. (...) Hey por bem que os ouvidores da Capitania de Sam Paulo Vzem do Regimento que tem os Ouvidores do Rio de Janeiro; E que o Ouvidor de Sam Paulo Com o goVernador, e Juis defora de Santos, Sentensseem os Crimes em Juncta athe apenna de morte nas pessoas que no Rio de Janeiro Se Sentensseam em Juncta, e que no Recursso da Coroa pratique, o ditto ouvedor, o mesmo que athegora Sepracticou (...).¹²⁸

De fato, no início da década de 1720 grandes transformações foram feitas pela administração central no quadro espacial e, consequentemente, jurisdicional da capitania de São Paulo. Em 1709, como acima apresentado, a Coroa adquire a capitania de São Vicente de seu donatário e cria a capitania régia de São Paulo e Minas do Ouro, sendo esta capitania palco ativo da nova política administrativa da Coroa lusitana para o centro-sul da América, ponto de chegada de um grande fluxo de agentes régios ao longo da primeira metade do século XVIII, motivado, principalmente, pela descoberta de ouro.

Por possuir de 1709 a 1720 em seu interior as mais importantes zonas auríferas da América portuguesa, a capitania serviu de palco à implementação de novas instituições que deveriam promover um maior controle da região. Um exemplo são as ouvidorias criadas no interior da capitania régia, enquanto esta ainda administrava as regiões auríferas: Vila Rica do Ouro Preto (1714), Rio das Velhas (1714), Rio das Mortes (1714) e Serro do Frio (1720), lembrando ainda a criação da própria ouvidoria de São Paulo, ou seja, cinco ouvidorias, com seus respectivos ouvidores e demais oficiais menores, o que representou uma transformação jurídico-administrativa, além de política, associada à descoberta do ouro, acarretando o deslocamento dos oficiais régios para as instituições recém-criadas. No que tange

¹²⁸ **RAMSP.** Alvará de Sua Magde. para os ouvidores de Sam Paulo Segovernarem pelo Regimto. dos do Ryo de Janeiro. Ano I, vol. VIII, 1935. p. 53-54.

apenas ao número dos ouvidores que atuaram na capitania de São Paulo de 1699 a 1750, foi possível contabilizar 33 ouvidores régios.¹²⁹

A instalação das ouvidorias na capitania de São Paulo pode ser entendida como tendo o objetivo de fiscalizar e normatizar as câmaras municipais ali já constituídas, no intuito de melhor assegurar as prerrogativas da Coroa, já que ela passa a nomear o principal agente para administrar a justiça, e este agente, como estamos apresentando, poderia assumir diferentes atribuições frente às necessidades locais.

Nuno Camarinhas identifica dois momentos na criação e presença das ouvidorias na América portuguesa. No primeiro momento, a monarquia portuguesa inseriu as ouvidorias em regiões mais importantes, existindo, no século XVII, apenas seis em toda a extensão da América portuguesa: Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, Pará e Paraíba. Estas ouvidorias possuíam um “caráter territorial mais vasto”, ou seja, suas jurisdições extrapolavam os limites das capitanias onde se encontravam. Entretanto, note-se estas ouvidorias foram criadas em capitanias régias, diferentemente do que ocorreu com a ouvidoria de São Paulo.

Em um segundo momento, devido à descoberta de ouro na América portuguesa ocorre a “profusão de novas ouvidorias”, inseridas próximas às regiões auríferas e tendo um “âmbito extremamente localizado e, ao mesmo tempo, uma missão bastante específica na manutenção da ordem e do funcionamento da extração e do envio da produção para a metrópole”. Nesta perspectiva, ao longo do século XVIII foram criadas mais 19 ouvidorias. Portanto, é notória a motivação fiscal para o desenvolvimento do aparelho jurídico-administrativo português na América. “A exploração do ouro provoca também a penetração das magistraturas para o interior do continente americano. Várias destas ouvidorias funcionam sobre territórios onde não existe nomeação de juízes de fora, mas, nas regiões estratégicas, o aparelho judicial será cada vez mais completo”.¹³⁰

¹²⁹ **ANTT.** Chancelaria de D. Pedro II, Livro 29, Folha 59. Chancelaria de D. João V, Livro 42, Folha 253v. Chancelaria de D. João V, Livro 71, Folha 262. Chancelaria de D. João V, Livro 93, Folha 91v. Chancelaria de D. João V, Livro 96, Folha 87. Chancelaria de D. João V, Livro 101, Folha 189. Chancelaria de D. João V, Livro 115, Folha 378v. Chancelaria de D. Maria I, Livro 67, Folha 257; Livro 71, 178. **AHU** – São Paulo – MGouveia, cx. 1, doc. 54. Dados coletados e apresentados por SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. *Op. Cit.* 2011. p. 26-30.

¹³⁰ CAMARINHAS, Nuno. O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800). **Almanack braziliense**, nº 09, maio 2009. p. 84-102. p. 87.

Outro fator que deve ser destacado, ainda na lógica de aumentar o controle da monarquia sobre seus domínios na América, foi o gradual processo de desmembramento da capitania régia de São Paulo. Neste empreendimento foram criadas em 1720 a capitania régia de Minas Gerais e, em 1748, as capitanias régias de Goiás e Mato Grosso. No mesmo ano de 1748, a capitania régia de São Paulo perde a autonomia política que havia conquistado no ano de 1709 e fica novamente subordinada ao governo do Rio de Janeiro. Porém, antes de perder sua autonomia administrativa, outras duas ouvidorias foram criadas na capitania régia de São Paulo, a ouvidoria de Paranaguá (1723), como apresentado, e a ouvidoria de Cuiabá (1730).

No dia 8 de outubro de 1722, o ouvidor régio da comarca de São Paulo Manuel de Melo Godinho Manso redigiu uma carta ao rei informando a necessidade de novos oficiais na capitania de São Paulo, bem como a necessidade de um regimento, já que o que ali se possuía, e praticava, era uma cópia do regimento passado para Antonio Luiz Peleja.¹³¹

Em resposta datada de 3 de setembro de 1723, o rei observa a limitada jurisdição e alçada na qual estava a ouvidoria de São Paulo, assim, como já indicado, os ouvidores da capitania de São Paulo deveriam utilizar o regimento dos ouvidores do Rio de Janeiro.¹³² Tal regimento seria utilizado pelas ouvidorias de São Paulo e Paranaguá, já que somente mais tarde a ouvidoria de Cuiabá foi criada, e seu primeiro ouvidor régio, José de Burgos Vila Lobos, iria possuir um regimento próprio.¹³³

O regimento dos ouvidores régios do Rio de Janeiro foi registrado pelo escrivão da ouvidoria de São Paulo, Jorge da Silva Nobre, em 21 de novembro de 1724. O segundo item do regimento já observa que o ouvidor atuará também como corregedor: “Nas Vizittas, e Correição que fizerdes, procurareis o que Conforme e direito Vos parecer há nesseç^o., e fazem os Corregedores das Comarcas”. O mesmo item observa que o ouvidor régio deveria avisar à administração central se

¹³¹ **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 3, doc. 292.

¹³² **RAMSP**. Alvara'de Sua Magde. para os ouvidores de Sam Paulo Segovernarem pelo Regimto. Dos do Ryo de Janeiro. Ano I, vol. VIII, 1935. p. 53-55. p. 54.

¹³³ **AHU** – Conselho Ultramarino - 010, cx. 1, doc. 57.

os donatários abusavam de seu poder e jurisdição, além do que lhes fora concedido nas cartas de doações, provisões régias ou ordenação.¹³⁴

O ouvidor régio tinha por dever fiscalizar as minas de ouro, observando se os direitos da Real Fazenda eram respeitados, bem como informadas as condições em que se encontravam tais minas e do que seria necessário para seu melhor funcionamento.

Tanto em casos cíveis quanto criminais, deveria conhecer novas ações nas localidades onde estivesse ou até 15 léguas ao seu redor. Possuiria alçada no cível até 100 mil réis, sem apelação nem agravo; sendo maior a quantia, deveria dar apelação e agravo para a Relação do Brasil, localizada na Bahia.

Nos crimes cometidos por escravos ou índios teria alçada “em todas as penas, degredos, e as Soutes” que aos malfeitores eram colocadas nas Ordenações, e nos casos de morte deveria julgar com o governador e o provedor da fazenda “a the morte inCluzive, e no que dous confirmarem, poreis a Sentença, e adareis a executam Sem appelação, nem aggravo”. Nos crimes cometidos por brancos livres a que as Ordenações colocavam pena de até cinco anos de degredo, o ouvidor régio poderia despachar por si. Porém despacharia com o governador e o provedor da fazenda se existissem condenados “em Penna Vil, como as Soutes, ou baração, e pRegam, ou em cazo, que provado mereça pela Ley Morte Natural, ou Civel, ou Cortamento de Membros”. No caso de crimes de pessoas nobres, oficiais da câmara, cavaleiros, fidalgos e “dahy para Sima”, o ouvidor deveria despachar com os dois adjuntos nos crimes a que a Ordenação punha pena de até seis anos de degredo; caso não houvesse conformidade entre os membros, devia dar apelação e agravo para a Relação do Brasil; no caso de penas maiores segundo a Ordenação, remeteria por si só o caso para a Relação.¹³⁵

O regimento observa que para os ouvidores nomeados pelos donatários, o monarca havia concedido alçada até 20 mil réis, sendo que as partes, quando necessário, deveriam apelar e dar agravo na “Vossa Repartição”, ou seja, na ouvidoria régia. Assim, o ouvidor régio deveria tomar conhecimento do caso e despachar “como for Justiça”, dando apelação e agravo para a Relação do Brasil quando fosse necessário; além disso, deveria conhecer as apelações e agravos

¹³⁴ **RAMSP**. Tres Lado do Regimto. dos Ouvidores Gerais do Rio de Janeiro &a. Ano I, vol. VIII, 1935. p. 55-60. p. 55-56.

¹³⁵ *Id.*

feitos pelos juízes ordinários da comarca onde estava alocado, despachando-os sem apelação nem agravo “no que Couber em vossa Alçada”, bem como deveria ter conhecimento dos feitos dos juízes dos órfãos, no caso de não existir o Provedor da Comarca.¹³⁶

Dada a possibilidade de acúmulo de funções, o ouvidor régio deveria estar atento para que “Suçedendo que ahi esteia o Provedor Mor dos defuntos, Será adjunto nos dittos feitos Com o governador, e não estando, será o Provedor Mor da Fazenda, efaltando ambos, Será adjunto o Provedor da fazenda da dita Capitania, e para aSy Julgares Vos ajuntareis na Caza da Camara”.¹³⁷ Ainda o ouvidor régio seria o auditor dos soldados dos presídios “que Actual mente Servem na Melicia pagos”, bem como daria e guardaria na ouvidoria as cartas de seguro dos clérigos das ordens ou beneficiados que aguardavam sentença. Redigiria também alvarás de fiança; proibiria o governador ou capitão-mor de mandar soltar sujeitos que estivessem presos devido aos mandados da justiça, “nem Libertar Omiziados alguns”

E Sendo por Cauza das guerras nessessario Lançarsse bandos pa. os omiziados, e criminozos a Cudirem a defencão, e Reparo daterra por Cauza de Inimigos: Hey por bem, qe os dittos bandos senão Lançem, Senão ConcuLtando-os Com Vosco, eogovernador, e antam Se Lanssem em nome de ambos, e discordando Será terceiro, o administrador, ou quem Seo Cargo Servir, eo que dous a Cordarem, Seguardará, nos quaes Bandos Se executarão os Crimes de Leza Magestade, Moeda falsa, Sodomia, Rezistencia, e alguns Culpados em crimes que paressa escandalozo, andarem Livres, e delinqüindo alguns de baixo do Bando, Seyão Logo prezos, e Castigados: E havendo duVidas Sobre aValidade dos Bandos Conhece reis da Vallidade, delles na forma de Vosso Regimento, para Se determinarem Com os adjuntos na forma atrás deClarada.¹³⁸

O regimento ainda menciona que o governador-geral, o capitão-mor ou os oficiais da Câmara não poderiam retirar o ouvidor régio de seu cargo, nem prendê-lo ou suspendê-lo; caso o fizessem, o ouvidor não deveria se considerar suspenso, mandando prender a quem o tivesse acusado, sendo que os oficiais da justiça e guerra deveriam obedecer ao ouvidor régio nesta questão, sob pena de serem suspensos de seus cargos “e das mais pennas que ou Ver por meu Servico”. No caso do ouvidor régio cometer crimes ou excessos, deveria ser deposto de seu cargo antes da residência; deveriam ser feitos autos, que o ouvidor não deveria impedir, e remetido ao Conselho Ultramarino com clareza do delito, somente em

¹³⁶ *Id.*

¹³⁷ *Id.*

¹³⁸ *Ibid.* p. 56-57.

casos de grande gravidade, nos quais o ouvidor merecesse pena de morte, é que ele poderia ser preso, “no fragante, e de outra Maneira não”.¹³⁹

Sendo doente O Ouvidor Letrado, posto por min, ou inpedido de maneira que não possa Servir, Servirá o Juis mais Velho de Ouvidor, o qual se SerVirá durante Seu inpedimento; e falesendo, ou Sendo Inpedido de Sorte que haja de durar mais de Seis mezes Proverá o governador Geral do Estado apeçoa que mais Sufficiente paresser pa. o ditto Cargo, pello Conçelho Ultra Marino para eu mandar o que ouver por quanto durar o ditto Inpedimento (...) E o ouvidor que Servir de Serventia Usará da mesma jurisdição, e Alçada, e Sendo o Inpedimto. do proprietario Justo, Levará ele ô ordenado por inteiro, e não o Sendo, ou faltando em todo, Levará Somte. o Serventuario a metade do ordenado, como Se fas em Angola.¹⁴⁰

Por fim, o regimento ordena que todos os demais agentes régios, sejam desembargadores, corregedores, ouvidores, juízes ou oficiais, cumpram o regimento do ouvidor régio, e o guardem “Sem duvida nem embargo algum”.

Desta forma, a administração central da monarquia portuguesa buscava dar certa articulação entre o regimento e as Ordenações, sendo que as leis do reino foram referenciadas no regimento. Chamamos a atenção também para o fato do regimento incumbir o ouvidor das atribuições dos corregedores e de outros agentes régios, o ato de promover correições e limitar sua alçada, o que acarretaria, consequentemente, no próprio poder do ouvidor.

Porém, deve ser feita uma ressalva: o regimento dos ouvidores do Rio de Janeiro registrado na ouvidoria de São Paulo foi redigido no ano de 1669 para o ouvidor João de Abreu e Silva.

Conforme apresentadona tese de doutorado de Isabele de Matos Pereira de Mello, na segunda metade do século XVIII, ou seja, após importantes alterações nas jurisdições da América lusitana, como o estabelecimento do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro em 1751, ainda se utilizava o regimento de 1669 na ouvidoria do Rio de Janeiro. A autora observou o conflito que se estabeleceu no Rio de Janeiro entre os desembargadores e ouvidores régios após a instalação da nova Relação, valendo-se do relato do ouvidor régio do Rio de Janeiro Francisco Luis Álvares da Rocha para pontuar que o antigo regimento era ainda utilizado.¹⁴¹

Ou seja, o regimento de São Paulo que veio junto com o ouvidor Antonio Luis Peleja em 1699 era mais recente que o regimento dos ouvidores do Rio de Janeiro.

¹³⁹ *Ibid.* p. 58.

¹⁴⁰ *Ibid.* p. 59.

¹⁴¹ Ver: MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Op. Cit.* p. 289-290.

Entretanto, devemos perceber que as alçadas do regimento para os ouvidores do Rio de Janeiro, mesmo sendo 30 anos anterior ao de São Paulo, dava maior poder e abrangência de atuação para o ouvidor régio.

Desta forma, identificar os ouvidores régios apenas como agentes para a aplicação da justiça na América portuguesa seria um erro. Certamente atuavam na esfera judicial, mas, dada a amplitude de seus desígnios, tal oficial régio ganhava destaque nas localidades, sendo que o poder régio se fazia presente nestas localidades por meio do ouvidor.

Não pretendemos diminuir o papel desempenhado pela monarquia lusa no quesito da “aplicação da justiça”, muito pelo contrário. Porém, ressaltamos que estamos diante de uma sociedade que não distinguia o exercício do poder, ou seja, o poder não era dividido, “ao estilo de Montesquieu”.¹⁴²

Ao mesmo tempo em que a monarquia lusa aplicava sua política administrativa no ultramar, passava a se inserir em diferentes dinâmicas, próprias dos territórios conquistados. Tal inserção acabava por influenciar as formas e estratégias político-administrativas aplicadas pela monarquia. Ou seja, dependendo das dinâmicas locais e interesses da monarquia lusitana, os acontecimentos dos diferentes pontos dos domínios portugueses direcionavam as ações dos centros administrativos para determinadas áreas.

Como observado por João Fragoso, ao apresentar uma breve discussão sobre os caminhos da história dos impérios modernos, “a monarquia não exercia uma autoridade plena no interior das próprias sociedades europeias do absolutismo. Portanto, as relações entre o poder central e as elites locais/regionais tinham que ser *negociadas*”. Desta forma, se a força da monarquia lusa foi colocada em xeque pelo autor no próprio território europeu, seus desdobramentos para as sociedades ultramarinas, como indica Fragoso, “eram inevitáveis”. Diz o autor que “as relações colônia-metrópole passaram a ser percebidas como resultado de negociações. Entre eles deviam existir canais de entendimento e não simples subordinação como pretendiam os velhos quadros explicativos”.¹⁴³

¹⁴²WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 2004. p. 29.

¹⁴³ FRAGOSO, João. Mercado e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (Séculos XVII e XIX). **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 36, p. 99-127, 2002. p. 102.

Fato é que os encaminhamentos político-administrativos da Coroa portuguesa para os espaços conquistados sofreram diversas variações, uma vez que a monarquia buscava responder ao seu tempo e da forma possível às novas dinâmicas apresentadas nos mais diferentes territórios.

Tal cenário, guardadas as devidas proporções, constitui o que Jack Greene veio a denominar “autoridades negociadas”. Para o autor, devido às limitações de recursos dos Estados modernos europeus que colonizaram a América, sejam fiscais, administrativos e/ou coercitivos, ocorreu um processo de “construção do Estado no qual a autoridade não tinha fluído do centro para a periferia mas tinha sido construído através de uma série constante de negociações, de barganhas recíprocas, entre o centro e a periferia”. Isto não vinha a configurar uma fragilidade no processo de colonização, uma vez que Greene identifica que havia a concentração de poder nas instituições das monarquias que atuavam na América, mas que, ao mesmo tempo, a monarquia deixava “considerável autoridade nas mãos dos principais detentores de poder nas periferias”.¹⁴⁴

Dado esse quadro, não existiriam recursos para uma imposição da autoridade central de cima para baixo sem a aceitação dos detentores do poder nas periferias. Desta forma, a ação dos oficiais metropolitanos era imprescindível para obter o consentimento, a aceitação destes poderes locais e, para tal, “não tinham outra escolha a não ser negociar com eles sistemas de autoridade”.¹⁴⁵

A infiltração nas agências de administração da colônia por parte de membros das elites coloniais e a naturalização de oficiais enviados do centro aumentou a influência das periferias na governança imperial durante os primeiros anos da Era moderna. Desde que os oficiais metropolitanos não violassem sistemas estabelecidos de autoridade negociada e respeitassem o delicado equilíbrio entre interesses centrais e periféricos nos quais esses sistemas se baseavam, esses processos de infiltração e naturalização poderiam funcionar para ajudar as comunidades políticas ampliadas a permanecer juntas e mesmo reforçar a autoridade central dentro delas.¹⁴⁶

Portanto, configurou-se um delicado equilíbrio entre centro e periferia, sendo que antes de se observar o “rigor da lei” e a imposição das instituições, deve-se notar um ambiente de negociações e aceitações.

A variedade de estruturas administrativas propostas e aplicadas pelos portugueses no ultramare está relacionada às formas e aos interesses pelos quais os

¹⁴⁴ GREENE, Jack P. *Op. Cit.* p. 111.

¹⁴⁵ *Ibid.*

¹⁴⁶ *Ibid.* p. 112.

lusitanos ocuparam os espaços físicos nas mais diversas regiões. Em outras palavras, as formas e possibilidades de conquista e ocupação do território, seja ele qual for, e o posterior interesse por esse espaço, determinaram a forma pela qual a monarquia portuguesa implantaria seus mecanismos jurídico-administrativos, sendo que tais mecanismos e formas estavam condicionados a um processo de aceitação por parte dos poderes locais no sentido de manter o equilíbrio na sociedade.

Para levar a cabo tal empreendimento, a Coroa portuguesa procurava estabelecer estruturas que legitimassem seu poder político pelo Império. Para isso, desde o momento de sua própria formação, o Estado utilizou-se de instrumentos coercitivos e da formação de um aparato legislativo para adquirir para si o domínio sobre a aplicação da justiça.

(...) o poder régio estava alicerçado no monopólio que o soberano adquiriu sobre o exercício da justiça e sobre os produtores do direito (os juristas). A concepção dos juristas sobre o direito possibilitou não apenas a codificação de um sistema de normas reguladoras, mas também a afirmação e a legitimação do poder do monarca e do Estado que se constitui ao seu redor, procurando refletir um poder hegemônico e promover a relação entre o Estado e a ordem social vigente.¹⁴⁷

Arno Wehling e Maria José Wehling, ao analisarem os fundamentos da justiça régia no período do Antigo Regime, observaram que “a justiça era, desde pelo menos o século XIII, o mais importante atributo da realeza (...) [sendo que] o papel da justiça real era diverso, absorvendo atividades políticas e administrativas”.¹⁴⁸ A legitimação dos poderes de justiça da monarquia estava alicerçada em um pensamento tradicionalista a respeito do direito adquirido, próprio da sociedade portuguesa daquele período.

O direito, em si mesmo, é já um sistema de legitimação, um sistema que fomenta a obediência daqueles cuja liberdade vai ser limitada pelas normas. Na verdade, o direito faz parte de um vasto leque de mecanismos voltados a construir o consenso acerca da disciplina social. (...) No Antigo Regime, prevalecia uma matriz cultural tradicionalista, segundo a qual ‘o que era antigo era bom’. Neste contexto, o direito justo era identificado com o direito estabelecido e longamente praticado (...).¹⁴⁹

Ao assumir para si a aplicação da justiça, a monarquia lusitana necessitava criar mecanismos para consolidar e exercer seu poder; em outras palavras, necessitava criar espaços (instituições) para o exercício de seu poder. Assim, ao mesmo tempo em que criava esses espaços, a monarquia acabava por legitimar seu

¹⁴⁷ PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. Cit.* p. 33.

¹⁴⁸ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 2004. p. 28-29.

¹⁴⁹ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 2003. p. 16-17.

próprio poder, uma vez que “a divisão política do espaço constitui também um instrumento de poder (ou um ‘aparelho político’) que serve tanto para a organização e perpetuação do poder de certos grupos sociais como para a expropriação de outros grupos”.¹⁵⁰ Nesta perspectiva,

as leis e a justiça do Estado português ao serem impostas/aceitas aos/pelos indivíduos que compunham aquela sociedade formavam um aparato que alicerçava e promovia a própria sustentação do monarca, legitimando-o como uma força dominante sobre as demais forças concorrentes dos espaços coloniais. Desta forma, gradualmente, a justiça, a fiscalização e, sem esquecer, a coerção estatal, tornaram-se cada vez mais presentes, sendo assim progressivamente eram aceitas/impostas como legítimas, ocasionando aos poucos o abandono por parte dos coloniais em administrarem seus conflitos.¹⁵¹

Com isso, o gradual processo de composição da estrutura jurídico-administrativa lusitana no ultramar provocou a necessidade de criar mecanismos que auxiliassem na conquista, exploração, manutenção e administração das localidades incorporadas ao domínio luso. Porém, o que se deve ter claro aqui é que a própria monarquia portuguesa desconhecia as potencialidades econômicas das regiões recém-dominadas e, portanto, não possuía de forma clara um projeto político-administrativo para as localidades que estavam sendo incorporadas ao seu domínio. Logo, as alterações das funções dos oficiais a serviço da Coroa eram algo possível e necessário, consonante com os recursos humanos e financeiros disponíveis para uma monarquia do porte de Portugal.¹⁵²

¹⁵⁰ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1994. p. 87.

¹⁵¹ PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. Cit.* p. 89.

¹⁵² Ver: HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Os Poderes num Império Oceânico. Em: HESPANHA, António Manuel (Coord.). **História de Portugal**: o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa. 1998. p. 351-366.

Capítulo II – Ouvidores régios em São Paulo e Paranaguá (primeira metade do século XVIII)

“Diz Raphael Pires Pardinho Cavaleiro da Ordem de Santiago Bacharel formado em Leys q. elle dezeja m.^{to} servir a V. Mag.^{de} nos lugares das letras p.^a o q. he neceSario precederem as diligencias das suas provações”.¹⁵³

Com estas palavras Rafael Pires Pardinho, no ano de 1700, recorria ao Desembargo do Paço para solicitar sua “leitura de bacharel”. Porém, antes de começarmos a descrever os homens que atuaram nas Comarcas de São Paulo e de Paranaguá durante a primeira metade do século XVIII e desenvolver uma análise a respeito de um determinado “perfil” para ocupar o cargo de ouvidor régio naquelas comarcas, faz-se necessário apresentar a instituição que cuidava de tal matéria no reino, o Desembargo do Paço.

Tal instituição, estabelecida no reinado de Dom João II e extinta durante a guerra civil entre liberais e absolutistas em 1833, possuía uma imediata identificação com o exercício do poder régio. Isto porque, no início do século XVI, se formou um órgão composto por magistrados que era presidido pelo próprio rei. Antes disto, conforme apresenta José Subtil, não se pode afirmar a existência de “um complexo orgânico e administrativo de apoio ao despacho régio”; o exercício do poder do monarca era garantido, naquele momento (até finais do século XV), pelo “desembargo régio”, um núcleo de ministros e oficiais a que correspondia um ecletismo funcional”.¹⁵⁴

Ao longo do século XVI, as competências e atribuições do tribunal foram sendo ampliadas e detalhadas por meio dos seus regimentos e da legislação¹⁵⁵, porém seu formato “orgânico-funcional manter-se-ia praticamente inalterável até ao início do século XVIII”. Entre os órgãos que compunham o Desembargo do Paço encontrava-se um órgão político, a Mesa dos Desembargadores, pela qual passavam, além dos despachos ordinários, os requerimentos que necessitavam de elaboração de uma consulta a ser submetida ao monarca. Além deste órgão,

¹⁵³ **ANTT**. Leitura de Bacharéis – Rafael Pires Pardinho. Ano: 1700. Maço: 02. Número: 27. Folha 01.

¹⁵⁴ SUBTIL, José. **O Desembargo do Paço (1750-1833)**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996. p. 32-33.

¹⁵⁵ José Subtil faz menção às legislações de 10 de outubro de 1534 e 10 de maio de 1553 e aos regimentos de 02 de novembro de 1564 e 20 de julho de 1568. Além disso, ainda observa as mudanças propostas pelo regimento de 27 de julho de 1582 e outras disposições regulamentares feitas pelas Ordenações Filipinas de 1603. Ver: SUBTIL, José. *Op. Cit.* 1996. p. 33.

existiam “repartições administrativas que se encarregavam do expediente das comarcas e da gestão da magistratura”.¹⁵⁶

Quanto às competências do tribunal, José Subtil observa dois domínios: um ligado à administração da justiça e outro associado às competências políticas.

No que diz respeito a suas competências políticas, o Desembargo do Paço possuía a prerrogativa sobre o domínio da “graça”, “isto é, à atribuições de bens, regalias ou decisões que não pertenciam a justiça”. José Subtil pondera que a “graça”

consistia na atribuição de um bem que não competia por justiça, portanto, não era juridicamente devido. O governo da “graça” era, nestas circunstâncias, orientado por deveres de consciência e por deveres morais do monarca e as decisões eram tomadas no círculo íntimo da atividade régia, a “Câmara Real”.¹⁵⁷

Desta forma, a “graça”, por ser um exercício do poder régio que “transcendia” a justiça, adquiria, no momento da decisão régia, contornos de privilégios políticos.

A importância política destes assuntos tinha a ver com a liberalidade régia que não obrigava o monarca a outros constrangimentos senão aos imperativos da sua própria ‘consciência’ pelo que, os pareceres os seus conselheiros nesta matéria, os predispunham para co-participar nesta discricionariedade do poder, razão pela qual a literatura da época identificava o tribunal como a própria pessoa do monarca.¹⁵⁸

Além disso, o Desembargo possuía domínio sobre a administração da justiça, gerindo a magistratura letrada “tanto do aparelho da administração central como periférica”. Para esta gestão, o Desembargo dispunha de artifícios como a “leitura” de bacharéis, autos de ‘residência’ e ‘inquirições’, processos que, no interior das repartições do Desembargo, eram arregimentados pela Secretaria das Justiças e do Despacho da Mesa.

A secretaria possuía um lugar “proeminente”, palavra utilizada por José Subtil, dentro do tribunal, uma vez que, além de se ocupar da administração da magistratura, auxiliava no expediente da Mesa dos Desembargadores, controlando a “tramitação documental que ‘subia’ ou ‘descia’ do monarca por intermédio da Secretaria do Estado dos Negócios do Reino”. Outra atribuição da secretaria era a de avisar as demais repartições de “decisões funcionais e burocráticas tomadas em Mesa assim como a informar, também, as ordens recebidas do secretário de Estado

¹⁵⁶ *Ibid.* p. 44.

¹⁵⁷ *Ibid.* p. 180.

¹⁵⁸ *Ibid.* p. 34.

dos Negócios do Reino ou do próprio monarca”. O Desembargo do Paço desempenhava, ainda no domínio da administração da justiça, o papel de resolver “conflitos de jurisdições entre outros tribunais e conselhos do regime corporativo e conceder o privilégio das revistas”.¹⁵⁹

Gostaríamos de chamar a atenção para a administração das magistraturas letradas. Tanto para o reino como para o ultramar, a Secretaria das Justiças e do Despacho da Mesa organizava as carreiras dos magistrados. Por ela tramitavam as diversas “nomeações, transferências, licenças, promoções, férias, prorrogação de mandato, relatórios de avaliação do desempenho profissional (as residências)”¹⁶⁰, bem como a gestão e homologação dos processos de exame para o acesso à magistratura, as “leituras de bacharéis”.

A aprovação nas leituras de bacharéis, conforme José Subtil, era “indispensável tanto para a oposição a concurso como para a progressão na carreira”.¹⁶¹ Desta forma, vemos a constituição de um espaço que deveria controlar o acesso à estrutura administrativa portuguesa, ao mesmo tempo em que observamos a preocupação que a monarquia lusitana tinha para saber quem ocuparia esses cargos. Devido a essa preocupação, salientamos a necessidade da Coroa de formar oficiais profissionais, principalmente na esfera da justiça civil, o que ocorria na Universidade de Coimbra.

O primeiro requisito para ocupar um cargo na hierarquia jurídico-administrativa lusitana era, desde a primeira metade do século XVI, “a obrigatoriedade de estudos universitários de direito para o exercício de algumas das mais importantes profissões jurídicas”.¹⁶² Essa exigência era ratificada pelas Ordenações Filipinas, no Livro Primeiro, título 35º:

E o Letrado, que tomarmos para Desembargador da Relação do Porto, terá studado na Universidade de Coimbra ao menos doze annos em Direito Canônico, ou Civil, ou oito annos em cada huma das ditas Faculdades, e quatro annos de serviço de Juiz de fôra, Ouvidor, Corregedor, ou Provedor, ou de Advogado na Casa da Supplicação.¹⁶³

¹⁵⁹ *Ibid.* p. 34 e 44.

¹⁶⁰ PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. Cit.* p. 35.

¹⁶¹ SUBTIL, José. Governo e administração. Em: HESPANHA, António Manuel (Coord.). **História de Portugal**. Volume 4: o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998. p. 147.

¹⁶² HESPANHA, António Manuel. A monarquia: a legislação e os agentes. Em: MATTOSO, José (Dir.); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Coord.). **História da Vida Privada em Portugal**: a Época Moderna. Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011. p. 19-20.

¹⁶³ **Ordenações Filipinas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [edição fac-similar da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870]. Livro I, Título 35º, § 2.

Com isso, para se preencher as vagas existentes na estrutura jurídico-administrativa, a pessoa que pleiteasse o cargo deveria possuir, primeiro, a formação universitária, sendo que “a única universidade que ensinava os dois direitos, civil e canônico, em Portugal era a de Coimbra. O outro estabelecimento existente, a Universidade de Évora, não estava autorizado a ensinar nem a medicina, nem o direito civil, nem a vertente contenciosa do direito canônico”.¹⁶⁴ Após a aprovação universitária, o pleiteante tinha a possibilidade de se candidatar às magistraturas da monarquia, devendo passar em um exame (as “leituras de bacharéis”) que prestaria no Desembargo do Paço.

Destas formaturas, eram remetidas ao Desembargo do Paço listas dos diplomados, de onde constava a avaliação qualitativa (dentro dos parâmetros de Muito Bom, Bom, Suficiente, Medíocre ou Reprovado), ou seja, as chamadas “Informações Gerais”. Com base nestas classificações acadêmicas era feita a triagem e seleção dos candidatos à “leitura” reservada, em princípio, aos alunos com a qualificação mínima de Bom.¹⁶⁵

Conforme os estudos de Stuart Schwartz, Arno Wehling e Maria José Wehling, a duração dos exames no Desembargo do Paço, geralmente, girava em torno de dois anos¹⁶⁶, sendo que tal mecanismo - o processo de leituras de bacharéis - já existia como modo operante da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVI.¹⁶⁷ O processo, segundo Arno Wehling e Maria José Wehling, tinha início com o postulante enviando uma petição ao monarca, tal como a feita por Rafael Pires Pardiniho, apresentada no início desta seção.

Esse ato produzia a instalação de um inquérito sobre a “pureza de sangue” do candidato. Para isso, em sua petição o requerente a um cargo na estrutura administrativa “apresentava sua qualificação (nome completo, idade, naturalidade, filiação, grau universitário possuído) e o pedido de prestar o exame no Desembargo do Paço, a fim de se ‘habilitar para ocupar os lugares de letras’”¹⁶⁸, adicionando ao

¹⁶⁴ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 234-235.

¹⁶⁵ SUBTIL, José. *Op. Cit.* 1996. p. 299.

¹⁶⁶ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* p. 238. WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Sociedade estamental e Estado: as leituras de bacharéis e o ingresso à burocracia judiciária portuguesa. O caso luso-brasileiro. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 156 (387): 253-263, abr./jun. 1995.

¹⁶⁷ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 2011. p. 19-20.

¹⁶⁸ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 1995. p. 255. Com algumas alterações, inclusão de um gráfico a respeito da frequência das leituras de bacharéis de luso-brasileiros e de outro sobre suas nacionalidades, versão deste texto pode ser encontrado também em: WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. A leitura de Bacharéis e o ingresso na burocracia judicial portuguesa. Em:

pedido a naturalidade de seus pais, bem como os nomes e as naturalidades de seus avós paternos e maternos. Ao mesmo tempo, esta petição acabava por demonstrar o “desejo do candidato de servir o rei nos cargos de justiça”.¹⁶⁹ No caso de Rafael Pires Pardinho, assim se apresenta seu pedido:

Declarao Supp.^{te} ser baptizado, e morador na freguezia de S.^{to} Estevão d’Alfama filho do Cap.^{am} Fran.^{co} Pires Cavalleiro da ordem de Santiago, e Familiar do S.^oOfficio baptizado em S.^{to} Andre da Villa de Esgueira, e de M.^a Glz baptizada em S.^a Engracia desta cidade. Netto por parte paterna de M.^e Matheos da ditta Villa de Esgueira, e de M.^a Franc.^{ca} da Villa de Angea; e por parte materna de Miguel Glz da d.^a freguezia de S.^a Engracia. E de M.^a Dias da d.^a freguezia de S.^{to} Estevão.¹⁷⁰

Aprovada a petição no Desembargo, o processo seguia para a comarca “de onde o requerente era natural”. Na comarca, o corregedor deveria proceder com a “inquirição de testemunhas indicadas pelo requerente ou escolhidas pelo corregedor, que deveriam responder, sob juramento, a perguntas previamente indicadas pelo Desembargo do Paço”. Previam-se o número de sete testemunhas, porém, frequentemente, um número maior era arrolado no processo, uma vez que os pais e avós do requerente poderiam ser naturais de outras regiões.¹⁷¹

Estas testemunhas, na presença do corregedor, deveriam prestar um depoimento baseado nos questionamentos propostos pelo Desembargo. Após os depoimentos, o corregedor deveria despachar favoravelmente ou não à solicitação do requerente, estando este “habilitado a prestar exame” em caso favorável.¹⁷²

Para Arno Wehling e Maria José Wehling, a inquirição das testemunhas era o “centro nervoso” do processo. Definidas por resolução régia de 1732, as perguntas para as testemunhas estabelecem os limites para se candidatar aos “lugares das letras”. As perguntas feitas às testemunhas eram:

1. se sabia, ou suspeitava, do que lhe queriam perguntar “e se lhe disse alguém que sendo perguntado dissesse mais, ou menos, da verdade”;
2. se conhecia o bacharel, seus pais e avós e por que motivo;
3. se sabia ser o bacharel cristão-velho, “sem raça alguma de cristão-novo, mouro, mulato ou de outra qualquer infecta nação”;
4. “se ouviu ainda que não sabia de certo, alguma fama, ou rumo em contrário, e a que pessoas ouviu, e em que ocasião”;
5. se sabia de ofício mecânico exercido pelo pai ou avô do requerente;

_____. **Direito e justiça no Brasil colonial:** o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 249-262.

¹⁶⁹ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 246.

¹⁷⁰ **ANTT**. Leitura de Bacharéis – Rafael Pires Pardinho. Ano: 1700. Maço: 02. Número: 27. Folha 01.

¹⁷¹ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 1995. p. 255-256.

¹⁷² *Id.*

6. se o bacharel era pessoa de boa vida e costumes, “solteiro, ou casado com mulher de limpo sangue, sem raça”.¹⁷³

Segundo Nuno Camarinhas, as testemunhas deveriam manter segredo a respeito da inquirição, sendo que as perguntas feitas não eram muito diferentes das utilizadas nas investigações para a obtenção do hábito da ordem de Cristo.¹⁷⁴ O processo também era composto por certidões que deveriam atestar a “prática forense do habilitado”, que geralmente, após a formatura universitária, atuava como advogado em alguma localidade.¹⁷⁵

A inquirição de Rafael Pires Pardino ocorreu antes da resolução de 1732, mais especificamente no dia 30 de outubro de 1700, na cidade de Lisboa; contudo, o teor dos questionamentos feitos às testemunhas foi o mesmo.¹⁷⁶

Na presença do corregedor, o desembargador Gabriel Pedroso, uma das testemunhas informou que o pleiteante Rafael Pires Pardino era filho legítimo do Capitão Francisco Pires, “que foi muitas vezes Piloto de Carreira da Índia que era familiar do Santo officio e Cavaleiro da ordem de SanTiago”.¹⁷⁷ Além dessa testemunhada primeira parte da inquirição, uma vez que ela continuou no dia 10 de novembro de 1700, encontramos outras cinco. Todas reafirmaram que tanto Rafael Pires Pardino como seu pai eram cavaleiros da ordem de Santiago e que sua família era composta apenas de cristãos-velhos, com limpeza de sangue.

Contudo, o que nos chama a atenção no processo de leitura de bacharéis de Rafael Pires Pardino são as ocupações e títulos das testemunhas, bem diferentes do que ocorre com as testemunhas dos outros agentes régios aqui estudados, em que a maioria era de lavradores. Isso se deve, principalmente, pela inquirição ocorrer na cidade de Lisboa.

A primeira testemunha de Rafael Pires Pardino, de que não foi possível identificar o nome, era escrivão da Mesa Grande dos armazéns da Índia e Guiné e

¹⁷³ *Ibid.* p. 257-258.

¹⁷⁴ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 247.

¹⁷⁵ “Os bacharéis brasileiros tinham suas inquirições realizadas na colônia ou, mais frequentemente, requeriam ‘pátria comum’, que consistia numa petição para que os depoimentos fossem tomados em Lisboa. Tal situação exigia que os depoentes conhecessem o candidato e sua família, no Brasil ou em Portugal, conforme a naturalidade de pais e avós.” WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 1995. p. 256.

¹⁷⁶ Ver: **ANTT**. Leitura de Bacharéis – Rafael Pires Pardino. Ano: 1700. Maço: 02. Número: 27.

¹⁷⁷ **ANTT**. Leitura de Bacharéis – Rafael Pires Pardino. Ano: 1700. Maço: 02. Número: 27. Folha 10.

tenência geral da Artilharia do Reino; Pedro Pires, a segunda testemunha, era mestre livreiro e guarda-mor de reis de armas; Manuel Gonçalves era capitão de mar e guerra da fragata Nossa Senhora das Brotas, embarcação que fazia a carreira da Índia; Antonio Dias Rego também era capitão de mar e guerra; Manuel¹⁷⁸ era mestre da carreira da Índia e cavaleiro da ordem de Cristo e Santiago, e Roque Gonçalves, mestre e piloto da Carreira do Brasil.¹⁷⁹

Manoel de Azevedo, testemunha na inquirição que continuou no dia 10 de novembro de 1700, era oficial calafate e dava novas informações a respeito do Francisco Pires, pai de Rafael Pires Pardinho. Disse que antes de ser piloto da carreira da Índia Francisco Pires foi calafate nas “Naos da Carreira do Brazil”. Tal informação é confirmada pela última testemunha da inquirição, Antonio Gonçalves, que também indica que “o pai do suplicante morreo na Carreira da India aonde foi m.^{as} vezes”; além disso, Francisco Pires “a principio foi pescador em Esgueira”, assim como os avôs paterno e materno do suplicante, “tambem se conheceo ao avo paterno do ditto suplicante que foi pescador em esgueira e [1p.il.] materno Miguel Goncalves que tambem foi pescador em sua cidade”.¹⁸⁰

O procurador da comarca de Esgueira, Antonio Dias, também fez em sua jurisdição a inquirição das testemunhas. Diferente do que ocorreu na inquirição em Lisboa, as testemunhas em Esgueira eram, em sua maioria, lavradores e pescadores, fator que não os desqualificava para testemunharem em favor de Rafael Pires Pardinho. Uma das testemunhas, Manuel Antonio, pescador na vila de Esgueira, observou que “o ditto Bacharel [2.p.il] era solteiro e mostrava ser bem sucedido porem Como agora vivia Em Lisboa não sabia se elle era cazado ou solteiro”. Ao todo foram sete as testemunhas que confirmaram a pureza de sangue, os antecedentes e indicaram que Pires Pardinho seria solteiro. Tais testemunhos fizeram com que o procurador redigisse um parecer com o seguinte teor:

Pellas testemunas q. perguntei e [1 p. II] d.^{tos} Sam os incluzos consta q. o B.^{el} Raphael Pires Pardinho he f. do cap.^{am} Fr.^{co} Pires cavaleiro da Ordem de S.Tiago e q. he neto pella p.^e

¹⁷⁸ Não foi possível a identificação do sobrenome.

¹⁷⁹ **ANTT**.Leitura de Bacharéis – Rafael Pires Pardinho. Ano: 1700. Maço: 02. Número: 27. Folhas 09-19.

¹⁸⁰ **ANTT**.Leitura de Bacharéis – Rafael Pires Pardinho. Ano: 1700. Maço: 02. Número: 27. Folhas 21-23. Conforme o *Diccionario da lingua portugueza* de Antonio de Moraes Silva, calafate era o “Official dos navios que os calafeta”. Calafetar, por sua vez, seria o ato de “embutir á força nas juncturas dos navios estopa, ou outra materia esponjosa, que véde, e estanque a agua com o breu em que vái embebida”. Ver: SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da língua portugueza**. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/2/calaf%C3%A1te> Acesso em: 05 set. 2014.

paterna de M.^{el} Matheus da V.^a de Esgueira, e de M.^a Fr.^{ca} da V.^a de Anginja huns e outras peSoas com a das q. [1 p. II.] de suas lavouras christaos velhos limpos de toda a infecta nacao e assim a he o d. Bacharel pela p.^e paterna, pella materna não [2 p. II.] conhecerem [2 p. II.] Avos maternos por não serem desta com.^{ca} o mesmo me constou por emformação particular achando em m.^{tas} peSoas q. conhecem o d. B.^{el} q. este **era bem procedido** e solteiro.¹⁸¹ [Grifo meu.]

Após esse trâmite de verificação do passado do pleiteante e com despachos favoráveis, se poderia realizar o exame, que “consistia numa prova, com o tema (geralmente uma lei) indicado pelos examinadores a partir de uma lista de pontos. O candidato tinha 24 horas para preparar-se, a fim de ser arguido pela comissão”. Aprovado, o pleiteante ao lugar das letras deveria aguardar “a designação para seu primeiro cargo público”; isto poderia demorar dias ou meses.¹⁸²

Não obstante este fosse o curso normal, António Manuel Hespanha ressalta que nem todos os pleiteantes aos cargos faziam o exame, pois “os filhos dos desembargadores costumavam ser providos automaticamente nos lugares de letras”, o que também ocorria “com certos lentes das Faculdades de Leis e Cânones e com os ministros do Santo Ofício”.¹⁸³ O processo anterior, ou seja, a inquirição a respeito da “pureza de sangue” para os pleiteantes que eram filhos de magistrados também poderiam correr de forma diferente, segundo Camarinhas: “como a família dos seus pais já tinha sido inspecionada, estes candidatos pediam ao rei que incluíssem os inquéritos dos seus pais no seu processo, a fim de tornar a sua habilitação mais rápida”.¹⁸⁴

De fato, era no momento em que o processo estava nas mãos dos corregedores de comarca que “as qualidades” do bacharel eram definidas. Por meio das testemunhas, a administração central da monarquia portuguesa adquiria informações do pleiteante a um cargo dando indícios “*estamentais* (‘nobreza em *senso lato*’, isto é, não exercício de função mecânica), *étnicos* (‘pureza racial’, isto é, não existência de sangue judeu, mouro, mulato ou cigano), *religiosos* (catolicismo tradicional e não recente) e *morais* (boa conduta)”¹⁸⁵.

¹⁸¹ **ANTT**. Leitura de Bacharéis – Rafael Pires Pardinho. Ano: 1700. Maço: 02. Número: 27. Folha 24.

¹⁸² WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 1995. p. 256-257.

¹⁸³ Ver: HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 2011. p. 20.

¹⁸⁴ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 248.

¹⁸⁵ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 1995. p. 258.

Estes quatro parâmetros na perspectiva de Arno Wehling e Maria José Wehling serviriam para organizar o corpo jurídico, identificando os “iguais” (*nobre, português, ‘puro’, cristão, de boa conduta*) que possuíam o “perfil ideal” para ocupar os cargos na estrutura jurídico-administrativa. Porém, se apenas esta lógica de conduta por parte da administração central fosse levada a cabo, deveria haver a recusa daqueles que eram “diferentes” e que não se enquadrassem nos parâmetros “pré-determinados”.

Entretanto, a política para a inclusão de novos agentes régios alicerçada principalmente por regras morais e sociais possuía um caráter flexível, principalmente para os candidatos nascidos na América portuguesa. Desta forma, o “diferente” poderia ser inserido na estrutura “idealizada” pela administração central desde que procurasse uma “nova identidade e recusasse a antiga”.¹⁸⁶

Nesta linha, Nuno Camarinhas indica que “todos os candidatos que eram considerados inaptos para o serviço, devido a uma falha proveniente de um passado mecânico, podiam ser perdoados, se apresentassem uma boa avaliação na Universidade”. As petições que solicitavam o perdão régio por alguma falha vinham acompanhadas, no caso de uma dispensa favorável, “do compromisso assinado de ir servir no ultramar”.¹⁸⁷ Não obstante, Camarinha informa que:

Todos os candidatos dispensados são obrigados a assinar o termo, ainda que a coroa recorra a este contingente muito raramente. Com efeito, para um total de 329 indivíduos que assinaram o compromisso e que entraram na carreira, menos de 8% começou por uma nomeação para um cargo ultramarino e apenas 38% serão enviados para as colônias ao longo das suas carreiras. Trata-se de um pequeno grupo de 125 indivíduos, o que representa muito pouco nos efetivos que serviram as diversas magistraturas coloniais. Contudo, encontramos lugares que, talvez pelos riscos que representavam, têm uma percentagem importante de candidatos dispensados nas suas fileiras. Se tomarmos os lugares que tiveram mais de vinte nomeações de magistrados, constatamos que, entre as jurisdições que recorrem mais a magistrados dispensados, encontramos sobretudo lugares de ouvidor na região do nordeste brasileiro e do sul aurífero ou em África.¹⁸⁸

Assim, a nomeação para um determinado cargo na estrutura jurídico-administrativa não seria apenas um trampolim para a ascensão social do sujeito, mas também a possibilidade de “limpeza” de um passado, no qual ele possuía características não aceitas como ideais.

¹⁸⁶ *Ibid.* p. 263.

¹⁸⁷ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 250-251.

¹⁸⁸ *Id.*

Nos casos analisados por Arno Wehling e Maria José Wehling, em que as leituras de bacharéis eram referentes aos desembargadores da Relação do Rio de Janeiro, as limitações dos pleiteantes ao “ideal de oficial” eram justificadas, frequentemente, devido à ascensão econômica ou social dos familiares que os “impediam” de assumir um cargo, ou aos préstimos, geralmente militares, destes familiares à monarquia portuguesa. Ou ainda, como acima referenciado, se justificavam os impedimentos com base no histórico na universidade.¹⁸⁹

Desta forma, amplia-se o universo de sujeitos que poderiam almejar e alcançar os cargos jurídico-administrativos da monarquia portuguesa. Conforme dados presentes no estudo de Nuno Camarinhas, é possível perceber a evolução do número de exames por ano. Ao longo do período pesquisado pelo autor, 1620 a 1820, há o registro de 5853 exames, sendo que em alguns períodos houve a diminuição no número de exames realizados no Desembargo do Paço, bem como momentos com elevado número, o que, segundo Camarinhas, buscava tornar o processo “mais ágil e capaz de responder ao número crescente de candidatos à magistratura e às necessidades de pessoal para preencher um aparelho judicial cada vez mais complexo”.¹⁹⁰

Com isso, por mais que existisse uma política administrativa que buscasse limitar o acesso aos postos jurídicos, tais parâmetros foram flexibilizados.¹⁹¹ Isto nos leva não só à constatação da maleabilidade da administração central, mas também à percepção da necessidade destes sujeitos para ocupar os cargos vagos, principalmente no ultramar. A ascensão destes nos quadros jurídico-administrativos era uma outra questão, não mais dependente das leituras, mas sim do desenvolvimento de suas atribuições no cargo, das diversas relações que estabeleceriam e de suas residências no fim do período de sua nomeação.

De acordo com Stuart Schwartz, os letrados, ou seja, as pessoas que possuíam grau universitário (aptas a ocuparem os “lugares de letras”), passaram a possuir, a partir do final do século XIV, uma posição de destaque na sociedade

¹⁸⁹ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 2004. p. 257.

¹⁹⁰ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 255.

¹⁹¹ Existiram momentos inclusive em que o exame foi abolido, como no caso de 1775, “como corolário da reforma da universidade [Coimbra]. De acordo com o texto do decreto, a universidade de Coimbra teria, naquele momento, todas as condições para garantir a boa formação dos seus diplomados. Aos candidatos seria suficiente apresentar os seus diplomas e apresentar-se aos inquéritos de limpeza de sangue para serem admitidos na carreira”. Em: CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* p. 255. Tal situação, contudo, durou pouco tempo, somente até 1777.

portuguesa. Segundo o autor, em meados do século XV detinham uma posição que “era a de quase igualdade com a classe dos cavaleiros e fidalgos, embora os fidalgos se recusassem a reconhecer esse fato”. Um século mais tarde (meados do XVI), continua Schwartz, “os letrados começaram a assumir aspecto de casta, como grupo que se perpetuava por meio de casamentos e relações de família, ocupando a maioria dos cargos judiciais e muitos cargos administrativos do governo”. Já no século XVII, a importância destes letrados, bem como seu prestígio, passaram a ser “institucionalizados mediante a concessão de títulos de nobreza e o ingresso nas ordens militares”, observando-se ainda que os letrados deviam “sua existência à expansão do poder real”.¹⁹²

O estudo de Nuno Camarinhas, **Juízes e Administração da Justiça no Antigo Regime**, traz uma análise a respeito da imagem que a historiografia faz dos juízes letrados, que seriam: “a) indivíduos com uma formação universitária em direito; b) indivíduos provenientes de famílias de juristas, constituindo verdadeiras dinastias de magistrados; c) indivíduos próximos dos círculos de governo do príncipe; d) delegados do poder central não apenas junto da administração periférica mas também dos grandes conselhos”¹⁹³ Contudo, Camarinhas propôs ir além desta visão, analisando as origens geográficas e sociais dos magistrados da Coroa portuguesa, advertindo, entretanto, sobre a indisponibilidade de dados completos para compor um panorama total a respeito do acesso e da progressão das carreiras dos magistrados.

Dos quatro elementos que produziram a imagem dos juízes letrados para a historiografia, para iniciar o processo de identificação de quem eram os ouvidores régios que atuaram na comarca de São Paulo e de Paranaguá, nos valeremos de dois, a saber: a formação universitária e se eram de famílias de juristas. Além disso, resgatamos a análise feita por Mafalda Soares da Cunha de que “uma das tarefas fulcrais da governação do Império no Antigo Regime era o direito de nomeação de pessoas para o exercício de funções da mais variada índole”, sendo que para tal exercício a Coroa lusitana observava as necessidades específicas, “procurando

¹⁹² SCHWARTZ, Stuart B. *Op. Cit.* 2011. p. 34-35.

¹⁹³ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 134.

nomes com perfil político e social adequado às diferentes características e ao tipo de questões colocadas pelos diversos postos de governo”.¹⁹⁴

Para iniciar esta análise, construímos uma tabela com o objetivo de apresentar quem foram os ouvidores régios que atuaram na comarca de São Paulo e de Paranaguá durante a primeira metade do século XVIII.¹⁹⁵

Tabela 01 – Ouvidores régios da Ouvidoria de São Paulo (1699-1750)

Ouvidor	Período na Ouvidoria
Antonio Luiz Peleja	1699-1706
João Saraiva de Carvalho	1706-1709
Sebastião Galvão Rasquinho	1711– 1714
Rafael Pires Pardiniho	1717-1721
Manuel de Melo Godinho Manso	1721-1725
Francisco da Cunha Lopes (Lobo)	1725-1727
Francisco Galvão da Fonseca	1727-1730
Gregório Dias da Silva	1731-1734
João Rodrigues Campelo	1734-1742
Domingos Luís da Rocha	1743-1749

FONTE: **Arquivo Histórico Ultramarino; Arquivo Nacional da Torre do Tombo.** Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 13, f.57v. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 4, f.637. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.501. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 3, f.258v. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f.244. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.131. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f.479. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 24, f.470. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 21, f.380.

Tabela 02 – Ouvidores régios da Ouvidoria de Paranaguá (1723-1750)

uvidor	Período na Ouvidoria
Antonio Álvares Lanhas Peixoto	12-1725 a 06-1726
Antonio dos Santos Soares	1730-1734
Manuel dos Santos Lobato	1734-1738 (?)
Gaspar da Rocha Pereira	1743-1744

¹⁹⁴ CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. Cit.* p. 71-72.

¹⁹⁵ As lacunas entre as datas se deve pelo fato da monarquia lusa não ter nomeado um ouvidor para as comarcas, ficando assim o posto vago. Com isso, outros agentes régios assumiam as funções de ouvidor. Por exemplo, não incluímos em nossas pesquisa dois desembargadores sindicantes que fizeram as vezes de ouvidor na comarca de São Paulo durante esse período: Bernardo Rodrigues do Vale e Antonio da Cunha Souto Maior. Ou mesmo o juiz ordinário de Paranaguá, capitão Manoel de Sampaio, interino no cargo de ouvidor da comarca de Paranaguá após Antonio Álvares Lanhas Peixoto deixar a região.

Manuel Tavares de Sequeira	1745-1748
Antonio da Silva Pires Melo Porto Carreiro	1749-1755(?)

FONTE: PEGORARO, Jonas Wilson. **Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América Portuguesa**: a comarca de Paranaguá (1723-1812). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 51.

No que diz respeito ao primeiro elemento levantado pela historiografia, sujeitos com uma formação universitária em direito, para o caso das comarcas de São Paulo e de Paranaguá todos possuíam tal formação, que, reafirmamos, era obrigatória para esse nível hierárquico.¹⁹⁶

Além do mais, para tornarem-se ouvidores, na maioria das vezes as pessoas que foram nomeadas para o cargo previamente haviam ocupado outros lugares no quadro jurídico-administrativo da Coroa portuguesa. Desta forma, para identificar uma “carreira” dentro da estrutura constituída pela Coroa, utilizou-se o padrão concebido por Stuart Schwartz e nomeado “típico padrão de carreira da burocracia magistrática portuguesa”.

O Gráfico 01, à frente, permite perceber que era um longo caminho para chegar ao ápice da carreira jurídica, ou seja, ocupar o cargo de conselheiro ultramarino, desembargador do Paço ou na Mesa de Consciência. Após formado e antes de dar entrada no processo de “leitura de bacharéis”, o aspirante a um cargo na estrutura jurídico-administrativa geralmente atuava como advogado em algum local do reino. Sendo que, conforme apresentado por Schwartz, ingressavam no serviço entre os 26 e 28 anos de idade.¹⁹⁷

A função mais baixa na carreira jurídica-administrativa régia era a de juiz de fora, tanto no reino como no ultramar. Esta seria, geralmente, a primeira nomeação após a aprovação nas leituras de bacharéis. O cargo de juiz de fora, comumente, era de duração de três anos, porém poderia ser abreviado, devido a má conduta do oficial, ou prorrogado, caso necessário.

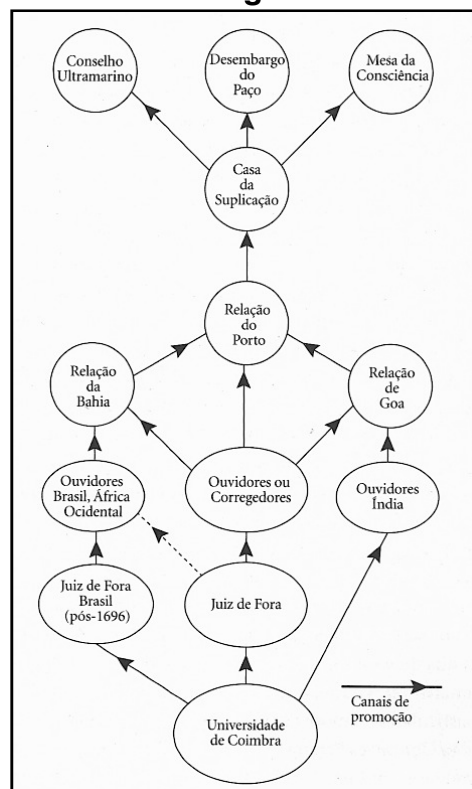
Sendo bem-sucedido no cargo de juiz de fora e recebendo uma residência favorável, o bacharel era conduzido a uma segunda nomeação, novamente como juiz de fora ou no grau ascendente de corregedor ou ouvidor de alguma comarca. Frente a este percurso, Schwartz complementa da seguinte forma:

¹⁹⁶ Ver: CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* SUBTIL, José. *Op. Cit.* 2011.

¹⁹⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* p. 238.

Outras nomeações podiam ocorrer a intervalos de três ou seis anos e a extensão do período de ocupação de um mesmo cargo não era incomum. Esse padrão de serviço dava ao magistrado considerável experiência e treino, antes que pudesse ser promovido para um dos três tribunais superiores – Goa, Bahia e Porto. Os homens que atingiam esse nível da magistratura eram considerados a elite burocrática e o título de desembargador era ardentemente desejado pelos magistrados, como culminação de uma carreira. Os magistrados que serviram no tribunal brasileiro tinham, em média, quinze anos de experiência antes de chegarem à Bahia.¹⁹⁸

Gráfico 01 – Típicos Padrões de Carreira da Burocracia Magistrática Portuguesa



Fonte:SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 239.

Porém, Schwartz indica que existiram outros padrões de carreira para os oficiais que vieram a ocupar o lugar de desembargador na Relação da Bahia. No caso, magistrados com experiência de 10 anos e não de 15, como no padrão típico apontado pelo autor, letrados que “preferiam exercer a advocacia antes de aceitar um cargo na magistratura” ou mesmo homens que alcançaram esta posição após lecionarem em Coimbra.¹⁹⁹

Além disso, deve-se ter em mente que dentro do aparelho jurídico-administrativo os ofícios possuíam valores diferentes. Conforme Nuno Camarinhas,

¹⁹⁸ *Id.*

¹⁹⁹ *Id.*

existiam “etapas da carreira”:

a primeira etapa era constituída pelo que a documentação chama de ‘ofícios de primeira entrância’. Estes lugares eram normalmente magistraturas nos concelhos mais pequenos, não apenas de juiz de fora, mas também alguns de auditor da gente de guerra, de ouvidor, de superintendente, dos tabacos ou de juizes de órfãos. (...) Tratava-se de localidades menos importantes do ponto de vista político e demográfico e os seus postos eram destinados aos magistrados em inícios de carreira, sem experiência e, por vezes, mal classificados pela universidade ou na leitura de bacharéis.²⁰⁰

Superada esta etapa, existiam ofícios chamados de “segunda entrância”, que seriam locais para exercício jurídico nas “cabeças de comarca ou de ouvidoria e as dos bairros de Lisboa, bem como os lugares de juiz dos órfãos das maiores cidades do reino”. Para desempenhar estes ofícios o magistrado já deveria possuir uma certa experiência, sendo que caso “fosse bem sucedido a ultrapassar esta etapa, ascenderia mais facilmente aos lugares de corregedor, de ouvidor ou provedor”.²⁰¹

Obviamente, o autor trata de uma progressão nas carreiras com base nos cargos existentes no reino. Entretanto, como bem observa, não havia um “caminho único de progressão, mas diferentes alternativas”.²⁰² Desta forma, o exercício de um ofício nas ilhas ou no ultramar poderia significar não só uma progressão mais rápida, mas um caminho alternativo, frente às possibilidades existentes no reino.

José Subtil adverte porém que:

a Coroa não conseguia ou não queria ter um contingente estável de oficiais régios que pudessem garantir uma linha contínua de governação. [...] Podemos assim dizer, de forma geral, que a carreira da magistratura territorial não é uma carreira política estável nem apetecível apesar do excesso de candidatos aos cargos. Pelo contrário, a Coroa parece não ter oferecido condições de atração especial para os lugares de governo local e periférico apesar de constituírem um investimento político e simbólico para a disputa de outros lugares. [...] a Coroa está longe de ter funcionado como pólo central e indiscutível para as expectativas dos magistrados.²⁰³

Dos magistrados aqui estudados, identificamos que o cargo de ouvidor régio na América portuguesa foi o “topo da carreira” para dez ouvidores, uma vez que após o tempo no exercício do cargo acabaram abandonando a carreira na magistratura.

Na verdade, um dos ouvidores régios, João Saraiva de Carvalho, foi suspenso do cargo e, até onde pudemos verificar, não obteve mais mercês na estrutura jurídico-administrativa.

²⁰⁰ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 267.

²⁰¹ *Ibid.* p. 268.

²⁰² *Ibid.* p. 269.

²⁰³ SUBTIL, José. *Op. Cit.* 2002. p. 53-54.

Já Antonio Álvares Lanhas Peixoto desistiu dos serviços após ser enviado para as minas de Cuiabá, morrendo no regresso para São Paulo.²⁰⁴ Gaspar da Rocha Pereira se tornou intendente de minas na comarca do Rio das Mortes, na capitania das Minas Gerais.²⁰⁵ Antonio dos Santos Soares casou-se em Paranaguá, assim como Manuel dos Santos Lobato. De Sebastião Galvão Rasquinho, Domingos Luís da Rocha, Manuel Tavares de Siqueira e Antonio da Silva Pires Melo Porto Carreiro não possuímos mais informações.

Os sete que permaneceram na estrutura jurídico-administrativa foram: Antonio Luis Peleja, Rafael Pires Pardiniho, Manuel de Melo Godinho Manso, Francisco da Cunha Lopes, Francisco Galvão da Fonseca, Gregório Dias da Silva e João Rodrigues Campelo, todos ouvidores régios da comarca de São Paulo.

Passamos agora a analisar se os ouvidores régios das comarcas de São Paulo e Paranaguá eram provenientes de famílias de juristas. Dos 16 ouvidores régios aqui abordados, foi possível rastrear as leituras de bacharéis de 11: Antonio Luiz Peleja, Sebastião Galvão Rasquinho, Rafael Pires Pardiniho, Gregório Dias da Silva, João Rodrigues Campelo, Domingos Luis da Rocha, Antonio Álvares Lanhas Peixoto, Antonio dos Santos Soares, Manuel dos Santos Lobato, Gaspar da Rocha Pereira e Manuel Tavares de Sequeira. Por meio destes documentos, que trazem informações sobre a ascendência destes agentes, adquirimos dados referentes a suas origens sociais.

Com tais informações confeccionaram-se as tabelas a seguir:

²⁰⁴ Reg.^o de hua carta do D.^r Ant.^o Alz'Lanhas Peixoto, em q' dezistia dos empregos q'servia nestas. Em: **DIHCSP**.v. 20, Correspondência interna do Governador Rodrigo Cesar de Meneses 1721-1728, 1896, p. 279. Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-09-20_volume_20/#/280/ Acesso em: 7ago. 2014.

²⁰⁵ **ANTT**. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 29, folha 37.

Tabela 03 – Funções desempenhadas pelos pais e avós dos ouvidores régios das comarca de São Paulo (1699-1750)

Ouvidor	Período na Ouvidoria	Pai	Avós Paternos	Avós maternos	Observação
Antonio Luiz Peleja	1699-1706	Capitão.	Capitães de navios que faziam viagens ao Brasil.	Nada consta.	O bacharel diz que vive de sua fazenda. Lei de nobreza.
Sebastião Galvão Rasquinho	1711-(?)	Advogado. Nobre.	Suas fazendas.	Nada consta.	Lei de nobreza. Escravos e criados.
Rafael Pires Pardinho	1717-1721	Capitão. Piloto de Carreira da Índia e do Brasil. Oficial calafate Pescador.	Pescador.	Suas fazendas.	O bacharel era cavaleiro da Ordem de Santiago. O pai também era cavaleiro da ordem.
Gregório Dias da Silva	1731-1734	Os principais de São Miguel de Outeiro. Abastados de suas fazendas.	Os principais de São Miguel de Outeiro. Abastados de suas fazendas.	Os principais de São Miguel de Outeiro. Abastados de suas fazendas.	Muitos criados.
João Rodrigues Campelo	1734-1742	Sargento-mor. Ocupou lugares da república na vila do Recife. Homem de negócio de seu engenho.	-	Alferes e Capitão de Infantaria. Tesoureiro da finta do comércio geral da capitania.	Familiares do Santo Ofício. Cargos honrosos na militância e na república. Lei de nobreza. Negócios do mar e com o Brasil (não foi possível determinar se quem realizava tais negócios eram os avós paternos ou maternos)
Domingos Luís da Rocha	1743-1749	Mercador muito rico na cidade do Porto. Almotacé.	Suas fazendas.	Homem de negócio com o Brasil.	Lei da nobreza.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Antonio Luis Peleja - Ano: 1680 – Maço: 7 – Número: 23. Leitura de Bacharéis – Sebastião Galvão Rasquinho – Ano: 1693 – Maço: 1 – Número: 12. Leitura de Bacharéis – Rafael Pires Pardinho – Ano: 1700. Maço: 02. Número: 27. Leitura de Bacharéis – Gregório Dias da Silva – Ano: 1721 – Maço: 2 – Número: 4. Leitura de Bacharéis – João Rodrigues Campelo – Ano: 1721 – Maço: 18 – Número: 6. Leitura de Bacharéis – Domingos Luís da Rocha – Ano: 1718 – Maço: 5 – Número: 4

Tabela 04 – Funções desempenhadas pelos pais e avós dos ouvidores régios das comarca de Paranaguá (1723-1750)

Ouvidor	Período na Ouvidoria	Pai	Avós Paternos	Avós maternos	Observação
Antonio Álvares Lanhas Peixoto	12-1725 a 06-1726	Sargento mor de infantaria.	Suas fazendas.	Suas fazendas.	Pai – Cavaleiro da Ordem de Cristo. Leis da Nobreza. Pai – Formado em leis na Universidade de Coimbra.
Antonio dos Santos Soares	1730-1735	Mantas que manda fabricar.	Suas fazendas	Suas fazendas	
Manuel dos Santos Lobato	1735-?	Vive de seus negócios. Tem parte em um navio. Viaja para Brasil e Angola.	Vivem de suas fazendas	Negócios que comercializava. Capitão de um navio. Viajava para o Brasil e Ilhas.	
Gaspar da Rocha Pereira	1742-1745 (?)	Advogado. Muito nobre.	Avô – de qualidades. Muito nobre.	Lavradores. Viviam de suas fazendas.	Eram os “principais do concelho”.
Manuel Tavares de Sequeira	1745-1748	Capitão.			Lei de Nobreza. Avós Honrados e da governança (não foi possível identificar se os paternos ou maternos)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Antonio Álvares Lanhas Peixoto – Ano: 1701 – Maço: 2 – Número: 07. Leitura de Bacharéis – Antonio dos Santos Soares – Ano: 1714 – Maço: 1 – Número: 35. Leitura de Bacharéis – Manuel dos Santos Lobato. Ano: 1719. Maço: 24. Número: 19. Leitura de Bacharéis – Gaspar da Rocha Pereira. Ano: 1735. Maço: 3. Número: 26. Leitura de Bacharéis – Manuel Tavares de Sequeira – Ano: 1732 – Maço: 28 – Número: 12.

Os dados para a composição das tabelas 3 e 4 a respeito das funções desempenhadas pelos pais e avós dos bacharéis foram localizados pois na inquirição das testemunhas, no momento das leituras de bacharéis, elas respondiam “se sabiam de ofício mecânico exercido pelo pai ou avô do requerente”. Como é possível notar, a associação destes agentes a famílias de juristas não se aplica para o nível hierárquico aqui pesquisado. Apenas 4 tinham tal ascendência: Sebastião Galvão Rasquinho, Francisco Galvão da Fonseca, Antonio Álvares Lanhas Peixoto e Gaspar da Rocha Pereira.

Para um universo de 4513 magistrados pesquisado, Camarinhas identificou que 588 possuíam ascendentes juristas, o que veio a significar uma porcentagem de 13%. Entretanto, ficaram desconhecidos os ascendentes de 3498 magistrados, ou seja, 77% do universo analisado.²⁰⁶

Não estamos desqualificando a argumentação a respeito dessas “dinastias” de juristas, conforme as palavras de Antonio Manuel Hespanha²⁰⁷ ou do próprio Camarinhas, que podem ser percebidas em esferas superiores do poder decisório da monarquia.²⁰⁸

De fato, ao observar as origens sociais dos magistrados, tivemos a impressão de que a ascendência dos bacharéis poderia lhes favorecer, fazendo com que o deslocamento para postos periféricos fosse evitado, o que, contudo, não se pode afirmar.

Como pontua Nuno Camarinhas, “numa sociedade de ordens como a do Portugal do Antigo Regime, provar que se é filho de um oficial da coroa, ou de um nobre, ou de alguém que possuísse um estatuto particular, poderia facilitar a entrada nos eleitos para o exame ou mesmo para se tornar magistrado”. No que diz respeito às famílias que possuíam juristas, Camarinhas ressalta o número reduzido de descendentes que seguiram no mesmo ofício. Entretanto, tal característica não deveria ser negligenciada, pois “parece ter o poder de acelerar a progressão na carreira ao permitir entrar diretamente para cargos mais importantes”.²⁰⁹

²⁰⁶ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 140.

²⁰⁷ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 2011.

²⁰⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* 2011. WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 2004. CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010.

²⁰⁹ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 149-150.

Nossa hipótese inicial para o desenvolvimento desta tese era a de que os homens que se deslocaram para as comarcas de São Paulo e de Paranaguá, por serem de famílias sem muito prestígio, não tiveram oportunidades ou não detinham as necessárias redes de influência para manter suas carreiras no reino. De fato, acreditávamos que os oficiais deslocados para a capitania de São Paulo, neste nível hierárquico da estrutura jurídico-administrativa, pertenciam a um “segundo escalão” dentre o grupo de magistrados.

Ao analisar as carreiras de tendência colonial, Nuno Camarinhas percebeu local periférico de Paranaguá, porém São Paulo detinha uma maior importância, identificando-se

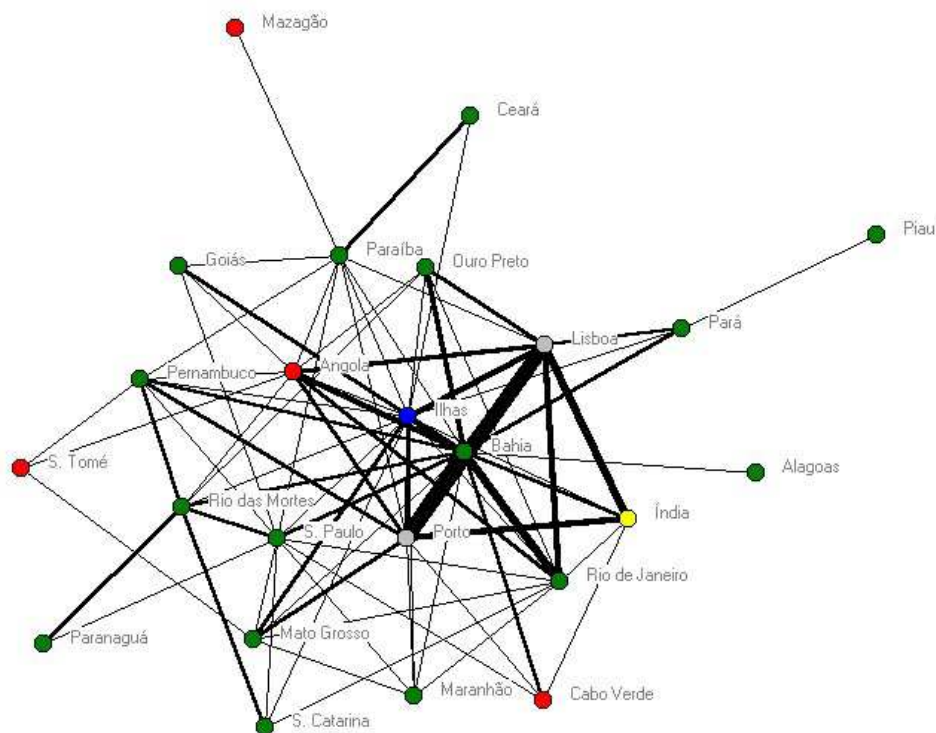
o papel central desempenhado, no ultramar, pelas magistraturas da Bahia e do Rio de Janeiro, no Brasil, de Angola, em África, e dos arquipélagos atlânticos dos Açores e da Madeira. Dir-se-ia que são centros políticos e burocráticos do aparelho judicial colonial onde todos os percursos de magistrados se cruzam, mesmo se terminam antes da chegada aos Tribunais da metrópole. Um segundo círculo é dominado pelas posições igualmente importantes de São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Rio das Mortes, Mato Grosso, Ouro Preto e Índia. O círculo mais afastado do centro é composto pelos lugares periféricos da órbita judicial da época, quer pela sua dimensão, quer pela data mais recente da sua criação.²¹⁰

Devemos perceber, justamente, as datas de criação destes locais para o exercício das magistraturas. Logicamente que o trânsito de oficiais régios entre Lisboa, Bahia e Porto seria mais intenso, uma vez que os tribunais superiores mais antigos da monarquia se localizavam nestas cidades.

Além daquelas localidades, Índia e Rio de Janeiro possuíam um número maior de cargos a serem preenchidos, o que daria maior destaque a estes centros. De qualquer forma, a posição periférica de Paranaguá se faz visível. Havia apenas uma instituição jurídica, a ouvidoria, logo, apenas um cargo a ser nomeado.

²¹⁰ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2009. p. 93.

**Gráfico 02 – Rede de nomeações das carreiras de tendência colonial
(1620-1800)**



Fonte: CAMARINHAS, Nuno. O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800). *Almanack brasileiro*, nº 09, maio 2009. pp. 84-102. p. 93. “Cada ponto do gráfico representa uma circunscrição judicial e as linhas que os unem representam a passagem de um magistrado de uma circunscrição para outra. A espessura das linhas traduz a frequência dessa passagem”.

Os dados referentes às funções desempenhadas pelos pais e avós dos ouvidores régios que se deslocaram para a comarca de São Paulo e de Paranaguá (tabelas 3 e 4) indicam que a hipótese inicial desta pesquisa, de que os homens que vieram para ocupar o cargo de ouvidor régio eram de famílias de pouco prestígio, não se confirmou.

Aliás, o que é possível notar pelas tabelas é exatamente o contrário: dentre os ouvidores régios que atuaram nas localidades aqui pesquisadas e de que tivemos acesso às leituras de bacharéis, seis ouvidores, dentre um universo de onze leituras, indicam que viviam sob a “lei da nobreza”.

A historiadora Carla Maria Carvalho de Almeida, no texto ***Vivendo à lei da nobreza nas Minas Setecentistas***, ao tratar do estabelecimento de “nobreza” para a América portuguesa indica que “por vezes, até mesmo o simples viver à lei da nobreza, ou seja, possuir um estilo de vida que passava por se tratar com cavalos, escravos e capelão, capacitava o sujeito a ter acesso a títulos ou cargos que

enobreciam”, sendo que a autora destaca ainda a “importância do reconhecimento local como fundamento para a legitimação social. Neste caso, vemos a chamada hierarquia costumeira sendo legitimada pelas instâncias decisórias do Reino”.²¹¹

Maria Beatriz Nizza da Silva, no livro **Ser nobre na Colônia**, observa a existência de “dois tipos de nobreza: uma que assenta na linhagem, passando de pais para filhos, e que se chama ‘nobreza natural’; e outra, a ‘nobreza civil ou política’, concedida pelo monarca”, ou seja, a nobreza civil “dependia apenas da vontade régia, assente quando muito na alegação de prestação de serviços, militares ou outros, à Coroa”.²¹²

Gregório Dias da Silva, conforme indicado, descendia dos “principais de São Miguel de Outeiro”, possuindo abastadas fazendas e muitos criados, mas isto não veio a significar mudanças para o início de sua carreira: começou como juiz de fora na vila de Alter do Chão e depois exerceu o mesmo cargo na vila de Estremoz.²¹³ Na mesma linha, Gaspar da Rocha Pereira tinha o pai advogado e o avô qualificados como “muito nobres”, ou seja, possuíam um prestígio local, porém inicia sua carreira como juiz de fora na vila de Santos.²¹⁴ Ou seja, as origens sociais não possuíam grande influência, mas não devem ser descartadas.

Camarinhas observou que 59% dos filhos de juristas²¹⁵ iniciavam suas carreiras no cargo mais baixo (juiz de fora): isso significa que, do universo pesquisado pelo autor, 41% já galgava um cargo superior. Caso a ascendência fosse outra e não de jurista, 76% iniciavam no cargo de juiz de fora, sendo 24% agraciados com cargos superiores.²¹⁶ Ou seja, percebe-se que havia uma certa predileção para que os filhos de juristas já assumissem cargos superiores na estrutura jurídico-administrativa lusa.

²¹¹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Vivendo à lei da nobreza nas Minas Setecentistas**: uma discussão sobre estatuto social na América Portuguesa. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/carlamariadecarvalhoalmeida.pdf> Acesso em: 14 set. 2014.

²¹² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. Cit.* 2005. p. 16.

²¹³ **ANTT**. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f. 479.

²¹⁴ **ANTT**. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 29, folha 37.

²¹⁵ Assim como Nuno Camarinhas, identificamos a categoria “jurista” como sendo “tanto magistrados como os advogados ou os indivíduos designados por um título acadêmico conotado como os estudos em direito (bacharel, licenciado, doutor)”. Ver: CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 149. Ver ainda: **ANTT**. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 2, f. 422.

²¹⁶ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 150.

Relembramos que Camarinhas indica que uma de suas primeiras conclusões sobre as origens sociais dos magistrados no Antigo Regime foi a do “número consideravelmente reduzido de descendentes de outros magistrados ou mesmo de indivíduos formados em direito”. Por mais que tenha advertido que tenha feito um estudo sobre uma amostragem, o autor indica que “com um razoável grau de certeza, que conhecemos a totalidade dos descendentes de pais magistrados, ou até de pais formados em direito pela Universidade de Coimbra”, sendo inclusive “relativamente fraca a influência do passado jurista na escolha dos futuros magistrados”. Contudo, tal dado não deveria ser negligenciado, uma vez que descender de juristas “parece ter o poder de acelerar a progressão na carreira”.²¹⁷

Da mesma forma, as tabelas 3 e 4 vêm a corroborar as indicações feitas por Camarinhas no que diz respeito a um “peso considerável dos candidatos procedentes de famílias de militares e, sobretudo, de famílias que pertencem às elites locais, ligadas à propriedade fundiária e ao serviço dos ofícios municipais mais honrosos”. Ainda para este autor, “a entrada para o serviço da justiça da coroa fazia parte das estratégias de consolidação destas famílias”, argumento que resgataremos adiante, no terceiro capítulo.²¹⁸

Além das origens sociais dos ouvidores régios que atuaram na comarca de São Paulo e de Paranaguá, buscou-se analisar suas origens geográficas.

A este respeito, analisando os magistrados com base, principalmente, nas declarações dadas pelos candidatos no momento da leitura de bacharéis, Camarinhas compôs a seguinte tabela:

**Tabela 05 – Origem geográfica dos magistrados, por circunscrição (1620-1800).
Em itálico, as regiões exteriores à metrópole**

Circunscrição	Magistrados	%
Lisboa	945	20,9
Coimbra	223	4,9
Porto	199	4,4
<i>Brasil</i>	186	4,1
Lamego	179	4,0
Viana da Foz do Lima	154	3,4
Guimarães	149	3,3
Guarda	148	3,3

²¹⁷ *Id.*

²¹⁸ *Ibid.* p. 229.

Torres Vedras	145	3,2
Viseu	138	3,1
Pinhel	108	2,4
Tomar	107	2,4
Esgueira	103	2,3
Leiria	102	2,3
Évora	98	2,2
Barcelos	93	2,1
Santarém	93	2,1
Castelo Branco	92	2,0
Beja	87	1,9
Setúbal	79	1,8
Braga	72	1,6
<i>Ilhas Atlânticas</i>	68	1,5
Bragança	64	1,4
Torre de Moncorvo	57	1,3
Vila Viçosa	54	1,2
Portalegre	50	1,1
Elvas	48	1,1
Tavira	47	1,0
Avis	30	0,7
Crato	30	0,7
Ourique	23	0,5
Miranda do Douro	22	0,5
Valença	21	0,5
Lagos	19	0,4
<i>Ultramar</i>	13	0,3
<i>Estrangeiro</i>	6	0,1
Origem desconhecida	461	10,2
Total	4513	

Fonte: CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e Administração da Justiça no Antigo Regime:** Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010. p. 140.

Frente a estes dados, Camarinhas ressalta que o posicionamento de Lisboa, Coimbra e Porto não foi surpresa, pois a primeira era a capital, a segunda era onde se situava a universidade e a terceira, a “segunda região do país”. Contudo, o autor chama a atenção para a posição que ocupa a colônia brasileira.

Por mais que fosse um extenso território, inúmeras variáveis poderiam proporcionar aos nascidos no Brasil outros caminhos que não o acesso à magistratura. Nas palavras de Camarinhas, o “Brasil é, claro, uma das regiões mais dinâmicas do império, mas a sua especificidade geográfica e colonial poderia significar um maior afastamento da carreira burocrática que se desenrolava (...) numa escala metropolitana ou mesmo intercontinental, e exigia a frequência prévia da universidade em Coimbra”.²¹⁹

Embora pareça que a relevância dos agentes régios nascidos na colônia americana tenha uma grande expressão, António Manuel Hespanha coloca em xeque tal argumentação. Por mais que a colônia americana tenha um certo peso, com um contingente de 186 magistrados vindos de longe para estudar em Coimbra, e ainda pertencentes a um “meio onde as justiças oficiais não eram muito efetivas”, Hespanha indica que existia um limitado número de “clientes potenciais da justiça oficial”.²²⁰

Além do mais, os dados populacionais para a América portuguesa no início do século XVIII são de difícil precisão. A estimativa assumida por Hespanha para o ano de 1700 foi de 300.000 habitantes, sendo destes 30% brancos e, portanto, os potenciais clientes da justiça régia. Com tais dados, Hespanha argumenta que “como seria de esperar e também acontece em relação aos estudantes, o Brasil tem uma quota tão pouco relevante para a constituição do universo das magistraturas oficiais como as zonas interiores do reino, na Europa. O que não estaria em contraste com algumas similitudes – distância dos centros oficiais, culturas regionais rústicas fortes”.²²¹

De qualquer forma, a incidência de naturais da colônia brasileira foi crescente no decorrer dos séculos XVII e XVIII; segundo Arno Wehling e Maria José Wehling, “de um total de 21 entre 1635 e 1700, passa-se a 72 no período 1700-1750, a 187 nos anos 1750-1800 e a 68 no período 1800-1820”. Sendo mais específicos sobre as origens regionais dos nascidos no Brasil, os autores complementam indicando que: “predominaram, entre 1635 e 1705, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro; entre 1706 e 1756, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, quadro que se repetiu entre

²¹⁹ *Ibid.* p. 141.

²²⁰ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 2011. p. 22-23.

²²¹ *Id.*

1756 e 1808. Ressalte-se, para a segunda metade do século XVIII, a maior diversidade de capitânias de origem dos bacharéis, o que mostra a consolidação da expansão colonial após as descobertas auríferas”.²²²

Nota-se que os dados apresentados por Arno Wehling e Maria José Wehling a respeito dos bacharéis de origem brasileira são discrepantes em relação aos dados tabulados por Camarinhas. No intervalo de 1635 a 1800 os autores brasileiros somam 280 magistrados, ou seja, 94 a mais. Tal indicador não pode ser ignorado, por mais que Camarinhas tenha nos advertido a respeito das fontes para a composição das origens geográficas dos magistrados.

Fazendo um cruzamento entre os dados e assumindo que os indicativos de Arno Wehling e Maria José Wehling estejam corretos, a colônia brasileira passaria a ser o segundo local que mais forneceu magistrados, passando a ter, por conseguinte, maior relevância na “constituição do universo das magistraturas oficiais”. Assumindo-se, assim, que, mesmo distante dos centros oficiais e com culturas regionais rústicas, a colônia passou a ter, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, um papel de protagonista no que se refere à composição dos quadros administrativos.

Para os agentes régios que ocuparam o cargo de ouvidor régio nas comarcas de São Paulo e Paranaguá, temos as seguintes origens geográficas:

Tabela 06 – Origem geográfica dos ouvidores de São Paulo (1699-1750)

Ouvidor	Período na Ouvidoria
Antonio Luiz Peleja	São Miguel de Alfama – Lisboa
João Saraiva de Carvalho	-
Sebastião Galvão Rasquinho	Faro, Reino de Algarve
Rafael Pires Pardinho	São Estevão de Alfama – Lisboa
Manuel de Melo Godinho Manso	-
Francisco da Cunha Lopes (Lobo)	-
Francisco Galvão da Fonseca	-
Gregório Dias da Silva	São Miguel de Outeiro, Comarca de Viseu
João Rodrigues Campelo	Olinda (?), Pernambuco
Domingos Luís da Rocha	Porto

FONTE: **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**. Leitura de Bacharéis – Antonio Luis Peleja - Ano: 1680 – Maço: 7 – Número: 23. Leitura de Bacharéis – Sebastião Galvão Rasquinho – Ano: 1693 –

²²²WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.*2004. p. 253-254.

Maço: 1 – Número: 12. Leitura de Bacharéis – Rafael Pires Pardiniho – Ano: 1700. Maço: 02. Número: 27. Leitura de Bacharéis – Gregório Dias da Silva – Ano: 1721 – Maço: 2 – Número: 4. Leitura de Bacharéis – João Rodrigues Campelo – Ano: 1721 – Maço: 18 – Número: 6. Leitura de Bacharéis – Domingos Luis da Rocha – Ano: 1718 – Maço: 5 – Número: 4

Tabela 07 – Origem geográfica dos ouvidores de Paranaguá (1723-1750)

Ouvidor	Localidade
Antonio Álvares Lanhas Peixoto	Braga
Antonio dos Santos Soares	Lisboa
Manuel dos Santos Lobato	Lisboa
Gaspar da Rocha Pereira	Coura
Manuel Tavares de Sequeira	Ermida
Antonio da Silva Pires Melo Porto Carreiro	?

FONTE: **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom Pedro II, livro 6, folha 208. Leitura de Bacharéis – Manuel dos Santos Lobato. Ano: 1719. Maço: 24. Número: 19. Folha: 2. Chancelaria de Dom João V. Livro 78, folha 253. Leitura de Bacharéis – Gaspar da Rocha Pereira. Ano: 1735. Maço: 3. Número: 26. Folhas: 15-15v. Diligência de Habilitação de Manuel Tavares de Sequeira. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, maço 171, documento 1810.

Novamente, os principais documentos para esta composição foram as leituras de bacharéis. Das 11 leituras, cinco ouvidores régios eram da região norte do reino, quatro de Lisboa, um da região sul e outro da América portuguesa, não sendo possível precisar se nascido em Recife ou Olinda.

Por mais que tais indicativos sejam válidos para localizar as regiões do Império que mais contribuíam para engrossar os quadros jurídico-administrativos e, nesta perspectiva, identificar as comunidades que possuíam laços mais estreitos com a Coroa portuguesa, a falta dos dados geográficos de cinco dos ouvidores régios impossibilita uma análise mais pormenorizada. Porém, se mudarmos o ponto de vista e observarmos se tais origens geográficas influenciaram na ação destes oficiais na América, é possível aferir que não. Ser de Lisboa, Braga, Coura ou Olinda em nada influenciava nas ações dos ouvidores régios na América.

De fato, tais dados geográficos servem para a Coroa na identificação dos locais onde se deveria promover a inquirição do candidato e, caso posteriormente aprovado, para que não existissem conflitos entre os interesses da Coroa e as atribuições que o agente régio iria desenvolver nas localidades, evitar de enviar o oficial para o seu local de nascimento. Tal aspecto fez com que desenvolvêssemos outras tabelas, a respeito das trajetórias no interior da estrutura jurídico-administrativa.

Tabela 08 – Trajetórias dos ouvidores régios da comarca de São Paulo (1699-1750)

Ouvidor	1ª Função	2ª Função	3ª Função	4ª Função	5ª Função	6ª Função	7ª Função
Antonio Luiz Peleja	Provedor Portalegre	Ouvidor São Paulo	Desembargador Relação do Porto	-	-	-	-
João Saraiva de Carvalho	-	-	-	-	-	-	-
Sebastião Galvão Rasquinho	Superintendente do Tabaco do Algarve	Ouvidor de São Paulo	-	-	-	-	-
Rafael Pires Pardinho	Juiz de Fora vilas de Santiago de Cacém e Sines	Juiz criminal no bairro de Mouraria em Lisboa	Ouvidor de São Paulo	Intendente dos diamantes (MG)	Desembargador da Relação do Porto	Desembargador da Casa da Suplicação	Conselheiro Ultramarino
Manuel de Melo Godinho Manso	Juiz de Fora de Estremoz	Ouvidor de Braga	Ouvidor de São Paulo	Desembargador da Relação do Porto	-	-	-
Francisco da Cunha Lopes (Lobo)	Ouvidor de Bragança	Ouvidor de São Paulo	Provedor do Tombo da Coroa na vila de Santarém	Desembargador da Relação do Porto.	Superintendente do Sal em Setúbal.	-	-
Francisco Galvão da Fonseca	Ouvidor Capitania do Pará	Corregedor da Comarca da Vila da Santarém	Ouvidor de São Paulo	Desembargador da Relação do Porto	Desembargador extravagante da Casa da Suplicação	Juiz conservador da Nação Alemã e Hamburguesa	-
Gregório Dias da Silva	Juiz de Fora de Alter do Chão	Juiz de Fora Estremoz	Ouvidor de São Paulo	Intendente das Minas de Goiás	Desembargador da Relação do Porto	Desembargador da Casa da Suplicação	-
João Rodrigues Campelo	Juiz de Fora de Santa Maria de Feira	Juiz de Fora de Ourique	Ouvidor de São Paulo	Desembargador da Relação da Bahia	Desembargador da Relação do Porto	-	-
Domingos Luís da Rocha	-	Juiz de Fora de Miranda	Ouvidor de São Paulo	-	-	-	-

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 13, f.57v. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 4, f.637. _____. liv. 8, f.501. _____. liv. 8, f.501v. _____. liv. 3, f.258v. _____. liv. 16, f.244. _____. liv. 8, f.131. _____. liv. 8, f.131v. _____. liv. 18, f.120. Registro Geral de Mercês de D. José I, liv. 8, f. 153. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f.479. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f.479v. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 31, f.481. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 34, f.2. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 34, f.2v. Registro Geral de Mercês de D. José I, liv. 6, f. 134. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f.367. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 24, f.470. Registro Geral de Mercês de D. José I, liv. 10, f. 234. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 21, f.380. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 21, f.380v. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 22, f.37. FURTADO, Júnia Ferreira. O Distrito Diamantino. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/distritodiamantino.pdf> Acesso em: 13 ago. 2014. LACERDA, Arthur. **As ouvidorias do Brasil colônia**. Curitiba: Juruá, 2000.

Tabela 09 – Trajetórias dos ouvidores régios da comarca de Paranaguá (1723-1750)

Ouvidor	1ª Função	2ª Função	3ª Função	4ª Função
Antonio Álvares Lanhas Peixoto	Juiz de Fora de Penamajor	Juiz de Fora de Portoalegre	Ouvidor de Paranaguá	
Antonio dos Santos Soares	Juiz de Fora de Olivença	Juiz de Fora de Santos	Ouvidor de Paranaguá	
Manuel dos Santos Lobato	Juiz de Fora de Franca de Xira	Juiz de Fora de Torrão e de Ferreira	Ouvidor de Paranaguá	Intendente das Minas de Paranaguá
Gaspar da Rocha Pereira	Juiz de Fora de Santos	Ouvidor de Paranaguá	Intendente das Minas na Comarca do Rio das Mortes	
Manuel Tavares de Sequeira	Juiz de Fora de Redondo	Ouvidor de Paranaguá	Intendente das Minas de Paranaguá*	
Antonio da Silva Pires Melo Porto Carreiro	Juiz de Fora de Povos e Castanheira	Ouvidor de Paranaguá		

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de Dom Pedro II. Livro 29, folha 59. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 7, folha 98. Chancelaria de Dom João V. Livro 78, folha 253. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 7, folha 177. Chancelaria de Dom João V. Livro 78, folha 253-253v. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 13, folha 263. Chancelaria de Dom João V. Livro 71, folha 262-262v. Chancelaria de Dom João V. Livro 122, folha 282v. Chancelaria de Dom João V. Livro 122, folha 283-283v. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 29, folha 37. Chancelaria de Dom João V. Livro 93, folha 91v. Chancelaria de Dom João V. Livro 106, folha 286. Chancelaria de Dom João V. Livro 101, folha 189. Chancelaria de Dom João V. Livro 115, folha 378v. Chancelaria de Dom João V. Livro 115, folha 383. **Arquivo Histórico Ultramarino**. São Paulo, caixa 15, doc. 1476. *Provido por Dom Luis Mascarenhas, governador e capitão-general de São Paulo. **Arquivo do Estado de São Paulo**. Caixa 73, Pasta 01, Documento 76-1-22.

Como é possível notar pelas tabelas 8 e 9, a grande maioria dos ouvidores régios que atuaram nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá iniciaram seu percurso nos quadros jurídico-administrativos da monarquia lusitana atuando como juízes de fora. De fato, como atestado pelas 11 leituras de bacharéis que tivemos acesso, todos haviam exercido o cargo de advogado.

Antonio Luiz Peleja e Sebastião Galvão Rasquinho são os que mais destoam, dado o “típico padrão de carreira da magistratura” estruturado por Stuart Schwartz. Contudo, como provedor da vila de Portalegre no reino, Antonio Luiz Peleja fora nomeado pela monarquia para prover aqueles que não possuíam a capacidade de administrar seus próprios bens, tendo atribuições “junto dos órfãos correspondiam a uma segunda instância em relação à jurisdição dos juízes dos órfãos. Podiam pedir informações sobre os órfãos do seu distrito ou sobre a administração dos seus bens pelos tutores bem como fiscalizar a atividade dos juízes”. Como ouvidores régios nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá, praticamente todos os agentes régios foram também nomeados provedores da fazenda dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da comarca, ou seja, tinham “tutela dos assuntos respeitantes aos interesses das pessoas desprovidas de capacidade de os administrar (órfãos, cativos, ausentes ou pessoas coletivas, por exemplo)”.²²³

Já Sebastião Galvão Rasquinho, como superintendente do tabaco, era um oficial que tinha como principais atribuições a prevenção do contrabando de mercadorias e “gestão de tudo o que dissesse respeito ao seu comércio. Estes magistrados tinham uma jurisdição excepcional e uma capacidade de intervenção muito grande. Estavam investidos do poder de entrar nas jurisdições senhoriais em inquirição e de receber assistência dos outros magistrados da coroa no local”.²²⁴

Por outro lado, identificamos Francisco da Cunha Lopes e Francisco Galvão da Fonseca possuindo sua primeira nomeação já como ouvidores. Não possuímos indicadores a respeito de Francisco da Cunha Lopes, porém o pai de Francisco Galvão da Fonseca foi José Nogueira Galvão, antigo corregedor do Civil em Lisboa e desembargador da Casa da Suplicação.²²⁵ Por tal ascendência, Francisco Galvão da Fonseca se enquadra no grupo descrito por Nuno Camarinhas dos filhos de juristas que

²²³ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 104 e 81.

²²⁴ *Ibid.* p. 107.

²²⁵ **ANTT** Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 2, f. 422. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 3, f. 186v.

em sua primeira nomeação transpunham o cargo de juiz de fora e eram nomeados já para um cargo superior na hierarquia lusa e/ou em regiões mais centrais do Império.²²⁶

Das 14 trajetórias que foi possível rastrear, seis tiveram no cargo de ouvidor régio o “topo de sua carreira”, sendo que de quatro destes agentes não foram encontradas informações após seu período na ouvidoria; são eles: Sebastião Galvão Rasquinho, Manuel Tavares de Siqueira, Antonio da Silva Pires Melo Porto Carreiro e Domingos Luís da Rocha. Quanto aos outros dois, Antonio Álvares Lanhas Peixoto morreu em 1730, retornando das minas de Cuiabá, e Antonio dos Santos Soares se casou em Paranaguá.

Para Domingos Luis da Rocha deixamos um espaço em branco na tabela antes de sua nomeação para o cargo de juiz de fora na vila de Miranda. Tal ação se deve ao fato de que seu registro geral de mercê para atuar como juiz de fora na referida vila data de 1730, porém sua leitura de bacharéis data do ano de 1718. Assim, o bacharel teria ficado doze anos sem uma nomeação, fator que destoaria dos demais. Se considerarmos que o ritmo de nomeações da monarquia está de acordo com o período de exercício de um cargo, geralmente 3 anos, Domingos Luis da Rocha teria neste intervalo 4 nomeações, algo que não foi possível identificar. Porém, conforme indica Stuart Schwartz, não era incomum a “extensão do período de ocupação de um mesmo cargo”, sendo o intervalo entre as nomeações de seis anos.

Outro fator que deve ser mencionado é o fato de que alguns dos cargos presentes na tabela não foram de fato exercidos. Este é o caso de Rafael Pires Pardini, que no ano de 1723 recebeu mercê para ocupar o cargo de desembargador na Relação do Porto, porém, devido a outras solicitações do “real serviço”, não pôde “fazer efetiva a dita mercê”.²²⁷

Ademais, destaca-se a maior importância que a comarca de São Paulo exerce sobre a progressão na carreira destes oficiais régios, em relação a Paranaguá.

²²⁶ Ver: CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010.

²²⁷ **AHU**. São Paulo-Mendes Gouveia, cx. 5, doc. 609.

Capítulo III –A estrutura administrativa portuguesa no século XVIII

Fato consolidado na historiografia que se dedica a analisar as estratégias político-administrativas da monarquia portuguesa ao longo do Antigo Regime é o gradual processo de inclusão e consolidação das instituições, das leis, dos oficiais régios e dos poderes políticos régios ao longo do tempo e nos diversos espaços que compuseram o Império ultramarino português.²²⁸

O gradual processo de expansão e colonização portuguesa pelo globo fez com que a monarquia lusitana tivesse que agir no intuito de manter sob controle os espaços conquistados. Porém, devido às especificidades encontradas, a organização político-administrativa desses espaços não se estruturou nas formas mais “tradicionais” de dominação. António Manuel Hespanha e Maria Catarina Santos observaram que “o império português, (...) estende-se por um vasto mundo, que não podia dominar nem controlar se empregasse os expedientes tradicionais de administração”.²²⁹

Tais “expedientes tradicionais de administração” eram formados por dispositivos melhor definidos do que os aplicados no ultramar português a partir da expansão, principalmente no que se refere à delimitação geográfica das instituições e identificação das pessoas que exerciam o poder político, “isto é, através de uma rede de funcionários dotados de competências bem estabelecidas, visando sobretudo uma administração passiva”.²³⁰

Isto não significa que tais “expedientes tradicionais” não foram utilizados no ultramar pela monarquia portuguesa. Eles o foram, porém somente nos espaços nos quais a monarquia possuía uma “ocupação terrestre mais permanente, ainda que modificada, quer no seu aspecto institucional quer na forma como foi exercida”.²³¹ Tal condição pode ser melhor observada, por exemplo, na América portuguesa. Como será descrito mais adiante, a América portuguesa foi o local no qual, aos

²²⁸ Dentre outros, ver: BOXER, Charles. *Op. Cit.* 2002. FAORO, Raymundo. *Op. Cit.* 2001. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 2001. HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. *Op. Cit.* 1998. p. 351-366. SALGADO, Graça (Coord.). *Op. Cit.* SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* 2011. SOUZA, Laura de Mello e. *Op. Cit.* 2006. SUBTIL, *Op. Cit.* 2011.

²²⁹ HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. *Op. Cit.* 1998. p. 351.

²³⁰ *Ibid.* p. 353.

²³¹ *Id.*

poucos, várias instituições e oficiais foram inseridos seguindo o modelo administrativo existente no reino, ainda que guardassem especificidades.

Lançando um olhar mais amplo para o domínio luso, a possibilidade de manutenção dos vários territórios conquistados pelos portugueses nos quatro continentes só foi possível graças a novas e diversificadas estratégias aplicadas pela monarquia. Neste sentido, como expresso pelos autores supracitados, acompanhava as armas dos conquistadores um “discurso jurídico legitimador”, para o qual foi necessária a formação de um campo jurídico e político originais. Assim, com a expansão marítima e a conquista de outros territórios, a monarquia portuguesa gradualmente foi formando uma diversificada e complexa estrutura político-administrativa, aliada a mecanismos legislativos que a legitimassem.

Ainda, deve-se compreender, conforme indica Mafalda Soares da Cunha, a existência de uma hierarquização política dos espaços do Império. Ou seja, os territórios que compunham a Império português eram de “desigual valor” para a monarquia. Um documento apresentado pela autora, datado de meados do século XVII, indicava tal gradação entre os territórios. Segundo relato da autora, os grandes postos estavam localizados:

(...) primeiro os cargos mais antigos em que à cabeça vinha a Índia, depois seguiam-se as presidências de conselhos ou postos cimeiros do governo do reino e o do reino do Algarve. A seguir, apareciam o governo-geral do Brasil, depois os governos no norte da África, os postos militares do reino, fechando com o da Madeira, os dois dos Açores, e finalmente Pernambuco. Apresentava, depois, nova lista com mais cargos, explicando que se haviam acrescentado. Tinha nova ordenação que separava o reino das conquistas e aduzia os postos principais na metrópole. Os mais reputados eram, agora, os governadores de armas das províncias do reino. Já no respeito à parte fora do reino, com exceção do vice-reinado da Índia, verificavam-se algumas mudanças. O Estado do Brasil encimava a lista, sucedendo-se Angola, Cabo Verde e São Tomé. Só depois os governos do Maranhão, do Rio de Janeiro, e capitania-mor de Grão-Pará e Maranhão e, finalmente, a capitania-mor de Cacheu. Dizia-se que os demais eram muito pequenos, não valendo a pena serem numerados.²³²

A partir do momento em que a monarquia portuguesa passou a possuir uma ordem jurídica codificada, o reino passou a contar com uma estrutura político-administrativa, sendo definidos os cargos e as atribuições das instituições. Porém, os dispositivos administrativos compostos nas primeiras ordenações do reino (Ordenações Afonsinas – 1446) se estabeleciam como “expedientes tradicionais de administração”.

Com a emergência da expansão marítima e a necessidade de leis que abarcassem as novas dinâmicas que a monarquia lusa enfrentava, várias leis foram

²³²CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. Cit.* p. 72.

sendo incorporadas para dar ordem às conquistas, bem como foram criados novos modelos administrativos no ultramar. Assim,

(...) o império português não se estrutura sobre um modelo único de administração, antes fazendo conviver instituições muito variadas (instituições municipais e senhoriais de tipo europeu, capitanias-donatárias, feitorias-fortalezas, situações político-institucionais desenhadas, caso a caso, em tratados de paz, de vassalagem e de protetorados, simples enquadramento tático a partir de redes de relações comerciais, da ação dos missionários ou mesmo da presença de aventureiros portugueses, etc.) em territórios também eles múltiplos, de acordo com as intenções e oportunidades de ocupação.²³³

Como ponderam António Manuel Hespanha e Maria Catarina Santos, ao se constituir o “império oceânico” houve a necessidade de se configurar um “pluralismo administrativo”.

De fato, sem o devido conhecimento sobre o espaço físico, que ocorre somente após uma prévia exploração, não há como promover um projeto político-administrativo, ou mesmo se há interesse de se implantar um “projeto”, ou ainda se há também o interesse na sistemática ocupação da localidade. As características administrativas que se formaram no interior dos domínios portugueses se deram por meio da ação e dos interesses das pessoas a serviço da monarquia lusitana naqueles espaços, por isso a necessidade e adoção de um “pluralismo administrativo”.²³⁴

Neste sentido, no intuito de se observar esse “pluralismo administrativo” no interior da estrutura político-administrativa portuguesa, foi utilizado o ordenamento jurídico português para recompor essa estrutura da monarquia.

Na introdução do livro **Fiscais e Meirinhos**, coordenado por Graça Salgado, descreve-se que a análise do ordenamento jurídico seria o ponto de partida para se definir e fixar a estrutura administrativa, uma vez que por meio da ordem jurídica “percebe-se não só a forma de organização do poder, como a matriz básica da estrutura encarregada de administrá-la. Impõe-se, assim, para estudos dessa natureza, o conhecimento do corpo de leis que fundamenta e rege o Estado”.²³⁵

Nesta perspectiva, desde meados do século XV, com a promulgação das Ordenações Afonsinas (1446), a monarquia portuguesa possuía leis compiladas que buscavam delimitar os espaços para o exercício do poder régio e definir as

²³³ HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. *Op. Cit.* 1998. p. 353.

²³⁴ A respeito da discussão sobre espaço e poder ver: HESPANHA, António Manuel. A estrutura político-geográfica. Espaço e poder. Em: _____. *Op. Cit.* 1994. p. 85-111.

²³⁵ SALGADO, Graça. (Coord.). *Op. Cit.* p. 15.

atribuições dos oficiais. Constituíram-se, portanto, por meio do ordenamento jurídico, os “traços gerais” da estrutura administrativa que atuaria no reino.

Já naquele período existiam instituições que deveriam aplicar, promover e gerir o direito régio. Não só isso, as Ordenações Afonsinas – assim como as que as sucederam, as Manuelinas (1512-13) e Filipinas (1603) – também se dedicavam a outros diversos assuntos, subdividindo o corpo legislativo em 5 livros, cada qual abordando uma temática:

O primeiro livro ocupava-se do ordenamento jurídico-administrativo e de demarcar e atribuir os oficiais que compunham sua estrutura; o segundo, possuía normas a respeito dos bens e privilégios da igreja, das jurisdições dos donatários, de prerrogativas do direito régio e, ainda, uma legislação para judeus e mouros. O terceiro livro tratava de normas para os processos judiciais; o quarto livro ocupava-se do direito civil e o quinto, das punições dos crimes e transgressões.²³⁶

Contudo, são as Ordenações Filipinas que constituem um dos principais ordenamentos jurídicos que auxiliam na compreensão da estrutura administrativa portuguesa para o século XVIII²³⁷. “Um dos principais” e não “o principal”, porque há outros elementos que ajudam a compor a estrutura administrativa que não estão dispostos nas Ordenações, como os regimentos dados aos oficiais, os alvarás, as diversas cartas régias, os decretos e as leis “extravagantes”²³⁸.

Ao mesmo tempo, deve-se notar que ocorrem, à medida que avança a expansão ultramarina, modificações no ordenamento jurídico português. Percebe-se tais mudanças no ordenamento jurídico a partir do momento em que a monarquia lusitana inseriu-se em novas dinâmicas político-econômicas e precisou dedicar maior atenção jurídico-administrativa aos territórios ultramarinos.

Um exemplo dessa modificação e do desdobramento do ordenamento jurídico para além das fronteiras do reino é a existência, nas Ordenações Manuelinas, do título 8º, “Dos Desembargadores das Ilhas”. Tal título foi inserido na estrutura jurídico-administrativa como consequência do processo de exploração e colonização

²³⁶ PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. Cit.* p. 13.

²³⁷ Mesmo após o fim da União Ibérica (1580-1640) e a Restauração com a dinastia Bragança, Dom João IV confirmou as Ordenações Filipinas como as leis que regiam Portugal.

²³⁸ As leis extravagantes eram leis promulgadas pela administração central da monarquia portuguesa que tinham por objetivo complementar as leis que estavam nas ordenações. Das leis extravagantes compiladas por Duarte Nunes de Leão, em 1569, muitas têm por matéria a delimitação de poderes e atribuições de funções dos mais diversos oficiais régios. Ver: “Leis Extravagantes colegiadas e relatadas pelo licenciado Duarte Nunes do Leão por mandado do muito alto e muito poderoso Rei Dom Sebastião nosso Senhor”. Disponível em:

http://www.iuslusitaniae.fcsb.unl.pt/verlivro.php?id_parte=49&id_obra=60 Acesso em: 10 out. 2012.

das ilhas atlânticas, Madeira e Açores. Isto fez com que existisse nas ilhas uma presença mais efetiva de portugueses, que deveriam ser contemplados pelas justiças do rei.

Quanto aos demais territórios, a partir do momento em que foram tendo a presença colonizadora portuguesa de forma mais ampla, a monarquia portuguesa foi criando ou adaptando, cada qual a seu tempo, instituições, leis e dispositivos para assegurar e manter o controle sobre a região.

É possível identificar, por meio da adoção/criação de títulos e leis voltadas para o ultramar, mudanças não só nas ordenações, mas também no projeto político português. Anteriormente, como observa Rodrigo Bentes Monteiro no livro **O Rei no Espelho**, o projeto político português para o período entre os séculos XV e XVI – momento da promulgação das Afonsinas e Manuelinas – era a expansão. Tal reconhecimento do projeto político expansionista é perceptível, segundo o autor, por meio dos títulos que os reis portugueses assumem à medida que avança a expansão ultramarina. Ao analisar o título assumido por Dom Manuel I, “Dom Manuel, pela Graça de Deus Rei de Portugal, e dos Algarves, d’aquém e d’além-mar, em África, Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”, Rodrigo Bentes Monteiro nota no título suas ambições comerciais e as justificativas morais para as conquistas portuguesas.²³⁹ Diferentemente, António Manuel Hespanha e Maria Catarina Santos observam nestes títulos adotados no período da expansão o

caráter minimalista das ambições políticas. De fato, salvo no que respeita às zonas de domínio efetivo e mais tradicional – o Norte de África, o ‘Algarve de além-mar’, e a Guiné –, nunca se invocaram senhorios territoriais precisos, mas apenas um genérico e potencial senhorio sobre ‘a conquista, navegação e o comércio da Arábia, da Pérsia e da Índia’.²⁴⁰

Independente das possíveis formas de se interpretar os títulos assumidos pelos monarcas lusitanos, a expansão estava no centro das preocupações políticas portuguesas naquele período. Porém, isto se modifica a partir da União Ibérica (1580-1640).²⁴¹

²³⁹ Ver: MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O Rei no Espelho: a Monarquia Portuguesa e a Colonização da América - 1640-1720**. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2002. p. 190-202.

²⁴⁰ HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. *Op. Cit.* 1998. p. 354.

²⁴¹ Por sessenta anos, “os governantes Habsburgo da Espanha também portaram a coroa de Portugal, mas os dois países e seus respectivos Impérios nunca se uniram. Em vez disso, surgiu uma solução liberal, pela qual o rei governava as duas terras, mas cada uma mantinha seus costumes, suas leis, sua administração e sua integridade nacional”. SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* p. 57.

Nos 90 anos que separam as ordenações Manuelinas das Filipinas, muito mudou do entendimento e das estratégias político-administrativas da monarquia lusitana para o ultramar. Com a união das duas coroas (portuguesa e espanhola), o projeto político ibérico não é mais a expansão, como expresso por Dom Manuel I no início do século XVI; conforme António Manuel Hespanha, ocorreram modificações da “*forma do Poder* durante a monarquia dual”, o que irá instituir “um novo equilíbrio entre ‘justiça’ e ‘governo’”, uma vez que o “modelo orgânico-institucional” português “entra em crise nos inícios do século XVII”. Assim, ainda segundo António Manuel Hespanha,

A estrutura sinodal – conselhos, com atribuições determinadas por lei e garantidas por eficazes mecanismos jurídicos contra qualquer usurpação, mesmo por parte do rei – constituía um suporte organizacional adequado à decisão judicial, garantindo a expressão de todos os pontos de vista e respeitando, por isso, a natureza tópica e argumentativa do processo jurídico de decisão. No entanto, revelava-se pesado e emperrante no domínio da administração ativa, que exigia prontidão e inequivocidade na decisão, típicas de órgãos individuais, mas não de conselhos, acéfalos, de constituição heterogênea, e atravessados por rivalidades pessoais e estatutárias. Este é o modelo orgânico-institucional que entra em crise nos inícios do século XVII.²⁴²

Tais mudanças nas estruturas administrativas portuguesas, postas em prática pelos Habsburgo, ficam explícitas quando se observam as inúmeras instituições criadas no Atlântico sul. Segundo Maria de Fátima Silva Gouvêa,

Foi no período da União Ibérica que se pode assistir a um significativo enraizamento de instituições político-administrativas nas duas regiões [América e África], [...]. Seria assim, com os Habsburgo de Espanha, que Portugal e seus domínios ultramarinos tomariam maior contato e intimidade com práticas e estratégias administrativas mais complexas, tais como a criação da Companhia das Índias Orientais (1587); a criação do Tribunal da Relação na Bahia (1587, 1609 e 1626); o envio das duas primeiras visitas do Santo Ofício ao Brasil (1591 e 1618); a criação das dioceses do Japão (1588), de Angola e Congo (1596), de Moçambique (1612); a edição de um novo corpo de leis revista e atualizadas – as *Ordenações Filipinas* (1603); a criação de um Conselho das Índias e das Conquistas Ultramarinas (1604); a divisão do Brasil em dois governos – norte e sul – (1608 e 1621); o estabelecimento do regime de “residência”, pelo qual queixas poderiam ser encaminhadas a ouvidores contra governadores (1622); a criação da Companhia de Comércio das Índias Orientais e da Casa de Contratação da Bahia (1628), com o intuito de ampliar as condições de comércio no ultramar; e a divisão do Conselho de Portugal em três secretarias de Estado (1631).²⁴³

Desta feita, mudou-se a forma do poder em Portugal no século XVII, como pontuado por António Manuel Hespanha, pois se mudou o ordenamento jurídico, uma vez que se buscava uma maior centralização do poder.

²⁴² HESPANHA, António Manuel. O governo dos Áustria e a “modernização” da constituição política portuguesa. **Penélope. Fazer e Desfazer história**, nº 2, 1989, p. 47-73. p. 57-58.

²⁴³ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Op. Cit.* 2001. p. 289-290.

De fato, a *forma* ‘espanhola’ do Poder apresentava características estruturalmente distintas da *forma* ‘portuguesa’, esta última mais próxima das matrizes tradicionais do sistema político europeu-ocidental, a primeira apontando para um Poder central mais centralizado, liberto de limitações corporativas e, por isso, mais eficaz. Enfim, mais ‘moderno’.²⁴⁴

Com a revisão e atualização das leis, as ordenações Filipinas (1603) passaram a contar em seu livro primeiro com 100 títulos, 22 a mais que nas Manuelinas, sendo principalmente detalhadas as funções dos oficiais da Casa da Suplicação e da Casa do Porto (Relação do Porto) e melhor articulados os títulos entre si. Ainda assim, como nas Manuelinas, apenas um título deste livro faz menção explícita aos territórios ultramarinos, o título 51º, “Do Juiz da Índia, Mina e Guiné”.

Muitos dos títulos que compuseram as ordenações Filipinas já existiam nas leis extravagantes coligidas por Duarte Nunes em 1569; “Do Juiz da Índia, Mina e Guiné” era apenas mais um destes. No caso, o título 51º das ordenações Filipinas era a reformulação do título 13º, “Do juiz da Guiné e Índia”, das referidas leis extravagantes. Essencialmente os dois títulos são bem parecidos, tratando de delimitar os poderes exercidos pelos oficiais (juízes) que atuavam em Lisboa na verificação e manutenção de casas e armazéns de mercadorias do ultramar (Brasil inclusive), além de tomar conhecimento de questões referentes a fretes e avarias de navios, furtos e delitos nas casas e armazéns, etc.

Portanto, conforme a mesma lógica atribuída anteriormente para as ilhas atlânticas, após a ocupação mais efetiva do espaço físico surgiu a necessidade de estabelecer nos ordenamentos leis próprias para o ultramar. Com isso, articulavam-se também as áreas de competência das instituições.

Contudo, o ordenamento jurídico português não se limitava às ordenações; outros conjuntos legislativos também existiam, devendo ser cumpridos e compondo a ampla estrutura jurídico-administrativa lusa.

O mesmo título 13º das leis extravagantes compiladas por Duarte Nunes de Leão em 1569 expressa a necessidade de se “guardar as ordenações da Índia”, lei constante em um alvará de 27 de novembro de 1521.²⁴⁵ Portanto, por mais que os

²⁴⁴ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1989. p. 51.

²⁴⁵ “Mandou el Rei dom Manuel,[...] que os regimentos & ordenações feitas acerca das coisas da India & Mina, que per S. A. não fossem revogadas, posto que as não mandasse incorporar nos cinco livros das ordenações, & fossem feitas antes da compilação delas, em todo se guardassem & cumprissem. Por um alvará de 27 de Novembro de 1521. Fol. 14 do liv. 3º. Ver: “Leis Extravagantes colegiadas e relatadas pelo licenciado Duarte Nunes do Leão por mandado do muito alto e muito

títulos das ordenações não contemplassem as dinâmicas específicas dos territórios, a monarquia respondia às necessidades daqueles espaços e criava leis e instituições próprias para geri-los.

Com a ocupação mais efetiva dos portugueses nos diferentes pontos do Império, a partir do século XVII e com maior intensidade no XVIII, nota-se uma mudança na política administrativa para o ultramar. Criaram-se, como já mencionado, diversas instituições nos territórios ultramarinos, articuladas juridico-administrativamente com a administração central da monarquia portuguesa.

Ademais, frente às mudanças postas em prática durante a União Ibérica, a inserção de um oficialato especializado no interior das instituições que foram sendo criadas teve grande impacto na estrutura administrativa e na “forma” de governar, como bem salienta António Manuel Hespanha:

Para além disso, nos tribunais, mesmo nos que não são de justiça, pontificam os juristas, depositários da tecnologia administrativa então dominante; e que não podiam deixar de, aí, veicular os pontos a matriz jurisdicionalista de exercício do Poder. O processo ordinário da comunicação político-administrativa passou a ser a *consulta*. Ouvir os tribunais e conformar-se com as consultas eram o modelo do bom governo.²⁴⁶

Por meio dessa nova interação entre as instituições (a consulta), é possível identificar os órgãos centrais de administração da monarquia portuguesa. Não só isso: analisando as respostas das consultas emitidas por esses órgãos, pode-se perceber a política aplicada dos centros diretivos para os demais territórios sob o domínio português.

3.1 - Administração Central

A monarquia portuguesa, ao criar instituições para seus domínios, deveria justamente manter em equilíbrio a ordem social. Para isto, a monarquia possuía prerrogativas sobre o “fazer justiça”. E a justiça, por sua vez, não era “apenas uma das atividades do poder. Ela era – enquanto se manteve pura e sua imagem

poderoso Rei Dom Sebastião nosso Senhor”. Título XIII. “Do juiz de Guinee&India”. Lei III “Que se guardem as ordenações da Índia”. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsb.unl.pt/verlivro.php?id_parte=49&id_obra=60&pagina=89 Acesso em: 10 out. 2012.

²⁴⁶HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1989. p. 59.

tradicional – a primeira, se não a única, atividade do poder”.²⁴⁷ Assim, a justiça, sendo a principal atividade do poder, auxilia na consolidação da própria monarquia lusitana.

Nesta perspectiva, Arno Wehling e Maria José Wehling entendem que “a consolidação do poder absoluto das monarquias da Europa ocidental teve o controle da justiça pelo soberano como aspecto fundamental”. Os autores observam que com a criação de um funcionalismo especializado e a existência de uma legislação, aumentaram, gradativamente, “as atribuições reais em detrimento dos costumes e de outros direitos locais”, contribuindo, com isso, “para definir uma esfera de atuação da monarquia”.²⁴⁸

Para exercer o domínio que a monarquia lusa tinha sobre a justiça foram criadas instituições que aplicavam o poder régio. Pedro Cardim, ao refletir sobre o vocabulário do Antigo Regime, especialmente sobre o entendimento que se pode ter a respeito do que seriam a “administração” e o “governo”, cita o comentário que fez, na década de 1640, João Delgado Figueira, conselheiro ultramarino:

Primeiramente é certo e notório que esta Monarquia de Vossa Majestade no que toca a jurisdição voluntária só depende do poder Real e os favores que Vossa Majestade faz a seus vassallos sem eles terem ação eficaz para eles, e para bom governo da justiça pertencente a este poder criou Vossa Majestade três Tribunais, a saber, o do Paço, o da Fazenda, e o da Mesa da Consciência...²⁴⁹

O conselheiro, nesta passagem, reconhece que já em meados do século XVII existiam instituições judicativas centrais para a ação do poder régio e, ao mesmo tempo, avalia que tais instituições existem devido à “primazia da vontade régia” na sua constituição. Conforme Pedro Cardim, o conselheiro continua em seu “memorial” a defender a jurisdição do Conselho Ultramarino evocando os motivos para sua criação e sua especialização, as “partes das conquistas”.

Chama-se aqui a atenção, portanto, para o reconhecimento que se dá a algumas instituições centrais da monarquia portuguesa que possuíam como

²⁴⁷ HESPANHA, António Manuel. Justiça e administração entre o Antigo Regime e a Revolução. Em: **Justiça e litigiosidade**: história e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 385.

²⁴⁸ WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 2004. p. 29.

²⁴⁹ **AHU**. Cabo Verde, cx. 003, doc. 69. Correspondência recebida do governador-geral e demais autoridades de Cabo Verde. Consultas, requerimentos e outro expediente do Conselho da Índia e Conselho da Fazenda, 1641-1647. *Apud*: CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. Em: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). **Modos de Governar**: idéias e práticas políticas no império português – Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p. 47.

prerrogativa a administração do reino e das possessões ultramarinas; ao mesmo tempo, destaca-se a articulação que existia entre essas instituições, observando em seu centro a figura do monarca.

Como se pode observar, não existia para o período que analisamos uma divisão de poderes ou funções. Desta forma, dentro das instituições que compunham a estrutura administrativa portuguesa, assuntos de justiça, administração, política e governo se “misturavam”, possuindo essas instituições várias atribuições e competências.

Como apresentado por Pedro Cardim, por intermédio da interpretação dos escritos dos magistrados por ele analisados na querela entre o Conselho Ultramarino e o Desembargo do Paço, “é notória não apenas a centralidade dos órgãos judiciais na atividade administrativa, mas também da ‘jurisdição’ enquanto matriz de sua atuação [...], a ‘jurisdição’ é apresentada como a essência da ordem e do ‘bom governo da República’”.²⁵⁰

Nesta mesma direção seguem os argumentos de José Subtil, para quem

Todas as fontes doutrinárias da primeira época moderna nos falam da justiça como a primeira atribuição do rei. Na verdade, e de acordo com a teoria corporativa do Poder e da sociedade, a função suprema do rei era ‘fazer justiça’, isto é, garantir os equilíbrios sociais estabelecidos e tutelados pelo direito, de que decorria automaticamente a paz. A justiça era, portanto, não apenas uma das áreas de governo, mas a sua área por excelência. [...]

Esta concepção jurisdicionalista do Poder não se esgotava, no entanto, na resolução de conflitos de interesses, integrando também algumas das prerrogativas que hoje incluiríamos na ‘administração ativa’.²⁵¹

Nesta perspectiva, foram necessários diversos meios para se pôr em prática o exercício do poder régio para “garantir os equilíbrios sociais”. Tanto meios financeiros como a disponibilidade de pessoal foram imprescindíveis para levar a cabo a constituição e funcionalidade das estruturas jurídico-administrativas da monarquia lusitana; antes disso, foram também necessárias pessoas que pensassem sobre o corpo social e compusessem (criassem) os “locais” para o exercício do poder: os juristas.

Com base na cultura jurídica e na composição do ordenamento jurídico, os produtores do direito – os juristas – conceberam “locais” para o exercício do poder régio, desenvolvendo, criando e atribuindo competências.

²⁵⁰ CARDIM, Pedro. *Op. Cit.* 2005. p. 51.

²⁵¹ SUBTIL, José. *Op. Cit.* 1998. p. 141.

Devemos destacar que a existência de um centro de poder colocava em cena a autoridade dos monarcas. A autoridade é um termo que está intimamente vinculado ao exercício do poder e desempenha, na atividade política, um papel muito importante. (...) Seu poder [da monarquia portuguesa] era reconhecido e aceito e, por isso mesmo, sua legitimidade não era posta em questão. Cabia ao monarca atuar como árbitro, dando e garantindo, a cada um dos súditos, aquilo que, por posição estamental, lhe era devido, assim como era um dever dos reis garantirem que as atribuições das estruturas colegiadas de poder, que configuram a monarquia lusitana, fossem respeitadas. A legitimidade do poder real nascia da sua integração a esse universo político do Portugal do Antigo Regime.²⁵²

Para o trabalho que aqui se desenvolve, quatro são as instituições centrais que devem ser apresentadas: o Desembargo do Paço, a Casa da Suplicação, as Secretarias de Estado e o Conselho Ultramarino. Desta forma, conforme vem se explanando, eram as instituições ligadas, principalmente, ao exercício da justiça e ao ordenamento jurídico que auxiliam na composição da estrutura administrativa.

Como o Desembargo do Paço já foi apresentado na seção anterior, daremos sequência à descrição do aparelho jurídico-administrativo português lançando um olhar sobre a Casa da Suplicação.

Mais antigo tribunal do reino e, conforme as Ordenações Filipinas, “o maior tribunal da justiça de nossos Reinos, e em que as causas de maior importância se vem a apurar”²⁵³, a Casa da Suplicação voltava-se, principalmente, a matérias ligadas à justiça. Porém, possuía também “prerrogativas de poder legislativo”, uma vez que na existência de “dúvidas sobre a interpretação das ordenações e das leis extravagantes” poderiam os desembargadores reunidos na “Mesa Grande” decretar “assentos”; possuía ainda funções jurídico-administrativas na repartição do “juízo da Chancelaria”.²⁵⁴

Apesar de se ter a impressão de que era um tribunal de “última instância”, haja vista os dizeres das Ordenações Filipinas logo acima, algumas das sentenças e despachos da Casa da Suplicação poderiam ser reformulados ou recorridos à súplica, sendo apreciados pelo Desembargo do Paço. Assim, por mais que pudesse reapreciar requerimentos e processos de outras instâncias e instituições, inclusive de outras Relações (outros tribunais superiores), a Casa da Suplicação ficava “abaixo” do Desembargo do Paço em determinadas matérias.

²⁵² COSENTINO, Francisco Carlos. **Governadores Gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII)**: ofício, regimento, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009. p. 37.

²⁵³ **Ordenações Filipinas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [edição fac-similar da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870]. Livro I, Título 1.

²⁵⁴ SUBTIL, José. *Op. Cit.* 1998. p. 151, 152 e 153.

Isto, entretanto, não diminui o controle que a Casa da Suplicação tinha sobre o domínio da justiça. No reino, conforme indica António Manuel Hespanha, por meio dos recursos (agravo ou apelação), a Casa da Suplicação possuía determinado controle sobre “órgãos da administração periférica da coroa (corregedores, Juiz da Índia e da Mina, Provedor dos resíduos, Provedor e Juizes da alfândega)” e sobre “os órgãos da administração local (além dos recursos das decisões das justiças ordinárias e dos órfãos, decidia dos agravos das minorias quanto às decisões sobre posturas)”.²⁵⁵ Porém, para o século XVII, Hespanha relativiza esse controle exercido pelos tribunais superiores no reino²⁵⁶, uma vez que os dados por ele trabalhados eram “demasiado indiretos e indiciários” e, dada a impossibilidade de detecção dos processos predominantemente orais, as taxas de recursos e apreciações dos tribunais superiores apresentavam-se extremamente elevadas.

Ademais, deve-se ressaltar a prerrogativa da Casa da Suplicação em proferir os “assentos”. Este “poder legislativo” que o tribunal superior possuía dava à instituição um grande poder, na medida em que, em casos de dúvidas sobre as ordenações ou leis, era o tribunal que estabelecia as “regras de procedimento”. Ou seja, era a Casa da Suplicação que legitimava, por meio dos “assentos”, o caráter jurisprudencial do direito.

Outros órgãos que compunham a administração central da monarquia portuguesa eram as secretarias de Estado. Conforme António Manuel Hespanha, os secretários de Estado davam apoio ao monarca “nas decisões correntes em matéria de graça e de governo”. O cargo de secretário, ainda segundo Hespanha, possuía um amplo leque de atuações, desde o mais simples auxílio aos despachos do monarca até a “competência para coordenar um ramo mais ou menos extenso da administração”. Porém “a designação secretário ‘de Estado’ apenas aparece durante o domínio filipino, provavelmente por simpatia com a designação de idênticos funcionários espanhóis”.²⁵⁷

Foram várias as secretarias de Estado que existiram durante os séculos XVII e XVIII, uma vez que cada reinado poderia constituir/organizar a seu modo tais órgãos auxiliares do monarca. Em uma das reformas das secretarias, feita durante o

²⁵⁵ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1994. p. 231.

²⁵⁶ Em sua análise, António Manuel Hespanha trabalha em conjunto dois tribunais, a Casa da Suplicação e a Casa do Cível (Relação do Porto).

²⁵⁷ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1994. p. 245-246.

reinado de Dom João V por meio do alvará de 28 de julho de 1736, ocorreu a renomeação das secretarias, que “atribuiu-lhes áreas governativas mais precisas”. A partir daquele momento três seriam as secretarias de Estado, a saber: a dos “negócios interiores do reino”; a da “marinha e domínios ultramarinos” e a dos “estrangeiros e guerras”. Segundo José Subtil, a “missão fundamental destes secretários de Estado consistia em levar à presença do monarca as consultas ou petições encaminhadas pelos secretários dos conselhos e tribunais e expedir, posteriormente, as resoluções tomadas, preparando, para efeito, os respectivos diplomas legais”.²⁵⁸ Além disso, Subtil salienta a importância política e influência dos secretários. Ao tratar da Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino, o autor ressalta:

o posicionamento crucial desta secretaria de Estado no sistema de informação e controle burocrático, na medida em que recepciona as consultas ao rei, trata dos seus despachos, registra-os e remete-os para os tribunais e conselhos. Além das consultas, ocupa-se também das mais diversas áreas de governo, incluindo os negócios eclesiásticos e o expediente do paço e casa real. É verdade que não se trata de uma ocupação de natureza estritamente executiva, já que parte destas tarefas estavam adstritas a outros órgãos da administração central. Mas a Secretaria do Estado dos Negócios Interiores do Reino, ao secretariar o rei no despacho e tornar-se o fiel depositário dos arquivos e do expediente régio, ganha um lugar de ‘centralidade’ política, cabendo-lhe, cumulativamente, tarefas de apoio à decisão régia, como a de propor medidas legislativas e executivas.²⁵⁹

Além dessas instituições, ainda encontrava-se no reino o Conselho Ultramarino. Criado após a Restauração (1640), o Conselho Ultramarino teve a constituição de seu primeiro regimento datada de 1642, porém, como informa Maria Fernanda Bicalho, sua “primeira reunião, ocorreu dezoito meses mais tarde, em 3 de dezembro de 1643”.²⁶⁰

O Conselho Ultramarino, em sua essência, era herdeiro do Conselho da Índia, criado em 1604. Conforme descreve António Manuel Hespanha, o governo das conquistas ultramarinas, até 1604, era conduzido pela Mesa de Consciência e Ordens²⁶¹; tal situação se modifica com a criação do Conselho da Índia, “órgão com

²⁵⁸ SUBTIL, José. *Op. Cit.* 1998. p. 159.

²⁵⁹ *Id.*

²⁶⁰ BICALHO, Maria Fernanda. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 357.

²⁶¹ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1994. p. 255.

jurisdição específica sobre os negócios do ultramar lusitano”²⁶², com alçada sobre os negócios concernentes à maior parte dos territórios ultramarinos (Brasil, Guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde, além dos territórios da Índia). Da alçada do Conselho da Índia só estavam excluídas as ilhas atlânticas de Madeira e dos Açores e certos lugares do norte da África.²⁶³

Porém, o Conselho da Índia existiu por apenas 10 anos, sendo extinto por Felipe II em 1614. Hespanha sugere que a extinção do conselho se deveu às reações que ocorreram, principalmente, “por parte dos deputados da Mesa da Consciência, que viam as suas prerrogativas severamente restringidas”.²⁶⁴

Tendo como base a tese de doutorado de Edval de Souza Barros, **Negócios de tanta importância**: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661), Maria Fernanda Bicalho observa que no momento da criação do Conselho Ultramarino a conjuntura política da monarquia portuguesa era “bem diferente”, uma vez que após a Restauração a monarquia se via envolvida em guerras tanto no reino como no ultramar. Isto significaria que Dom João IV não tinha ainda “consolidado as condições necessárias (...) que lhe garantissem a legitimidade e uma extensa vassalagem. Dada a relativa fragilidade da *persona* régia, a afirmação da autonomia, a capacidade de governo do reino e a manutenção do império eram incertas”.²⁶⁵ É neste contexto que os conselheiros ultramarinos buscaram estabelecer e modificar seu primeiro regimento, no intuito de delimitar e zelar pelas jurisdições do conselho, já prevendo os conflitos de jurisdição que teriam com os demais tribunais do reino.

Stuart Schwartz descreve que o Conselho Ultramarino “assumiu o controle de todos os assuntos coloniais de natureza civil e militar, com exceção das nomeações de letrados para a magistratura colonial, que continuaram nas mãos do Desembargo do Paço”.²⁶⁶ O Conselho Ultramarino, como afirmava o capítulo IV de seu regimento, teria alçada sobre “todas as matérias e negócios de qualquer qualidade que forem, tocantes aos ditos Estados da Índia, Brasil e Guiné, Ilhas de São Tomé e Cabo

²⁶² BICALHO, Maria Fernanda. *Op. Cit.* 2010. p. 356.

²⁶³ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1994. p. 255. BICALHO, Maria Fernanda. *Op. Cit.* 2010. p. 356. SUBTIL, José. *Op. Cit.* 1998. p. 162.

²⁶⁴ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1994. p. 255.

²⁶⁵ BICALHO, Maria Fernanda. *Op. Cit.* 2010. p. 357.

²⁶⁶ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* p. 198.

Verde e de todas as mais partes ultramarinas, tirando as ilhas dos Açores e da Madeira e lugares da África”²⁶⁷, devendo ainda o Conselho, conforme o capítulo IX de seu regimento de 1642, passar consultas de

provimento de todos os ofícios de justiça, guerra e fazenda, e por ele passarão as cartas e provisões que deles se houvesse de fazer, e as patentes e despachos que houverem de levar os Vice-Reis, Governadores e Capitães que para as ditas partes forem providos, tirando a provisão dos Bispados e mais lugares e negócios eclesiásticos, porque esses hei por bem se façam pelo modo e forma que até agora se faziam.²⁶⁸

Assim, o regimento do Conselho buscava delimitar sua jurisdição, observando que existiam exceções no que se referia aos assuntos eclesiásticos, que continuariam a ser administrados pela Mesa de Consciência e Ordens, da mesma forma que a “administração das rendas régias, que pertencia no âmbito do Conselho da Fazenda”.²⁶⁹

Dada essa explanação, identifica-se não só a existência de instituições que deveriam administrar o poder político régio, como também chama-se a atenção para o fato de que suas esferas de atuação possuíam delimitações, por meio das Ordenações ou dos regimentos passados a estas instituições.

3.2 - Administração periférica

No livro **As vésperas do Leviathan**, António Manuel Hespanha pontua que, para se avaliar os equilíbrios do aparelho político-administrativo da monarquia portuguesa, mais do que se debruçar no estudo sobre a administração central, é decisivo o estudo de “suas extensões periféricas”, ou seja, as instituições que entravam em contato com “as estruturas político-administrativas locais, nomeadamente concelhias”. Além do mais, seria necessário avaliar os meios institucionais que os órgãos administrativos centrais teriam para, “na periferia, conhecer, controlar e dirigir os poderes políticos autônomos.”²⁷⁰

Nesta perspectiva, Hespanha descreve que, para ter o controle político-administrativo nos territórios periféricos, três seriam os campos de ação da

²⁶⁷ Regimento do Conselho Ultramarino de 14 de julho de 1642. *Apud*: BICALHO, Maria Fernanda. *Op. Cit.* 2010. p. 358.

²⁶⁸ Regimento do Conselho Ultramarino de 14 de julho de 1642. *Apud*: BICALHO, Maria Fernanda. *Op. Cit.* 2010. p. 358.

²⁶⁹ SALGADO, Graça (Org.). *Op. Cit.* p. 42-43.

²⁷⁰ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1994. p. 195.

monarquia lusitana: a justiça, a fazenda e a milícia. Para levar a cabo esta intenção de controle da Coroa, diversos foram os oficiais régios destacados para assegurar as prerrogativas régias, sendo que, para o domínio da justiça no reino, dois eram os principais oficiais: os juizes de fora e os corregedores. Ainda no que diz respeito ao reino, para o domínio da fazenda, Hespanha indica outros três oficiais, os provedores, os almoxarifes e os feitores das alfândegas, e para a administração militar destaca a função dos capitães-mores, alferes e sargentos.²⁷¹

Com exceção ao destaque que Hespanha faz à administração militar, a mesma interpretação sobre a administração periférica tem José Subtil, que pontua que “a coroa procurou controlar política e administrativamente a periferia, especialmente nos setores da justiça e fazenda, através do oficialato régio”, sendo os concelhos e as comarcas as unidades básicas da estrutura periférica no reino.²⁷²

Anteriormente destacamos a função exercida pelos corregedores; neste segmento, concentraremos nossos esforços em descrever as atribuições dos juizes de fora, oficiais que também existiram na América portuguesa.²⁷³ Contudo, vale a lembrança de que, para o domínio da justiça, os corregedores no reino e o ouvidor régio na América portuguesa ocupavam um nível intermediário na estrutura jurídico-administrativa portuguesa, estando abaixo dos tribunais superiores (Relações) e acima da justiça ordinária. Já o juiz de fora era um oficial que estava diretamente ligado aos concelhos (câmaras municipais), assim pertencendo à base da hierarquia administrativa.

Para ocupar o ofício de juiz de fora no aparelho jurídico-administrativo lusitano, o sujeito deveria ser “letrado”, ou seja, deveria possuir formação na Universidade de Coimbra. Como já previamente indicado, Stuart Schwartz, ao analisar os padrões típicos de carreira dos magistrados na burocracia portuguesa, descreve que

depois de se formar em Coimbra, (...) os jovens letrados ingressavam no serviço entre os 26 e os 28 anos. A primeira designação geralmente era para um cargo de juiz de fora numa cidade portuguesa de província. A conclusão bem-sucedida de um período de três anos

²⁷¹ HESPANHA, António Manuel. Administração periférica da coroa. Em: _____. *Op. Cit.* 1994. p. 195-224.

²⁷² SUBTIL, José. *Op. Cit.* 1998. p. 163. Como observado na primeira seção deste capítulo, para a administração régia na América portuguesa existiram certas particularidades, já que, no lugar dos corregedores, outro oficial do domínio da justiça possuiu grande destaque: o ouvidor régio.

²⁷³ Sobre a relação e conflito entre ouvidores régios e juizes de fora na América portuguesa ver: MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Op. Cit.*

levava a uma segunda nomeação, de novo como juiz de fora ou para o nível seguinte da magistratura, como corregedor ou ouvidor de comarca.²⁷⁴

Pode-se identificar aqui os níveis hierárquicos entre os ofícios da administração periférica. Segundo José Subtil, através destes oficiais, “que comunicavam burocraticamente com os conselhos e tribunais da administração central, a coroa fomentava a promoção e difusão da justiça oficial e do direito régio”.²⁷⁵

Tal reflexão é corroborada por Hespanha, uma vez que a monarquia, por meio dos juízes de fora, “fomenta, sobretudo, a vigência do direito comum e régio e dos padrões oficiais e letrados de julgamento”, complementando que tais juízes, por serem nomeados pela Coroa, poderiam instituir “laços mais apertados de dependência e redes mais eficazes de comando entre os magistrados locais e a administração central”.²⁷⁶ Por outro lado, Hespanha relativiza a “promoção e difusão da justiça oficial”, uma vez que os juízes de fora possuíam o mesmo estatuto dos juízes ordinários no que diz respeito a sua “autonomia em relação às cadeias hierárquicas”, estando sujeitos ao controle indireto da monarquia. Assim, continua Hespanha, o juiz de fora, por ser

um oficial letrado, fomentaria, naturalmente, a aplicação do direito oficial e letrado e, com isso, não deixaria de ser um elemento de desagregação da autonomia do sistema jurídico-político local. Ao mesmo tempo que, no plano da literatura letrada, os juízes letrados ganhavam o estatuto de modelo.

Por outro lado, as suas rendas guindavam-no, de certo, a um lugar de destaque nas hierarquias sociais locais, impondo-o a muitas das notabilidades da terra. De fato, os juízes de fora tinham, (...) rendas relativamente elevadas (média para todo o país, c. de 100 000 rs. anuais), o que os colocava logo a seguir aos provedores e corregedores na hierarquia dos oficiais periféricos, do ponto de vista dos seus rendimentos. O que potenciaria o impacto do seu prestígio local.²⁷⁷

Tais ponderações a respeito dos instrumentos de controle da monarquia portuguesa por meio dos juízes de fora também estão nos estudos de Nuno Gonçalo Monteiro, que indica que sempre houve crescimento do número de juízes de fora no reino ao longo do tempo, mas isso não significava sua eficácia. Monteiro ainda observa que “as longas permanências, muitas vezes por vários triênios, nem sempre asseguravam que os magistrados se mantivessem acima dos conflitos e facções

²⁷⁴ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* p. 237-238.

²⁷⁵ SUBTIL, José. *Op. Cit.* 1998. p. 163.

²⁷⁶ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1994, p. 196.

²⁷⁷ *Ibid.* p. 198.

locais. Além disso, a grande extensão de muitos territórios jurisdicionais obrigava a longas deslocações”. E, em suas ausências, os juizes de fora poderiam ser substituídos pelos vereadores mais velhos, “que assim assumiam as suas competências, não só em matérias administrativas, mas também de justiça”.²⁷⁸ Tal eficácia relativa da ação dos juizes de fora pode também ser desdobrada para se pensar a América portuguesa.²⁷⁹

Quanto às atribuições dos juizes de fora, elas estavam descritas no Título 65º do Livro primeiro das Ordenações Filipinas. Ao tratar deste assunto, Arno Wehling e Maria José Wehling observaram que o referido título não fazia distinção entre os juizes de fora e os juizes ordinários.²⁸⁰ Diferente dos juizes de fora, os juizes ordinários eram eleitos na localidade e não necessitavam de formação na Universidade de Coimbra, ou seja, não precisavam ser letrados. Assim, apoiados nas Ordenações Filipinas, os autores indicam que cabia aos juizes de fora e ordinários

supervisionar a ação dos vereadores quanto à aplicação das leis do Reino e ao atendimento às posturas municipais; não consentir na interferência de bispos, arcebispos e outros membros da Igreja na jurisdição real, sob pena de serem castigados ‘gravemente nas pessoas e bens’; não consentir no abuso de poder dos fidalgos, fazendo-os indenizar suas vítimas e ‘prender os que merecem ser presos’, sob as mesmas penas, em caso de descumprimento; emitir sentenças finais nos processos, evitando sua subida aos tribunais de apelação; assumir a responsabilidade sobre os prisioneiros, evitando a justiça privada de fidalgos, prelados e vereadores, sob pena de multa e degredo de um ano para a África; supervisionar as condições das estalagens nos termos sob sua responsabilidade; e controlar a atividade dos almotacés.²⁸¹

No reino, acima dos juizes de fora estavam os corregedores, que, na descrição feita por José Subtil, seriam os “primeiros magistrados régios na hierarquia da administração periférica”, possuindo, na compreensão do autor, três setores de competência: “justiça, polícia e governo político”.²⁸² Na perspectiva do autor, como os corregedores eram os “primeiros magistrados régios”, os juizes de fora eram

²⁷⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades. Em: HESPANHA, António Manuel (Coord.). **História de Portugal**. Volume 4: o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998. p. 279.

²⁷⁹ Utilizando as nomeações feitas a partir do Desembargo do Paço, algo que, de fato, como o próprio autor pondera, não reflete toda a magnitude dos oficiais nomeados para o ultramar, José Subtil indica a presença (nomeação) de 88 juizes de fora para o período final do século XVIII e início do XIX. Contudo, esse expressivo número se dilui ao longo de mais de 30 anos e, devemos salientar, esses oficiais foram destacados para as principais vilas ou cidades, havendo, na divisão feita por Subtil, um universo de apenas dez localidades que receberam o referido oficial. Ver: SUBTIL, José. *Op. Cit.* 2011.

²⁸⁰ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 2004. p. 71.

²⁸¹ *Ibid.* p. 74.

²⁸² SUBTIL, José. *Op. Cit.* 1998. p. 163.

agentes que pertenciam à administração do concelho e não à administração periférica da Coroa lusitana.

3.3 – América portuguesa

No início desta seção expressamos que a América portuguesa foi um dos locais onde foram empregados os “expedientes tradicionais de administração”. Como descrito, tal tradicional formato possuiria uma melhor delimitação geográfica dos órgãos administrativos, bem como a identificação daqueles que exerceriam o poder político. Ademais, conforme indicado por Mafalda Soares da Cunha, a América comparada aos demais domínios portugueses, era um local de destaque, sendo seus postos governativos, na metade do século XVII, apenas depreciados em relação aos da Índia.

Nesta linha, por mais que tenham existido particularidades para a América portuguesa, aos poucos a monarquia lusa foi inserindo no território instituições e oficiais seguindo o modelo administrativo existente no reino.

A aplicação deste modelo para a América condizia com as possibilidades, as prévias experiências e a cultura jurídico-administrativa lusitana. Nesta perspectiva, o início de uma colonização mais expressiva, a partir da terceira década do século XVI, foi delegado a particulares com a implantação das capitanias hereditárias, processo já aplicado nas ilhas Atlânticas no século anterior.

No caso do Brasil, a instituição de capitanias-donatarias corresponde a uma segunda fase da política régia, em que esta colônia deixa de possuir um mero interesse comercial para ser rentabilizada em termos agrícolas. Aplica-se-lhe então um tipo de administração similar àqueles já experimentados nos arquipélagos atlânticos. As capitanias-donatarias não constituem, portanto, necessariamente, formas de implantação inicial em novos territórios, surgindo antes quando se pretende desenvolver um tipo específico de colonização ligado à apropriação em profundidade dos novos territórios e à sua rentabilização agrícola.²⁸³

De fato, entre 1534 (início do processo colonizador com as capitanias hereditárias) e 1548 (instituição do Governo Geral do Estado do Brasil), a administração e o controle do território americano foram delegados aos donatários e demais oficiais nomeados por eles, “cabendo ao donatário o estímulo do povoamento, a distribuição das terras em sesmarias e a administração superior”. Uma vez que no início do século XVI a atenção da monarquia portuguesa

²⁸³HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. *Op. Cit.* 1998p. 354.

estava voltada para a administração e estruturação político-econômica do Estado da Índia, a utilização das capitanias hereditárias como forma de administração na América era uma solução para que a monarquia não despendesse recursos valiosos, tanto materiais quanto humanos, em um território que ainda não apresentava possibilidades econômicas interessantes. Com as capitanias a monarquia encontrou um meio eficaz de administração, “concedendo ao donatário poderes e privilégios que tinham como contrapartida os investimentos visando o desenvolvimento desses territórios”.²⁸⁴

Entretanto, por mais que tivessem sido inspiradas no formato e nas possibilidades jurídicas dos senhorios do reino, as capitanias possuíam certas originalidades para enfrentar as novas realidades existentes no ultramar, tais como a ampliação dos poderes dos donatários frente à distância dos centros administrativos régios e a constituição de dispositivos militares peculiares para a defesa de territórios estratégicos para as rotas comerciais marítimas. Além disso, existia uma flexibilidade política, jurídica e administrativa entre as capitanias, “derivada sobretudo do fato de os poderes e jurisdições dos capitães-donatários poderem ser casuisticamente adaptados nas cartas de doação ou de confirmação”.²⁸⁵

A delegação de amplos poderes para a administração da América portuguesa é perceptível nas atribuições e competências que a monarquia lusa transferiu para Martim Afonso de Souza em 1530. Para sua expedição no território americano lhe foi “concedido não só demarcar e tomar posse, em nome do rei, de todas as terras descobertas, como também doar parte delas em sesmarias”; além disso, “tinha poderes para nomear tabeliães e criar ofícios de Justiça, além da competência, com alçada até pena de morte, para julgar os casos cíveis e crimes”.²⁸⁶

A expedição de Martim Afonso de Souza, conforme apresentado no livro **Fiscais e Meirinhos**, foi uma fase de transição nas estratégias político-administrativas da monarquia portuguesa, entre as feitorias e as capitanias hereditárias, “ou seja, a situá-la entre a fase de menor grau do vínculo Metrópole-Colônia, estendida até 1534, e a do aumento de sua intensidade, em que se deu o início do processo de colonização propriamente dito”.²⁸⁷

²⁸⁴ *Id.*

²⁸⁵ *Ibid.* p. 355.

²⁸⁶ SALGADO, Graça (Coord.). *Op. Cit.* p. 49.

²⁸⁷ *Id.*

A divisão do território entre os donatários proporcionou à monarquia portuguesa criar um sistema administrativo na América pouco oneroso à Coroa e com dispositivos legais para o resguardo do território, sua exploração e, em certa medida, passível de controle régio por meio das cartas de doação e dos limites impostos aos donatários.

Recentemente, o estudo realizado por Jorge Pimentel Cintra repensou as divisões das primeiras capitanias hereditárias. Tendo como base as cartas de doação e os forais, além de outros documentos, o autor reconstruiu o mapa das capitanias hereditárias, observando que os formatos das capitanias localizadas no norte dos domínios portugueses deveriam “correr segundo meridianos e não segundo paralelos”, desconstruindo, com isso, o imaginário a respeito dos limites entre as capitanias hereditárias.²⁸⁸

De qualquer forma, conforme informa Magnus Roberto de Mello Pereira, as capitanias hereditárias, tanto na África como na América, foram marcadas “mais pelos fracassos do que pelos sucessos.” Segundo o autor,

Pouco depois de receber o régio benefício, faliram os dois donatários africanos e a maioria dos brasileiros, retornando suas capitanias à coroa. Apesar desses insucessos, a coroa continuou a criar novos senhorios coloniais. Durante o século XVII, foram dadas nada menos que 11 novas donatarias no Brasil. A última delas foi a do Xingu, criada em 1685. A instituição das capitanias perdurou até meados do século XVIII, quando as que restavam foram incorporadas à coroa.²⁸⁹

Por meio das cartas de doação, o capitão e donatário recebia da monarquia lusa o direito de gerir sua capitania. No documento estavam expressos seus privilégios como donatário, bem como seus deveres de administrar a fazenda (cobrança de impostos) e a justiça (aplicação da lei). Além disso, o donatário ainda deveria defender o território de possíveis ameaças. Conforme a carta de doação de 10 de março de 1534, na qual a capitania de Pernambuco foi doada para a administração de Duarte Coelho, as atribuições do capitão donatário seriam:

1. Nomear ouvidor.
2. Nomear tabeliães do Público e do Judicial.
3. Ter jurisdição nas causas crimes da capitania, juntamente com o ouvidor.
4. Presidir, com o ouvidor, a eleição de juizes ordinários e oficiais de Justiça (escrivães e meirinhos), além de passar cartas de confirmação.

²⁸⁸ Ver: CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 21, n. 2, jul. / dez. 2013, p. 11-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v21n2/a02v21n2.pdf> Acesso em: 15 ago. 2014.

²⁸⁹ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **A forma e o poder**: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna. Curitiba, Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná. 1998. p. 76.

5. Exercer por si a Alcaidaria-mor ou nomear alcaides-mores para as vilas e povoações da capitania.
6. Dar estatuto de vila a todas e quaisquer povoações da capitania, tendo cada uma por três léguas sertão adentro.
7. Conceder sesmarias a cristãos e demarcá-las, recebendo a redizima do dízimo.
8. Ter o comando militar.
9. Vistoriar os barcos e fiscalizar o comércio na capitania.
10. Ter o monopólio da navegação fluvial, cobrando direitos taxados em Câmara e confirmados pelo rei.
11. Ter monopólio das moendas e engenhos.
12. Receber quinhentos réis por ano de pensão de cada um dos tabeliães do Público e Judicial.²⁹⁰

É possível perceber que o capitão donatário concentrava em si várias atribuições: militares, fiscais, judiciais, comerciais e de governo.

No que diz respeito à esfera judicial, esta configuração, conforme a categoria criada por Arno Wehling e Maria José Wehling quando apresentam as “formas de justiça colonial”, seria de uma “justiça concedida”. Ou seja, a delegação a “terceiros” de privilégios que deveriam ser exercidos pela monarquia portuguesa.

Este dispositivo, afirmam os autores, perdurou na monarquia portuguesa até a década de 1790. Os donatários na América portuguesa possuíam “amplo exercício da justiça cível e criminal, por si e pelos ouvidores que poderiam nomear”²⁹¹. Ainda com base na mesma carta de doação a Duarte Coelho, os autores ressaltam que:

No cível, a jurisdição dos donatários alcançava 100 mil-réis, compreendendo as sentenças de primeira instância dos juízes e ouvidores e as de segunda instância destes. Na justiça criminal, tinha alçada até a pena de morte em causas de heresia, moeda falsa, traição e sodomia, independente da condição social do sentenciado; nos demais tipos penais de escravos, indígenas e homens livres sua alçada também chegava até a pena de morte; para os privilegiados, o limite da pena era de dez anos de degredo e cem cruzados de multa. Restringiam-se os recursos de apelação ou agravo.²⁹²

Portanto, no início do processo colonizador da América portuguesa a estratégia político-administrativa utilizada pela monarquia foi a de conceder a particulares o controle do território, resguardando a Coroa alguns atributos, mas transferindo grande parte do poder aos donatários. Ao redor do donatário existiam alguns oficiais por ele nomeados, como o ouvidor da capitania, os tabeliães e alcaides, formando uma rede governativa da qual o donatário era o ponto central.

²⁹⁰ SALGADO, Graça (Coord.). *Op. Cit.* p. 128.

²⁹¹ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* p. 40-41.

²⁹² *Id.*

Este arcabouço de poderes concedidos se modifica com a instalação do Governo Geral do Estado do Brasil em 1548. A inserção de uma instituição régia na colônia americana, segundo Graça Salgado:

Fez parte de um duplo movimento da Coroa: por um lado, o de retomar parte dos amplos poderes concedidos aos particulares no primeiro momento da colonização e, por outro, o de criar um centro administrativo que fosse um prolongamento da ordem jurídico-administrativa metropolitana, tornando, assim, o controle régio mais eficaz, além de possibilitar uma unidade de ação à sua política colonial.²⁹³

Além dos poderes conferidos aos donatários, Arno Wehling e Maria José Wehling também salientam a importância que a justiça municipal teve na esfera da “justiça concedida”.

As câmaras municipais eram instituições compostas por dois juízes ordinários que se destacavam como os principais oficiais da municipalidade. Estes oficiais deveriam aplicar a lei e fiscalizar os demais oficiais, “como os almotacés, quadrilheiros, meirinhos, alcaides-pequenos, tabeliães, escrivães e outros”.²⁹⁴ Um dos juízes ordinários teria ainda a função de presidir a câmara. Os vereadores, por sua vez, eram oficiais que detinham a incumbência de ditar as normas da municipalidade, as posturas municipais, o que, de certa forma, lhes dava um caráter de “poder legislativo” na administração municipal.²⁹⁵

A existência de muitos títulos e parágrafos nas Ordenações Filipinas a respeito de como se organizar as câmaras municipais e das atribuições dos juízes ordinários, vereadores, almotacés e demais membros dos concelhos demonstra a força que a justiça local possuía e que as leis do reino procuravam normatizar.

Na tese **A forma e o poder**, Magnus Roberto de Mello Pereira indica que uma das bases para o processo de colonização da América portuguesa foi, justamente, a criação de instituições municipais, sendo a criação de vilas um das obrigações dos donatários, presente inclusive nas cláusulas das cartas de doação. E a partir do momento de criação das vilas, iniciaram-se também as “disputas pelo poder de jurisdição”.²⁹⁶

²⁹³ *Ibid.* p. 51.

²⁹⁴ SALGADO, Graça (Coord.). *Op. Cit.* p. 71.

²⁹⁵ Relembremos a abordagem feita por Charles Boxer sobre a importância das câmaras municipais como “pilares” da sociedade colonial, sendo uma estratégia político-administrativa da monarquia lusa. Em: BOXER, Charles. *Op. Cit.*

²⁹⁶ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Op. Cit.* 1998. p. 71 e 79.

Ao se tratar de justiça municipal, deve-se ter em mente que, além das Ordenações, as leis reguladoras da localidade (as posturas) estavam associadas a quadros específicos de jogos de poder no interior da municipalidade e dependiam também da capacidade do juiz ordinário, oficial que não tinha a necessidade de ter formação acadêmica e baseava-se no “direito comum, o costume e a jurisprudência”.²⁹⁷

Joacir Navarro Borges, ao abordar “a justiça nas comunidades de origem portuguesa”, pondera que o juízo ordinário remonta a uma “longa tradição jurídica local portuguesa”. A justiça municipal, “justiça comum” ou, ainda, “justiça local”, como o autor se refere, “foi uma conquista dos concelhos medievais portugueses como a primeira instância jurídica onde o povo se socorria com suas demandas. O desenvolvimento da justiça local efetivou-se juntamente ao processo de estruturação do município”. Segundo o autor, a justiça comum possuiu grande destaque para a constituição do poder local, sendo uma das principais reivindicações das comunidades medievais portuguesas “o direito de autojustiça, ou seja, de que os juízes fossem eleitos pelos moradores do lugar e julgassem segundo os costumes da terra”²⁹⁸. Contudo, Borges adverte que

O caráter das preocupações e funções da monarquia diferia sobremaneira das da administração municipal. O poder régio privilegiava o âmbito militar da relação política ao passo que o poder concelhio focalizava o aspecto mais social, pois lidava com os problemas cotidianos da população local, tendo de oferecer soluções práticas para demandas como abastecimento de gêneros, ordenamento urbano, amanho agropastoril da terra, ordenamento jurídico, atividade judiciária, manutenção da ordem, enfim, todo o necessário para a melhor regulação da vida comunitária. Além disso, a população concelhia tendia a lutar contra os direitos e as justiças senhoriais, fundamental no desejo dos vizinhos dos concelhos de serem julgados pelos próprios pares e o surgimento dos magistrados judiciais locais.²⁹⁹

Nesta perspectiva, pode-se ter a impressão de que havia dois poderes concorrentes e com objetivos díspares, o local e o régio. Porém, muitas vezes tais poderes não eram opostos mas sim complementares, pois participavam da mesma estrutura legislativa criada pela monarquia portuguesa.

Após adquirir para si o monopólio “sobre o exercício da justiça e sobre os produtores do direito”, como apresentado no início deste capítulo, a monarquia lusa teve no exercício da justiça um de seus principais atributos, atuando por meio deste

²⁹⁷ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 2004. p. 44.

²⁹⁸ BORGES, Joacir Navarro. *Op. Cit.* p. 41 e 44.

²⁹⁹ *Ibid.* 43.

para legitimar seu poder. Entretanto, a ascensão e a centralização do poder régio vieram de uma forma lenta que, por intermédio da inserção de várias instituições e oficiais régios especializados nos diversos espaços dos domínios portugueses, agiriam sobre as comunidades nos mais diferentes níveis, resguardando e reafirmando o poder régio. Dada esta configuração, António Manuel Hespanha observou a existência de vários “polos com determinado poder”, colocando em

xeque o fortalecimento do poder régio devido à ação dos oficiais do Estado português, considerando que, embora a ação desses agentes promovesse um enfraquecimento dos poderes locais, não ocorria, concomitantemente, o fortalecimento do poder régio, visto que tais agentes, no sistema corporativo de poder, detinham grande autonomia.³⁰⁰

A respeito desta oposição entre poder local e poder régio e da ação dos agentes régios no processo de centralização, entendemos que por mais que existisse uma “grande autonomia” nas diferentes partes dos domínios portugueses, isto não significaria o enfraquecimento do poder régio. Deve-se ter claro que as câmaras municipais não formaram uma nova estrutura político-administrativa, tampouco um novo “Estado” na América com os poderes locais que possuíam. A própria criação das vilas, que significava o estabelecimento da câmara municipal, deve ser entendida como uma concessão régia.³⁰¹

Devemos observar que o que influenciava diretamente a instalação e as transformações do arcabouço jurídico-administrativo na América portuguesa eram os objetivos da monarquia lusa. Ao mesmo tempo, não podemos perder de perspectiva a ação dos oficiais régios em seus cargos, bem como a atuação dos poderes locais frente a seus interesses. Não os identificando como opostos, mas como possibilidades de ações. Desta forma, percebe-se a complexidade deste aparato jurídico-administrativo.

³⁰⁰ PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. Cit.* p. 80. “Se a centralidade não pode ser real sem um quadro legal geral, tampouco pode ser efetiva sem uma hierarquia estrita dos oficiais, por meio do qual o poder real possa chegar à periferia. Daí que a eficiência da centralização política derive, por um lado, da existência de laços de hierarquia funcional entre os vários níveis do aparelho administrativo e, por outro, negativamente, do âmbito dos poderes dos oficiais periféricos ou da sua capacidade para anular, distorcer ou fazer seus os poderes que recebiam de cima”. Ver: HESPANHA, Antonio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. Em: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 174.

³⁰¹ Ver: SANTOS, A. C. de A. **Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas: um estudo sobre a política urbanística pombalina**. Curitiba, 1999. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná.

Como apresentado por Pedro Cardim no prefácio do livro de Francisco Carlos Cosentino, **Governadores Gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII)**, as estruturas governativas da América portuguesa foram resultado de

um processo de transposição, para fora da Europa, de soluções político-administrativas já testadas no Velho Mundo. (...) [e] uma vez transposta para o cenário americano essa figura institucional sofreu múltiplas transformações e adaptações decorrentes da sua aclimação a um contexto radicalmente diferente daquele onde tinha nascido.³⁰²

O trabalho de Cosentino visou analisar o ofício de governador geral do Estado do Brasil, focando seus estudos em cinco governadores que receberam regimentos “originais e norteadores de vários governos”, conforme a interpretação do autor. A pesquisa não tinha por objetivo debater aspectos da centralização do poder régio ou mesmo da administração na América portuguesa. Contudo, Cosentino ressalta o “papel protagônico dos monarcas em Lisboa, centro da monarquia e do Império português, e o protagonismo do governador geral do Estado do Brasil, em Salvador, cabeça dessa parte da América portuguesa”.³⁰³ Entretanto, por mais que tal afirmação transpareça um certo (e forte) grau de centralização, Graça Salgado adverte que a instalação do Governo Geral do Estado do Brasil

não extinguiu o sistema anterior, pois o governo geral era complementar às capitanias hereditárias, do ponto de vista político-administrativo. A diferença residia no fato de a autoridade administrativa estar concentrada, pelo menos formalmente, em uma instância superior dentro do próprio espaço colonial e com poder de centralizar a supervisão geral dos negócios do rei.³⁰⁴

Identificar a instalação do Governo Geral do Estado do Brasil se faz necessário, pois muito mais do que observar aspectos da centralização administrativa, esta instituição passou a abrigar o cargo de ouvidor geral. A partir de 1548 uma nova configuração se deu na estrutura jurídico-administrativa da América lusa, uma vez que com o ouvidor geral do Estado do Brasil recursos jurídicos vindos das capitanias passaram a ser apreciados na própria colônia, e a fiscalização da legislação por um oficial letrado passou a ser possível.

Uma instituição de realce só veio a ser instalada na América portuguesa sessenta e um anos depois. Conforme indica Stuart Schwartz, a criação do Tribunal da Relação da Bahia veio na esteira de uma grande reforma jurídica e administrativa

³⁰² COSENTINO, Francisco Carlos. *Op. Cit.* p. 11-12.

³⁰³ *Ibid.* p. 16.

³⁰⁴ SALGADO, Graça (Coord.). *Op. Cit.* p. 51-52.

promovida no início da União Ibérica. Arquitetada pelo jurista espanhol Rodrigo Vázquez de Arce, que previamente havia feito um “exame exaustivo do sistema legal português”³⁰⁵, a reforma judicial e administrativa portuguesa visava uma melhor articulação entre as instituições e buscava evitar os desmandos de sujeitos poderosos. Segundo Schwartz, em 10 de outubro de 1581 Vázquez fez a seguinte observação sobre a organização administrativa portuguesa: “a verdade é que a falta não está nas leis, mas na pouca força que aqui têm, e na pouca inclinação dos juízes para aplicá-las com integridade”.³⁰⁶

Ainda segundo Schwartz, a intensa reformulação jurídica e administrativa promovida pelos Habsburgo ocorreu em Portugal durante os primeiros dez anos da União Ibérica, e não tardou a chegar às colônias lusitanas, originando transformações estruturais, inspeções e fiscalizações na África, na Índia e na América.

No que diz respeito à instalação de um tribunal superior na América, Schwartz indica que “aparentemente em setembro de 1586 Filipe II estava decidido a examinar essa possibilidade”.³⁰⁷ Assim, dentro da ampla reforma que estava sendo levada a cabo, foi criada a Relação da Bahia no ano de 1588; contudo, ela “nunca chegou à colônia”. Isto ocorreu porque os magistrados que estavam a caminho da colônia americana não conseguiram atravessar a linha do Equador devido a fortes correntezas e ventos, sendo obrigados a aportar em Santo Domingo. Apenas quatro desembargadores conseguiram chegar à Bahia, contudo, “o Tribunal Superior não foi instituído”.³⁰⁸ Somente após intenso debate no Desembargo do Paço e o gradual crescimento em importância e tamanho da colônia americana foi que o Tribunal da Relação da Bahia foi instalado em 1609, subordinado à Casa da Suplicação.

A difícil instalação, contudo, não foi garantia para sua durabilidade. O Tribunal foi extinto pelo alvará de 05 de abril de 1626 e restabelecido apenas em 1652.

³⁰⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* 2011. p. 58.

³⁰⁶ ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS. Estado, Negociaciones de Portugal, 428 (10 de outubro de 1581). *Apud*: SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* 2011. p. 58.

³⁰⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* p. 63.

³⁰⁸ *Ibid.* p. 64-65.

O Tribunal da Relação da Bahia, por mais que tenha sido criado para reorganizar a estrutura jurídica na América³⁰⁹ e dar mais eficácia aos trâmites litigiosos da colônia, também

possuía um forte peso político, uma vez que tinha uma estreita ligação com o Governo Geral do Estado do Brasil. Essa ligação efetivava-se pela sua competência para a publicação de acórdãos, decisões que tinham força de lei nos domínios luso-americanos (a mesma prerrogativa que a Casa da Suplicação detinha ao decretar seus “assentos”). O governador-geral desempenhava a função de presidente desse Tribunal e cumpria um papel semelhante ao de regedor da Casa da Suplicação. Porém, embora se fizesse presente às reuniões dos desembargadores não podia votar ou contrariar as decisões tomadas pelos desembargadores.³¹⁰

Outra instituição com importância equivalente só foi instalada na América lusitana um século depois, mais precisamente em 15 de julho de 1752. Contudo, conforme apresentam Arno Wehling e Maria José Wehling, há indícios da idealização do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro já para o ano de 1723.³¹¹

A decisão régia que criou o tribunal data de 16 de fevereiro de 1751, sendo seu regimento recebido em 13 de outubro do mesmo ano. Independente disto, os autores abordam que a criação do tribunal no Rio de Janeiro vai além de sua óbvia e superficial explicação, ou seja, apenas para melhor eficácia da administração judiciária.

Para os autores, outros aspectos devem ser indicados para a instalação do tribunal: I) a sistemática reafirmação da autoridade régia; II) um ato político nitidamente centralizador e não apenas o atendimento a uma reivindicação de aperfeiçoamento da justiça; III) o caso específico da região mineradora.

Atribuições como a assessoria aos governadores e vice-reis, o empreendimento de diligências e sindicâncias de interesse do governo ou a nomeação dos vereadores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro demonstram que instalar um órgão deste tipo significava sublinhar uma política centralizadora que visava colocar em mãos de burocratas confiáveis a vida colonial em região tradicionalmente difícil de se submeter integralmente à autoridade real.³¹²

A jurisdição do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro englobaria “as comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Rio das Mortes, Sabará, Rio

³⁰⁹ O funcionamento do Tribunal foi regulamentado pelo regimento de 07 de março de 1609, acolhendo “recursos de todas as instâncias judiciais existentes, subordinando e fiscalizando, através das correições e ‘residências’ os demais funcionários e oficiais de Justiça, indicados ou não pelos donatários”. SALGADO, Graça (Coord.). *Op. Cit.* p. 77.

³¹⁰ PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. Cit.* p. 18.

³¹¹ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 2004. p. 121-123.

³¹² *Ibid.* p. 124.

das Velhas, Serro Frio, Cuiabá, Paranaguá, Espírito Santo, Itacases e ilha de Santa Catarina”.³¹³

Tais tribunais, tanto o da Bahia como o do Rio de Janeiro, por mais que na América lusitana fossem instâncias superiores, estavam em uma posição intermediária se observarmos a estrutura jurídico-administrativa como um todo. Para os autores do livro **Fiscais e meirinhos**, as Relações estavam situadas entre os juízes menores – juiz ordinário, juiz de fora e ouvidor – e a Casa da Suplicação.

³¹³ SALGADO, Graça (Coord.). *Op. Cit.* p. 81.

PARTE II – Ações de ouvidores nas Comarcas de São Paulo e de Paranaguá (1699-1750)

A segunda parte desta pesquisa tem por objetivo apresentar as ações dos ouvidores régios nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá, identificando e analisando as diferentes relações que se estabeleceram entre estes agentes régios e outros membros do corpo social.

Nesta linha, o quarto capítulo desta tese versa sobre a relação estabelecida entre os ouvidores régios e a administração central, identificando o vínculo formado entre o agente e a Coroa, sendo esta responsável pela distinção social que aquele adquiriu por meio da nomeação. Desta forma, pode-se identificar a ação dos ouvidores régios como uma retribuição a tal nomeação, além da possibilidade de almejarem novas oportunidades no interior do aparato jurídico-administrativo.

O quinto capítulo identifica a distinção atribuída aos ouvidores régios por meio das nomeações. Com isso, procurou-se promover uma reflexão sobre as relações estabelecidas entre os agentes régios e as comunidades em suas respectivas comarcas, destacando que a cada novo ouvidor nomeado se reestruturavam as estruturas político-sociais.

O último capítulo tem por objetivo apresentar, por meio da análise de alguns estudos de caso, como as carreiras dos ouvidores dependiam, e muito, das dinâmicas locais, sendo que alguns abandonaram tal carreira pois identificam outras oportunidades na colônia americana.

Capítulo IV– Ouvidores no Estado do Brasil e a administração central

Este capítulo visa construir uma reflexão a respeito das relações que se formaram entre os ouvidores régios e a administração central da monarquia lusitana. Para levar a cabo tal empreendimento, utilizamos especialmente as correspondências trocadas entre estes personagens, documentos que se encontram no Arquivo Histórico Ultramarino e disponíveis em formato digital pelo Projeto Resgate.

A primeira coisa que devemos ter claro é que tais relações só foram estabelecidas e motivadas devido à existência da estrutura jurídico-administrativa criada pela monarquia portuguesa na colônia americana. Foi a Coroa lusitana que, por vezes a pedido do corpo social, por vezes para melhor administração da justiça régia, criou na capitania de São Paulo locais para o exercício do poder régio. O envio para a América portuguesa de oficiais régios para melhor gerir os territórios, aliado ao entendimento de que as câmaras municipais eram também uma concessão da Coroa, fez com que percebêssemos que a própria estrutura criada pela monarquia lusa motivou, e em certa medida até forçou, que tais relações fossem estabelecidas. Ou seja, a instalação das câmaras municipais, das ouvidorias e dos demais órgãos jurídico-administrativos da monarquia portuguesa possibilitou que essas relações fossem constituídas.

Antes da instalação das ouvidorias de São Paulo e de Paranaguá ocorreu naquela região a criação de vilas e suas respectivas câmaras municipais. Na tese de Antonio Cesar de Almeida Santos, **Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas**, o autor pondera que “a criação de uma vila deve ser entendida como uma concessão régia”, sendo as câmaras municipais o local de gerência da municipalidade, nas quais os moradores da vila eleitos para os cargos ali existentes deveriam “zelar pelo bem comum de todos os moradores residentes em seu termo”.³¹⁴ Portanto, com a instalação das câmaras municipais já se configurava a presença régia na localidade.

³¹⁴ “Os encargos atribuídos às câmaras municipais estendiam-se desde a aplicação da justiça, na instância a ela adjudicada, até a organização do funcionamento da vida comunitária: a conservação de caminhos, o controle da ocupação das terras urbanas e das condições sanitárias, o abastecimento de gêneros, a fiscalização das atividades artesanais”. SANTOS, A. C. de A. *Op. Cit.* 1999. p. 90.

Para a primeira metade do século XVIII, Antonio Cesar de Almeida Santos indica que foram criadas 34 vilas na América portuguesa³¹⁵, sendo possível notar que a capitania régia de São Paulo foi palco de muitas dessas fundações/instalações:

As primeiras vilas mineiras foram criadas ainda antes de sua separação de São Paulo. Em 1711, foram erigidas: a vila de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque (depois cidade de Mariana), a Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar (Ouro Preto) e a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará; em 1713: a Vila de São João d'El Rei; em 1714: a Vila Nova da Rainha e a Vila do Príncipe (do Serro Frio); em 1715: a Vila de N. Senhora da Piedade, ou do Infante (Pitangui); e, em 1718: a Vila de São José d'El Rey (Tiradentes).³¹⁶

Mesmo antes do reinado de Dom João V, iniciado em 1706, é possível perceber grandes mudanças para o aparelho jurídico-administrativo tanto no reino como no ultramar. No capítulo anterior foram observadas as transformações estruturais do aparelho administrativo durante a União Ibérica, o que acarretou, inclusive, uma alteração na “forma” de governar por meio de consultas.

A questão que retomamos aqui é a da inserção de um corpo de oficiais especializado no ultramar, “depositário da tecnologia administrativa”³¹⁷ para lidar com as mais variadas dinâmicas que existiriam nos territórios ultramarinos; os documentos que produziram possibilitaram a identificação das relações que aqui enfocamos.

Nesta perspectiva, Ana Paula Torres Megiani lança um olhar, no texto “Política e letras no tempo dos Filipes”, publicado no livro **Modos de Governar**, sobre um dos mais importantes fundamentos para a “confirmação do direito das coroas ibéricas à ocupação e extração de riquezas, conversão dos gentios e povoamento das terras conquistadas”. Tal fundamento “seria a prática descritivo-narrativa dos acontecimentos vividos, dos povos e da natureza encontrados, bem como o desenvolvimento de uma memória que passaria a incorporar os novos espaços e humanidades ao antigo mundo europeu”. Continua a autora:

Ao mesmo tempo que o poder e a memória das realidades ibéricas se reinventavam em razão dos novos tempos e realidades, a partir de centros depositários de recolha, elaboração e registros – como a criação do *Archivo de Simancas* por Carlos V –, foram surgindo pessoas e ambientes que, mesmo periféricamente, exerceram ações de relevo na construção de conexões de saberes entre os diversos espaços, integrando o conhecimento das terras e populações distantes, com vistas também ao conhecimento e exploração de suas riquezas. Foram esses indivíduos inúmeros, que munidos de aparato teológico-filosófico de formação

³¹⁵ *Ibid.* p. 71.

³¹⁶ *Ibid.* p. 90.

³¹⁷ HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 1989. p. 59.

erudita humanista, ligaram-se a diversas partes do Império por meio de redes operantes de informações, percorrendo longas distâncias por vias nem sempre oficiais. Seus registros e conexões são preciosos, pois, se por um lado correspondem aos desejos e intenções dos poderes políticos e religiosos vigentes, atestam, por outro, a dinâmica de intercâmbios de informações noticiosas em diversas partes do Império (...)³¹⁸

A própria constituição de novos locais para o exercício do poder político régio (câmaras municipais e ouvidorias) pode ser considerada um exemplo deste intercâmbio de informações e conexões de saberes.

A almejada harmonia social por parte dos vassallos na América demandava da administração central da Coroa portuguesa a reflexão sobre a necessidade de novas instituições que resguardassem o “melhor expediente das ordens do real serviço”.³¹⁹

Um exemplo é a consulta do Conselho Ultramarino datada de 12 de dezembro de 1720, na qual se pondera a respeito da criação de oficiais na capitania régia de São Paulo. Diz o parecer:

Pedro Alz Cabral representou a V. Mag.^o por este concelho, que sendo V. Mag.^{de} servido por sua Real grandeza provello no governo da Capp.^{nia} de S. Paulo, lhe era preciso para melhor expediente das ordens do Real serviço ter officiaes p.^a as distribuir como se praticava em todos os governos do Estado do Brazil, e, em das Minas geraes, onde prezentem.^{te} havia douz Thenentes generaes e hum Ajudante de Thenente; e por q. V. Mag.^{de} fora servido determinar que em tudo e o he novo governo Se estabelecesse, regulando-se pelo das Minas geraes.

P. a V. Mag.^{de} lhe faça m.^{oe} nomearlhe os officiaes de ordens na mesma forma que nas Minas geraes.

Pareceu ao Cons.^o [Il. 1p.] posto em Razão e conveniente ao Serv.^o de V. Mag.^{de} de q. o governo da Capp.^{nia} de S. Paulo haja ha Thenente gn.^l e hum Ajudante de Thenente da mesma maneura, que V. Mag.^{de} determinou p.^a o governo das Minas p.^a q. Se possa valer o Gov.^{do} destes dous officiaes de ordens p.^a as occasioes q. se podem offerecer q. podem ali ser mais frequentes, e Supposto q. hoje há dous thenentes generaes pellas nomeou V. Mag.^{de} no anno passado para hum dos D.^{os} postos a João Fr.^a Tavares na atenção do bem que sérvio na occazião da Sublevação q. intentarão os negros contra os brancos, e q. neste cazo pode hum deles vir. p.^a São Paulo e sendo V. Mag.^{de} servido de [Il. 1p.] a pertensão do Alferes M.^{el} de Barros que diz em q. pede o posto de Ajudante em q. o Concelho votou se fazia digno deste emprego pelo valor com q. Se houvera na ocasião em que forão desalojados os levantados q. se achavão cituados no Pitangui, acreditando tanto o seu valor, q. este mesmo poderá tão bem vir p.^a S. Paulo nomeado-o V. Mag.^{de} no d.^o posto.

E com esta occazião serve obrigado este Cons.^o a lembrar a V. Mag.^{de}, q. como em todas as Capp.^{nia}s do Estado do Brazil e ainda nos [Il. 1p.] no Rn.^o de Angolla há secretr.^{os} nomeados por V. Mag.^{de}, q. nesta Capp.^{nia} de S. Paulo se necessitam.^{te} de q. haja nelle o mesmo, aSsim, p.^a servir boa forma os papeis da d.^a secretaria, e ordens q. fossem de V. Mag.^{de} como as mais matérias concernentes ao servisso de V. Mag.^{de} do qual [Il. 2p.] de ordenado quatrocentos mil q. tem o das Minas, em q. Se lhe não concidera menos trabalho, he

³¹⁸ MEGIANI, Ana Paula Torres. Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos. Em: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de Governar**: ideias e práticas políticas no império português – Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p. 239-256. p. 239.

³¹⁹ AHU. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 2, doc. 169.

resolvendo V. Mag.^{de} q. se crie a d.^o lugar se poderão por e [ll. 1p.] para o seu provimento e Se consultarem p.^a ate ministérios os sujeitos q. se entender são mais dignos delle.³²⁰

A “forma” de governar por meio de consultas faz com que percebamos um processo de reflexão e análise por meio dos órgãos centrais da estrutura jurídico-administrativa para melhor administração dos territórios. Tal reflexão, motivada por uma solicitação de Pedro Alvares Cabral, nomeado governador e capitão-general da Capitania régia de São Paulo, pode vir a denotar essa negociação entre a Coroa e os demais espaços do Império. Além disso, chamamos a atenção para o fato do conselheiro e demais oficiais, no caso de Pedro Alvares Cabral, reconhecerem que quem tem a prerrogativa para criar tais cargos é o monarca, já que, conforme indica o documento, “he resolvendo V. Mag.^{de} q. se crie a d.^o lugar”.

No caso em questão, o conselheiro indica a necessidade de uma certa uniformidade de ação entre as localidades, justificando que para se criar e ter os novos oficiais na capitania de São Paulo estaria procedendo da mesma forma como havia feito nas Minas Gerais.

Assim, a reflexão do Conselho recai sobre a necessidade ou não de ter certos oficiais também na capitania de São Paulo, indicando uma articulação entre os órgãos que devem administrar os territórios para o melhor “servisso de V. Mag.^{de}”, com isso proporcionando que os ocupantes destes cargos formem determinadas relações com os demais nas localidades, seja com o camarista ou com o governador, com os súditos ou com o próprio monarca.

Neste intercâmbio de informações e conexões de saberes, concorreram para os postos que seriam criados na Capitania régia de São Paulo as seguintes pessoas: Antonio Cardoso dos Santos, Rodrigo Nogueira de Almeida da Fonseca Borges, Antônio de Sá de Almeida, Manuel Borges de Figueiredo, Luis Peixoto da Silva e Manuel da Costa Pinheiro, sendo que o Conselho Ultramarino votou em Antonio Cardoso dos Santos em primeiro lugar para um dos postos. Há no documento certas informações a respeito dos pleiteantes, como no caso de Antonio Cardoso dos Santos, que

consta haver servido a V. Mag.^{de} na Provincia de Beira, Principado de Catalluna e praça de Peniche por espaço de honze annos 8 mezes e honze dias continuados com [interpolição?] desde 27 de Novr.^o de 1704 até 25 de junho de 1720 em praça de soldado e Cappitão de hua companhia de infant.^a q. em Catalluna seformou de novo, e Se agregou ao Regimento do Coronel Paulo Caetano de Albuquerque. Em q. foi provido por Pattente, de V. Mag.^{de} e no

³²⁰ *Id.*

decurso do Refferido tempo sendo soldado se achar tomada de Salvaterra, em todas as operações q. fizeram no Citio q. se pós a praça de Badajos, e passando com o exercito a de Alcantara foi rendida despois de Se lhe fazerem ataques (...)³²¹

O mesmo intercâmbio pode ser observado na criação da ouvidoria de Paranaguá. Em carta de 24 de abril de 1722, Rodrigo Cesar de Meneses, governador e capitão-general da Capitania régia de São Paulo, indicava haver recebido uma carta do monarca, datada de 13 de novembro de 1721, na qual se colocava a necessidade de um juiz de fora para a Vila de Paranaguá, “por q o povo heram numerozo, como pella distancia, q. ha dela [Il. 1p.] cidade onde se dificulta paSsar o Ouv.^{or} dessa Com.^{ca}”; porém, o governador informa ao monarca, em 4 de outubro de 1722, que:

Sem embargo de haver representado a V. Mag.^{de} o anno passado ser neceSsar.^o na Villa de Pernagoa Juis de fora com as mesmas averiguações que depois fiz soube podia por aquella Villa com Juiz ordinário, pelo sossego em q. se acha, e me pareceo ser mais [Il. 1p.] havello na Villa de Taubaté, [Il. 1p.] por ser grande a povoação, e por ser duas mais [Il. 1p.] como são Pindamonhangava, e Goaratingua hir, mas por ficarem em grande distancia desta cidade (...)³²²

A resposta para Rodrigo Cesar de Meneses só foi redigida em 17 de junho de 1723, ou seja, oito meses mais tarde. Na resposta se observa que já havia sido provido o cargo de ouvidor para a Vila de Paranaguá, principalmente pelas representações feitas pelo ouvidor régio da comarca de São Paulo, Rafael Pires Pardinho. Ou seja, dado o intercâmbio de informações, a monarquia lusa achou necessária a criação de uma nova instituição. Assim, foi constituído a partir de 1723 um novo cenário e, com isso, havia a necessidade das relações que ali se formavam e desenvolviam também se adequarem à nova lógica. A carta régia para Rodrigo Cesar de Meneses diz o seguinte:

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Alg.^{es} daq.^m e dalem mar em Africa S.^r de Guiné, etc. – Faço saber a vos Rodrigo Cezar de Menezes G.^{or} e Cap.^{am} gn.^l da Cappitania de S. Paulo, que se vio o q’ respondestes em carta de quatro de Outr.^o do anno passado a ordem q’vos foi sobre declarardes a p.^{te} de donde sahiria o ordenado do lugar de Juiz de fora q’ representastes ser necessr.^o q’se creasse na V.^a de Parnaguá e q’ meyo poderia haver p.^a a satisfação dele, e quanto se lhe poderia constituir para q’ pudesse passar decentem.^{te} segundo o estado da terra e autoridade do d.^o lugar, representando me de q’ sem emb.^o de me haveres feito prez.^e o anno passado ser necessr.^o na d.^a V.^a o lugar de Juiz de fora, por novas averiguações q’ despois fizereis soubestes podia passar a d.^a V.^a com o Juiz ordinr.^o pelo socego em que se acha, e se vos parecia ser muy preciso havelo na V.^a de Taubaté, não só por ser grande povoação, e por ter duas mais *místicas* como são Pindaminhengava, e Goratinguitá, mas por ficar em grande distancia dessa Cid.^e e o seo ordenado não ha de exceder de duzentos e sincoenta mil reis se lhe pode pagar, ou dos meus reaes quintos, ou

³²¹ **AHU.**São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 2, doc. 181.

³²² **AHU.**São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 3, doc. 282.

dos sobejos dos dizimos. Me pareceo dizer vos q' quando se recebeo esta vossa carta se achava ja provido o lugar de Ouvidor p.^a a V.^a de Parnaguá, pella representação que me fes Raphael Pires Pardino, sendo Ouvidor geral dessa Cappitania atendo se as rezões que me expos q' se fizeram dignas da minha real atenção El Rey nosso S.^r o m.^{do} por João Telles da Sylva, e Antonio Roiz da Costa conselheiros do seo Cons.^o Ultramarino e se passou por duas vias. Ant.^o de Cabellos Pr.^a a fez em L.^a occ.^{al} a dezacete de Junho de mil setecentos e vinte tres.³²³

Fica clara a importância de Pardino para o processo de criação da ouvidoria em Paranaguá; uma vez provida a nova instituição, em 1724 foi nomeado o primeiro ouvidor régio, Antonio Alvares Lanhas Peixoto, que chegou à comarca no ano seguinte.³²⁴

Francisco Negrão já salientava a importância de Pardino para a criação da ouvidoria de Paranaguá.³²⁵ Além desse autor, Romário Martins, em sua **História do Paraná**, adverte que a data de 17 de junho de 1723 não foi a de criação da ouvidoria, uma vez que “não se conhece o ato régio que criou a Comarca de Paranaguá, mas tão somente a Carta Régia de ‘participação de sua criação e provimento’”.³²⁶

De qualquer forma, uma carta de 30 de agosto de 1721 de Pardino para o monarca indicava que os povos do sul da capitania “vivem em tão grande distancia: porq. esta a pr.^a correção, q. nelas se fez e onde não he fácil fazerem-se a miude, vir, e passa por ellas, em pouco tempo se não podia bem atender ao m.^{to}, se q. neceSsitavão, p.^a em parte se emendarem os erros e abusos passados e se reparar os futuros”.³²⁷

Ou seja, as distâncias provocavam dificuldades para que aquelas povoações ao sul da capitania régia de São Paulo fossem amparadas pela justiça régia, sendo que as correções ali feitas tiveram o objetivo de corrigir os procedimentos das câmaras municipais, assim as colocando conforme as leis do reino.

Dous annos há, Senhor, que ando ausente da Cidade de São Paulo, e os tenho gasto em fazer corryção nestas quatro villas penultimas povoações do Estado [Laguna, São Francisco,

³²³ Carta Régia declarando que não se pode suspender a criação do cargo de Ouvidor em Paranaguá, porque o cargo já está criado e provido. de 17/jun/1723. Em: **DIHCSP.v. 18, Avisos e Cartas Regias 1714-1728, 1896, p. 85-86.** Disponível em: http://www.delphos.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-09-18_volume_18/#/88/ Acesso em: 06 jan. 2014.

³²⁴ **AHU.** São Paulo, caixa 1, doc. 53.

³²⁵ Ver: NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense.** v. I. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1926. p. 144.

³²⁶ MARTINS, Romário. **História do Paraná.** Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. p. 207-208.

³²⁷ **AHU.** – São Paulo – MGouveia, cx. 3, doc. 332.

Curitiba e Paranaguá], ou para melhor dizer em as criar, como de novo, no que entendi fazia a Vossa Magestade o maior serviço, e bem a estes povos, (...) E que este fosse o único fim, que nellas me demorou, se mostra bem da certeza, de que mais util me havia de ser no mesmo tempo correr a maior parte das villas da Comarca, e circunvisinhas áquella cidade, do que andar nestas ultimas pobres, e miseráveis.³²⁸

Pardinho indica nesta carta uma “falta” por parte da Coroa para com os vassallos residentes nas referidas vilas. “Criar, como de novo” constituiu um ato que restabeleceu os laços entre esses vassallos e o rei, necessitando essa região de atenção, já que viviam em “grande distância” e “necessitavam” dos auxílios do oficial régio, corrigindo os “erros e abusos do passado”, e dados aos provimentos deixados na vila, de certa forma, “reparar aos futuros”, ou seja, tentar evitar que tais erros acontecessem.

Desta forma, com a criação, em meados de 1723, da ouvidoria de Paranaguá, a capitania régia de São Paulo passou a ter duas comarcas, a saber: a comarca de São Paulo (1699) e a de Paranaguá. Como apresentado anteriormente, a capitania já havia possuído um maior número de ouvidorias; no entanto, com a criação da capitania régia de Minas Gerais, em 1720, as ouvidorias passaram a fazer parte da nova capitania, limitando-se São Paulo a apenas uma.

Deve-se observar também a necessidade de meios financeiros para que o agente régio atuasse na capitania. Em carta de 26 de abril de 1723, Rodrigo César de Meneses comentava sobre os rendimentos dados ao ouvidor régio de São Paulo, Manuel Melo de Godinho Manso, indicando que “por cauza das distancias e viagens q. fazia quando passava a fazer Correição nas villas da sua Com.^{ca} vos constava serem [il. 1 p.] q. por esta consideração se lhe devia aumentar o ordenado p.^a poder passar”. Dada a possibilidade e necessidade de aumentar os ordenados do ouvidor régio, o governador e capitão-general da Capitania desejava obter informações a respeito do requerimento de algumas câmaras sobre a nomeação de um ouvidor para a vila de Paranaguá. Lhe parecia que tal nomeação de “Ouvidor geral com que fica menos trabalhoso o lugar de Ouvidor geral de São Paulo [Il.2p.] de hir em Correição a ellas (...)”.³²⁹

³²⁸ Carta do ouvidor-geral de São Paulo Rafael Pires Pardinho ao Rei D. João V, 30 de agosto de 1721. Em: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Op. Cit.* 2001. p. 26.

³²⁹ AHU. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 4, doc. 402.

A mesma lógica pode ser observada para a criação de outros cargos na estrutura jurídico-administrativa. Por mais que houvesse necessidade de nomeação e isto já tivesse sido externado para a monarquia lusitana, com o reconhecimento por parte da Coroa de tal necessidade, as condições financeiras por vezes não propiciavam que determinado cargo fosse criado.

Em carta régia de 17 de junho de 1723 a Rodrigo Cesar de Meneses, a monarquia lusitana declara que só seria criado o cargo de juiz de fora na vila de Itú quando as minas de Cuiabá estivessem mais desenvolvidas.

Dom João por graça de Deus Rey de Portugal e dos Alg.^{es} daq.^m e dalem mar em Africa S.^r de Guiné, etc. – Faço saber a vós Rodrigo Cesar de Menezes Gov.^{or} e Capp.^{ao} gn.^l da Cap.^{nia} de S. Paulo, q'se vio o q'me escrevestes em carta de vinte e oito de Septr.^o do anno passado, de q'a experiência vos tinha mostrado, q' algumas V.^{as} dessa Capp.^{nia} tem grande n.^o de moradores, como hé o de Outu e Sorocaba, e estar hoje em termos de ser hua das mayores povoações pela occurrencia de gente que nas novas minas, no cazo q' tenham effeito, vira a ellas, e que vos parecia seria muy preciso haver na d.^a V.^a de Outu Juiz de fora, e q'este tenha jurisdição na V.^a de Sorocaba sendo obrigado a repartir o tempo da sua assistência em hua e outra p.^{te}, e como o ordenado deste Ministro não excederá da importância dos mais que hé de duzentos e sincoenta mil reis se poderá aplicar o seu pagamento pellos meus reaes quintos, ou dos sobejos dos dízimos, Me pareceo dizer vos q' depois de estarem bem estabelecidas as minas e o seo rendimento certo e permanente que se terá então atenção para a nomeação deste lugar de Juiz de fora para Outu e constituir-se lhe o seo ordenado; porem para q' em qualquer tempo havendo rendimento se possa acudir a esta desp.^a sou servido declareis de q' moradores se compõem a d.^a V.^a e as freguezias q' tem, e a terra q' compreende e se há nella algum convento de religiosos, p.^a q' conforme a vossa not.^a se possa tomar a resolução q' for conveniente neste p.^{ar} (...) ³³⁰

Durante o processo de conquista e colonização dos territórios ultramarinos, a monarquia portuguesa passou a “atribuir ofícios e cargos civis, militares e eclesiásticos aos indivíduos encarregados do governo nessas novas áreas”.³³¹ Neste sentido, o capítulo anterior possibilitou a percepção da constituição de uma estrutura jurídico-administrativa no ultramar, o que provocou a inserção nos diversos pontos do Império português de uma gama também diversificada de oficiais, que, dadas suas atribuições, acabavam transformando as dinâmicas locais.

Com isso, a Coroa lusitana passou a criar locais para o exercício do poder político régio, o que, conforme as palavras de Maria de Fátima Gouvêa, acarretou o desdobramento “de uma cadeia de poder e de redes de hierarquia que se estendiam desde o reino, dinamizando ainda mais a progressiva ampliação dos interesses

³³⁰ Carta Régia declarando que será creado o logar de juiz de Fora em Itú quando as minas de Cuyabá estiverem mais desenvolvidas. de 17/jun/1723. Em: **DIHCSP**. v. 18, Avisos e Cartas Regias 1714-1728, 1896, p. 86-87. Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-09-18_volume_18/#/90/ Acesso em: 06 jan. 2014.

³³¹ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Op. Cit.* 2001. p. 288.

metropolitanos, ao mesmo tempo que estabelecia vínculos estratégicos com os vassallos no ultramar”.³³²

Foi no início do século XVIII que ocorreu uma alteração no foco da política administrativa portuguesa para o território meridional da América, podendo, tais ações políticas ser estendidas para o Atlântico sul.³³³ Neste sentido, os levantamentos feitos por José Subtil, Nuno Gonçalo Monteiro, Nuno Camarinhas e Mafalda Soares da Cunha a respeito do fluxo de oficiais régios para o ultramar, bem como a dinâmica de nomeação da monarquia, demonstram esta transformação política.³³⁴

Nesta perspectiva, no início do setecentos as políticas administrativas irradiadas a partir de Lisboa, no intuito de assegurar as prerrogativas e o fortalecimento régio, foram direcionadas para as áreas mineradoras e para o tráfico de escravos africanos, políticas que visavam um melhor controle dessas dinâmicas mercantis mais rentáveis para os cofres régios.³³⁵

Nesta linha, Maria de Fátima Gouvêa destaca que ocorreu “uma grande circulação de oficiais régios por diferentes postos governativos no ultramar português”, o que veio a produzir o estreitamento das relações políticas entre as diferentes partes do Império. Conforme a autora, uma argumentação possível é que as relações clientelares e de parentesco que existiam entre os agentes régios que atuavam no ultramar e a própria circulação destes agentes pelos postos governativos acabaram, de certa forma, promovendo a “acumulação e circulação de informações, bem como de estratégias governativas voltadas para o *acrescentamento* político e material dos interesses portugueses”. Neste sentido, continua a autora, as “políticas imperiais devem ser assim consideradas como o resultado da ação conjugada daqueles oficiais – no que concerne à produção de conhecimento acerca dos espaços por eles administrados – com as escolhas e estratégias encaminhadas pela Coroa diante das possibilidades políticas e materiais verificadas”.³³⁶

³³² *Id.*

³³³ Ver: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Op. Cit.* 2001.

³³⁴ Ver: SUBTIL, José. *Op. Cit.* 2011; CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010; CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. Cit.* MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. Em: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar**: ideias e práticas políticas no império português – Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

³³⁵ PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. Cit.* p. 40.

³³⁶ GOUVÊA, Maria de Fátima. *Op. Cit.* 2005. p. 180.

Assim, a Coroa lusitana precisava criar e estruturar as instituições, nomeando pessoas para os respectivos cargos, repassando ao oficial o seu regimento específico, instruindo-o sobre como proceder na localidade, bem como delimitando ou ampliando, até certo ponto, suas atribuições.

Como vimos, para garantir a presença régia em diferentes locais do Império era necessária a nomeação e a atuação de diferentes oficiais. No dia 13 de outubro de 1699 o Conselho Ultramarino fazia um parecer a respeito da petição de João Soares Ribeiro em relação ao tempo da provisão para o cargo de escrivão da ouvidoria de São Paulo. João Soares Ribeiro já havia conquistado o provimento para tal ofício pelo tempo de um ano, mas como indica o documento, a “vila de S. Paulo ficar m^{to}. distante desta corte o [que] impossibilita a poder tirar todos os anos um provimento”, assim ele solicitava a extensão do tempo no serviço de escrivão para três anos. Além do mais, o suplicante para a vaga possuía todos os requisitos para “bem poder exercitar o d.^o off.^o por estar servindo o de escrivão dos aggr.^{os} da Casa da Suplicação e o da Junta da inconfidencia e da conservadoria de Indias com toda a verd.^e, limpeza e zello do serv.^o de V. Mad.^{de}”. Utilizando-se desta argumentação, o conselheiro sugere que o rei faça mercê de “provello na serventia do off.^o de escrivão da dita ouvidoria da Villa de S. Paullo por tres anos”. Por fim, o conselheiro considera que as razões que foram alegadas eram dignas de atenção, chamando a atenção para o fato de que João Soares Ribeiro “vay a servir em tanta distancia e não ser fácil ter recurso nos seos requerimentos para a continuação desta ocupação, e ser muy capaz p.^a o seu exercício, pois se ter comprovado por experiencia a sua capacidade e hir a dar nova forma a este off.^o”.³³⁷ De fato, João Soares Ribeiro ficou como escrivão até o ano de 1705, ou seja, além dos três anos que solicitara no momento da criação da ouvidoria.³³⁸

No dia 7 de dezembro do mesmo ano, o Conselho Ultramarino produziu um parecer em resposta à petição de Antonio de Paiva, que solicitava “a serventia do officio de Meyrinho da ouvidoria de São Paulo por três anos”. Nesta petição, conforme o conselheiro José de Freitas Serrão relata, Antonio de Paiva alegava estar ciente que o Conselho havia concedido uma extensão do tempo das funções de escrivão da ouvidoria de São Paulo para João Soares Ribeiro, bem como se

³³⁷ **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 51.

³³⁸ **RAMSP**. Ano I, v. IV, 1934.

utilizou do mesmo argumento feito pelo escrivão, “igualm.^{te} as causas que este alegou da grandíssima distancia da villa de São Paulo a esta corte, e a impossibilidade de tirar todos os anos o dito provimento”. Contudo, pesava em favor de João Soares Ribeiro sua experiência, capacidade comprovada e serviços prestados, inclusive na corte, com “boa satisfação”, algo que “não concorre no supp.^{te} [Antonio de Paiva] que ainda não tem servido”, como ponderou o desembargador Miguel Nunes de Mesquita. O parecer do desembargador Mesquita faz uma ressalva, a de que após um ano de bons serviços prestados no ofício da ouvidoria poderia “requerer mais tempo da serventia”. No caso de “ficar de fora da serventia”, o ouvidor ou o governador do Rio de Janeiro poderiam “nomear a outrem” para o ofício de meirinho.³³⁹

No interior da estrutura das ouvidorias existiam oficiais hierarquicamente menores, entre eles os escrivães e os meirinhos. O primeiro era o responsável por escrever os autos dos processos, enquanto o segundo deveria fazer as diligências e prender os suspeitos.³⁴⁰

Fato é que os dois documentos acima apresentados fazem observações a respeito da criação da ouvidoria de São Paulo no ano de 1699. Além do cargo de ouvidor, que, como já indicado no capítulo anterior, ficou a cargo de Antonio Luis Peleja, os demais ofícios deveriam ser distribuídos. Não possuímos indícios se João Soares Ribeiro e Antonio de Paiva solicitaram os referidos cargos na ouvidoria ou se simplesmente foram nomeados. As duas petições, ao que tudo indica, não foram enviadas da capitania de São Paulo, ou seja, por moradores da região que possuíam conhecimento da instalação da nova ouvidoria na América portuguesa, mas sim por pessoas que estavam no reino: um oficial que já atuava no interior da estrutura jurídico-administrativa e outro que desejava pertencer a esta estrutura.

Fato é que Antonio de Paiva tinha conhecimento do parecer dado a João Soares Ribeiro. O decreto régio para que Soares Ribeiro servisse por três anos como escrivão da ouvidoria data de 24 de outubro de 1699.³⁴¹ Já o decreto do monarca consultando o Conselho Ultramarino a respeito de Antonio de Paiva data de 27 de novembro de 1699. Entre essas duas datas, Antonio de Paiva obteve a

³³⁹ **AHU**.São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 53.

³⁴⁰ SALGADO, Graça (Coord.). *Op. Cit.*p. 76.

³⁴¹ **AHU**.São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 51.

informação a respeito do parecer favorável a João Soares Ribeiro, redigiu sua petição e a encaminhou para o monarca. Por mais que o desembargador Mesquita tivesse feito a ressalva a respeito do oficial, no dia 19 de janeiro de 1700 era mandado “passar Provisão por tempo de três anos na serventia do officio de Meyrinho da ouvidoria g.^l de São Paulo creado de novo” para Antonio de Paiva.³⁴²

O fato de terem conhecimento de que a Coroa lusitana criara uma nova instituição para administrar a justiça na América e pleitearem ofícios na mesma, ou solicitarem uma ampliação do tempo de serventia, já que foram nomeados para a nova instituição leva à indagação de por que tais pessoas saíam do reino para atuar na ouvidoria de São Paulo.

Não temos informações a respeito das famílias de Soares Ribeiro e de Paiva, se haviam partido para a América e lá se estabelecido e, no momento oportuno, buscavam retornar para suas terras. Porém, ao que tudo indica eram reinóis. Fazendo um paralelo com os diferentes tipos de carreiras para os magistrados estudados por Nuno Camarinhas³⁴³, tanto Soares Ribeiro como Paiva, mesmo providos em “ofícios menores” dentro da ouvidoria, poderiam estar buscando no ultramar possibilidades de ascensão tanto na carreira como nas perspectivas econômicas e sociais que o cargo poderia lhes oferecer.³⁴⁴ Naquele momento, a capitania de São Paulo abrigava o território no qual havia-se descoberto ouro, logo, o interesse econômico pode ser levado em conta no deslocamento para a América.

Arno Wehling e Maria José Wehling, no texto “O funcionário colonial entre a sociedade e o rei”, indicam que o cargo público pertencia ao rei, uma vez que era “um atributo de sua soberania”. Ademais, os autores ressaltam que

Tratando-se de uma sociedade de ordens, o ofício era visto como uma dignidade atribuída pelo monarca a que correspondiam prestígios, honras e privilégios, não apenas no nível mundano, mas com resultados sociais práticos. O exercício do cargo público dava ao indivíduo uma concreta preeminência na sua comunidade e perante os órgãos públicos. Assim, a ocupação pelo pai ou avô de um ofício real, mesmo modesto, era considerado fator favorável ao ingresso em vários cargos. Constituíam-se, desta forma, num elemento de ascensão social.³⁴⁵

³⁴² **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 53.

³⁴³ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 276.

³⁴⁴ STANCZYK FILHO, Milton. **À luz do cabedal**: acumular e transmitir bens nos sertões de Curitiba (1695-1805). Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

³⁴⁵ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. O funcionário colonial entre a sociedade e o rei. Em: DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso**: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.139-159. p. 143.

Portanto, o exercício do próprio cargo poderia dar os ganhos que João Soares Ribeiro e Antonio de Paiva buscavam nos domínios portugueses na América. Ainda mais, com exceção de determinados cargos que exigiam o título de “letrado”, ou seja, formação universitária, “nas demais funções não se exigia especial qualificação profissional. A competência era adquirida pela experiência no exercício do cargo”.³⁴⁶

No caso do escrivão, uma importante habilidade era necessária para ocupar o cargo, a de saber ler e escrever. Além disso, se tratava de uma função estratégica na ouvidoria, uma vez que cuidaria de documentos, como as ordens régias, e os transcreveria nos livros da ouvidoria, resguardando, de certo modo, as leis e a normas de como a ouvidoria deveria agir na América.

Para se ter uma ideia da importância dos escrivães, António Manuel Hespanha ressalta o valor desse “mundo documentado”. Por mais que o autor estivesse voltado a refletir sobre os oficiais e servidores das câmaras municipais, é possível identificar a importância estratégica do cargo. Diz Hespanha:

(...) desde o início do século XVIII a propriedade – ou, pelo menos, as serventias – de todos os ofícios de justiça (notários e escrivães) estavam à disposição das elites econômicas das colônias, nomeadamente do Brasil. A importância deste fato não se pode ser desconhecida ou subestimada. Não sobretudo por causa dos rendimentos que a propriedade dos ofícios produzia; mas antes pela centralidade desses ofícios num ambiente político-cultural que já foi designado de *civiltà della carta bollata*. Neste tipo de cultura política – que era o da Europa moderna e das suas colônias –, os documentos escritos eram decisivos para certificar matérias decisivas, desde o estatuto pessoal aos direitos e deveres patrimoniais. As cartas régias de doação (v.g., de capitânias) ou de foral, as concessões de sesmarias, a constituição e tombo dos morgados, as vendas e partilhas de propriedades, os requerimentos de graças régias, a concessão de mercês, autorizações diversas (desde a de desmembrar morgados até à de exercer ofícios civis), processos e decisões judiciais, tudo isso devia constar de documentos escritos, arquivado em cartórios que se tornavam os repositórios da memória jurídica, social e política.³⁴⁷

Frente a esta perspectiva, era necessário um certo preparo para se exercer a função de escrivão.

Era de plena compreensão da administração central a dificuldade que as distâncias acarretavam para a eficácia do aparelho jurídico-administrativo, seja para o preenchimento de um cargo, seja para a tramitação dos processos. Isto é perceptível no parecer que diz respeito ao cargo de meirinho que fora preenchido por Antonio de Paiva.

³⁴⁶ *Ibid.* p. 144.

³⁴⁷ HESPANHA, Antonio Manuel. *Op. Cit.* 2001. p. 186.

tendo V. Mag.^{de} respeito as Razoons que representa Antonio de Paiva, e o incultar para este mesmo officio o ouvidor que vay para São Paulo pella boa noticia que teve da sua Suficiencia e Se considerar que este sojeito ha de requerer a Vm, como chegar aquella Capitania a prorrogação de maiz tempo da serventia dele, sem poder constar do seu pRocedimento, ou depois de acabado o ano porq. foi provido e neste caso [il. 3 pl.] ficar de fora desta serventia, e que o ouv.^{or} geral pode nomear a outrem ou o Governador do Rio de Janeiro, e se se deve ter respeito a distancia que vay a servir, que como he tambem de monçoens de hua capitania para outra, e para este Reyno muitas vezes sem ser por culpa sua poderá não ser facil recorrer a ele em tempo conveniente para fazer os despachos necessarios; que nesta attenção V. Mag.^{de} servido haver por bem de que se passe Provizão para que possa servir este officio por tempo de trez anos visto o exemplo que alega.³⁴⁸

Assim, caso Antonio de Paiva não estivesse desempenhando bem suas funções, o ouvidor ou o governador do Rio de Janeiro poderiam nomear outra pessoa. Contudo, o documento indica que as distâncias e períodos do ano poderiam dificultar o preenchimento do local vago, logo, dadas essas argumentações, indicou que passassem provisão de três anos para Antonio de Paiva.

Neste caso, eram as distâncias um dos argumentos utilizados para ampliar e prolongar os poderes dos agentes régios. No que diz respeito à ampliação do poder, por mais que tenhamos configurado três divisões para a análise das fontes, um documento que já abordamos no capítulo anterior, o do indulto solicitado pelo ouvidor Antonio Luis Peleja aos moradores da capitania de São Paulo, pode ter uma dupla interpretação.

Por meio da petição, o ouvidor régio não só promoveu uma relação com o monarca, legitimando-o, mas ao mesmo tempo estabeleceu uma relação com a comunidade local, valendo-se do poder régio por ele representado. Logo, o indulto serviu para Antonio Luis Peleja como uma via de mão dupla. Garantia seu acesso à administração central, prestando as devidas referências de legitimidade do poder e, concomitantemente, demarcando a área de atuação do ouvidor, “fazendo presente” o poder régio por intermédio dele.

Outro documento anteriormente explorado nos serve para observar a reafirmação dos poderes dos ouvidores régios e sua ligação com o monarca e, ao mesmo tempo, com a comunidade: a carta de 28 de fevereiro de 1703.

Na carta a administração central da monarquia lusa reafirma que era “regalia minha”, ou seja, do monarca, o ato de criar ofícios, e observa que era por meio do ouvidor régio que seu poder seria exercido na América, “declarando-vos, que devem e podem ser citados e convindo, e ainda castigando quando delinquirem”. A

³⁴⁸ AHU.São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 53.

carta ainda denota a política da Coroa lusa para o controle do Estado do Brasil, na qual os ouvidores régios seriam os responsáveis por tirar residências dos capitães-mores, “para as tirardes a todos os capitães mores no fim de seu triênio como tenho ordenado em todas as capitanias do Estado do Brasil”, porém não possuímos dados que comprovem tal política. De qualquer forma, também se observa na carta, dentro desta relação entre a Coroa e os agentes régios, que se delimitem as jurisdições, sendo que o ouvidor régio não deveria permitir a ampliação de outros poderes na localidade, “mais daquela que lhes for concedida pelas suas doações confirmadas por mim”.³⁴⁹

Anos antes, em carta de 09 de maio de 1700, o ouvidor Antonio Luis Peleja já havia solicitado ao rei uma ampliação de seus poderes na ouvidoria, querendo agir sobre as devassas que o juiz ordinário já tivesse tirado. Em sua concepção, os ouvidores, ele e seus sucessores, para “melhor administração da justiça” deveriam tirar “as devassas de todos os cazos q. [1p.il.] forem de devassa e provados tiverem pena de morte”. Isto porque na vila de São Paulo “todos são parentes, amigos ou inimigos, e com qualquer destes efectos juntos à sua imparcialidade se não inquirira o verdadeiro do facto e não he justo onde o recurso he tão difícil q. se sentenceis os Reos em cazos capitaes”.³⁵⁰ A resposta do rei ao pedido do ouvidor vai no sentido de respeitar as ordenações, resguardando assim a jurisdição dos juizes ordinários, conforme expresso em carta de 07 de março de 1701:

Antonio Luis Peleja; Eu El Rey vos envio muito Saudar; Havendo Visto o que Representastes Sobre Sevos conçeder o poderes tirar deVassa de todos os Cazos que pela Ley foçem de deVassa, e provados tivesem penna de morte Sem embargo daprimeira que a Ley mandatirar aos Juizes, meparesseo ordenarvos guardeis o disposto na ordenação, Sem alteração do indulto que foi SerVido Conceder aos moradores dessas capitanias de São Paulo, escrita em Lisboa a 7 de março de 1701. Rei. O Conde de Alvor Presidente, para o ouvidor Geral das Capitanias de São Paulo; e não se continha mais na dita Carta que aqui registrei sem coisa que faça dúvida. São Paulo 6 de junho de 1701. – João Soares Ribeiro³⁵¹

As devassas eram uma ação jurídica na qual o juiz, para obter alguma informação a respeito de um delito, inquiria testemunhas. A carta régia indica que o

³⁴⁹ **RAMSP.** Carta de Sua Magde. sobre se intrometerem os eclesiásticos na jurisdição secular. Ano I, v. II, 1934. p. 69.

³⁵⁰ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 63.

³⁵¹ **RAMSP.** Carta Sobre Setirar Segunda deVassa nos Cazos que merece pena demorte. Ano I, v. I, 1934. p. 52-53.

ouvidor régio deveria guardar o que estava “disposto nas ordenações”, ou seja, respeitar a jurisdição dos juízes ordinários.³⁵²

O ouvidor régio, ao identificar que “todos são parentes, amigos ou inimigos”, questiona a eficácia das devassas tiradas pelo juiz ordinário, já que as testemunhas estariam ligadas de alguma forma a quem cometeu o crime, logo, a sentença passava a ter outros contornos, nem sempre claramente perceptíveis.

Em outra perspectiva, como aborda António Manuel Hespanha, a lei poderia servir “tanto para a organização e perpetuação do poder de certos grupos sociais como para a expropriação de outros grupos. Com efeito, cada grupo social detém, de acordo com as características da sua organização, a capacidade de gerir certos aparelhos, enquanto que outros aparelhos escapam ao seu poder de direção”.³⁵³

Ainda, a carta régia faz uma observação a respeito do indulto dado aos moradores da capitania de São Vicente anos antes. Tal indulto certamente revogou os efeitos decorrentes de alguma devassa tirada e, conseqüentemente, a sentença proferida pelos juízes ordinários, uma vez que se tratava de um perdão régio aos delitos cometidos.

Assim, por mais que o ouvidor régio estivesse transmitindo ao monarca a existência de parcialidades nos julgamentos das câmaras municipais, a Coroa portuguesa, ao ordenar que seu ouvidor respeitasse as ordenações, procurava “manter em equilíbrio” os poderes existentes na localidade.

A carta indica a tentativa de um estreitamento das relações entre a Coroa e seu agente, com o objetivo de impor à sociedade que ali se formou as normas da Coroa. Contudo, não devemos perder de vista que assim como havia a relação do ouvidor régio com a administração central, também havia a relação da comunidade com o rei – configurando, assim, um ambiente de negociações.

De qualquer forma, a primeira relação que percebemos foi justamente entre os ouvidores régios e a monarquia. A monarquia dava ao agente régio certas possibilidades e com ele criava vínculos, porém a força de tais vínculos podem ser questionada no momento do exercício de seu cargo no ultramar.

A relação que se estabelecia entre a monarquia e seu agente era assimétrica, uma vez que, logicamente, o monarca se encontrava acima dos demais membros do

³⁵² O título 65º, § 31 do livro primeiro das Ordenações Filipinas faz referência aos casos de devassa que os juízes ordinários deveriam tirar.

³⁵³ HESPANHA, Antonio Manuel. *Op. Cit.* 1994. p. 87.

corpo social. Porém, reafirmamos que a sociedade com a qual estamos trabalhando não se constituiu apenas de relacionamentos entre iguais, ou seja, simétricos, mas caracterizou-se principalmente por ser uma sociedade estamental, em que os laços que se estabeleciam entre seus membros possuíam diferentes qualidades.

Nesta linha, os agentes régios, após passarem pelas etapas que os determinariam como tais, ganhavam uma distinção em comparação com os demais membros do corpo social. Desta forma, os agentes régios devotavam seus anseios de ascensão social na estrutura jurídico-administrativa, reconhecendo a autoridade do monarca como soberano e utilizando-se do poder político régio não só para o exercício de seu cargo, mas também como um prestígio ganho. O monarca, por outro lado, necessitava destes agentes para assegurar suas prerrogativas no reino e no ultramar. Tal ponderação faz com que percebamos a existência (ou a busca) de um certo “equilíbrio” entre o poder político régio e os ocupantes dos cargos que compunham a estrutura jurídico-administrativa portuguesa. Como existia um controle sobre o acesso aos postos jurídicos e governativos por parte da monarquia portuguesa, nota-se a constituição desta justiça distributiva, na qual a monarquia lusa deveria dar aquilo que é devido para cada membro do corpo social. Desta forma, estabeleceram-se ao longo de toda a hierarquia jurídico-administrativa grandes redes de interdependência.

Na perspectiva que aqui se propõe, a relação que se compôs entre a Coroa e o agente régio está associada à recepção por parte do ouvidor régio de um prestígio, uma nomeação. Em contrapartida, o oficial deveria retribuir; no caso, resguardar nos domínios portugueses da América as prerrogativas da Coroa. Contudo, como já descrito pela historiografia, tal relação entre a Coroa e seus oficiais possuiu diferentes contornos, especialmente porque as dinâmicas locais eram muito diversificadas.³⁵⁴

A organização jurídico-administrativa da Coroa portuguesa durante a primeira metade do século XVIII era composta de diversificadas estruturas, não apenas hierárquicas e institucionais, mas também de relações interpessoais, o que denota

³⁵⁴ GOUVÊA, Maria de Fátima. *Op. Cit.* 2005.; GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAZÃO, Gabriel; SANTOS, Marília Nogueira de. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan. /jun. 2004, p. 96-137; RICUPERO, Rodrigo M. “**Honras e Mercês**”: poder e patrimônio nos primórdios do Brasil. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo; SUBTIL, José. *Op. Cit.* 2002.; WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.* 2004.

uma grande complexidade para o entendimento das ações e estratégias dos oficiais que agiam em nome da Coroa. Nesta perspectiva, ao tratar da complexidade deste universo jurídico-normativo, Maria de Fátima Gouvêa, Gabriel Frazão e Marília Nogueira dos Santos identificam que o direito partilhava com outras instâncias, morais e religiosas, o universo normativo. Com isso, notam uma “insuficiência do direito oficial e das instituições jurídicas formais para explicar os pormenores do poder”.³⁵⁵ Contudo, tal “insuficiência do direito oficial” para a explicação do poder não significa, necessariamente, que os demais poderes que existiam naquela sociedade fossem superiores ao poder régio, nem tampouco que os oficiais régios, ao receberem o prestígio das nomeações, tomassem para si esse poder e se utilizassem dele como bem quisessem. A Coroa possuía meios para o controle de seus agentes, inclusive para destituí-los de suas funções.

Frente a este modelo interpretativo, tem-se as ponderações feitas por António Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier a respeito da representação da sociedade e do poder no Antigo Regime português e da existência de um “paradigma corporativista”, no qual ocorreria a mútua dependência entre os membros da sociedade, o que acabava produzindo a “impossibilidade de um poder político ‘simples’, ‘puro’, não partilhado”³⁵⁶. Com isso, por natureza, o poder seria repartido entre esses membros da sociedade, como dizem os autores:

(...) numa sociedade bem governada, esta partilha natural deveria traduzir-se na autonomia político-jurídica (*iurisdictio*) dos corpos sociais, embora esta autonomia não devesse destruir a sua articulação natural (*cohaerentia, ordo, dispositivo naturae*) – entre a cabeça e a mão deve existir o ombro e o braço, entre o soberano e os oficiais executivos devem existir instâncias intermédias. A função da cabeça (*caput*) não é, pois, a de destruir a autonomia de cada corpo social (*partium corporis operatio propria*), mas a de, por um lado, representar externamente a unidade do corpo e, por outro, manter a harmonia entre todos os seus membros, atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio (*ius suum cuique tribuendi*), garantindo a cada qual o seu estatuto (‘foro’, ‘direito’, ‘privilégio’); numa palavra, realizando a justiça. E assim é que a realização da justiça – finalidade que os juristas e politólogos tardomedievais e primomodernos consideram como o primeiro ou até o único fim do poder político – se acaba por confundir com a manutenção da ordem social e política objetivamente estabelecida.³⁵⁷

Logo, o que pode-se aferir é que a função do monarca seria a de manter, por meio da justiça, a ordem social e, com isso, seu equilíbrio.

³⁵⁵ GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAZÃO, Gabriel; SANTOS, Marília Nogueira de. *Op. Cit.* p. 97.

³⁵⁶ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da Sociedade e do Poder. Em: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Estampa. 1998. p. 114.

³⁵⁷ *Id.*

Desta forma, uma complexa relação se constitui entre o magistrado e a monarquia lusa, compondo o que Antonio Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier vieram a chamar de “economia do dom”. Nas palavras de Hespanha e Xavier, “o dom fazia parte, na sociedade do Antigo Regime, de um universo normativo preciso e minucioso que lhe retirava toda a espontaneidade e o transformava em unidade de uma cadeia infinita de atos benéficos, que constituíam as principais fontes de estruturação das relações políticas”, sendo esta economia base de várias práticas informais de poder.³⁵⁸

Esta economia, ao mesmo tempo, promoveria o desenvolvimento de redes de poder, conforme a análise de Gouvêa, Frazão e Santos: “o ato de dar, responsável por cimentar as relações sociais, implicava outros dois: receber e retribuir. A partir desta tríade, tem-se que o prestígio político em sociedades de Antigo Regime era decorrente da capacidade de determinado ator social dispensar benefícios”.³⁵⁹

De fato, não só a hierarquia institucional e as leis devem ser observadas quando recompõe-se aquele universo tão complexo e permeado por poderes concorrentes e convergentes. Gouvêa, Frazão e Santos chamam a atenção para a disciplina social, “disciplina composta de vários níveis que, embora diferentes, não se sobrepunham. Pelo contrário, juntos constituíam o universo mental da sociedade portuguesa no Antigo Regime, logo, regiam as práticas sociais”.³⁶⁰

Com isso, a simples percepção do “receber” e “retribuir” entre a Coroa e o oficial régio era apenas mais uma dentre as diversas relações que existiam no interior do corpo social.

A existência de uma relação simbiótica entre a Coroa e os magistrados transformava-os nos defensores mais importantes da autoridade régia, por meio da aplicação da *justiça* do rei. Individualmente, acabavam, muitas vezes enredados nas malhas geradas pelos interesses econômicos prevalentes nos locais para os quais eram nomeados, ficando assim vulneráveis ao tráfico de influência que fazia parte do sistema de nomeações para os postos de menor importância no escalão da burocracia colonial.³⁶¹

Identifica-se aqui a complexidade na qual estava inserido o oficial régio. Nomeado pela Coroa, deveria agir na defesa dos interesses desta; ao mesmo

³⁵⁸ XAVIER, A. B.; HESPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. Em: HESPANHA, A. M. (coord.). **História de Portugal: o Antigo Regime (1620- 1807)**. Lisboa: Estampa. 1998. p. 339-349. p. 340.

³⁵⁹ GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAZÃO, Gabriel; SANTOS, Marília Nogueira de. *Op. Cit.* p. 97-98.

³⁶⁰ *Id.*

³⁶¹ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Op. Cit.* 2001. p. 305

tempo, imergia na dinâmica local, o que poderia significar, por vezes, a utilização de seu cargo para ganhos pessoais ou do grupo que acabou se inserindo na colônia. Porém, tal complexidade não deve ser identificada como uma contraposição entre Coroa, agente régio e poderes locais.

A nomeação do oficial régio pode ser entendida como um ganho para todas as partes. Ganho do oficial que assumiria o cargo, conquistando distinção social e recursos econômicos; ganho por parte da monarquia lusa, que buscava assegurar suas prerrogativas nos mais diferentes pontos dos domínios portugueses; e ganho por parte da localidade, por ter mais uma instância para a resolução de conflitos.³⁶²

Todos os documentos de mercês régias fazem a observação de que a duração do cargo de ouvidor régio era de três anos, porém, como já observado previamente, não era incomum o agente ficar por mais tempo no cargo.

No que diz respeito aos ouvidores régios das comarcas de São Paulo e de Paranaguá, com exceção de Antonio Luis Peleja, primeiro ouvidor régio de São Paulo, que ficou no cargo até 1706, ou seja, por seis anos, os demais ficaram em média por quatro anos no cargo, o que não significa uma grande dilatação, ainda mais levando em conta o período de deslocamento dos recém-nomeados ouvidores até suas comarcas.

Entre a nomeação de Sebastião Galvão Rasquinho e Rafael Pires Pardini há também um período de seis anos, porém pela documentação foi possível constatar que Rasquinho ficou no cargo até meados de 1714. Uma resolução régia datada de 25 de janeiro de 1715 indicava que o juiz de fora da vila de Santos deveria servir de ouvidor régio de São Paulo, uma vez que o ouvidor régio se encontrava ausente.

Dom joam Por Graca de Deos Rey de Portugal e dos Algarves da quem eda Lem Mar em Africa Senhor deguiné &a. Faço Saber aos officiaes da Camara da cidade de São Paulo, que dando me Conta o governador e Capitão Gal. Dom Braz Balthezar da Silvra., em Carta dedes de Janeiro do anno pacado da Rezoluçào que tomara, em nomear por ouvidor a Dom Simão de Toledo piza dessa Cidade, durante á aubzca., que o ouvidor Geral por ordem minha, havia de fazer ao Rio de Janeiro, empidindo ao juiz de fora de Santos o Substituir no Lugar do dto. Ouvidor, por entender que tinha para este Jurisdicção; Fui Servido mandar inSignuar, ao dito Governador, que na falta de ouvidor Geral dessa cidade, deve Substituir O Lugar Juis de fora mais Vizinho da Comarca qual he O de Santos; e ordenarlhe que logo Remova nelo ao dito Dom Simão de Toledo, por não ter Jurisdicção, para este efeito; e o Juis de fora de Santos Seordena Sirva o dito lugar de ouvidor geral durante aSua aubzencia, e aVos que otenhais

³⁶² AHU. São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 54.

aSim entendido, e façais Registrar, esta minha Resolução nos Livros desse Segnado, para que dela Conste atodo o tempo (...) ³⁶³

Nos casos em que não possuímos os documentos a respeito das mercês para o exercício do cargo, ou seja, para os ouvidores João Saraiva de Carvalho e Gaspar da Rocha Pereira, foi possível aferir, pelos demais documentos existentes, o período em que atuaram nas ouvidorias - respectivamente, 1706-1709 em São Paulo e 1743-1744 em Paranaguá. ³⁶⁴

Na realidade, a nomeação de Gaspar da Rocha Pereira para ocupar o lugar de ouvidor régio na comarca de Paranaguá foi por intermédio da provisão do vice-rei do Estado do Brasil André de Melo e Castro. Assim, no livro de registro geral de mercês depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo acontece uma lacuna na carreira de Rocha Pereira, existindo apenas dados precedentes e posteriores a sua passagem pela comarca de Paranaguá. Diz a provisão:

André de Mello de Castro Conde das Galveas do Concelho de Sua Mag.^{de}, Comendador das Camen [Il.1p.] Sam Thiago de Lanhoso e de Santa Marinha de Pena da Ordem de Christo, VRey, eCapitam General de mar, e terra do Estado do Brazil [Il.1p.].^a FaSso Saber aos q esta Provizao virão q tendo Respeyto aq mepartiSsipu a Snrº General digo o Snr.º Governador, eCappitao General da Capittania de Sam Paulo anoticia, de Seachar a Comarca de Pernagoa havia annos Sem Ouvidor Geral Letrado, nomeado por Sua Mag.^{de}; deCuja falta Seachavam digo falta Se haviam Seguido muyta desordem e inSibillidades hum irreparável prejuízo do Real ServiSso; e das partes Litigantes, pello q obravao os Juizes Leygg. [Il.1p.] Reprezentandome q naquella Capittania estava o Baxarel formado Gaspar de Rocha Perera q tinha aCabado o Lugar de Juiz de Fora da villa de Santos noqual Serviu a Com Limpeza de mãos [...] todos os predicados para ocupar o de ouvidor Geral da dita Comarca [...] Registrada no livro vinte e cinco dos Registos da Secretaria do Estado do Brazil a q toca a folhas quarenta Bahia de Abril vinte e dous de mil SetteSentos e quarenta e trez. ³⁶⁵

Pela documentação também constata-se que Manuel dos Santos Lobato exerceu a função de ouvidor régio em Paranaguá até 1738. Assim, pode parecer que a administração central não nomeou ninguém para este cargo durante estes cinco anos (1738-1743), porém há um indício de que o bacharel Paulo Pinto da Costa recebeu a mercê para ser ouvidor em Paranaguá entre fins de 1738 e inícios de 1739, mas não possuímos qualquer outro documento que comprove sua atuação

³⁶³ **RAMSP.** Para que o Juis de fora de Santos entre aServir deouvidor Geral, em falta do proprietario, e que o gor. Não tem jurisdicam pa. nomear SerVenturario áa ouvidoria Gal. De 25 de Janro. De 1715. Ano I, v. IX, 1935. p. 100-101.

³⁶⁴ **AHU.**São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 91.**RAMSP.** Registro da Provisão que Vejo ao Dezor. João Saraiva de Carvo., ouvidor Geral desta Comarca, Sobre os governadores não Se poderem, entremeter, Com os Juizes. Ano I, v. V, 1934. p. 54. **AHU.**São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 15, doc. 1476.

³⁶⁵ **AHU.**São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 15, doc. 1476.

na comarca. O parecer do Conselho Ultramarino a respeito do requerimento de ajuda de custo de Pinto da Costa para se deslocar para a vila de Paranaguá assim se apresenta:

Diz o Bacharel Paulo Pinto da Costa, que V. Mag.^{de} lhe fez a m.^{ce} de o prover em o lugar de ouvidor geral da Comarca de Penagoã, para onde está de partida; e porque tem de fazer grandes despesas nesta Corte para o seu embarque athe a Cidade do Rio de Janeyro, e desta a de S. Paulo a por o cumpraSse na sua carta, pelo Capitão General desta Provincia, e dahy tem de fazer viagem por terra athe a Villa de Pernaguã, q. dista da Cid.^e de S. Paulo mais de cem legoas por sertões, e o dito Seu lugar, e Com.^{ca} he dos mais distantes da America, pois compreende a Ilha de Santa Catherina, e a Fortaleza do Rio Grande que novam.^{te} se fez; e pela pouca povoação que ha na d.^a comarca, he lugar pobre, e de tenue rendimento, e grande trabalho pela grande extenção; pelo que P. a V. Mag.^{de} lhe faça m.^{ce} mandar lhe por quinhentos mil reis de ajuda de custo, na consideração do referido, e de ser o Supp.^e Bacharel pobre natural da Provincia de Tras os montes das principaes Familias dela, e de ter servido o lugar de Juis de Fora da V.^a de Redondo por tempo de seis annos em que se empenhou, Razões que o fazem merecedor da d.^a Graça, suposto que ao seu antecesseorse lhe não deu mais q. trezentos mil Reis, como consta da certidão junta, e necessita que esta ajuda de custo se lhe de nesta Corte para se aviar, como se praticou com seu antecessor.
E. R. M.^{ce366}

Como informado, não temos outros documentos que comprovem a nomeação (registro de mercê), nem mesmo foi possível determinar se o bacharel Paulo Pinto da Costa embarcou para a vila de Paranaguá. Mas, ao que tudo indica, não chegou a tomar posse do cargo, pois não há documentos no Arquivo Histórico Ultramarino ou em outros fundos consultados que comprovem sua atuação na comarca.

De qualquer forma, se assumirmos que Paulo Pinto da Costa foi nomeado para a comarca, a administração central mantinha seu ritmo de nomeações para o cargo a cada quatro anos.

Assim, observamos que a comarca de Paranaguá, por mais periférica que fosse, não possuindo grandes jazidas de ouro ou mesmo uma grande população, não era “abandonada”, por assim dizer, pela administração central, mesmo quando Rodrigo Cesar de Menezes observou que a vila de Paranaguá era um “sossego” em comparação às demais vilas.

De fato, quando foi criada, em 1723, a comarca de Paranaguá possuía grande extensão, chegando até o extremo sul da América portuguesa. Porém, a atuação dos ouvidores régios se concentrava em seis vilas: Cananéia, Iguape, Paranaguá, Curitiba, São Francisco e Laguna.³⁶⁷ A jurisdição foi reduzida no ano de 1749 devido à criação da ouvidoria de Santa Catarina, onde o doutor Manuel José

³⁶⁶ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 13, doc. 1262.

³⁶⁷ **AHU.** Conselho Ultramarino – 023, Cx 1, doc. 53.

de Faria foi o primeiro ouvidor.³⁶⁸ No período de 1723 a 1749 apenas mais uma vila foi criada na jurisdição da ouvidoria: Desterro, em 1726.

Na perspectiva aqui adotada, na qual, após receber a nomeação para o cargo, seu ocupante deveria retribuir para a Coroa tal prestígio ganho, são diversos os documentos que buscam salvaguardar as prerrogativas e ordens régias.³⁶⁹

Contudo, questiona-se muito se tais ordens régias e direitos da Coroa eram, de fato, respeitados pelos súditos. Devemos lembrar a existência de um “intercâmbio de informações” entre os diversos oficiais régios, permitindo, assim, um certo controle por parte da monarquia.

No que tange à retribuição do ouvidor régio ao prestígio ganho da monarquia, bem como à constituição de um mecanismo de controle por parte da Coroa de suas prerrogativas: em carta de 23 de julho de 1745, o antigo ouvidor régio da comarca de Paranaguá, Manuel dos Santos Lobato, aparece exercendo o cargo de intendente das minas de Paranaguá, e, na presença do doutor Manoel Tavares de Sequeira, nomeado ouvidor daquela comarca em 1744, assim relatava o escrivão da intendência Antonio Ferreira de Gamboa a transferência do cargo de intendente das minas:

ahy Sendo presente o D.^r Manoel Tavares de Sequeyra Ouv.^{or} Geral desta dita V.^a, e Sua Comarca, por constar estar provido na occupação da d.^a Intendencia por provim.^{to} do Ill.^{mo}, e Ex.^{mo} Snr. D. Luis Mascarenhas Governador, e Cap.^m General nesta Cappitania e Minas de sua jurisdição, e ter aSistido a matricula proxima paSsada pello ditto D.^r Manoel dos Santos Lobatto foi mandado abrir o Cofre, e lhe fes delle carga, e receita, (...) e aSsim mais de dous Livros, hum das deVaSsas, e outro das entradas do gado ambos anumerados, e rubricados por elle ditto D.^r Manoel dos Santos Lobatto, e lhe entregou mais o Regim.^{to} da d.^a Caza da Intendencia, e lhe encarregou a sua observancia, e das mais instroçoens, q' se achavão Registadas em o d.^o Livro do Registo, o q' tudo o d.^o novo Intendente o D.^r Manoel Tavares de Seqr.^a Ouv.^{or} Geral desta d.^a V.^a, e Sua Comarca prometeo fazer, e se deo por entregue da d.^a Carga, e receita, e md.^{ou} Conduzir tudo p.^a sua Caza, aonde se ha de fazer a d.^a Intendencia, pella não haver propria pella Fazd.^a Real nesta d.^a V.^a e Sua Comarca, (...) ³⁷⁰

Por meio do documento é possível perceber o mecanismo de controle da Coroa para que seus rendimentos fossem respeitados, com diversos agentes régios presentes. Assim, identificamos que a expectativa que a monarquia lusitana

³⁶⁸ **AHU**. Conselho Ultramarino - 021, caixa D. 61. Ver: PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. Cit.*

³⁶⁹ Exemplos de tal ação dos ouvidores régios podem ser encontrados, entre outros, em: **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 12, doc. 1186; **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 12, doc. 1205; **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 12, doc. 1207; **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 14, doc. 1374; **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 14, doc. 1393; **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 15, doc. 1504.

³⁷⁰ **AESP**. Caixa 73, Pasta 01, Documento 76-1-22. Termo de receitas da Casa de Intendência de Paranaguá. Paranaguá, 23 de julho de 1745.

depositava em seus agentes para a “boa administração” não significava, necessariamente, confiança.

Além do mais, é perceptível a interação que existia entre os próprios agentes régios, haja vista o governador e capitão-general da capitania, Dom Luis Mascarenhas, ter provido o ouvidor régio Manuel Tavares de Sequeira ao cargo de intendente, com isso estabelecendo uma hierarquia no interior da capitania régia de São Paulo. Ao mesmo tempo, nota-se uma retribuição por parte dos agentes régios à Coroa, tentando garantir que seus direitos fossem preservados no que se refere à arrematação do ouro, bem como registrando esses ganhos.

Conforme Carmen Lucia de Azevedo, autora do capítulo a respeito da Administração fazendária no livro **Fiscais e Meirinhos**, as Intendências do Ouro, criadas entre 1735 e 1736, foram “estabelecidas nas comarcas dedicadas à mineração, incumbindo-se não só de arrecadar os tributos, mas também de controlar toda a atividade mineradora. Cada uma delas era dirigida por um intendente, provido pelo rei e subordinado ao governador da capitania”.³⁷¹

Além disso, ficava a cargo do intendente do ouro não só a cobrança dos impostos, mas também “tirar devassas e condenar os culpados a degredo e confisco de seus bens”.³⁷² Logo, como visto no capítulo anterior, a acumulação de funções em uma determinada pessoa não era incomum, ainda mais em regiões como a vila de Paranaguá.

Como apresenta o documento, não existia uma casa própria para as atividades da Intendência do Ouro na vila de Paranaguá; logo, Manuel Tavares de Sequeira, que já era o ouvidor régio da comarca e a partir de então o novo intendente das minas, levaria para sua casa as receitas, ou seja, naquele momento, 1356 oitavas de ouro em pó, 2949 bilhetes, ou seja, certidões a respeito do ouro na comarca (tanto entrada como saída), o livro de registro de captação, o livro de censo e o regimento da dita casa.

Por outro lado, a transferência da intendência para o ouvidor régio Tavares de Sequeira pode vir a demonstrar a falta de recursos para se manter Manuel dos Santos Lobato como intendente, ou, ainda, as escolhas de Lobato foram no sentido de não mais precisar do cargo.

³⁷¹ AZEVEDO, Carmen Lucia de. Administração fazendária. Em: SALGADO, Graça (Coord.). *Op. Cit.* p. 89.

³⁷² *Ibid.* p. 90.

João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho chamam a atenção para a concessão de postos no ultramar como formas de remuneração de préstimos prévios ao monarca. Com isso, identificam que, ao assumirem um cargo, seus ocupantes “enxergavam em tais funções a possibilidade de enriquecerem”.

Cabe sublinhar que, para as benesses na forma de ofícios, o que estava em jogo não eram tanto os salários pagos pela fazenda real, mas sim, e principalmente, os emolumentos que deles, entre outras possibilidades, podia-se auferir. O provedor da fazenda do Rio de Janeiro, por exemplo, recebia dos cofres da coroa apenas 80\$000 por ano; contudo, tal quantia somada às propinas e, principalmente, aos emolumentos chegava a algo estimado por Lisboa, em 1697, em 800\$000.³⁷³

Tal perspectiva pode ser aplicada para Lobato, que passou a contar com um grande cabedal após seu casamento, como se verá mais à frente.³⁷⁴ Mas Fragoso, Gouvêa e Bicalho ainda indicam outra perspectiva que devemos levar em conta. Tendo como foco o estabelecimento de elites coloniais na América lusa, os autores observam que na colônia americana diferentes estratégias foram utilizadas por estas elites “no sentido de garantir a sua posição no topo da hierarquia econômica e administrativa da colônia. E assim ter instrumentos para negociar com a coroa”. Tal negociação se daria com a Coroa, uma vez que, continuam os autores, “a concessão de mercês – como terras, ofícios e privilégios no comércio – era monopolizada, em última instância, pelo rei, fenômeno que diz respeito ao estabelecimento de relações de vassalagem e de lealdade. A este processo de produção de súditos ultramarinos chamou-se de *economia política de privilégios*”.³⁷⁵

A análise feita pelos autores debruçou-se sobre o ponto de vista dos serviços que os vassalos ultramarinos, ou seja, os colonos, prestavam à monarquia lusa, e esta deveria recompensá-los.

A expansão e a conquista de novos territórios permitiu à coroa portuguesa atribuir ofícios e cargos civis e militares, conceder privilégios comerciais a indivíduos ou grupos, dispor de novos rendimentos com base nos quais se distribuíam tenças. Tais concessões eram o desdobramento de uma cadeia de poder e de redes de hierarquia que se estendiam desde o reino, propiciando a expansão dos interesses metropolitanos, estabelecendo vínculos estratégicos com os colonos. Através da distribuição de mercês e privilégios o monarca não só retribuía o serviço dos vassalos ultramarinos na defesa dos interesses da coroa, e, portanto, do bem comum. Ele também reforçava os laços de sujeição e o sentimento de pertença dos mesmos vassalos à estrutura política do Império, garantindo a sua governabilidade.³⁷⁶

³⁷³ BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope. Fazer e Desfazer história**, Lisboa, nº 23, 2000, p. 67-88. p. 69.

³⁷⁴ Capítulo VI – Carreiras, zelo e ascensão no serviço de Sua Majestade

³⁷⁵ BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Op. Cit.* 2000. p. 67.

³⁷⁶ *Ibid.* p. 75.

Porém, como já abordado previamente, os colonos não criaram novas estruturas que fizessem frente às instituições metropolitanas; muito pelo contrário, fizeram uso das instituições da monarquia para se tornarem proeminentes em suas localidades, por exemplo, como membros das câmaras municipais.³⁷⁷

Ao apresentar a cultura política do Antigo Regime no mundo ibérico, Maria Fernanda Bicalho indica que a expansão ampliou o campo de ação da Coroa lusa no que diz respeito a “dispor de novas terras, ofícios e cargos; atribuir direitos e privilégios a indivíduos e grupos”. Neste sentido,

O imperativo do dar criava uma cadeia de obrigações recíprocas: disponibilidade para o serviço régio; pedido de mercês ao rei em retribuição aos serviços prestados; atribuição/doação de mercês por parte do rei; engrandecimento/atribuição de status, honras e posição mais elevada na hierarquia social devido às mercês recebidas; agradecimento e profundo reconhecimento/reforço dos laços de submissão, lealdade e vassalagem; renovada disponibilidade de prestar mais e maiores serviços ao monarca.³⁷⁸

Tal “economia da mercê” conforme interpretou Fernanda Olival, estruturava-se de acordo a determinadas normas, sendo que os serviços prestados à monarquia originavam expectativas nos que desempenhavam as funções, e, conseqüentemente, o desejo de benesses justas e correlatas ao que foi feito.³⁷⁹ Contudo, a perspectiva adotada pelos autores recai sobre os mecanismos e possibilidades criados/adotados pela monarquia para responder às diversas dinâmicas que se constituíram tanto no reino como no ultramar. Conforme João Fragoso,

O sistema de mercês tem as suas origens nas guerras de Reconquista contra os muçulmanos na Península Ibérica da Baixa Idade Média. Em meio a estas guerras, o rei luso concede, principalmente à aristocracia, terras e privilégios (arrecadação dos direitos régios) como recompensa de serviços prestados. Uma das conseqüências de tais práticas seria a formação, em Portugal, de uma aristocracia não tanto constituída por grandes proprietários, como ocorre na Inglaterra e França, mas sim, principalmente, por beneficiários dos favores do rei; ou melhor, por aqueles cujas rendas dependiam dos dízimos, dos direitos de foral e dos foros enfitêuticos; rendimentos, em grande parte, sujeitos à confirmação régia.³⁸⁰

³⁷⁷ FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, jan. / dez. 2000, p. 45-122.

³⁷⁸ BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, Mercê e Poder Local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack braziliense**, nº 02, novembro 2005, p. 21-34. p. 23.

³⁷⁹ OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado moderno**: Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001. p. 21. Ver: BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, Mercê e Poder Local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack braziliense**, nº 02, novembro 2005, p. 21-34.

³⁸⁰ FRAGOSO, João. *Op. Cit.* 2000. p. 69.

As mercês eram concedidas, ainda segundo Fragoso, com base em dois critérios: “a posição social do postulante ao benefício e a importância dos serviços prestados”.³⁸¹

No que se refere aos ouvidores régios, a mercê pode ser a nomeação recebida para exercer o cargo nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá; em um primeiro momento, pode ser associada ao estreitamento das relações com a Coroa, e, em retribuição, os oficiais buscavam garantir as prerrogativas régias na América, bem como reforçar os “laços de submissão, lealdade e vassalagem”, como indicado por Bicalho.

Porém, dois elementos devem ser levados em conta quando se observa a ação desses agentes régios no ultramar: o tempo no cargo, três anos ou mais, imersos em ambientes com diversos poderes concorrentes, e a distância dos centros administrativos.

Tal cenário poderia nos levar a pensar em uma certa “apropriação” do poder político régio por parte dos agentes que receberam a mercê, com isso colocando em xeque a atuação destes agentes no ultramar. Contudo, o que mais se percebe na documentação são ações no sentido de garantir e reforçar os laços com a monarquia. Reforço este não apenas associado a imposição e submissão, mas, principalmente, a negociações.

Manuel Tavares de Sequeira, ouvidor régio de Paranaguá, em 25 de outubro de 1747 demonstra, justamente, tal perspectiva:

Passando em Correição as Villas do Sul, achey q' os escrivães da Laguna, e Ilha de S.^{ta} C.^{na} servião sem provim.^{tos} na incerteza de q.^m os devião tirar Se do Governo do Rio de Janeyro, Se de V. Ex.^{ca}
Por evitar nullid.^{es} provi interimam.^{te}, ordenando aos novos Providoz **Recorressem em primr.^o lugar a V. Ex.^a** e perq' duvido, se o tem feito, e me não Ser presentes as ordens de S. Magd.^e Sobre a annexação, q' foy Servido fazer daquelles destritos ao Governo do Rio, ainda q' me persuado ser Restricta a Guarnição Militar, conservandoSe o mais no antigo estado: devo Rogar a V. Ex.^{ca} queyra ter a bond.^e de mandarme participar / Sem inconveniente / a Cópia das ditas Ordens / q' considero na Secretaria / com a intelligencia das limitações, E ampliações, q' lhes devo dar; perq' dezejo em tudo conformarme com a mente E gosto de V. Ex.^{ca}
D.^s gd.^e a V. Exc. m.^s a.^s Cananea 25 de 8br.^o de 1747³⁸²

Ademais, como apresentado no capítulo anterior, por meio das cartas do ouvidor régio de São Paulo Antonio Luis Peleja, os ouvidores recorriam com certa

³⁸¹ *Id.*

³⁸² **AESP.** Caixa 73, Pasta 01, Documento 76-1-28. Provimentos aos escrivães de Laguna. Cananéia, 25 de outubro de 1747. – *Destaque nosso.*

frequência à administração central para saber como proceder na comarca.³⁸³ Tal lógica é percebida para todo o período abordado na pesquisa, como se observa pela carta do ouvidor régio de São Paulo, Domingos Luís da Rocha, datada de 14 de outubro de 1744, na qual indaga ao monarca com que frequência deveria proceder nas correições das vilas da comarca. Diz a carta:

(...) Regim.^{to} dos Correg.^{res} das Com.^{cas} incorporado na ord. L.^o 1 tt.^o 58. § 53 e L.^o 2 tt.^o 53 q. manda V. Mag.^{de} façam todos os an.^{os} corr.^{cam} e como p.^a os Ouv.^{ors} desta capitania se fizesse Regim.^{to} destinto nelle ordena V. Mag.^{de} no § 1.^o q. os Ouv.^{ors} no seu triennio visitem hua vez taõsom.^{te} a sua capitania e nella façam corr.^{cam} cujos [il. 1 p.] parece nao tem lugar o disposto pella ley, mas sim o q. ordena o Regim.^{to}, q. V. Mag.^{de} manda observar nesta Ouvidoria ja antevendo as distancias, caminhos agrestes, e perigos de vida q. Se encontram nos matos q. Se atraveção no dilatado desta com.^{ca}, compondoe m.^{as} villas dela de vinte vezinhos; e alguas de menos e p.^a a de S. Seb.^{tam} ser percizo passar alguas Legoas de mar en canoas Exposto aos perigos delle e alem destas impossibilid.^{es} sendo amayor atencid.^e dos bens de alguns Cons.^{os} p.^a Satisfazerem vinte mil reis como são obrig.^{dos} a correg.^{dor} e como entrey a exercer este kugar nesta cid.^e fez corr.^{cam} e continuo nella pelas V.^{as} da com.^{ca} [il. 1 p.] V. Mag.^{de} ser servido de chamarme se devo nesta p.^{de} observar a ley ou o Regim.^{to} q. foi dado p.^a os Ouv.^{ors} observarem neste lugar poys exceptuando esta cidade e algúas villas pRincipaes; nas limitadas parecesse desnecessária Corr.^{cam} todos os an.^{os} que só serve defazer despesas aos Cons.^{os}; a q. Se deve atender. V. Mag.^{de} mandará o q. for servido.³⁸⁴

Em resposta ao questionamento do ouvidor régio sobre como proceder, dadas as distâncias, despesas e a falta de necessidade de fazer as correições em diversas vilas da comarca de São Paulo, há um parecer na parte superior da carta que indica que o oficial deveria fazer correições todos os anos na principal cidade; para as demais, poderia ser observado o regimento, portanto, com intervalos de três anos entre correições.

Percebe-se o estabelecimento de uma relação entre os ouvidores régios e a Coroa, já configurada desde o momento da nomeação. Porém, uma vez que era um agente régio atuando no cargo para qual foi nomeado pela monarquia lusa e enviando informações para a administração central, obviamente o agente procuraria demonstrar que estava retribuindo o prestígio ganho, observando as prerrogativas da monarquia lusa. Porém, o mesmo conjunto documental pode vir a demonstrar que enquanto alguns agentes régios estreitavam seus laços com a monarquia, outros, dadas as dinâmicas locais, não o conseguiam. Este foi o caso de João Saraiva de Carvalho.

Em carta remetida da vila de Santos pelo desembargador sindicante Antonio da Cunha Sotomaior, datada de 30 de outubro de 1710, o desembargador dá conta

³⁸³ Ver: **RAMSP**. Ano I, v. I, 1934. p. 45-57.

³⁸⁴ **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 15, doc. 1503.

da situação na qual se encontrava o ex-ouvidor da comarca de São Paulo, João Saraiva de Carvalho. Assim está redigida a carta:

Em os fins de Julho deste anno cheguei a esta villa de Santos em observancia das ordens de V. Mag.^{de} e nella achei o D.^{or} Joao Saraiva de Carvh.^o q. foi ouv.^{or} g.^{al} desta Comarca, o qual havia mais de hum anno q. não exercitava o seo cargo em Razão de se lhe haver remetido da Cam.^a de S. P.^{lo} a copia dehua carta de V. Mag.^{de} escrita a mesma Cam.^a e q. se lhe ordenava não obedecesse ao Sarg.^{to} mor Bento de Amaral Gorgel a quem o d.^o Ouv.^{or} g.^{al} havia sobrogado em seo lugar, não a ele [il. 1 p.] em correição a d.^a villa em Rezão do q. o d.^o Ouv.^{or} g.^{al} se deo por inhibido e não servio mais o seu lugar suspendendo juntam.^{te} as mais justiças, e não passando Cartas de Confirmação aos Juizes ordinarios, ficou toda esta Comarca sem administração alguma de justiça, o q. me obrigou a vir mais depressa a esta villa e chegando a ella aqui, e em a de S. P.^{lo} tendo tomado [il. 1 p.] querelas depois de passado o termo da ley o q. fiz assim porq. os delitos não ficassem sem castigo, como por considerar não davia correr o tempo todo pella ley sem ter justo impedim.^{to} como [il. 1 p.] as p.^l queixosas na falta da justiça, esperando V. Mag.^{de} dar [il. 2 p.] seja servido mandar Revalidar todas as d.^{as} querelas posto sejam tomadas passada o termo da ley não sendo este [il. 1 p.] ao tempo em q. se deo por suspenso o Ouv.^{or} g.^{al} e as mais justiças e [il. 1 p.] em q. V. Mag.^{de} assim o determinasse continuares atomar as q. mais se offerecerem e em q. ouveSse semelhante impedim.^{to}³⁸⁵

Ao se considerar impossibilitado de exercer o cargo, João Saraiva de Carvalho havia se deslocado para Santos, ficando a comarca por mais de um ano sem a ação de qualquer ouvidor. Entretanto, dadas as manifestas querelas encontradas pelo desembargador sindicante, este, “para que os delitos não ficassem sem castigo”, fez as vezes de oficial e solicitou ao monarca que revalidasse seus atos.

De qualquer forma, por mais que tais documentos fossem confeccionados no interior do aparato jurídico-administrativo e escritos pelos agentes régios, tal característica não desqualifica a existência de um vínculo entre ambos; o que se pode questionar é até que ponto esta relação entre agente e Coroa perduraria frente às dinâmicas existentes naquelas localidades. Contudo, tal reflexão não deve conduzir a uma hipótese extrema em que o agente se sublevasse contra a monarquia, pois não foi este o caso dos ouvidores régios pesquisados.

Assim sendo, a relação entre os ouvidores régios e a monarquia se deu, principalmente, por meio dos mais variados documentos, desde as leituras de bacharéis, momento em que a pessoa buscava um posto na estrutura criada pela monarquia lusa, até as cartas e demais ofícios que eles e a Coroa enviavam um ao outro, independente da distância que os separasse.

Ao analisar o papel da escrita e da correspondência no Império português, Marília Nogueira dos Santos observa que a escrita foi um dos aspectos

³⁸⁵ AHU.São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 91.

fundamentais para “o desenvolvimento e coesão do império ultramarino português”.³⁸⁶ De fato, dada a troca de informações e direcionamentos administrativos entre ouvidores régios e a monarquia, pode-se perceber, justamente, a busca por uma coesão. Vale relembrar a tentativa de uniformização proposta pela administração central para os diferentes pontos dos domínios portugueses.³⁸⁷

Nesta linha, Marília Nogueira dos Santos identifica as cartas como uma “escrita de Estado”, podendo-se, além disso, “perceber como também as cartas podem servir de instrumento de uma dominação, na medida que são dotadas de um conteúdo documental, mas também de um simbólico”.³⁸⁸ Contudo, como abordado pela autora, tal dominação não seria imposta;

(...) mesmo em se tratando de uma sociedade altamente hierarquizada, em que cabia a cada um a representação de determinado papel, ainda assim, vivia constantemente sob a égide do conflito. Eram as tensões que davam a tônica a estas sociedades. Logo se conclui que a negociação se fazia necessária. Com isto, pode-se começar a pensar numa espécie de ‘dominação negociada’, ou quem sabe, ‘dominação consentida’.³⁸⁹

As cartas entre os ouvidores régios e a monarquia, nesta perspectiva, não seriam apenas documentos de dominação da Coroa sobre seus súditos na América portuguesa, mas um elo de negociação entre esses membros do corpo social.³⁹⁰

Assim, as cartas confeccionadas pelos ouvidores régios serviram tanto para resolver conflitos quanto para criá-los.³⁹¹ Tais elementos podem ser vistos na carta de 12 de outubro de 1722 de Raphael Pires Pardinho, na qual o antigo ouvidor régio de São Paulo expressa dúvidas a respeito do valor de seu ordenado. Escreve o ex-ouvidor:

Pella certidão junta consta não me mandar o provedor da Faz.^{da} R.^{al} da V.^a de Santos pagar o ordenado de ouvidor g.^{al} da Cid.^e de São Paulo athe o dia 18 de Outr.^o do an.^o passado em q. delle fui suspenso p.^{lo} meu sucessor, e sendicante o Dez.^{or} M.^{el} de Mello Godinho Manso; e só o fez athe o de 7.^{bro} antecedente, em q. o d.^o [il. 1 p] minha revellia tomou posse do meu lugar.

³⁸⁶ SANTOS, Marília Nogueira dos. A escrita do império: notas para uma reflexão sobre o papel da correspondência no império português no século XVII. Em: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 172.

³⁸⁷ AHU. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 169. Ver também: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (org.). **O império por escrito**. São Paulo: Alameda, 2009. HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* 2001. p. 186.

³⁸⁸ SANTOS, Marília Nogueira dos. *Op. Cit.* 2009. p. 173.

³⁸⁹ *Id.*

³⁹⁰ AHU. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 19, doc. 1847.

³⁹¹ SANTOS, Marília Nogueira dos. *Op. Cit.* 2009. p. 174.

São as nossas desordens de tantas consequências nestas Ultimas povoações em q. o recurso a V. Mag.^{de} hé difficultozo, q. são [il. 1 p] maiores pRevencoes do q. nos lugares do Reyno. E por esta razão represento a V. Mag.^{de} a duvida, q. tive com o d.^o meu sucessor, p.^a q. descidindo-a agora, como foi maes de seo real serviço o mande declarar a Camara da d.^a cid.^e (...) ³⁹²

Consultado, o Conselho Ultramarino emitiu um parecer em 12 de julho de 1723, no qual o conselheiro indicou estar inclusa a carta que Pardinho havia escrito, bem como uma resposta do procurador da fazenda a respeito do caso. O procurador observou que a representação de Pardinho era “justificada” e estava “conforme a ley e pratica deste Reino”. Com isso, menciona que o “procedimento de seu sucessor M.^{el} de Mello Godinho Manso” seria de se estranhar, bem como possível de repreender, mandando, inclusive, Godinho Manso “repor os ordenados” que indevidamente, conforme a análise do procurador, havia recebido no momento de “sua injusta posse”. ³⁹³

Ou seja, Pardinho recorre à Coroa, instituição com a qual criou e desenvolveu uma relação por anos, para que ela sanasse o conflito criado por outro agente régio. Por ordem da monarquia lusa, Pardinho atuou como ouvidor régio na capitania de São Paulo de 1717 até 1721. Em 1722, já suspenso de seu cargo pelo seu sucessor, solicitava à Coroa suas benesses e seus rendimentos após os serviços prestados.

Interessante também perceber, através da correspondência, como de fato em sociedades do Antigo Regime o público se mistura com o privado. (...) Produzida, muitas vezes, com um fim hoje percebido como “público”, a correspondência carregava também um conteúdo “privado” que pode ser percebido seja através das formas de tratamento, seja através mesmo de seus conteúdos. O que possibilitava que fosse utilizada com fins diversos, isto é, tanto para fins administrativos, quanto para negócios pessoais. ³⁹⁴

Contudo, note-se que o conflito não era com a monarquia em si, mas sim com um agente que atuava em seu nome. O laço com a monarquia não se rompe, pelo contrário, se reforça, uma vez que Pardinho a ela recorre para que seus rendimentos sejam pagos. E era a monarquia que deveria responder a essa “dúvida” do antigo ouvidor. Pardinho, portanto, tinha conhecimento de que era a administração central da monarquia que iria lhe proporcionar o que precisava, com isso estreitando sua relação com a monarquia. As correspondências possibilitaram a percepção,

³⁹² **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 3, doc. 348.

³⁹³ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 3, doc. 348.

³⁹⁴ SANTOS, Marília Nogueira dos. *Op. Cit.* p. 175.

justamente, de que por mais que estes agentes régios ficassem “embebedos nas redes de interesses locais”³⁹⁵, o vínculo constituído com a Coroa não era desfeito.

Em outra perspectiva, mas que tangencia a relação entre os ouvidores e a administração central, estão as relações que os ouvidores régios constituíram com outros agentes a serviço da Coroa. Conforme as palavras do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, tais relações seriam as “intrigas tecidas”.³⁹⁶ É notório na historiografia que os conflitos faziam parte daquele universo nos mais variados níveis hierárquicos.³⁹⁷

As diversas dinâmicas nas quais a monarquia lusitana estava inserida, nos mais diferentes pontos do Império, criavam a necessidade de respostas objetivas por parte da administração central, com o objetivo de manter o controle e garantir o bem comum. Assim, como já anteriormente abordado, a monarquia tinha que procurar “nomes com perfil político e social adequado às diferentes características e ao tipo de questões colocadas pelos diversos postos de governo”.³⁹⁸

Contudo, como já apresentado anteriormente, José Subtil relativiza a tentativa de atração por parte da monarquia lusa por meio de mercês. Em sua análise, Subtil adverte que, por mais que existissem diversos pleiteantes aos cargos, a Coroa, ao que tudo indica, não ofereceria “condições de atração especial para os lugares de governo local e periférico”. Com isso, completa o autor, “a Coroa está longe de ter funcionado como pólo central e indiscutível para as expectativas dos magistrados”.³⁹⁹

Entretanto, o estudo de Nuno Camarinhas apresenta que a Coroa, de certa forma, era meticulosa no momento da escolha. Segundo o autor, após os resultados das “leituras de bacharéis”, o Desembargo do Paço deveria elaborar “listas dos candidatos a ocupar os postos vagos”. Continua Camarinhas:

Para cada posto, uma lista de três candidatos é criada para ser submetida à escolha final do rei. Este processo de consulta era defendido por diversos autores de tratados da época como

³⁹⁵ HESPANHA, António Manuel. Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos. Em: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 45.

³⁹⁶ **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 3, doc. 372.

³⁹⁷ MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Op. Cit.*; ATALLAH, Claudia Cristina Azevedo. *Op. Cit.*; BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Op. Cit.*; MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *Op. Cit.*

³⁹⁸ CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. Cit.* p. 72.

³⁹⁹ SUBTIL, J. *Op. Cit.* 2002. p. 53-54.

uma forma de garantir escolhas informadas. Da mesma forma que o rei delegava a função do julgamento nos magistrados, não deveria alienar o poder de os nomear. De acordo com este modelo, então, os magistrados dos conselhos responsáveis pela consulta dos candidatos aos postos vagos propõem os nomes daqueles que consideram aptos para cada ofício e o rei pronuncia a última palavra sobre quem deveria ocupá-lo. Estes conselhos designados para consultar o rei dependiam do tipo de jurisdição dos lugares: o Desembargo do Paço consultava os ofícios da jurisdição da coroa; o Conselho Ultramarino consultava os ofícios ultramarinos; a Mesa da Consciência e Ordens pronunciava-se sobre os ofícios da Universidade e dos territórios das ordens militares; e o Conselho da Fazenda sobre os ofícios da administração financeira. Para além destas instituições do poder central, diferentes donatários territoriais e o Senado da Câmara de Lisboa produziam o mesmo tipo de lista para prover as suas magistraturas. As listas levavam em conta as informações de natureza pessoal sobre cada candidato: as classificações obtidas na universidade e no exame de acesso à carreira; o tempo de espera para uma nova nomeação ou o tempo de serviço; informações sobre a sua personalidade; e indicações sobre o estatuto e as funções exercidas pelos seus ascendentes.⁴⁰⁰

Com isso, Camarinhas corrobora a argumentação de Mafalda Soares da Cunha a respeito da existência de determinado perfil para ocupar uma vaga específica. A meticulosa análise da administração central portuguesa acabava produzindo, segundo Camarinhas, pareceres que indicavam se o candidato era adequado ou não às características de determinada vaga.

Contudo, como já pontuado anteriormente, tal “perfil adequado” é observado pelo ponto de vista da monarquia e, como veremos adiante, eram necessários alguns atrativos para que os aprovados se deslocassem às comarcas de São Paulo e de Paranaguá, como a expectativa de ascensão ou melhores rendimentos.⁴⁰¹ Tal “perfil” se desfaz a partir do momento em que o agente régio está inserido nas dinâmicas locais e deve responder às demandas, bem como interagir com os demais agentes para que a “boa administração” seja posta em curso.

Além do mais, como bem observou Maria de Fátima Gouvêa, os “oficiais régios eram investidos com poderes de nomear outros oficiais subalternos”, o que representava a necessária relação com a comunidade e, ao mesmo tempo, a exigência de prover e se relacionar com um novo oficial.

No ano de 1722, o ouvidor régio da capitania de São Paulo, Manuel de Melo Godinho Manso, fez uma avaliação dos ofícios no interior da capitania. Tal avaliação foi feita por causa de uma ordem régia datada de 21 de maio de 1722. Para se ter uma visão geral da avaliação, foi confeccionada a tabela abaixo:

⁴⁰⁰ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 264.

⁴⁰¹ **ANTT**. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 7, folha 98; **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 5, doc. 609.

Tabela 10 – Avaliação dos ofícios da Capitania de São Paulo feita pelo ouvidor régio Manuel de Mello Godinho Manso por ordem de 21 de maio de 1722

Cargos Vilas	Escrivão da Ouvidoria	Meirinho da Correição	Juizes ordinários ²	Tabelião do judicial e notas	Escrivão da Câmara e almotaçaria	Distribuidor, inquiridor e contador	Escrivão das execuções	Alcaide	Carcereiro	Juiz de Órfãos	Escrivão dos Órfãos
São Paulo	1:200\$000 ¹	300\$000	6\$000	150\$000	60\$000	30\$000	40\$000	20\$000	50\$000	70\$000	150\$000
Parnaíba			6\$000 ³		60\$000 ⁴					12\$000	
Itú			8\$000 ³	70\$000	30\$000			30\$000 ⁵		60\$000	80\$000
Sorocaba			4\$000 ⁶		50\$000 ⁴			20\$000 ⁵		8\$000 ⁷	
Jundiaí			2\$000 ⁶		20\$000 ⁴			10\$000 ⁵		4\$000 ⁷	
Mogi			4\$000 ⁶		80\$000 ⁴			25\$000 ⁵		10\$000 ⁷	
Jacareí			3\$000 ³		50\$000 ⁴			20\$000 ⁵		8\$000 ⁷	
Taubaté			8\$000 ³	60\$000	20\$000		20\$000 ⁸	30\$000 ⁵		60\$000	70\$000
Pindamonhangaba			4\$000 ³		30\$000 ⁴			20\$000 ⁵		20\$000	20\$000
Guaratinguetá			6\$000 ³		100\$000 ⁴			30\$000 ⁵		25\$000	35\$000
Santos		50\$000 ⁹		60\$000	60\$000			30\$000 ⁵			50\$000
São Vicente					40\$000 ¹⁰			15\$000 ⁵		6\$000 ⁷	
Conceição			3\$000		30\$000 ¹⁰			15\$000 ⁵			
Iguape			2\$000 ³		30\$000 ¹⁰			15\$000 ⁵		4\$000 ⁷	
Cananéia			2\$000 ³		25\$000 ¹⁰			12\$000 ⁵		4\$000 ⁷	
Paranaguá			6\$000		80\$000 ¹⁰			30\$000 ⁵		20\$000 ⁷	
São Francisco			4\$000		30\$000 ¹⁰			12\$000 ⁵		8\$000 ⁷	
Curitiba			4\$000 ³		40\$000 ¹⁰			15\$000 ⁵		8\$000 ⁷	
Laguna			5\$000 ¹¹		30\$000 ¹⁰			12\$000 ⁵			

1 - Três mil cruzados. 2 - Cada um, eram dois. 3 - Atuam como inquiridor e contador. 4 – Escrivão da câmara, almotaçaria, órfãos, notas e judicial. 5 – Também era o carcereiro. 6 – Que também serve como juiz dos órfãos, inquiridor e contador. 7 – Juiz mais velho. 8 – Escrivão das almotaçarias e execuções. 9 – Meirinho da fazenda real e do mar. 10 – “Escrivão de tudo”. 11 – Um juiz servia de inquiridor, contador e de órfãos. O outro na Ilha de Santa Catarina. Fonte: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**. v. 13, Bandos e portarias de Rodrigo Cesar de Menezes, 1835, p. 164-170. Disponível em http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-07-13_volume_13/#/170/ Acesso em: 18/set/2014.

Tal avaliação não apresenta os reais valores remuneratórios dos agentes que atuavam na capitania de São Paulo, como o próprio ouvidor Godinho Manso observou em outubro de 1722: enquanto o escrivão havia sido avaliado em três mil cruzados, recebia 30\$000 réis, e o meirinho recebia 12\$000 e não o valor avaliado de 300\$000, que, conforme o ouvidor, se fossem praticados trariam prejuízos à Fazenda Real.⁴⁰²

De qualquer forma, pela avaliação feita pelo ouvidor régio é possível termos uma dimensão das vilas da capitania, bem como do número de oficiais que atuavam em cada uma. Na comarca, apenas observando a avaliação, e uma vez que eram em dois o número de juízes ordinários, há um universo de 104 agentes a serviço da Coroa. Exemplo disto é o requerimento de Antonio de Oliveira e Vasconcelos ao ouvidor régio Godinho Manso em 1721:

(...) havendo q. Se achao vagas as Serventias de T.^{am} do publico judicial e notas, Escrivão da camara, e de Orphãos como de almotaçarias da villa de Parnahyba e porq no Supp.^{te} com mesmos Requizitos neceSsarios p.^a poder exercer os ditos off.^{os} dos quais bem ia pagos os novos direitos por tempo de três mezes, como consta do Recibo junto: portanto P.A. m.^{ce} lhe façam mandar passar provisão dos d.^{tos} off.^{os} por tempo de três mezes, dando [il. 1p.] p.^a effeito o juram.^{to} na forma do estyllo.
E.R.M.⁴⁰³

Por tal petição o ouvidor régio Godinho Manso escreve um despacho indicando que Antonio de Oliveira e Vasconcelos tem “todos os requisitos suficientes neceSsarios p.^a a serventia”.⁴⁰⁴

A possibilidade de prover ofícios subalternos na comarca acabava por construir um elo entre esses oficiais e o ouvidor; além disso fazê-lo os ouvidores estavam promovendo inclusive a “boa administração”, uma vez que não deixavam os lugares vagos.

De fato, o que se criava, corroborando a reflexão de Maria de Fátima Gouvêa⁴⁰⁵, eram grandes “redes governativas”. A constituição de um aparato jurídico-administrativo no ultramar traz a necessidade de homens que levem a cabo tal empreendimento; nesta lógica, era imperativo que se formassem, nomeassem e/ou provessem pessoas para ocupar tais cargos.

⁴⁰² **AHU**.São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 3, doc. 281.

⁴⁰³ **AHU**.São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 2, doc. 213.

⁴⁰⁴ *Id.*

⁴⁰⁵ GOUVÊA, Maria de Fátima. *Op. Cit.*2005. p. 179-197.

Desta forma, a relação que os ouvidores régios estabeleciam com outros agentes era um embate de forças, nas quais por vezes eles eram subordinados a alguém, no caso o governador e capitão-general da capitania, ou tinham subordinados.

Frente a esta lógica nem sempre as relações eram amistosas, haja vista os pedidos para que novas residências fossem tiradas, como no caso do desembargador Francisco Galvão da Fonseca, que fazia tal solicitação para Dom João V, pois o magistrado que havia tirado sua residência, Antonio dos Santos Soares, era aliado do governador e capitão-general da capitania de São Paulo Antonio da Silva Caldeira Pimentel, seu inimigo declarado.⁴⁰⁶ Mesmo os ouvidores destacados para fazer a residência solicitavam sua substituição, como no caso do ouvidor régio Gregório Dias da Silva, que, encarregado de retirar a residência de Antonio da Silva Caldeira Pimentel, naquele momento ex-governador, pede sua substituição, uma vez que teve “várias divergências” com Pimentel.⁴⁰⁷

Por vezes era também requerido ao monarca que trocasse o ministro que iria tirar a residência de um determinado oficial; foi o caso de Rodrigo Cesar de Menezes, que solicitou ao monarca que o ouvidor régio de São Paulo, Gregório Dias da Silva, não fosse o oficial que promovesse sua residência, uma vez que ele havia “passado as minas dos Gueyazez”, o que “resulta ao supp.^e prejuízos, por não poder entrar em requerim.^{to} p.^a haver de ser despachado pelos seus serviços q. a V, Mag.^{de} tem feito ha mais de trinta annos pelos quaez athe o tempo prez.^{te} não requereo m.^{ce} algúa”, indicando que qualquer outro ministro poderia realizar a referida residência.⁴⁰⁸

Por outro lado, destas inimizades, conflitos e possíveis prejuízos para se obter um novo ofício por causa da residência tirada, sempre havia um recurso – o monarca. Em 1730, o escrivão da ouvidoria de São Paulo, Manuel de Miranda Freire, solicita ao monarca um “livramento de culpas”.⁴⁰⁹

⁴⁰⁶ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 9, doc. 1007.

⁴⁰⁷ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 8, doc. 872.

⁴⁰⁸ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 8, doc. 840.

⁴⁰⁹ “Diz Manoel de Miranda Freyre, q. servindo de escrivão da ouvidoria g.^{al} de São Paulo athe o an.^o de 1721 com boa e notória satisfação na rezidencia, q. lhe tirou o ouvidor g.^{al} M.^{el} de Mello Godinho Manso por ma vontade q. lhe teve, e acreditar peSsoas inimigas do Supp.^{te} lhe formou iniquam.^{de} culpas de erros do d.^o officio, e lhe acumulou outros crimes, como tece prezo o Supp.^e sem nunca lhe querer dar livra.^{to}, em q.^{to} servio o d.^o lugar e de q. pretende se acha absoluto por não dar teor sucessores, q. não derão livram.^{to} ao [sagnar?] culpas da d.^a Rezidencia com o pretexto de nãp terem

Sendo assim, solicitou que o monarca passasse ordem para o ouvidor de São Paulo para que lhe desse livramento das culpas que resultaram da residência feita pelo antigo ouvidor Godinho Manso. Tal solicitação foi aceita e o antigo escrivão recebeu a mercê do livramento.

Ou seja, percebe-se um controle mútuo entre os oficiais régios, seja por meio das residências, seja por meio das cartas enviadas à administração central dando conta dos procedimentos de outros oficiais, o que poderia provocar as “intrigas” que Rodrigo Cezar de Menezes observava.

p.^a iSso jurisdição e privativam.^{te} pertencerem a correção do crime da corte: e porq será difficultosiSsimo ao supp.^e vir-se livrar a corte, e V. Mg.^{de} custar em similhante cometer aos ouvidores gerais daq.^{ias} capitanias os livram.^{tos} dos officiaes culpados em Rezidencias”. Em: **AHU**.São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 7, doc. 761.

Capítulo V – Ouvidores e as comunidades de sua Comarca

Para abordarmos as relações que se estabeleceram entre os ouvidores régios e as comunidades, temos que ter em perspectiva que só conseguimos perceber tais relações de forma parcial. Os documentos de que dispomos para análise foram confeccionados, em sua maioria, no interior da estrutura jurídico-administrativa. Logo, por meio dessa documentação, fica clara a ação normativa dos ouvidores régios na comunidade, perceptível, por exemplo, pelos provimentos e correições que promoviam nas vilas.⁴¹⁰

Por outro lado, pela necessidade de interagir com as demais pessoas que viviam naquele espaço, os ouvidores régios acabaram estabelecendo vínculos comerciais, políticos, matrimoniais, de compadrio com as comunidades.⁴¹¹

Observe-se, por exemplo, a carta que a Câmara de São Paulo enviou ao rei Dom Pedro II no dia 04 de março de 1698. Com o objetivo de ficar subordinada ao governo do Rio de Janeiro e não mais ao governo da Bahia, os camaristas fizeram referências a quanto melhor seria para o “real serviço” se assim se procedesse.⁴¹²

No momento do envio da carta da Câmara de São Paulo, a região ainda estava associada à lógica das capitanias hereditárias. Contudo, o fato da capitania estar na posse de particulares não significava que o monarca não deveria fazer justiça – o principal atributo da realeza - r ou pelo menos fornecer instrumentos para tal.⁴¹³

Assim, por mais que a capitania de São Vicente pertencesse a um donatário, não estava excluída das ações político-administrativas da monarquia lusitana; na mesma perspectiva, a monarquia não poderia se isentar de atender, quando solicitada, aos súditos que estavam na capitania. Deste modo, a Câmara de São

⁴¹⁰ **Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba.** v. VIII, 1924.

⁴¹¹ Obtivemos apenas dados pontuais a respeito destes vínculos mais próximos com as comunidades, coletados em outros grupos documentais, como, por exemplo, o livro de notas da vila de Curitiba do Primeiro Tabelionato de Notas (Tabelionato Giovannetti – acervo que conta com 12 livros manuscritos, livros de 02-14 em folha frente e verso, do período de 1712-1751), disponível em formato digital no Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses da Universidade Federal do Paraná (CEDOPE). Uma análise mais substancial da presença dos ouvidores régios nas vilas foi prejudicada pela falta de elementos empíricos. No caso do livro de notas, não foi encontrada nenhuma referência aos ouvidores régios aqui pesquisados.

⁴¹² **AHU.**São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 1, doc. 50.

⁴¹³ Ver: HESPANHA, A. M. *Op. Cit.*1993; HESPANHA, Antonio Manuel. *Op. Cit.*1994; WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Op. Cit.*2004.

Paulo, ao redigir uma carta ao rei, recorria a consultas e pleitos em outras instâncias, reconhecendo a existência de uma hierarquia institucional no interior da estrutura político-administrativa da monarquia portuguesa, tendo as instituições superiores poderes que a Câmara não possuía para manter em equilíbrio a ordem social.

No requerimento, os camaristas de São Paulo apresentam seu ponto de vista de que a manutenção da subordinação da capitania ao governo da Bahia conferia “grande dano e prejuízo” ao povo e aos serviços régios. Seus argumentos, com o objetivo de ficarem amparados pelo governo da capitania régia do Rio de Janeiro, assentavam-se na perspectiva da grande distância para os recursos na Bahia e, além disso, na não obediência e devida fiscalização, em alguns casos, das ordens que vinham da Bahia, “tanto no militar, como no político, e destas maz observanciaz, nascem grandes desserviços de V. Mag.^{de}, e dano noSso”. Neste sentido, e já apresentando uma solução para a questão, observavam que a proximidade do governo da capitania régia do Rio de Janeiro facilitaria os recursos, a administração e governo da capitania, fazendo a “estes povos um sumo bem, por nos ficar por Recurso muy perto, porque em pouco maiz de hum mêz temos Resposta dos nossos pleitos e negócios”, desta maneira pedindo a transferência de subordinação.⁴¹⁴

Consultado sobre a requisição, o Conselho Ultramarino, em parecer de 31 de outubro de 1698, feito pelo conselheiro José de Freitas Serrão, afirmava que tal requerimento da Câmara era justificado, porém, ao mesmo tempo, considerava que tal medida viria a “diminuir a autoridade do governador e capitão geral em cuja jurisdição” se achavam muitas capitanias.

Em 27 de novembro de 1698 o secretário de Estado Mendo de Fóios Pereira emite uma carta ao presidente do Conselho Ultramarino, Francisco de Távora, conde de Alvor, expondo a resolução de Dom Pedro II de que “as capitanias de São Paulo ficassem no governo do Rio de Janeiro”.⁴¹⁵

Estes documentos demonstram o grande e complexo universo que permeava a administração dos domínios portugueses na América, a saber:

⁴¹⁴ **AHU.**São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 1, doc. 50.

⁴¹⁵ *Id.*

- I) Tem-se estabelecida uma câmara municipal, o que significava o estabelecimento e subordinação dos moradores às leis do reino;
- II) Os oficiais da câmara reconhecem a estrutura jurídico-administrativa portuguesa e a ela recorrem em seus pleitos, ou seja, legitimam tais instâncias e, conseqüentemente, os oficiais régios e o próprio monarca;
- III) Percebe-se a articulação existente entre as instituições portuguesas, principalmente, no caso apresentado, entre o Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado, que em um mês tem um posicionamento referente ao pleito dos camaristas;
- IV) Dependendo da localização, a resposta de algum pleito por parte da administração central poderia demorar meses ou anos⁴¹⁶, embora as Ordenações Filipinas tivessem orientações para que os oficiais régios estabelecidos nas principais instituições no reino privilegiassem os processos vindos das ilhas e do ultramar.⁴¹⁷ Ou seja, as longas distâncias entre a administração central e os demais pontos do Império acabavam, por vezes, produzindo “grande dano e prejuízo” aos serviços régios;
- V) A necessidade da Coroa de formar e criar um quadro de oficiais que respondessem aos pleitos e direcionassem as políticas para cada território. Para que se materializassem essas políticas, a Coroa indicava (nomeava) oficiais para os mais diferentes pontos dos domínios portugueses e deles dependia, não obstante a cessão de direitos aos senhorios, como no caso das capitanias;
- VI) A produção e envio para a administração central dos mais variados tipos de documentação pelos oficiais régios constituía valiosa fonte de informações para as políticas aplicadas pela Coroa;
- VII) A necessidade de meios financeiros para que essa estrutura existisse.

No que se refere aos documentos produzidos pelos oficiais régios nos domínios ultramarinos, deve-se ter em mente que essa documentação apresentava não só os elementos técnicos, por assim dizer, dos pleitos. Logo, as consultas e pareceres feitos pelo Conselho Ultramarino podem apresentar estratégias da Coroa

⁴¹⁶ Em alguns casos a comunicação era comprometida devido a naufrágios, com a conseqüente destruição de correspondências oficiais. Ver, por exemplo: **AHU**.Conselho Ultramarino - 023, cx. 1, doc. 11.

⁴¹⁷ Ver, dentre outros: **Ordenações Filipinas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [edição fac-similar da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870]. Livro I, Título 11º.

para controle e afirmações políticas, enquanto os documentos dos camaristas, ouvidores, governadores ou outros membros do corpo social podem transparecer práticas sociais e contextos a respeito das localidades.

Recorda-se o desejo da câmara de São Paulo em ficar subordinada ao governo do Rio de Janeiro no ano de 1698, o que conviria “muito ao seu Real serviço e a sua Real fazenda”.⁴¹⁸ Ou seja, os vassalos do rei atuavam dentro da estrutura criada pela administração da Coroa. A câmara, como base dessa estrutura político-administrativa portuguesa, era a principal instituição do processo colonizador. Era a câmara que normatizava a vida em comunidade, era a câmara que gerenciava os conflitos entre os colonos, que, por sua vez, geravam as riquezas para a câmara e, concomitantemente, para toda a estrutura administrativa lusa. Neste quesito, pode-se citar novamente o pedido do monarca para que o ouvidor régio de São Paulo assistisse à arrematação dos dízimos da vila de Santos.⁴¹⁹ Ou a carta de 27 de maio de 1701, na qual o ouvidor Antonio Luis Peleja informa que os moradores da vila de Santos estabeleceram um imposto para o pagamento do donativo para o dote da Rainha da Inglaterra.⁴²⁰

Quando a câmara municipal, “detentora do poder local”, acabava em algum conflito com algum oficial régio, era ao monarca que ela solicitava amparo. Observe-se o caso dos moradores da vila de Santana do Parnaíba, que mesmo reconhecendo

todos a grande attenção e respeyto, que se deve aos Ministros de V. R. Mg.^{de} só pedimos, postrados aos reais pêz de V. Mg.^{de}, licença para lamentar a desventura de vivermos tão remotos e apartados de V. Mg.^{de} a cuja Real presença, q.^{do} chegão nossos [retardados?] clamores achão ja preocupada a attenção de V. Mg.^{de} das queixas dos que com sua presença, valedores e eloquente rethorica sabem com exageraçõins legais diminuir o seu pecado e agravar as nossas culpas, Não he disculpavel a que commetterão os moradores desta V.^a na [il 1 pl] referida; mas na clemencia de V. Mg.^{de} parecoria diminuta, se he fosse prezente o notável excesso e descomedim.^{to} com que se ouve o Dz.^{or} sindicante An.^{to} da Cunha Sotto Mayor servindo juntam.^{te} o lugar de Ouvidor G.^l nas injustiças pouco temor de Deos e desatenção ao Real serviço de V. Mg.^{de} e bom tratam.^{to} destas [partes?] couza tão recomendada do paternal amor de V. Mg.^{de} De tudo isso se esqueceu aquelle rigoroso Ministro e estendendo os limites de sua jurisdição aoque ja tinha concluido mais de anno, des authorizando nesta supérflua demora, cazas honradas e levando huz p. eSsa Corte que deshonestou com falsa promessa de a receber (...) 20 de Outubro de 1714⁴²¹

⁴¹⁸ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 50.

⁴¹⁹ **RAMSP.** Carta para os ouvidores gerais assistirem arrematação dos dízimos na Vila de Santos. Ano I, v. II, 1934. p. 62.

⁴²⁰ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 62.

⁴²¹ **AHU.** Conselho Ultramarino - 023, cx. 1, doc. 22.

Ou seja, o “poder local” não está contraposto ao poder régio. Os oficiais da câmara recorrem ao monarca por meio das outras instituições político-administrativas ascendentes na estrutura régia. Desta forma, se reafirma o poder régio, já que o “detentor do poder local” pede ao “detentor do poder régio” que ele interceda para sanar suas demandas. O monarca, ao arbitrar o conflito em que a câmara estava inserida, acabava por, mais uma vez, legitimar seu poder como hegemônico entre outros vários poderes concorrentes.

Entretanto, outro fator que deve-se ter em mente é que as eleições nas câmaras municipais e as nomeações de outros ouvidores régios, esses “jogos de poder” e dinâmicas, também se alteravam. Tome-se, por exemplo, o caso da saída de Antonio Luiz Peleja do cargo de ouvidor após cumprido seu mandato. Seu sucessor foi João Saraiva de Carvalho, que, conforme consta em carta enviada pelos oficiais da câmara de São Paulo em 3 de julho de 1710, não assistia “naquela villa, não satisfizera as obrigações de seu cargo de q. se dera conta a V. Mad.^{de} q. fora servido mandallo depor”. Com isso, os moradores da localidade ficaram “sem ministro a quem Recorrer para as confirmações dos Juizes q. entrarão a servir no dito anno de 1710”.⁴²² Tal condição fez com que fosse destacado para a jurisdição o desembargador sindicante Antonio da Cunha Sotomaior, que em carta de novembro de 1710 observa a “falta de justiça” na região, indicando a necessidade de que na falta do ouvidor o juiz de fora da vila de Santos servisse para “castigar os delitos”.⁴²³ Desembargador sindicante este que entrou em conflito com os oficiais da câmara de Santana do Parnaíba anos mais tarde (1714).

No livro **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**, Stuart Schwartz indica que os “títulos universitários serviam como marcas de distinção e *status*”.⁴²⁴ Na mesma perspectiva está a análise de Maria Beatriz Nizza da Silva, que descreve que “o prestígio social dos ofícios de Justiça na Colônia dependia fundamentalmente da passagem ou não pela Universidade”, indicando a existência de uma hierarquia entre os diferentes títulos e funções que se exerciam na América portuguesa. “Não era o mesmo ser ouvidor letrado ou ouvidor destituído de letras, juiz ordinário ou juiz de fora e desembargador”.⁴²⁵

⁴²² AHU. São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 102.

⁴²³ AHU. São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 93.

⁴²⁴ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* p. 78.

⁴²⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. Cit.* 2005. p. 174.

Assim, se “apenas” os títulos universitários já promoviam uma certa distinção no interior do corpo social, entendemos que tal aspecto se intensificava a partir do momento em que os sujeitos que possuíam tais títulos eram nomeados pela monarquia e se estabeleciam como oficiais régios. Em documento datado de 18 de dezembro de 1745, observe-se como o escrivão Manuel Gonçalves Junqueiro, da Ouvidoria Geral e Correição de Paranaguá, se referia ao ouvidor régio Manoel Tavares de Sequeira:

D.^{or} Manoel Tavares de Sequeyra do Dezembargo de Sua Magestade que Deus G.^{de} Seu Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca da Villa de Parnagua e nella Provedor das Fazendaz dos deffuntos e aubzentes Cappellas e Reziduos Juis dos Feitos da Coroa e das Justificaçoinz Auditor da Gente de Guerra ConServador dos Familliares do Santo officio Juis Privativo de Mediçoinz de Terras Intendente da Nova Capitação E Commutação dos Reais Quintos Supertendente das Terras Mineraiz da villa E Comarca de Parnagua Com alçada no Cível e Crime (...)⁴²⁶

Em 1745, Manoel Tavares de Sequeira, além de ouvidor régio, fora nomeado para outras sete funções. Mas, como visto no capítulo anterior, o acúmulo de funções em apenas uma pessoa não era incomum, dadas as possibilidades financeiras e de pessoal para desenvolver essas atividades para uma monarquia do porte de Portugal.⁴²⁷ Entretanto, queremos chamar aqui a atenção para o fato de que o sujeito que atuava como ouvidor régio, fator que já lhe dava prestígio na sociedade, também concentrava em si estas diversas atribuições, tornando-se o ponto de convergência para o encaminhamento de diversas questões. Portanto, não acumularia apenas as funções, mas também o prestígio que vinha com a nomeação.

No verbete “Antigo Regime” do *Dicionário do Brasil Colonial*, Guilherme Pereira das Neves e Ronaldo Vainfas indicam, justamente, que aquela sociedade

(...) aparecia estruturada por uma complexa hierarquia de *status*, em que nem sempre a riqueza exercia papel determinante, e na qual era a busca da *distinção* que comandava as aspirações de ascensão social. Dessa forma, salvo para os nobres, era difícil para um grupo atuar como classe, e os próprios burgueses preferiam, ao enriquecer, imobilizar a fortuna em título e terras, a fim de viver à *moda da nobreza*.⁴²⁸

Porém, como analisa José Subtil, neste nível inferior no qual estavam alocados os ouvidores régios, ainda mais por ser uma nomeação provisória – três anos –, “não estava garantida, automaticamente, a progressão na carreira, nem tão

⁴²⁶ **AESP**. Caixa 73, Pasta 01, Documento 76-1-23. Provimento de Manuel Ribeiro de Araújo para o ofício de escrivão da vila do Rio de São Francisco. Paranaguá, 18 de dezembro de 1745.

⁴²⁷ Ver: HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. *Op. Cit.* 1998. p. 351-366.

⁴²⁸ VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Guilherme Pereira. Antigo Regime. Em: VAINFAS, Ronaldo (dir.) **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 44.

pouco, o ‘assento’ definitivo”. Conforme o autor, no reino, desde os juízes de fora até os corregedores, ao final do período de exercício de seu cargo, deveriam se sujeitar “a concurso para lugares de predicamento superior ou requerê-lo ao monarca”. Desta forma, poderiam continuar em suas carreiras ou mudar de atividade. Logo, a distinção provinda da nomeação régia tinha uma validade; para continuar a possuir tal distinção, era necessário manter uma relação com o Desembargo do Paço. Como informa Subtil, “em todo o percurso desta carreira, o ‘preço’ de entrada era determinado quase, exclusivamente, pelo Desembargo do Paço e a progressão hierárquica variava de acordo com a acumulação dos capitais adquiridos na profissão, avaliados, igualmente, pelo tribunal”, por meio das residências.⁴²⁹ Porém, devemos ter em mente que esta distinção, por mais que fosse por um determinado período, era uma “nomeação oficial”.

Nesta perspectiva, Pierre Bourdieu, ao promover uma reflexão sobre a ordem simbólica e o poder de nomeação, indica, justamente, que a lógica da “nomeação oficial nunca se vê tão bem como no caso do *título* – nobiliário, escolar, profissional –, capital simbólico, social e até mesmo juridicamente, garantido”. Continua o autor:

O nobre não é somente aquele que é conhecido, célebre, e mesmo conhecido como bem, prestigioso, em resumo *nobilis*. Ele é também aquele que é reconhecido por uma instância oficial, “universal”, quer dizer, conhecido e reconhecido por todos. O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucional, legal (e não apenas legítimo). Cada vez mais indissociável do título escolar, visto que o sistema escolar tende cada vez mais a representar a última e única garantia de todos os títulos profissionais, ele tem em si mesmo um valor (....) Dado que o título é em si mesmo uma *instituição* mais duradora que as características intrínsecas do trabalho, a retribuição do título pode manter-se apesar das transformações do trabalho e do seu valor relativo (...)⁴³⁰

Concordando com as indicações apresentadas por Bourdieu sobre os aspectos dos títulos e eles representarem a “instituição” da Coroa, entendemos que, ao chegarem à América portuguesa para assumirem seus postos nas comarcas de São Paulo e Paranaguá, os sujeitos se valiam, e muito, de tal posição. Como exposto por António Manuel Hespanha e corroborado por Subtil, “o campo do poder nas sociedades do Antigo Regime era o campo judiciário”, e nele estavam inseridos os ouvidores régios.⁴³¹

⁴²⁹ SUBTIL, José. *Op. Cit.* 1996. p. 250.

⁴³⁰ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 148-149.

⁴³¹ SUBTIL, José. *Op. Cit.* 1996. p. 252.

No que se refere ao Desembargo do Paço e a outras instituições que concorriam no processo de legitimação naquele período, Subtil afirma que o Desembargo tratava de “desvalorizar esta via de legitimação [Universidade de Coimbra] e de produção de capitais culturais, sociais e simbólicos, impondo, em contrapartida, uma lógica cuja referência central de reconhecimento seria o próprio tribunal”.⁴³²

Desta feita, observamos que este acúmulo de prestígios em si, título na Universidade de Coimbra, aprovação na leitura de bacharéis prestada no Desembargo do Paço, nomeação régia, acabavam por constituir um valor tal que distinguiam o sujeito no corpo social; na América lusa, tal valor poderia ser potencializado, como observamos, por exemplo, na ação do ouvidor régio da capitania de São Paulo, Raphael Pires Pardinho, na vila de Curitiba.

A partir da nomeação do ouvidor, a ele competia, na América portuguesa, superintender as ações dos juízes ordinários, bem como os atos praticados pelos vereadores e demais oficiais das câmaras municipais.

As correções serviam para que o ouvidor régio fizesse a “aproximação das normas do direito régio à vida das comunidades”.⁴³³ Do ato de correção, o ouvidor régio deixava provimentos com o intuito de manutenção da ordem social. De fato, o próprio nome “provimento” deriva da fórmula utilizada pelos ouvidores régios para registrá-los. O ouvidor régio, a respeito de alguma matéria, indicava que “proveu” tais medidas (fez provisão); ou seja, determinava quais providências haviam de ser adotadas na localidade.

Deve-se ter em mente que para o exercício da função de juiz ordinário não era necessário o curso em direito na universidade de Coimbra; assim, tais oficiais valiam-se do direito consuetudinário (costumes) na resolução dos conflitos.

Contudo, embora a historiografia considere o juiz ordinário como um oficial ignorante da prática jurídica letrada, Joacir Navarro Borges observa:

De fato, em geral os juízes ordinários eram leigos, mas tratar essa característica como ignorância é cometer o mesmo erro de imaginar que a prática judiciária das câmaras era necessariamente corrupta e abusiva. O que a historiografia clássica [refere-se a Caio Prado Junior] entendeu por “ignorância”, “corrupção” e “abuso”, nós podemos entender por rusticidade, ou seja, a crença na capacidade de julgar da própria comunidade. O princípio de

⁴³² *Ibid.* p. 253.

⁴³³ PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. Cit.* p. 68.

que os mais próximos e envolvidos conheciam melhor e, portanto, também julgariam melhor. Esse princípio estava na base da autonomia local no Antigo Regime.⁴³⁴

Como já apresentado, ouvidor régio da capitania de São Paulo, Raphael Pires Pardinho, entre 1719 e 1721 percorreu a região que futuramente seria a comarca de Paranaguá, promovendo correições nas vilas de Paranaguá, Curitiba, Laguna e São Francisco.⁴³⁵

Em carta de 30 de agosto de 1721, Pardinho informava sobre alguns aspectos das vilas de Curitiba e Paranaguá. A respeito da vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, descreve sua localização e as suas construções: “fica a vila de Curitiba nos campos por detrás da Serra de Pernampiacaba [...], com cazas todas de pao a pique cubertas de telha, e a Igreja só he pédra, e barro, que os freguezes radificarão há poucos annos”⁴³⁶, observando que a principal atividade para a subsistência da vila era a pecuária, além de indicar a presença de zonas auríferas na região. Além disso, o ouvidor régio menciona o número de freguesias: além da de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, existiam as de São José e Senhor Bom Jesus do Perdão. Essas freguesias congregavam cerca de “200 cazaes, e mais de 1400 pessoas de confissão”.⁴³⁷

Percebe-se que na América portuguesa, em uma vila de modestas proporções no extremo sul do Estado do Brasil, a distinção que o agente régio conquistava com a nomeação régia poderia ser potencializada, ao mesmo tempo utilizando-se tal distinção para reafirmar o poder régio na localidade.

Estão disponíveis nos **Boletins do Archivo Municipal de Curitiba** os provimentos que o ouvidor régio Raphael Pires Pardinho fez na vila, sendo que o segundo provimento indica que:

Pello que terão todos entendido d'aqui por diante, que esta villa, e tudo o mais que d'ella corre para o Sul, he da coroa real, e que seos moradores imediatamente san vasallos da coroa sem reconhecerem algum donatario, como antigamente reconheciao do dito Marquez. E assim se verão livres das opressões que em muitas Terras d'este Estado padecem seus moradores com os capitains mores, Lugares Tenentes que os donatários mandao cenvião as suas capitancias, e devem com melhor vontade tratar do aumento d'esta Villa, e de povoar os muitos, e largos campos, que ha por estes certoes, com que seus moradores abundem em

⁴³⁴ BORGES, Joacir Navarro. *Op. Cit.*

⁴³⁵ Carta do ouvidor-geral de São Paulo Rafael Pires Pardinho ao Rei D. João V, 30 de agosto de 1721. Em: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Op. Cit.* 2001, p. 21-26.

⁴³⁶ *Id.*

⁴³⁷ *Ibid.* p. 23.

cabedais, tanto nas criações dos gados, como em descobrimentos de Minas de ouro, e outros metais que por elles diz que ha. (esta villa he da coroa real).⁴³⁸

Ou seja, os moradores da vila de Curitiba governar-se-iam respeitando as leis da Coroa e os oficiais destacados pela monarquia e não mais os donatários. Portanto, conforme Antonio Cesar de Almeida Santos e Magnus Pereira destacam, o texto dos provimentos do ouvidor régio Raphael Pires Pardinho “explicitava que o rei era a única autoridade a quem deviam obediência”.⁴³⁹

Tal observação tornava-se necessária, visto que a capitania régia de São Paulo havia sido criada em 1709 e sua população estava acostumada à autoridade dos procuradores dos donatários; no caso de Curitiba, por exemplo, em 1693 a eleição dos primeiros oficiais de sua câmara municipal foi presidida por Mateus Leme, procurador do Marquês de Cascais, donatário das terras.

Isto posto, Pardinho passa a promover a primeira correição da vila de Curitiba; por ser a primeira, observa que deixaria seus capítulos com maior “extensão”, para que os moradores evitem “as desordens em que athe agora alguns tropeçaram por Ignorancia, e os maliciosos, não tenham já a desculpa de ignorantes”⁴⁴⁰, buscando normatizar a administração da municipalidade com as leis da Coroa, haja vista o formato em que deixava seus provimentos, indicando os livros e títulos das Ordenações.

Proveo que os vereadores guardem e observem o seo regimento, que he no ord. do Lb.º 1.º e tt.º 66, e os Juises ordin.ºs o seu, que he o tt.º 65 do mesmo Lb.º E no fazer das Eleysões dos officiais que ham de servir no Conc.º Guardem o tt.º 67 do mesmo Lb.º fazendo Eleyção para 3 annos por Pellouros como elle D^{zor} Ouv.ºr Gl. Lhes deixa feita; e não uzem mais da Eleysam de hum anno como athe agora se fez; pois neste povo há pessoas bastantes para a Eleysam Trienal.⁴⁴¹

⁴³⁸ **BOLETIM DO ARCHIVO MUNICIPAL DE CURITIBA (BAMC).** Documentos para a História do Paraná: Fundação da Vila de Curitiba (1668 a 1721). Curitiba: Tipografia e Litografia Impressora Paranaense, 1906. p. 11. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Boletins%20AMC/volume1.pdf> Acesso em: 18 out. 2014. As transcrições deste documento são de responsabilidade de Francisco Negrão.

⁴³⁹ SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Op. Cit.* 2001. p. 12.

⁴⁴⁰ **BAMC.** Documentos para a História do Paraná: Fundação da Vila de Curitiba (1668 a 1721). Curitiba: Tipografia e Litografia Impressora Paranaense, 1906. p. 11. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Boletins%20AMC/volume1.pdf> Acesso em: 18 out. 2014.

⁴⁴¹ Treslado dos provimentos de correição que nesta villa fes, e deixou para bom Regimen da Republica e bem comum d'ella, o D.^{zor} Raphael Pires Pardinho. Este anno de 1721. [vila de Curitiba] Em: **Monumenta**, inverno 2000, Curitiba: Aos Quatro Ventos, v. 3, n. 10, 2001. p. 84. Destaque nosso.

O ouvidor régio, além de reafirmar a autoridade régia, teve o cuidado, conforme Antonio Cesar de Almeida Santos e Magnus Pereira, de “não apenas determinar a maneira pela qual a justiça ordinária deveria agir; também cuidou em instruir os vereadores na boa administração dos bens dos Concelhos, de modo que aquelas povoações fossem bem governadas e que se assegurasse o ‘bem comum’ delas”.⁴⁴² Assim serviriam, conforme as palavras do ouvidor, para “o bom regimen desta Republica”.⁴⁴³

Desta forma, como já indicado anteriormente, devido à ação do ouvidor régio na vila entendemos que há ganho mútuo, tanto da parte da Coroa lusitana, que reafirmava seu poder, como da comunidade, que era atendida pelas justiças da monarquia, entrando em conformidade com as leis régias, e do ouvidor, que, promovendo este elo entre Coroa e comunidade, ganhava mais prestígio.

No ano de 1724, após o conflito já relatado de Pardinho com seu sucessor Manuel de Melo Godinho Manso a respeito de seu ordenado, o procurador da Fazenda real deu o parecer de que “este Ministro he dos q. conheço servem V.Mag.^{de} com melhor préstimo, e desinteresse, não se negando a trabalho algum, sendo [il. 1p.] o q. sem tido, e dando sempre boa couza das delig.^{as} de que tem sido encarregado; [...]”⁴⁴⁴.

Tais ações em ganho mútuo geravam determinadas reações, inclusive de oficiais inferiores, no caso os juízes ordinários, que poderiam se “espelhar” nas ações que o ouvidor régio havia feito.

Exemplo neste sentido podemos observar no momento em que Manuel de Sampaio, “Juiz ordinário da villa de Pernaguá e nella Ouvidor g.^{al} por Ley e Juiz das Justificações com alçada no cível e crime”, realizou a correição na vila de Curitiba em 9 de outubro de 1726. Amparado nas antigas recomendações do ouvidor régio da capitania de São Paulo Raphael Pires Pardinho, Sampaio procurou reafirmar o pertencimento daquele território à Coroa lusitana, além de prover a padronização dos pesos e medidas da vila, o conserto da ponte sobre o rio Iguaçu, a readequação da construção de casas na vila além de, entre outros assuntos, ainda procurar

⁴⁴² SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Op. Cit.* 2001. p. 12.

⁴⁴³ Treslado dos capitulos de correição desta villa de Nossa Senhora do Rosário de Pernagua este anno de 1721. **Monumenta**, inverno 2000, Curitiba: Aos Quatro Ventos, v. 3, n. 10, 2001. p. 83.

⁴⁴⁴ **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 4, doc. 449.

adaptar as necessidades da vila no que dizia respeito à comercialização do ouro em pó.⁴⁴⁵

O juiz ordinário estava promovendo as correições, pois o ouvidor régio da comarca de Paranaguá, Antonio Álvares Lanhas Peixoto, havia se deslocado para as minas de Cuiabá, sendo que Sampaio procurou atender o “efeito de se faserem os acordos convenientes ao bom governo della e otild.^e do povo e os provim.^{tos} que fazem p.^a todos os requerim.^{tos} defferir e determinar o que fosse just.^a e com efeito por cedeo”,⁴⁴⁶ mas sempre observando os interesses da monarquia.

Proveo e mandou elle Ouvidor g.^{al} q' v.^{ta} a proposta q' o Pro.^{or} do Conc.^o propoz em nomem do povo o qual mandou se tresladasse e registasse no Livro de Registro da Camara que pudesse livremente – *correr ouro em pó* nesta villa e seu termo em q.ⁱ q.^r genero de negocio por evitarem o grande prejuízo deste Povo e não menos *o dos quintos* de Sua Mag.^{de} q' D.^s g.^{de} com cuminação de q' não o poderão levar desta v.^a p.^a fora sinão p.^a a *Casa dos Quintos de Pern.^a* a quitallo p.^a cujo effeito levarão dos Juizes desta v.^a carta de guia cuya ficará registrada em o Livro do Registro da Camara e p.^a mayor segurança darão fiança abonada e não o fazendo assim e achandosse ou sabendosse que algúa pessoa de qualq.^r qualidade ou estado que seye faz ou obra o contrario se procedera contra elle com todas as penas assim crimes como civeis impostas p.^{la} Ley e declaro q' no Registo q' se fiser assignara o juiz presidente daquelle mês com o escrivão e juntam.^{te} o q' leva a carta de guia p.^a a nenhum tempo haver duvida algúa.⁴⁴⁷

Considerando que o exercício do poder régio nas comunidades por meio dos ouvidores tinha por intuito “negociar” e adequar a ordem pública, os provimentos faziam alusão a diversas matérias voltadas para o “bem viver” em comunidade.

De modo geral, os provimentos mandados registrar pelos ouvidores de Paranaguá nos livros das câmaras municipais, evidenciam a estreita ligação entre esses oficiais régios e a administração local, seja aquela voltada à aplicação da justiça, sejam as ações compreendidas nas vereações. Essencialmente, os provimentos procuravam ordenar a vida em comunidade, promovendo, ao mesmo tempo, uma substituição do costume pelo direito letrado, nas relações entre os indivíduos e entre indivíduos e a Coroa lusa.⁴⁴⁸

Desta forma, observa-se que tais agentes régios eram os responsáveis pelo estabelecimento de um vínculo entre o próprio soberano e as localidades.

⁴⁴⁵ **BAMC.** Documentos para a História do Paraná: Provimentos e Correições (1721 a 1812) Curitiba: Livraria Mundial, 1924. v. VIII. p. 54. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Boletins%20AMC/volume8.pdf> Acesso em: 18 out. 2014.

⁴⁴⁶ **BAMC.** Documentos para a História do Paraná: Provimentos e Correições (1721 a 1812) Curitiba: Livraria Mundial, 1924. v. VIII. p. 110. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Boletins%20AMC/volume8.pdf> Acesso em: 18 out. 2014.

⁴⁴⁷ *Id.*

⁴⁴⁸ PEGORARO, J. W. Correções e Provimentos: a ação dos ouvidores régios junto às câmaras municipais. (Ouvidoria de Paranaguá – Século XVIII). **Revista História** – edição 2014. Ano 5, v. 1, n. 1. p. 81.

Por outro lado, tal relação com as comunidades também poderia gerar conflitos, como no caso do ouvidor régio da capitania de São Paulo João Saraiva de Carvalho.

Por se repetirem algumas queixas contra a pessoa do Dez.^{or} João Saraiva de Carvalho ouvidor geral da Capitania de São Paulo, fazendoSse certo que elle Se retirara [il. 1p.] de algum temor para o Rio de Janeiro, Largando o seo lugar, faltando por este respeito aquellas obrigações que se fazem prejuízo para o bom governo da justiça. Se servio V. Mag.^{de} Resolver que o Dez.^{or} sindicante Antonio da Cunha Sotto mayor, feita as delligenças que V. Mag.^{de} lhe havia recomendado no Rio de Janr.^o pasásse logo a Santos, e a São Paulo a inquirir da carios cazos ali sucedidos se sumo parte e tirasse rezidencia ao Dez.^o Antonio Luiz Peleja, que servio antecedentem.^{te} na mesma capitania mesmo lugar, e da mesma maneira ao dito Dez.^o João Saraiva de Carvalho conhecendo dos Capp,^{os} que houve [il. 1 p.] Ministros, e porque São Paulo esta sem ouvidor geral [il. 2p.] naquellas terras o dito Ministro, hacendo a sua asistencia oella de Santos, e seja [il. 1p.] hum grande **prejuízo aSim para o serviço de V. Mag.^e como para o beneficio daqueles moradores.**⁴⁴⁹

Ou seja, na mesma lógica em que a “boa administração” de Pardinho era um ganho mútuo, as queixas e abandono do ouvidor régio Saraiva geravam prejuízos tanto para o serviço real como para os moradores da localidade. Neste caso, existiam dispositivos para que o agente régio fosse retirado do cargo, reforçando a ideia de negociação que existia entre a comunidade estabelecida na América e a administração central da monarquia.

O contrário também ocorria. O ouvidor régio da comarca de São Paulo João Rodrigues Campello, devidoa suas ações na comunidade, motivou uma representação dos oficiais da câmara de São Paulo para o monarca no sentido de que o ouvidor fosse mantido por mais três anos no cargo, conforme dizia a representação de 11 de março de 1736:

E a Boa administração da Justiça com que se tem por todo o ouvidor geral desta comarca João Rodriguez Campello em todo o tempo que tem exercido, nos conduz a por na Real presença de V. Mag.^{de} o bom lugar que tem este Menistro feyto nao sô pelas grandeiz intelligencias que tem mostrado, como pelo afável acolhimento e que trata as Partez litigantes [il. 1p.] a todo o tempo, chora, com louvável promptidao mostrando ser hum dos maez exemploz Menistros que tem vindo a esta comarca pelo dezintereSse e Limpeza de maons com que se tem portado em forma que tem a todos os moradores desta comarca em boa tranquillidade experimentando (...) e pella efficacia da sua intelligência, veyo no Seu verdadeyro conhecimento, dandolhe o remédio de que necessitava Procedendo contra os taez transgreSsores, em vermos que chegamos a vermos livrez de tal vezamem fazendo Repartir o que havia pelos moradores, pelo preço do contrato comtanta docellidade que todos Ficarão satisfeitoz. E no aumento da Real fazenda sem tratão zellozo e autivo, como se experimentou no contracto das Emtradaz das Minnas dos Guayazez, que havendosse este arrematado nesta cidade; por novo incidente e que houve na villa de Santos, com Sua intelligência atividade e zello, fez com que estas tornassem a [il. 1p.] de que resultou RemataSse e por outra tanta quantya daquela porque se havia Rematado devendoSse só este, o aumento daquela segunda rematação. Pelo que suplicamos al como Seus vassalos queyra conceder a estez Povos novamente, demaes outros três annos lugar ao dito Ministro

⁴⁴⁹ AHU. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 1, doc. 82. Destaque nosso.

com o aumento que nelle merece pella validade que he a todos moradores na administração da justiça e para o aumento da Real fazenda de V. Mag.^{de} como tem mostrado.⁴⁵⁰

Porém, o peso de tais manifestações dos camaristas para a ascensão do agente régio, bem como a interpretação da administração central frente a tais representações, são difíceis de precisar, uma vez que ficando na comarca por mais tempo o ouvidor poderia não ter a mesma eficácia e, dadas as transformações nas dinâmicas locais, ter atritos com os moradores. Ou pior, do ponto de vista da monarquia, não garantir mais as prerrogativas régias. De qualquer forma, algum impacto deveria causar, já que Campelo ficou por mais tempo como ouvidor na comarca antes de ser provido para uma cadeira na Relação da Bahia.

O que devemos ter claro é que, a cada nomeação, a chegada de um novo agente régio à localidade modificava as estruturas político-sociais. Por um lado temos ouvidores régios que foram incorporados em proeminentes famílias, como no caso de Antonio dos Santos Soares e Manuel dos Santos Lobato, por outro, agentes que foram retirados de seus cargos, como Saraiva, e ainda sujeitos que, mesmo casando-se na localidade, permaneceram na estrutura jurídico-administrativa, como Gregório Dias da Silva. Nota-se, portanto, que o cargo de ouvidor, por mais distinção que pudesse transmitir ao seu ocupante dentro do corpo social, não era em si só um elemento que garantisse a “notoriedade” na localidade, mas sim as ações que o sujeito no exercício do cargo praticava.

⁴⁵⁰ AHU.São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 11, doc. 1123.

Capítulo VI – Carreiras, zelo e ascensão no serviço de Sua Majestade.

Os capítulos anteriores tiveram o objetivo de apresentar as relações estabelecidas entre os ouvidores régios e as demais esferas que compunham aquela sociedade. Com isso, indicou-se que a monarquia portuguesa foi o principal catalisador para que estas relações se constituíssem, uma vez que era sua prerrogativa a criação de instituições na América lusa – logo, também as ouvidorias –, bem como a nomeação e destacamento dos ouvidores régios para as localidades. Ao mesmo tempo, como pontuado, deve-se entender as câmaras municipais também como concessões régias, assim como a ação dos demais oficiais régios que de alguma forma acabaram por interagir com os ouvidores. Desta forma, corroborou-se o ponto de vista de Francisco Cosentino de que “a monarquia portuguesa desempenhou um papel protagônico na conquista e na gestão do Império ultramarino lusitano”. Inclusive observando a adaptabilidade com que a monarquia lusa respondia às dinâmicas e “múltiplas realidades encontradas”.⁴⁵¹

Porém, um aspecto sobre o qual a monarquia lusa tinha um reduzido controle eram as estratégias pessoais dos sujeitos que atuaram como ouvidores régios nas comarcas de São Paulo e Paranaguá. Conforme a perspectiva de José Subtil, “a Coroa parece não ter oferecido condições de atração especial para os lugares de governo local e periférico apesar de constituírem um investimento político e simbólico para a disputa de outros lugares”.⁴⁵² Com isso, havia um determinado fluxo de agentes régios que, após um período, não desejavam mais atuar na estrutura administrativa da Coroa portuguesa. Assim, o controle da monarquia sobre as estratégias pessoais dos sujeitos só se configurava quando estes desejavam permanecer e ascender no interior da estrutura administrativa, já que era a monarquia que geria tal ascensão e conferia estas mercês somente àqueles que possuísem determinadas qualidades.

Atribuímos aos 16 ouvidores régios aqui analisados que o seu deslocamento para atuar na América portuguesa foi uma estratégia para que ascendessem socialmente. Estratégia, pois até o momento em que se tornaram ouvidores régios no Estado do Brasil, agiam no intuito de adquirir e permanecer nos postos da estrutura jurídico-administrativa, legitimando o poder régio e entendendo que seus

⁴⁵¹ COSENTINO, Francisco Carlos. *Op. Cit.* p. 108.

⁴⁵² SUBTIL, José. *Op. Cit.* 2002. p. 53-54.

cargos lhes conferiam possibilidades tanto econômicas quanto sociais, retribuindo ao serviço real os préstimos ganhos com a nomeação feita pela Coroa. Estratégia também porque, ao ocuparem postos nas colônias, estes agentes poderiam almejar cadeiras, por exemplo, no Conselho Ultramarino. Conforme Nuno Camarinhas,

A particularidade dos membros do Conselho Ultramarino residia na sua experiência das colônias. Sobretudo a partir do século XVIII, a maioria dos conselheiros letrados conta com pelo menos uma passagem por lugares no Brasil, Índia ou África. A maior parte destes juristas chegava ao conselho proveniente da Casa da Suplicação (68%), tendo servido, em etapas anteriores, nas colônias. É normalmente com o lugar de desembargador de um tribunal de relação (em Lisboa ou nas relações das colônias) que os magistrados podem aceder ao Conselho Ultramarino.⁴⁵³

Ao mesmo tempo, a América portuguesa poderia lhes oferecer oportunidades que o reino não mais garantiria, seja por não possuírem as devidas habilidades (conexões) para almejar determinados postos, seja pela identificação de que na América a ascensão social seria mais fácil de conquistar.

Seja como for, devemos deixar claro que não observamos esses sujeitos como um grupo. Por mais que os tratemos de forma geral como “ouvidores régios”, colocando todos como iguais, devemos ter em mente que eram diferentes. Suas ambições e trajetórias, portanto, eram individuais.

Como apresentado anteriormente, na América portuguesa suas ações (e estratégias) se tornaram ainda mais “pessoais”, uma vez que eram eles que estavam inseridos naquelas dinâmicas, não se valendo mais com grande amplitude de seus familiares. Não estamos descartando, ou desqualificando, a grande importância que as famílias (e as estratégias familiares) desempenhavam na sociedade portuguesa do Antigo Regime, mas identificamos que no exercício do cargo de ouvidor régio tal fator tem um peso menor, já que o sujeito se deslocava, normalmente, sozinho para o outro lado do Atlântico, e a ele cabia agir nas comunidades, constituindo relações e identificando o que seria melhor para sua vida.

Além do mais, por não considerá-los como um grupo, não observamos também uma coesão entre os oficiais a serviço da Coroa - muito pelo contrário. Como visto anteriormente, poderiam existir conflitos entre os agentes régios, por vezes “incentivados” pelos próprios órgãos centrais da administração régia. Com isso, conforme identificado na documentação, era o sujeito que estava no cargo de ouvidor régio atuando na América lusa que deveria solicitar melhores ordenados

⁴⁵³ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 66-67.

para a administração central, era ele que escolhia casar-se e permanecer na localidade, eram suas ambições que o faziam largar o cargo e partir para outras regiões.

Só o fato de terem servido no mesmo cargo não os configura como um grupo, muito menos um grupo que possuísse poderes para se contrapor aos poderes políticos da Coroa. Ainda, as pessoas que serviram no cargo de ouvidor régio nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá agiram em distintos períodos, com dinâmicas próprias e, no máximo, dois ocupavam ao mesmo tempo o cargo, e, ainda assim, cada um em sua respectiva comarca. Logo, reafirmamos, não fazendo frente aos poderes da monarquia, nem incorporavam estes poderes como “seus”.

Porém, como já indicado, um aspecto deve ser ressaltado que consideramos de grande valia para a atuação dos ouvidores régios na América portuguesa: eles possuíam certos conhecimentos, formação e títulos que lhes conferiram certo *status* no corpo social.

Ao escrever sobre as “elites coloniais”, Maria Fernanda Bicalho, por mais que reconheça a possibilidade de conceituar as elites que se formaram do outro lado do Atlântico por meio do critério econômico, identifica que:

(...) a constituição das elites no ultramar passava pelo serviço do rei, não tão diferente do que ocorria também em Portugal. Nesse sentido, a conquista e a defesa da terra, o serviço do rei, a ocupação de cargos administrativos e as mercês régias recebidas em retribuição aos serviços prestados podem aqui ser evocados como critérios de formação e de definição das elites coloniais. Porém, o que a situação e a experiência coloniais tinham de específico era o fato de suas elites serem escravistas.⁴⁵⁴

Dadas as diferentes oportunidades com as quais os ouvidores régios se depararam na América, distintas também foram suas escolhas. Nesta linha, para encaminharmos a discussão deste capítulo, são apresentados certos “fatores” que nos permitem perceber que na América outras oportunidades eram possíveis para os sujeitos que ocuparam os cargos de ouvidores régios; não só os postos na estrutura jurídico-administrativa. Não se nega a importância que tais cargos tiveram para estes sujeitos, porém, como se observará, suas ambições não estavam restritas aos quadros da monarquia. Assim, expomos a seguir os casos dos ouvidores régios Antonio Álvares Lanhas Peixoto, que abandona o cargo de ouvidor

⁴⁵⁴ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Elites coloniais: a *nobreza da terra* e o governo das conquistas. História e historiografia. Em: MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. **Optima Pars**: Elites Ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 74.

da comarca de Paranaguá, Antonio dos Santos Soares e Manuel dos Santos Lobato, no intuito de observar suas alianças com famílias já estabelecidas em Paranaguá, assim saindo da estrutura jurídico-administrativa; e Raphael Pires Pardinho e Gregório Dias da Silva, que servem como um contraponto, uma vez que galgaram locais proeminentes na estrutura jurídico-administrativa.

6.1 – Carreiras interrompidas: transgressões e casamentos

Entende-se por “carreiras interrompidas”, a opção feita por aqueles sujeitos que não desejavam mais pertencer a estrutura jurídico-administrativa da monarquia lusitana. De fato, os três ouvidores aqui abordados interromperam suas carreiras por vontade própria e não por determinação régia.

Por carreiras interrompidas, entendemos No ano de 1701, corria no Desembargo do Paço a leitura de bacharéis de Antonio Álvares Lanhas Peixoto, oficial que viria a ser o primeiro ouvidor régio da comarca de Paranaguá. Natural da cidade de Braga, era filho legítimo de Luis Álvares Lanhas, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Sargento-mor de Infantaria paga da Província no Minho, e de Dona Mariana Peixoto. Neto por parte paterna de Francisco Alvares Lanhas e de Martha dos Reis, e pela parte materna de Pedro Francisco Correa e Maria Peixoto. Formado na faculdade de sagrados cânones pela Universidade de Coimbra.⁴⁵⁵

De todos os 16 ouvidores régios aqui pesquisados, apenas do pai de Antonio Álvares Lanhas Peixoto conseguimos informações mais detalhadas, uma vez que foi possível rastrear sua leitura de bacharel, que correu no Desembargo do Paço a partir de 1666. Dizia Luiz Alvares, bacharel formado pela Universidade de Coimbra, ser filho legítimo de Francisco Rodrigues e Marta Alvares, sendo seus pais moradores do lugar de Mariz do termo da vila de Barcelos, sendo neto pela parte paterna de Rodrigo Gonçalves, natural de Mariz, e Leonor Lourença, natural de Santa Maria “do termo desta villa” de Barcelos, e, pela parte materna, de Alvaro Pires, natural da freguesia de Mariz, e Maria Gonçalves, natural de São Paio de Perelhal.⁴⁵⁶

⁴⁵⁵ **ANTT**. Leitura de Bacharéis – Antonio Alves Lanhas. Ano: 1701. Maço: 2. Número: 07.

⁴⁵⁶ **ANTT**. Leitura de Bacharéis – Luis Alvares. Ano: 1666. Maço: 5. Número: 11.

Na inquirição feita em 10 de maio de 1666 as testemunhas confirmaram a limpeza de sangue dos pais e avós de Luis Alvares, bem como que todos desenvolviam a atividade de lavradores, vivendo de suas fazendas. Além disso, Luis Alvares foi apresentado na inquirição como “bem afortunado, he bom letrado e he cazado na villa de espozende com gente nobre limpa sem Raza, e servio na dita vila de juiz pella ordenação”.⁴⁵⁷

Pelo cruzamento que foi possível fazer por meio da documentação, ao que tudo indica foi Luis Alvares o primeiro a ter ofícios na estrutura da monarquia lusa. Outras referências a respeito dos Álvares, posteriormente incorporados os sobrenomes Lanhas Peixoto, surgem a partir dele.

No ano de 1690 há um registro de mercê de que a pessoa que se casasse com sua irmã, Faustina dos Reis, receberia, conforme prometido, um ofício de justiça ou fazenda.⁴⁵⁸ Já no ano de 1696, seu filho Veríssimo Peixoto passaria de escudeiro fidalgo para cavaleiro fidalgo, demonstrando a ascensão da família. Além disso, Veríssimo Peixoto recebe no mesmo ano uma ajuda de custo de 20\$000 réis para sua viagem para a Índia.⁴⁵⁹

A partir do ano de 1704, Antonio Álvares Lanhas Peixoto passa a obter mercês. O primeiro registro que aparece é de uma carta de padrão para receber uma tença de 8\$000 réis efetivos em cada ano de sua vida. Em seguida há referência de outra carta de padrão, de uma tença de 12\$000 réis anuais efetivos em vida, mas somente se tivesse o hábito de Cristo.⁴⁶⁰

Após se habilitar no Desembargo do Paço para atuar no lugar das letras, Antonio Álvares Lanhas Peixoto foi nomeado para juiz de fora da vila de Penamajor.⁴⁶¹ Em 1715, recebeu a mercê régia para atuar no mesmo cargo na cidade de Portoalegre, ainda no reino.

o B.^{el} An.^{to} Alveres Lanhas Peixotto, diSserão ser f.^o de Luis Alveres Lanhas Peixotto

⁴⁵⁷ *Id.*

⁴⁵⁸ **ANTT.** Registro Geral de Mercês. Cota: Dom Pedro II, livro 6, folha 208.

⁴⁵⁹ **ANTT.** Registro Geral de Mercês. Cota: Dom Pedro II, livro 10, folha 206.

⁴⁶⁰ *Id.* Conforme o dicionário da língua portuguesa de Antonio de Moraes Silva, tença era “a quantia que el-Rei dá para sustento em razão de serviços, e commumente aos cavalleiros”. SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Vol. 2. p. 764. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/2/tença> Acesso em: 22 set. 2014.

⁴⁶¹ **ANTT.** Chancelaria de Dom Pedro II. Livro 29, folha 59.

Ouve S. Mg.^{de} p' bem havendo resp.^{to} á **boa informação q' tem das letras**, e mais p.^{tes} q' concorrem no d.^o B.^{el} An.^{to} Alvers' Lanhas Peixotto e q' no de q' o encarregar servirá como **Cumpre a seu Real serviço e a boa administração da justiça** como o fez no Lugar de Juis de fora de Penamaior q' servio, e de q' **deu boa residencia**: Ha S. Mg.^{de} p' bem fazerlhe m.^{ce} do cargo de Juis de fora da Cid.^e de Portalegre por tempo de 3. annos e alem delles o mais q' houver p' bem emq.^{to} lhe não md.^{ar} tomar residencia o q.^{al} cargo elle servira [Il. 1p.] os poderes, e alçada q' leva por provizão de S. Mg.^{de} e delle havera o ordenado proês e percalços q' lhe dereitam.^{te} lhe pertencerem. De q' lhe foi paSsado carta a 20. de Fev.^{ro} de 715.⁴⁶²

Até aquele momento, as informações que se tem de Antonio Álvares Lanhas Peixoto refletem seu cumprimento do “real serviço e a boa administração da justiça”. Algo que, frente à perspectiva aqui adotada, vem a corroborar os aspectos de retribuição à Coroa após um prestígio ganho.

Posteriormente à residência por suas ações como juiz de fora em Portoalegre, foi nomeado ouvidor régio da comarca de Paranaguá. Na mesma ocasião acabou por acumular o ofício de provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da mesma comarca, mais uma vez atendendo à necessidade da “boa administração da Justiça”.⁴⁶³

Lanhas Peixoto tomou posse do cargo de ouvidor régio da comarca de Paranaguá em 7 de dezembro de 1725, conforme informava ao monarca em carta de 3 de janeiro de 1726.⁴⁶⁴ Inclusa na carta está a certidão do momento em que foi feita a divisão da capitania régia de São Paulo em duas comarcas.⁴⁶⁵

Estendendo-se, a princípio, até o Rio da Prata, a ouvidoria de Paranaguá possuía uma vasta extensão e passou a existir a partir do momento em que Lanhas Peixoto tomou posse do cargo de ouvidor.⁴⁶⁶

Porém, temos indícios para acreditar que Antonio Álvares Lanhas Peixoto tinha outros objetivos, e estes poderiam até ser atingidos na América portuguesa, mas não no ofício de ouvidor régio em Paranaguá.

Criada em 1723, a ouvidoria de Paranaguá só veio a ser de fato instalada no último mês de 1725. Isto se deve, principalmente, ao fato de que Lanhas Peixoto

⁴⁶² **ANTT**. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 7, folha 98. Destaques nossos.

⁴⁶³ **ANTT**. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 7, folha 98.

⁴⁶⁴ **AHU**. Conselho Ultramarino – 023, Cx. 1, doc. 53.

⁴⁶⁵ *Id.*

⁴⁶⁶ Como já apresentado, em 1749 foi criada a ouvidoria de Santa Catarina, limitando a jurisdição da ouvidoria de Paranaguá.

demorou a embarcar para o Estado do Brasil. Desde julho de 1724, Rodrigo Cesar de Menezes já indicava que estava esperando pelo ouvidor de Paranaguá.⁴⁶⁷

Na realidade, desde julho de 1723, ou seja, um ano antes, há indícios de Antonio Álvares Lanhas Peixoto buscar junto à administração central uma ajuda de custo para se deslocar para a vila de Paranaguá.⁴⁶⁸

Quase dois anos depois deste pedido, em março de 1725, o ouvidor régio nomeado para criar a nova ouvidoria solicita uma certidão ao escrivão da superintendência do Porto que informasse que não saiu nenhum navio para o Rio de Janeiro desde abril de 1724 até o mês de março de 1725, assim impossibilitando sua ida para o Estado do Brasil. Contudo, em 31 de março de 1725 Antonio Álvares Lanhas Peixoto consegue uma certidão com Antonio Moreira da Cruz para partir para o Rio de Janeiro no navio Nossa Senhora da Vitória.⁴⁶⁹ Entretanto, antes de seu embarque, Lanhas Peixoto foi preso.

A causa de sua prisão foi sua demora em se deslocar para o Estado do Brasil. No documento, Lanhas Peixoto expõe as razões que o impediram de embarcar para a América, com isso indicando que foi levantada ordem para sua prisão antes de seu embarque para São Paulo.⁴⁷⁰ Um despacho do Conselho Ultramarino busca solucionar a questão:

por ordem de V. Mg.^{de} que ele entende por noticias [il. 1p.] motivo da sua prisão e não ter já embarcado p.^a o dito lugar pelo que se mandava prezo p.^a que embarque p.^a o dito lugar com effeito visto ter sido notificado por mand.^o deste Con.^{lho} p.^a fazer e o [il. 3p.] e porque estando o Supp.^{te} nessa Corte, e tendo notificado p.^a embarcar em Ag.^{to} Se [il. 1p.] pella petição que junta e me mostra a sua desculpa [il. 1p.] a comodidade que lhe Rezultão de embarcar no Porto.⁴⁷¹

Ou seja, é solicitado que Lanhas Peixoto seja solto, para que embarque para ocupar o lugar para o qual foi nomeado. Desta forma, nos parece que as estratégias de Lanhas Peixoto não estavam vinculadas a sua ida para a América portuguesa. De qualquer forma, ele tomou posse do cargo no final de 1725, e nos meses iniciais de 1726 buscava constituir a ouvidoria, bem como exercer seu cargo.

⁴⁶⁷ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 3, doc. 388.

⁴⁶⁸ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 3, doc. 346.

⁴⁶⁹ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 4, doc. 487.

⁴⁷⁰ *Id.*

⁴⁷¹ *Id.*

Em 10 de março de 1726, Lanhas Peixoto estava na vila de São Francisco promovendo os autos de residência e devassa do capitão-mor Antonio Alvares Marinho⁴⁷², bem como solicitava ao ouvidor régio da comarca de São Paulo os papéis referentes à nova jurisdição.

Luiz Henriques Freiras escrivão da ouvidoria geral desta villa de Pernagua e sua comarca certifico q. no mes de dezembro de mil e setecentos e vinte e Sinco proximo passado logo passados alguns dias q. o D.^{or} ouv.^{or} g.^{al} An.^{to} Alz. Lanhas Peixoto tomou posse dela que foi nos principios deste mes por m.^{to} do D.^{or} ouv.^{or} g.^{al} passou percatorio q. ele aSignou ao D.^{or} ouv.^{or} de S. Paulo Fran.^{co} da Cunha Lobo de cuja ouv.^a se desanexou esta Com.^{ca} com a criação d'elle D.^{or} ouv.^{or} g.^{al} dela para q. mandasse Remeter o cartório e mais papeis a elle pertencentes se Achavão ainda no cartório de S. Paulo cujo percatorio me consta fiz entregue o D.^{or} ouv.^{or} daquela Com.^{ca} e athe o prez.^{te} não Remeteo papeis alguns nem tem chegado athe agora (...)⁴⁷³

A carta do escrivão data de 29 de abril de 1726, buscando junto ao ouvidor régio da comarca de São Paulo os devidos documentos para a criação do arquivo da nova ouvidoria. No dia seguinte, Lanhas Peixoto enviava uma carta ao monarca a este respeito:

Vindo por S. Paulo a tomar juram.^{to} de provedor dos deff.^{tos}, e auz.^{tes} no g.^v das armas, logo requeri ao Ouv.^{or} g.^{al} daquela com.^{ca} mandasse ao seu esc.^{am} cepear no carthorio os livros e feitos pertencentes a esta de Pernaguá, q. V. Mag.^{de} foi servido, se cepparaSse daquela, e a vieSse crear de novo, affirmoume aSsim e mandava em presença do gn.^{el} R.^o Cezar de Menezes, e este prometeo remetellos dando a condução athe S.^{tos} por terra e dahi por mar a esta V.^a, aonde chegando tomei posse em 7 de Dezembro passado, o q. consta da certidão junta como tambem q. logo md.^{es} precatório ao d.^o Ouv.^{or}, cujo comprien.^{do} não teve athe agora efeito nem os papeis da just.^a e autos tem chegado o q. cauza m.^{tos} embaraços e faz falha a boa administração dela com grd.^e prejuízo de partes: na mesma certidão se ve tresladado hum §.^o de hua carta do Sarg.^{to} mor pago de S.^{tos} M.^{el} Glz de Aguiar q. diz q. o d.^o ouv.^{or} está empenhado em ir a Coyabá com o gov.^{or} sem emb.^o de V. Mag.^{de} determina, **q. vá eu:** e como sayo desta Com.^{ca} [il. 1p.] fazer e exercitar a ordem de V. Mag.^{de} em [acompanhado?] e fica ella no desemparo, q. athe agora deve com a falha do d.^o carthorio dou esta conta a V. Mag.^{de} p.^a q. pareSsendo se auzen.^{te} ao d.^o Ouv.^{or} o remeter e de conta do q. não [trata?] tiver obrado, porq. a paixão q. dizia tem por não hir ao Coyabá com ordem, [il. 1p.] perturbar dforma q. não satysfaSsa nem cumpra ao meu precatório.⁴⁷⁴

Destacamos na transcrição deste documento que o ouvidor da comarca de São Paulo estava contrariando as determinações do monarca, “empenhado em ir a Coyabá com o gov.^{or} sem emb.^o de V. Mag.^{de} determina”. Lanhas Peixoto, portanto, relata para o monarca as intenções do ouvidor régio de São Paulo, Francisco Cunha Lobo, de ir para as novas minas sem as devidas ordens e permissões do rei, bem como dando a impressão de este ouvidor ser relapso em suas funções, já que não fora capaz nem de mandar os papéis da justiça para a nova ouvidoria.

⁴⁷² **AHU.** Conselho Ultramarino – 023, Cx. 1, doc. 56.

⁴⁷³ **AHU.** Conselho Ultramarino – 023, Cx. 1, doc. 57.

⁴⁷⁴ **AHU.** Conselho Ultramarino – 023, Cx. 1, doc. 58. Destaque nosso.

Um mês antes, Lanhas Peixoto escrevia para o monarca informando suas ações na comarca:

Por serem passados os tres annos q. o Cam.^{am} mor desta V.^a de Pernagua Andre Gonçalves Pinhr.^o tinha occupado este posto o suspendi, e syndiquei, de cujos autos de rezid.^{cia} e ditos de l.^o regt.^{os} q. perguntei he não resultou culpa alguã como delles consta antes todas [il. 1p.] declaração procedera no d.^o posto, e occupação com zello do real serv.^o.
E pelo q. achei por exposta informação extrajudicial q. fiz tem o d.^o Cam.^{am} mor syndicado recta intenção em tudo o q. obra e he inclinado a bondosa e benevolencia m.^{to} afável p.^a todos, e por todas as prendas e p.^{tes} q. logra digno de q. V. Mag.^{de} lhe faça a honra e m.^{ce} q. for servido.⁴⁷⁵

Relembramos as atribuições passadas ao ouvidor por seu regimento de novembro de 1725, em que um de seus afazeres era justamente o de saber se os capitães-mores das vilas da comarca haviam exercido os seus triênios e, no caso de terem completado o tempo no cargo, os suspender e retirar as residências necessárias, repassando para o governador e capitão-general da capitania de São Paulo o que achasse das ditas residências.⁴⁷⁶

Assim, independente de ter ficado pouco tempo na função, apenas cinco meses no cargo de ouvidor régio de Paranaguá, Lanhas Peixoto cumpria suas atribuições. Entretanto, por ficar pouco tempo na ouvidoria, nos parece que estar no cargo de ouvidor não era o desejo de Antonio Álvares Lanhas Peixoto. Assim, no momento em que outras oportunidades surgiram na América portuguesa, Lanhas Peixoto seguiu por outro caminho.

O fato de Lanhas Peixoto seguir na comitiva de Rodrigo Cesar de Menezes para Cuiabá e lá desejar permanecer mesmo após um conflito com o próprio Menezes nos faz acreditar que suas ambições estavam atreladas a outras possibilidades na América portuguesa, e não aos cargos do aparato jurídico-administrativo. Cuiabá naquele momento despontava como o mais novo local de mineração do Estado do Brasil.

Na verdade, Lanhas Peixoto só foi escolhido para ir para Cuiabá porque o antigo ouvidor régio da ouvidoria de São Paulo, Raphael Pires Pardinho, não pôde acompanhar o governador.⁴⁷⁷

⁴⁷⁵ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 4, doc. 514.

⁴⁷⁶ **DIHCSP.** v. 13, Bandos e portarias de Rodrigo Cesar de Menezes, 1835, p. 76-77. Disponível em: http://www.delphos.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-07-13_volume_13/#/76
Acesso em: 06 jan. 2014.

⁴⁷⁷ **DIHCSP.** v. 20, Correspondência Interna do Governador Rodrigo Cesar de Menezes – 1721-1728, 1896, p. 287. Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-09-20_volume_20/#/288/ Acesso em: 13 ago. 2014.

Após cientificar-se de que iria para Cuiabá, Lanhas Peixoto escreve a seguinte carta para o governador e capitão-general da capitania de São Paulo:

Exc.^{mo} S.^r

Por ServiSso de S. Mag.^e q' D.^s g.^{de} p.^a diligencia do mesmo peSso a V. Ex.^a mande na Secretaria de Estado, se me paSsem por Certidão autentica huã representação, e as mais Cartas E papeis pertencentes, q' nella se acharem registadas, q' tudo fes o D.^r Fran.^{co} da Cunha Lobo Ouvidor desta Com.^{ca} a resp.^{to} de hir às Minas de Cuyaba, e repostas de V. Ex.^{ca} p.^a elles, como tambem o dia mes e anno em q' forão registadas as ordens de S. Mag.^e em q' he Servido mandar q' eu acompanhe a V. Ex.^{ca} na jornada das d.^{as} Minas, E aSsista a V. Ex.^{ca} ao q' S. Mag.^e for Servido mandar q' V. Ex.^{ca} nellas obre, e em mandar V. Ex.^{ca} o refferido q' peSso me faS a mim p.^{ar} m.^{ce}

[ileg.] g.^{de} D.^s a peSsoa de V. Ex.^{ca} m.^{tos} a.^s S. Paulo de Caza e Junho 11 de 1726

Subdito de V. Ex.^a

O Ouv.^{or} de Pernaguá⁴⁷⁸

No “Registro do Regimento que se fez para os oficiais do Senado da Câmara desta Vila ficar regendo estas minas na ausência do General”, datado de 5 de junho de 1728, e que se refere à vila de Cuiabá, o 15º item menciona que Lanhas Peixoto ficou voluntariamente na vila, mesmo com a ordem de Rodrigo Cesar de Menezes para que retornasse para a comarca de Paranaguá, deixando registrado para os membros da câmara que “se deve ter húa total advertência, q' não uze de jurisdição algúa, porq.^{to} da de Ouv.^{or} g.^l de Pernagoá não pode uzar fora da sua com.^{ca} e pella real ordem porq' o trouxe a estas minas se lhe não concede, e fica sendo húa pessoa particular, e não deve ser obedecido como Min.^o, em couza algúa, salvo mostrando ordem de S. Mag.^{de}, porq' lhe conceda jurisdição”.⁴⁷⁹

Desde outubro de 1727 as relações entre Rodrigo Cesar de Menezes e Antonio Álvares Lanhas Peixoto já estavam estremecidas; inclusive, como já informado anteriormente, o ouvidor régio da comarca de Paranaguá desiste de seu cargo, conforme carta de 11 de outubro de 1727:

Exc.^{mo} S.^r [Rodrigo Cesar de Menezes] – Muito meu S.^r – servi nestes lugares athegora por hum avizo de V. Ex.^a em q' me declarava a ordem q' tinha de S. Mad.^{de} p.^a me trazer a estas Minas, e porq' implica com a minha consciencia continuar o serviço nelles peço a V. Ex.^a me faça m.^{ce} de aseitar-me a desistência, q' nesta deles faço, e sirva-se V. Ex.^a por me fazer m.^{ce} dar-me m.^{tas} ocasiões do seu serviço. G.^e D.^s a V. Ex.^a Villa Real e de Outubro 11 de 1727 – O mais humilde criado de V. Ex.^a. Antonio Alz' Lanhas Peixoto.⁴⁸⁰

⁴⁷⁸ **AESP.** Caixa 73, Pasta 01, Documento 76-1-1. Carta de Antonio Álvares Lanhas Peixoto a Rodrigo Cesar de Menezes, São Paulo, 11 de Junho de 1726.

⁴⁷⁹ **DIHCSP.** v. 13, Bandos e portarias de Rodrigo Cesar de Menezes, 1835, p. 161. Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-07-13_volume_13/#/156 Acesso em: 09 ago. 2014.

⁴⁸⁰ **DIHCSP.** v. 20, Correspondência Interna do Governador Rodrigo Cesar de Menezes – 1721-1728, 1896, p. 279. Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-09-20_volume_20/#/280/ Acesso em: 09 ago. 2014.

Tal carta nos dá indícios de que Lanhas Peixoto, ao pedir para sair dos reais serviços, tinha encontrado outras oportunidades na Vila de Cuiabá, associadas à extração aurífera.

Em resposta à solicitação do ouvidor régio de Paranaguá, Rodrigo Cezar de Menezes questiona, e muito, o motivo que levou Lanhas Peixoto a pedir a desistência de seu cargo. Diz o governador e capitão-general da capitania de São Paulo:

Pella carta q' V. M.^{ce} me escreve hoje onze do corrente vejo se exime de continuar nas occupaões de q' o havia encarregado, com o pretexto de q' implicava com a sua consciencia o d.^o exercício, e se me oferece dizer a V. M.^{ce} q' se esta desistência q' agora fás fosse muito mais antecipada menos gravada se acharia a sua consciencia pelas rezoas, q' não ignora, suposto q' a sua contumacia as tem desprezado, não só com prejuízo tanto seu, e de terseiro passando a mais fazendo openião por *sim* em todo o sentido, sem reparar nas perniciosas consoquencias, q' athéqui se tem seguido.

Asseito a dezistencia q' V. M.^{ce} fas não só por discargo da sua consciencia, q' suposto foi tarde o escruplo ainda chega a tempo mas por algúas circunstancias mais que V. M.^{ce} agora me ouvirá.⁴⁸¹

A partir deste ponto, Rodrigo Cesar de Menezes passa a discorrer que tem prerrogativas dadas pelo monarca de proceder como lhe “parecer conveniente ao real serviso” na criação daquelas minas em Cuiabá, possuindo “expressa jurisdição e poder p.^a uzo das leys municipaes”. Além do mais, reforça que o primeiro ministro a ser escolhido para acompanhá-lo para criar as minas era o desembargador Raphael Pires Pardinho, “atendendo as suas letras, e larga experiencia desta Cappitania por ter servido nella quatro annos, só lhe mandou declarar q' me acompanhasse a estas minas, p.^a me ajudar ao estabelecimento dellas, e ouvilo nas juntas q' fizece, isto se entende como meu *Acessor*”. A carta passa a discorrer sobre exemplos de bons oficiais das letras que “entre m.^{tos} maos tambem consta houve alguns bons”. Além de ser desnecessária a presença de ouvidor naquelas minas e que as justiças fossem conduzidas apenas pelos moradores da localidade. Segundo o governador “não hé conveniente, q' estas minas sendo hua criança tão tenra se lhe principiem a dar sangrias tão diffuzas, deixe se lhe tomar corpo q' a proporção das forças criarão mais sangue, e então se fará a sangria perciza porq' se acha o corpo mais adusto, e a robustes o anima a fazer húa travesura a qual senão pode recear da inocência”. Assim Menezes finaliza as razões pelas quais aceitaria a

⁴⁸¹ **DIHCSP.** v. 20, Correspondência Interna do Governador Rodrigo Cesar de Menezes – 1721-1728, 1896, p. 279-280. Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-09-20_volume_20/#/280/ Acesso em: 09 ago. 2014.

desistência de Lanhas Peixoto: “o q’ insinuei a V. M.^{ce} p.^a q’ se houvesse, e os off.^{es} com moderação, pois de serem executados os devedores com rigor rezultarão perniciozas consoquencias sendo a mais esencial dezampararem os homés estas minas sendo tão necessr.^{os} nellas”.⁴⁸²

A partir de abril de 1728, com o iminente retorno de Rodrigo Cesar de Menezes para São Paulo, pelo menos três cartas do governador e capitão-general para Lanhas informam da partida e de que ele deveria retornar para Paranaguá. Em resposta à segunda carta de Rodrigo Cesar de Menezes, assim escreve Lanhas Peixoto:

Ex.^{mo} S.^r Muito meu S.^r – Segunda ves me escreve V. Ex.^a, e nesta me dis q’ S. Mag.^e q’ D.^s g.^e na ordem em q’ o mandava passar a estas minas lhe ordenara me trouxesse em sua companhia, na falta do Dr. Raphael Pires Pardinho, e q’ em virtude dela me trouxera, e que por estar finda a delligencia a q’ veio, segue viagem, q’ tambem, devo seguir; pois vim acompanhalo p.^a satisfazer as reaes ordens como devo.
Já escrevi a V. Ex.^a estava prompto, e determinado a seguir a sua viagem: e bem sei (o q’ sempre fis) que devo observar decretos, leys, e ordens do d.^o S.^r, e não transgredilas obrando o contr.^o, porq’ como a Soberano devo, e devem todos os seus vassalos sem exepção obedecelo. G.^e Deos a V. Ex.^a Villa Real, e Abril 15 de 1728. – Humilde Cr.^o de V. Ex.^a Ant.^o Alz’Lanhas Peixoto⁴⁸³

Contudo, como apresentado, voluntariamente Lanhas Peixoto fica em Cuiabá e desobedece às determinações de Rodrigo Cesar de Menezes. Em uma longa carta de 5 de junho de 1728, o governador pela terceira vez informava a Lanhas Peixoto que ele deveria retornar a Paranaguá. Além disso, reforça a ideia de que o próprio ouvidor já havia lhe informado, em carta de 15 de abril de 1728, que estava pronto para seguir viagem, com a seguinte advertência :

Com esta resposta me pareceu devia *suspender* advertir a Vm.^{ce} das cauzas q’ antes do prim.^o avizo andava publicam.^{te} dizendo por esta V.^a q’ não havia sahir destas minas, senão prezo a húa corrente, que havia de retirar-se do caminho, matar, e estoquear, e outras mais incapazes do uzo de rezão, escandalozas, e indignas do caráter de Min.^o, porem como me consta q’ Vm.^{ce} anda os mais dos dias em continuas gritarias por toda a p.^{te} por onde se acha mostrando, e glozando os meus avizos, e já as respostas de outros, supondolhe hão de hir, dizendo q’ se me escreveu estava prompto a seguir viagem, me não dizia quando o havia de fazer, e q’ a sua carta não hera em latim, mas sim portugues, e a este respeito dizendo tudo q.^{to} lhe vem ao sentido, e como isto redunda não só em escândalo geral destes moradores, mas em menos preço de atenção q’ se me deve pello emprego q’ ocupo se me faz percizo advertillo a Vm.^{ce} dezista destas superfluidades, e dizer lhe as rezões, porq’ se fas

⁴⁸² **DIHCSP.** v. 20, Correspondência Interna do Governador Rodrigo Cesar de Menezes – 1721-1728, 1896, p. 281-282. Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-09-20_volume_20/#/282/ Acesso em: 09 ago. 2014.

⁴⁸³ **DIHCSP.** v. 20, Correspondência Interna do Governador Rodrigo Cesar de Menezes – 1721-1728, 1896, p. 287-288. Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-09-20_volume_20/#/289/zoomed Acesso em: 09 ago. 2014.

inconveniente ao serviço de S. Mag.^{de}, e ao de D.^s e ao bem comum dos povos o ficar Vm.^{ce} nestas minas.⁴⁸⁴

Rodrigo Cesar de Menezes pontua na carta que o monarca não havia dado qualquer diligência que justificasse que o ouvidor régio permanecesse na localidade, e sim que este só foi para Cuiabá acompanhar o governador para prestar consultas “quando se me fizece percizo”. Desta forma, como o monarca havia ordenado diligência a ele, Rodrigo Cesar de Menezes, e esta estava finalizada, Lanhas Peixoto deveria regressar para Paranaguá. Ainda, o governador indica que Lanhas Peixoto, para acompanhá-lo, havia deixado a comarca de Paranaguá, ouvidoria que criara como havia sido encarregado pelo monarca, assim, estaria “faltando as obrigações do seu lugar (...) e faltando ao juramento q’ tomou de guardar o serv.^o de S. Mag.^{de} pois voluntario o larga deixando padecer as p.^{tes} sem necessd.^e nem ordem p.^a ficar fora da Com.^{ca}”.⁴⁸⁵

Na carta, o governador indica que um dos pretextos de Lanhas Peixoto para permanecer era que aguardava o recurso de uma apelação, porém “neste dezerto o não ha, e hé necessr.^o m.^{to} tempo p.^a vir hua reposta de povoado e tanto q’ remetendo Vm.^{ce} os papeis na monção do anno de 1727 chegou a do prez.^{te} de 728, sem deles haver efeito algú”. Lanhas Peixoto poderia tratar desta questão na comarca de Paranaguá, que ficava mais próxima do Rio de Janeiro, local onde o recurso estava sendo apreciado.⁴⁸⁶ Além do mais, outro pretexto, dentre vários que Rodrigo Cesar de Menezes deixa de mencionar, que Lanhas Peixoto utilizava era o de que se encontrava excomungado e não queria entrar na comarca de Paranaguá em tal situação, contudo

Vm.^{ce} se considera excomungado p.^a não poder entrar na sua Com.^{ca} como logo não trata de absolverce, nem ainda a cautela como lhe offerecia o Vig.^{ro} p.^a o desobrigar do preceito da quaresma de 1727, e está ha duas sem satisfazer a ele com escandalo publico, e terseira ves declarado, e excomungado, dizendo a todos, q’ o não está, porq’ tem interposto appellações, fazendo q’ todos o comoniquem, estando estas minas dentro em hu certão cercadas de gentio da terra, e [il. 1p.] do de Guine q’ sem duvida pervericarão na fé vendo o pouco cazo q’ se fas das censuras, e ultimem.^{te} se Vm.^{ce} não está excomungado como dis fica o seu

⁴⁸⁴ **DIHCSP.** v. 20, Correspondência Interna do Governador Rodrigo Cesar de Menezes – 1721-1728, 1896, p. 290. Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-09-20_volume_20/#/292/zoomed Acesso em: 09 ago. 2014.

⁴⁸⁵ *Id.*

⁴⁸⁶ **DIHCSP.** v. 20, Correspondência Interna do Governador Rodrigo Cesar de Menezes – 1721-1728, 1896, p. 290. Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-09-20_volume_20/#/292/zoomed Acesso em: 09 ago. 2014.

protesto affectado e se o está e pertende recurso deve procuralo da sua Com.^{ca} como fica dito.⁴⁸⁷

Fato é que, no entendimento do governador, Lanhas Peixoto demonstrava “pouco cazo, q’ fas do q’ lhe tenho representado”. Sendo que Lanhas Peixoto havia largado voluntariamente os empregos que Rodrigo Cesar de Menezes lhe havia encarregado, “esquecendo-se do carater de Min.^o está advogando publicam.^{te}, escrevendo continuas sátiras da sua letra”, promovendo, assim, escândalos e prejuízos ao serviço do monarca e ao bem comum. Lanhas Peixoto ainda, indicava a carta, continuaria a advogar após a partida de Rodrigo Cesar de Menezes, o que parecia estranho ao governador:

Vm.^{ce} queira deixar de hir satisfazer as obrigações do seu lugar de Ministro por ficar sendo advogado, querendo deixar o serviço de S. Mag.^{de} por lhe fazer desserviço e embrulhar hua terra q’ principia e quiça q’ a poria em parcialidades, e bandos por ter gênio p.^a isso, e sobretudo não se lembrar q’ lhe hé necessr.^o hir dar residencia, e q’ lhe não hé licito ficar nestas minas voluntario.

Todas estas circunstancias são manifestas pois V. M.^{ce} as publica, e tão escandelozas, pois as obra, e porq’ agora me chega novam.^{te} a noticia, q’ Vm.^{ce} como se não tivesse de seguir viagem está totalmente descanádo com negros devidos em bandeiras, e em roças, e este povo já receozo de q’ V. M.^{ce} fique, e o desasosegue, e perturbe, como em p.^{te} já tem feito (...)⁴⁸⁸

A respeito dos rendimentos, por exemplo, se compararmos os ordenados do ouvidor régio de Paranaguá e dos de outras ouvidorias, percebe-se que em Paranaguá se recebia um valor muito maior, possivelmente para atrair os agentes régios para a comarca.

No Registro Geral de Mercê que refere-se a Antonio Álvares Lanhas Peixoto há uma mercê datada de 1724 na qual o ouvidor régio de Paranaguá teria um ordenado de 400\$000 réis⁴⁸⁹, simplesmente o dobro dos valores pagos, por exemplo, para os ouvidores régios do Rio de Janeiro. Como indica Isabelle de Matos Pereira de Mello, os ouvidores do Rio de Janeiro eram pagos pelas rendas da Fazenda Real⁴⁹⁰, e, conforme a análise da pesquisadora nos livros da Provedoria da

⁴⁸⁷ **DIHCSP.** v. 20, Correspondencia Interna do Governador Rodrigo Cesar de Menezes – 1721-1728, 1896, p. 290. Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-09-20_volume_20/#/292/zoomed Acesso em: 09 ago. 2014.

⁴⁸⁸ **DIHCSP.** v. 20, Correspondencia Interna do Governador Rodrigo Cesar de Menezes – 1721-1728, 1896, p. 293-294. Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-09-20_volume_20/#/294/ Acesso em: 09 ago. 2014.

⁴⁸⁹ **ANTT.** Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 7, folha 98.

⁴⁹⁰ Artur Lacerda indica que a forma de pagamento dos ouvidores que viriam a se instalar em São Paulo seria feito por meio de um tributo sobre as bebidas de aguardente da terra e vinhos, ou seja,

Fazenda depositados no Arquivo Nacional, “entre os anos de 1708 e 1724 identificamos que durante todo esse período a remuneração anual dos ouvidores gerais da cidade do Rio de Janeiro era de duzentos mil réis”.⁴⁹¹

Para se ter uma ideia a respeito desses rendimentos anuais, a autora, utilizando a mesma documentação, confeccionou um gráfico indicando os ordenados pagos aos oficiais da administração do Rio de Janeiro. Neste gráfico se percebe que o ouvidor régio do Rio de Janeiro ganhava mais que o dobro do que o provedor e contador da fazenda real (80\$000); o escrivão da fazenda real (17\$400), juiz da alfândega (40\$000), escrivão da alfândega (30\$000) e escrivão da câmara (85\$000).⁴⁹²

Em Pernambuco, segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, o ouvidor régio recebia até 1715 os mesmos 200\$000 réis, porém a partir daquela data os rendimentos passaram a ser de 300\$000 réis.⁴⁹³

Em consulta do Conselho Ultramarino de 24 de julho de 1727 a respeito do pedido de aumento de ordenados feitos pelo bacharel Vicente Leite Ripado, primeiro juiz de fora da vila de Itú, há a indicação de que os ordenados do novo juiz de fora seriam de 250\$000 réis, enquanto o juiz de fora da vila de Santos recebia 300\$000. Desta forma, pareceu adequado ao conselheiro que ambos os juízes recebessem o mesmo valor.⁴⁹⁴

Após o pedido do ouvidor régio do Rio de Janeiro Fernando Pereira de Vasconcellos, datado de 1715, de um aumento de seu ordenado, justificando-o pela divisão dos rendimentos com o juiz de fora da cidade, os ordenados daqueles ouvidores foram aumentados e passaram a ser de 400\$000 a partir de 1727.⁴⁹⁵

Fato é que Lanhas Peixoto ficou em Cuiabá, e no momento em que retornou estava encarregado de transportar para São Paulo um carregamento de 60 arrobas de ouro. Porém, como informa o brigadeiro Machado de Oliveira, em seu “Quadro Histórico”,

diferente da forma de pagamento dos ouvidores do Rio de Janeiro. Ver: LACERDA, Arthur. *Op. Cit.*p. 33-34.

⁴⁹¹ MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Op. Cit.*p. 130.

⁴⁹² *Ibid.* p. 131.

⁴⁹³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. Cit.*2005. p. 167.

⁴⁹⁴ **AHU**. Conselho Ultramarino – 023, Cx 1, doc. 68.

⁴⁹⁵ MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Op. Cit.*p. 132.

a expedição foi nos pantanaes da embocadura do Jaguaray afrontada pelos indios, que em numero de oitocentos embarcados em oitenta canoas acometteram-a e a derrotaram, não sem forte resistencia da parte dos brancos, dos quaes apenas escaparam a nado dezesete, sendo a perda dos indios estimada em quatrocentos combatentes. O ouvidor Lanhes entrou no numero de mortos.⁴⁹⁶

Portanto, apresentou-se um caso no qual o cargo de ouvidor régio não constituiu, para o sujeito que o exercia, uma benesse que estivesse à altura de suas expectativas ao vir para a América. Tanto é que, ao surgir uma nova oportunidade, este abandonou o cargo, desistiu de suas atribuições e buscou outras alternativas.

Diferentemente do que se passou com Antonio Álvares Lanhas Peixoto, os ouvidores régios que o sucederam, tanto Antonio dos Santos Soares como Manuel dos Santos Lobato, se estabeleceram na comarca de Paranaguá, com isso também saindo da estrutura jurídico-administrativa.

No ano de 1714, mais precisamente no mês de fevereiro, teve início no Desembargo do Paço a leitura de bacharéis de Antonio dos Santos Soares, sendo que a inquirição das testemunhas a respeito do bacharel se iniciou em 18 de maio. Um dos elementos que nos chamou a atenção foi que quem fez a inquirição na cidade de Lisboa e deu seu parecer, em 24 de maio de 1714, foi o procurador das capelas e dos órfãos João da Silva Machado e Moraes. Não possuímos maiores detalhes sobre os motivos que levaram tal procurador a realizar a inquirição das testemunhas, porém na primeira página da leitura de bacharéis de Santos Soares há a informação que seus pais já estavam mortos naquele ano. De qualquer forma, diz o parecer de Machado e Moraes:

Tomando informação acerca do B.^{el} Ant.^o dos S.^{tos} Soares, achei q. he christão velho por seus Pays e Avos, sem RaSsa de infecta nação e sem fama ou Rumo algú em contr.^o a q. por tal está habilitado no juízo e dez.^o deste Arcebp.^{do} e q. seus Pays e Avós não tiveram mais officio q. o de tratar em Lans nas alcaçarias; (...)⁴⁹⁷

Após aprovado no exame no Desembargo do Paço, Santos Soares foi nomeado juiz de fora por duas vezes, a primeira na vila de Olivença, no reino, e a segunda na vila de Santos, na Capitania régia de São Paulo

Ouve S. Mg.^{de} p' bem havendo resp.^{to} ao bem q' servio o d.^o B.^{el} An.^{to} dos S.^{tos} Soares no lugar de Juis de fora de oLivença q' servio e de **q' deu boa residencia** e esperar delle q' aSsi o fara

⁴⁹⁶ **DIHCSP.** v. 13, Bandos e portarias de Rodrigo Cesar de Menezes, 1835, p. 232. Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-07-13_volume_13/#/232/ Acesso em: 09 ago. 2014.

⁴⁹⁷ **ANTT.** Leitura de Bacharéis – Antonio dos Santos Soares – Ano: 1714 – Maço: 1 – Número: 35.

daqui em diante em tudo o de q' o encarregar: Ha S. Mg.^{de} p' bem fazerlhe m.^{ce} do cargo de Juis de fora da Cid.^e de Santos por tempo de 3. annos, e alem delles o mais q' houver p' bem emq.^{to} lhe não m.^{dar} tomar residencia o q.^{al} cargo elle servirá [Il. 1p.] os poderes, e alçada q' leva por provizão real, e com elle havera o ordenado proés e percalços q' lhe dereitam.^{te} pertencerem. De q' lhe foi paSSado Carta a 3 de Sep.^{to} de 719.⁴⁹⁸

O primeiro registro como juiz de fora da vila de Santos que foi possível rastrear faz referência ao ano de 1721⁴⁹⁹, ao passo que em 1723 foi nomeado para o cargo de juiz de fora o bacharel Diogo de Almeida Soares.⁵⁰⁰ Ou seja, Santos Soares ficou como juiz de fora da vila de Santos pouco mais que o triênio estipulado para o cargo.

Durante esse período como juiz de fora, observamos seu contato com o ouvidor régio da Capitania de São Paulo, Raphael Pires Pardinho, este deixando com o juiz de fora as ordens para se retirar residência do governador da praça de Santos, bem como de Matias da Silva, antecessor de Santos Soares. Além disso, Santos Soares, tendo conhecimento do aumento do ordenado de alguns ministros em outras localidades, tentou elevar seus rendimentos de 200\$000 réis para dois mil cruzados, porém sua solicitação foi apenas parcialmente deferida, já que conseguiu apenas um acréscimo de 50\$000 réis⁵⁰¹.

Ao que tudo indica com o desejo de ser alocado em outro posto, entre 1724 e 1725 Antonio dos Santos Soares requereu à administração central solicitando que tirassem sua residência, já que “se tem findo o seu lugar e V. Mag.^{de} lhe tem nomeado sucessor”.⁵⁰²

Quem “tomou residência” de Santos Soares foi o ouvidor régio da comarca de São Paulo, Francisco da Cunha Lobo. Em carta de 25 de outubro de 1725, o ouvidor régio indicava que “Por todas as testemunhas da devassa que Remeto se verifica ter o d.^o B.^{el} servido com m.^{to} boa e geral aceitação sendo bem letrado (...) muy zelozo bem como [il 1 p.] e respeito da justiça independente incorrupto despido de ambição izento de negociaçoens”.⁵⁰³

⁴⁹⁸ **ANTT**. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 7, folha 177. – *Destaques nossos*.

⁴⁹⁹ **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 184.

⁵⁰⁰ **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 338.

⁵⁰¹ **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 2, doc. 277.

⁵⁰² **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 4, doc. 476.

⁵⁰³ **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 4, doc. 503.

Há um hiato de cinco anos até um despacho do Conselho Ultramarino de maio de 1730 determinar que o bacharel Antonio dos Santos Soares tire a residência do ouvidor régio de São Paulo.⁵⁰⁴ No decorrer destes cinco anos não foi possível determinar as atividades exercidas por Antonio dos Santos Soares; fato é que, em agosto do mesmo ano, foi nomeado ouvidor régio da comarca de Paranaguá.

Dom João por graça de Deus Rey de Portugal &.ª Faço Saber aos q' esta minha Carta virem q' havendo resp.^{to} ao bem q' me Servio o B.^{el} An.^{to} dos Santos Soares nos Lugares de Juis de fora de olivença e de Santos de q' **deo boas rezidencias e ezperar q' digo e ezperar delle q' em tudo de que o emCarregar me Servira Como Cumpre a meu Servico e a boa admnistração da Just.**^a Heý por bem fazerlhe m.^{ce} do Lugar de ouv.^{or} de Pernaguá [...] Lx.^a occ.^{al} 3 de Agosto de 1730⁵⁰⁵

Em carta para o monarca de 20 de junho de 1731, o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, informava que o “turbulento” vigário da Matriz da vila de Santos, José Rodrigues França, deixava “descontentes e alterados os ânimos daqueles moradores pelas Repetidas controvercias q. o dito Vigr.^o tem movido”, uma vez que tem “perseguido, procurou vingar-se” de uma irmandade de pardos. Quem o auxiliava na perseguição da irmandade era “seu cunhado An.^{to} dos Santos Soares, Juiz de fora que foi na mesma villa”. Ou seja, em junho de 1731 Santos Soares já havia se casado com Joana Rodrigues França.

Joana Rodrigues França era filha de João Rodrigues França, último capitão-mor da antiga capitania de Paranaguá, sendo que suas núpcias com o ouvidor régio foram seu terceiro casamento.⁵⁰⁶ Em primeiras núpcias Joana Rodrigues de França havia se casado com o capitão Manoel Gonçalves da Cruz, com quem teve uma filha, Antonia da Cruz França. Após o falecimento do capitão, contraiu segundas núpcias com o também capitão Manoel Mendes Pereira, que poucos anos após o casamento também morreu.

Por mais que o governador Pimentel observasse tal perseguição e auxílio do Dr. Antonio dos Santos Soares às ações de seu cunhado, há informações de que Santos Soares era da facção do governador Antonio da Silva Caldeira Pimentel,

⁵⁰⁴ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 6, doc. 723.

⁵⁰⁵ **ANTT.** Chancelaria de Dom João V. Livro 78, f. 253-253v. Conforme consta nos documentos da Chancelaria de dom João V, Livro 77, f. 356, Antonio dos Santos Soares também foi nomeado provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da comarca de Paranaguá.

⁵⁰⁶ CHAGAS, Paula. **O parentesco espiritual em perspectiva:** notas de pesquisa sobre as redes de compadrio na Curitiba setecentista. Trabalho apresentado na XX Semana de História da Universidade do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, 2012.

conforme se pode observar no momento em que tirou Santos Soares tirou a residência do ex-ouvidor régio da comarca de São Paulo, o desembargador Francisco Galvão Fonseca. Justamente por fazer parte de tal “facção”, Francisco Galvão Fonseca solicita uma nova residência para a administração central da monarquia, indicando que o governador era “inimigo declarado do supp.^e [Francisco Galvão Fonseca] e empenhado na sua Ruina pelo haver capitulado na presença de V. Mag.^{de} e só perguntara as testemunhas apontadas pelo mesmo governador sendo todas pessoas vis e tanto obrara a vontade do dito Governador que se lhe comunicava”.⁵⁰⁷

Nos últimos anos, diversos historiadores analisaram relações de parentesco e de clientela para a identificação e formação de redes governativas no Império português.⁵⁰⁸ Porém, mesmo sem tal conceito de “redes governativas”, devemos destacar o pioneirismo do trabalho de Stuart Schwartz, que afirma que

o impacto da magistratura na sociedade colonial precisa ser visto não apenas em termos de suas ações profissionais, mas à luz do estilo de vida e das motivações pessoais dos magistrados e das reações ou iniciativas de certos elementos da população colonial em relação a ela. Fórmulas burocráticas são geralmente escritas como se a população a ser servida (ou controlada) tivesse pouco efeito sobre os burocratas. No Brasil isso era uma suposição infundada. O aspecto mais notável do governo era a interpenetração de duas formas supostamente hostis de organização humana: burocracia e relações de parentesco e pessoais.⁵⁰⁹

Schwarz indica, um pouco mais à frente em sua reflexão sobre o “abrasileiramento da burocracia”, que os “magistrados geralmente usavam o poder e a influência do cargo para obter ganhos pessoais”.⁵¹⁰ Na perspectiva de Maria de Fátima Silva Gouvêa:

Os casamentos configuram momentos privilegiados de consagração de alianças, quer no âmbito político quer no econômico e/ou no social. Percebe-se, assim, a forma como a dinâmica senhorial portuguesa se caracterizava pela estruturação do campo econômico, via o político e o social. A *amizade* e a *confiança* eram elementos essenciais na formação de grupos de interesse, grupos esses que surgiram como instrumentos essenciais na luta política. Destacam-se as hierarquias de apadrinhamento, bem como o sistema de concessão de procurações na representação dos interesses individuais no reino, principalmente da parte de oficiais régios destacados para ocupação de cargos no ultramar.⁵¹¹

⁵⁰⁷ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 9, doc. 1007.

⁵⁰⁸ Ver: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Op. Cit.*; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Op. Cit.* 2010.

⁵⁰⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* 2011. p. 253-254.

⁵¹⁰ *Ibid.* p. 265.

⁵¹¹ GOUVÊA, Maria de Fátima. *Op. Cit.* 2005. p. 181.

Na mesma linha, reiteramos que a autora chama a atenção para o fato dos oficiais régios terem, no desempenho de suas funções, a “responsabilidade de nomear outros indivíduos para os cargos sob sua jurisdição”. Com isso, tais sujeitos nomeados pela Coroa para o exercício de alguma função, tanto no reino como no ultramar, tornavam-se “produtores e transmissores de poderes e saberes que davam forma e tornavam possível a governabilidade portuguesa através do império”, constituindo, assim, redes governativas.⁵¹²

Considerado este ponto de vista, fez-se um exercício no intuito de observar a aliança estabelecida entre o ouvidor régio Antonio dos Santos Soares e Joana Rodrigues França. Para tal, apresentamos dois organogramas, cada qual, apesar de conter as mesmas informações, possuindo perspectivas diferentes. O primeiro organograma tem como ponto central o ouvidor régio Antonio dos Santos Soares (Gráfico 03); o segundo tem como foco João Rodrigues França, antigo capitão-mor de Paranaguá (Gráfico 04). Tal exercício visa demonstrar que Antonio dos Santos Soares se inseriu em uma família proeminente na localidade, principalmente no que se refere à posse de terras. Ao mesmo tempo, sugere-se que Santos Soares não teria tal possibilidade de ascensão no reino. Segundo Ermelino de Leão, o ex-ouvidor, com seu casamento, passou a possuir “vastas e povoadas fazendas pastoris nos Campos gerais e numerosas escravaturas”, sendo o responsável pela administração das mesmas.⁵¹³

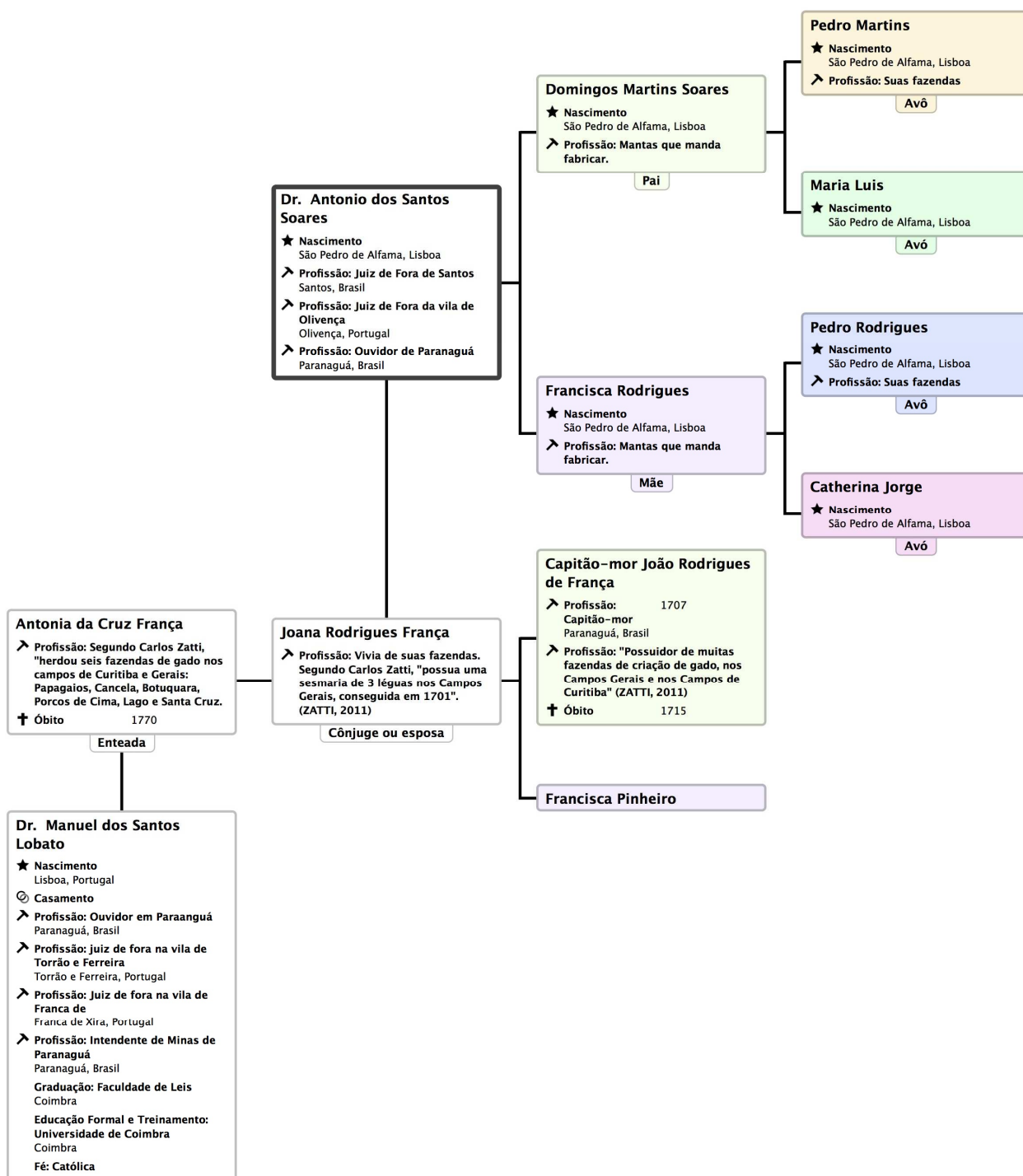
Na realidade, por meio do primeiro livro de batismo do Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba, entre 1729 e 1736 foi possível contabilizar que Antonio dos Santos Soares possuiu 16 escravos.⁵¹⁴

⁵¹² *Id.*

⁵¹³ LEÃO, Ermelino de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, v. I, 1994, p. 115-116.

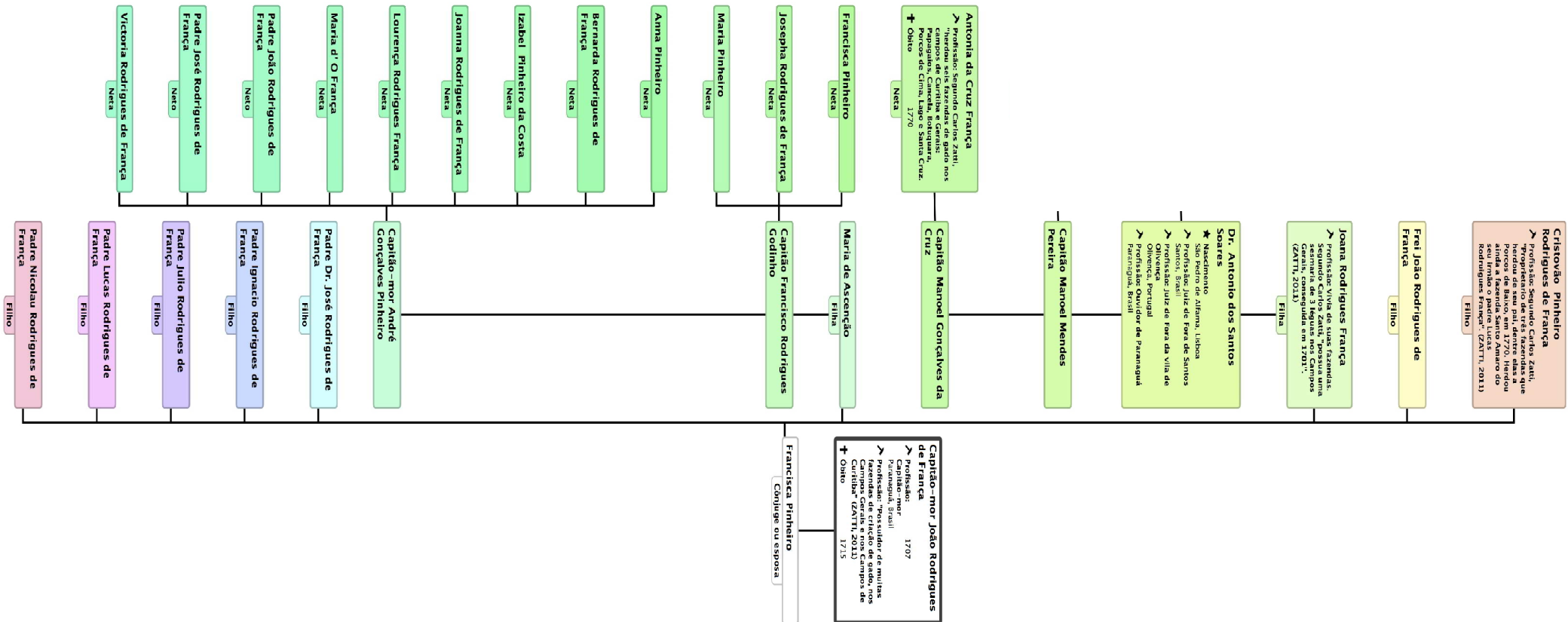
⁵¹⁴ **Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba**. Livro de Batismo 01, f. 14 [46]v.; f.177 [59] v.; f. 179 [61] v.; f. 181 [64] v.; f. 184 [66] f.; f. 192 [74] f.; f. 192 [74] v.; f. 198 [80] v.; f. 199 [81] f.; f. 202 [84] f.; f. 205 [87] v.; f. 208 [90] f.; f.211 [93] v.

Gráfico 03 – Organograma de Antonio dos Santos Soares



Fontes: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Antonio dos Santos Soares – Ano: 1714 – Maço: 1 – Número: 35; CHAGAS, Paula. **O parentesco espiritual em perspectiva:** notas de pesquisa sobre as redes de compadrio na Curitiba setecentista. Trabalho apresentado na XX Semana de História da Universidade do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, 2012; ZATTI, Carlos. **Campeiros do Paraná Tradicional**. Curitiba: Clube dos Autores, 2011.

Gráfico 04 – Organograma de João Rodrigues França



Fontes: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Antonio dos Santos Soares – Ano: 1714 – Maço: 1 – Número: 35; CHAGAS, Paula. **O parentesco espiritual em perspectiva:** notas de pesquisa sobre as redes de compadrio na Curitiba setecentista. Trabalho apresentado na XX Semana de História da Universidade do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, 2012; ZATTI, Carlos. **Campeiros do Paraná Tradicional.** Curitiba: Clube dos Autores, 2011.

Mas o que representou para Antonio dos Santos Soares entrar para a família Rodrigues França?

Como já mencionado, ainda como juiz de fora Antonio dos Santos Soares buscou aumentar seus ordenados, bem como, no ano de 1731, já como ouvidor de Paranaguá, apresentou uma provisão ao provedor da fazenda real da praça de Santos, Timóteo Correia de Góis, solicitando que fossem pagos seu ordenado de 400\$000 réis, assim como 40\$000 réis de aposentadorias, “na forma que se pagava a Seu antecessor e como o d.^o An.^{to} Alz. Lanhas”.⁵¹⁵

Ou seja, sair da estrutura jurídico-administrativa poderia significar para Santos Soares melhores possibilidades econômicas. Desta feita, o cargo de ouvidor régio serviu para para lhe dar projeção na localidade e com isso estabelecer uma aliança com uma das principais famílias da região.

Como apresentado no início deste capítulo, Maria Fernanda Bicalho indica que “a conquista e a defesa da terra, o serviço do rei, a ocupação de cargos administrativos e as mercês régias recebidas” serviram no ultramar como critérios para definir quem pertencia às elites coloniais.⁵¹⁶

No caso, os Rodrigues França eram conquistadores, defensores e detentores de terras, haja vista as patentes militares que ocupavam e as alianças que estabeleciam por meio de matrimônios, sendo tais funções desempenhadas pelos homens que entravam na família; observe-se que os genros de João Rodrigues França possuíam a patente de capitão.

Aliás, um dos genros de João Rodrigues França foi o Capitão André Gonçalves Pinheiro, que, como já informado acima, foi suspenso de seu cargo pelo ouvidor régio Lanhas Peixoto e sindicado, sendo considerado zeloso e benevolente, informando-se à administração central ser ele “m.^{to} afável p.^a todos, e por todas as prendas e p.^{tes} q. logra digno de q. V. Mag.^{de} lhe faça a honra e m.^{ce} q. for servido”.⁵¹⁷

Outra perspectiva que se apresenta é que Antonio dos Santos Soares não teria as devidas habilidades (condições) para conseguir tal ascensão no reino (seus pais vendiam lã), assim, a América se apresentava para ele como uma grande oportunidade. Ou seja, Santos Soares se utiliza do cargo para um futuro ganho pessoal, tanto que no ano de 1735 o governador e capitão-general da capitania de São Paulo assim construiu sua

⁵¹⁵ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 7, doc. 789.

⁵¹⁶ **BICALHO,** Maria Fernanda Baptista. *Op. Cit.* 2005. p.74.

⁵¹⁷ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 4, doc. 514.

imagem, no momento em que a administração central queria expedir uma sentença contra o ouvidor por seus gastos na construção da cadeia na vila de Paranaguá:

O ouvidor de Pernaugã Antonio dos Santos Soares he cazado com mulher natural da mesma villa q. nella tem Irmãos, cunhados e grande roda de parentes circunstancia q. faz mui ponderável a approvação dos capitulos da correição q. fez porq. tendo a ditta approvação [il. 3p.] e paSsando os capitulos em couza julgada sem o Governador da Cappitania e a camera da ouvidoria serem ouvidas, como partes q. podem ser prejudicadaz, parece q. se não deve proceder a huá senn.^a a Sua Reveria de q. pelo contrario se segue tanto a nullid.^e de todos os capitulos das correições q. se fazem em as conquistas quanto as controversas q. depois Resultao entre os G.^{os}, e [il. 1p.] com Ministros na observância de alguns capitulos ou Repugnantez ou prejudiciais talvez dos interesez de V. Mad.^{de} como poderá mostrar em os q. fes p.^a a mesma ouvidoria o ouvidor Raphael Pires Pardino.⁵¹⁸

Portanto, fica claro que, com seu casamento, Antonio dos Santos Soares passa a ter uma maior distinção na sociedade. Observe-se que não é pelo fato de Santos Soares ser ouvidor que os capítulos da correição deveriam ser aprovados, mas por suas relações constituídas na localidade. Com isso, a distinção que conseguiu por meio do ofício na estrutura jurídico-administrativa é secundária em relação a sua aliança matrimonial. Ou seja, além da motivação econômica, a saída de Santos Soares do aparato administrativo está associada ao prestígio local da família em que se inseriu. Neste prisma, é interessante observar que tal estratégia de inserção na sociedade por meio do casamento não era exclusiva dos agentes régios. Pode-se fazer um paralelo com outras esferas, como a mercantil, diz Bicalho, analisando a historiografia a respeito das elites coloniais:

Era comum, portanto, que a grande maioria dos comerciantes residentes em Salvador (cerca de 90%) se casassem com mulheres naturais da Bahia, o que lhes ajudava a consolidar a propriedade e o capital, conferia-lhes um certo grau de respeitabilidade e os introduzia numa rede familiar preexistente e já consolidada. Tal estratégia de *enobrecimento* não era muito diferente do que ocorria em outras conquistas ibero-americanas. Neste sentido, os comerciantes transformavam seus sucessos econômicos em aceitação social e influência política, através de múltiplos requisitos que os faziam adentrar o coração da elite baiana: residência permanente, fortuna, um bom casamento, a posse de propriedades territoriais (...)⁵¹⁹

Ademais, relembremos a afirmação de Stuart Schwartz de que os “títulos universitários serviam como marcas de distinção e *status*”.⁵²⁰ Temos a dimensão disto quando, muitos anos depois de ter sido ouvidor régio, ou mesmo de estar em algum cargo na estrutura jurídico-administrativa, o nome de Antonio dos Santos Soares ser mencionado para se retirar uma residência no ano de 1747.⁵²¹

⁵¹⁸ AHU. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 10, doc. 1058.

⁵¹⁹ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Op. Cit.* 2005. p.74.

⁵²⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* 2011. p. 78.

⁵²¹ AHU. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 17, doc. 1672.

O substituto de Santos Soares foi o lisboeta Manuel dos Santos Lobato, personagem que se encontra no organograma de Santos Soares, uma vez que se casou com a enteada do antigo ouvidor e filha de Joana Rodrigues França.

Manuel dos Santos Lobato, nascido na cidade de Lisboa e batizado na freguesia de São Paulo, era filho legítimo de Joao Rodrigues Lobato e Maria dos Santos Froes. Neto pela parte paterna de João Lobato e Antônia Rodrigues, e pela parte materna, de Antonio Franco e Izabel Froes. A leitura de bacharel ainda informa que sua avó paterna vivia de suas fazendas e que seu avô materno era o capitão de um navio que fazia negócios entre a África e o Brasil.⁵²²

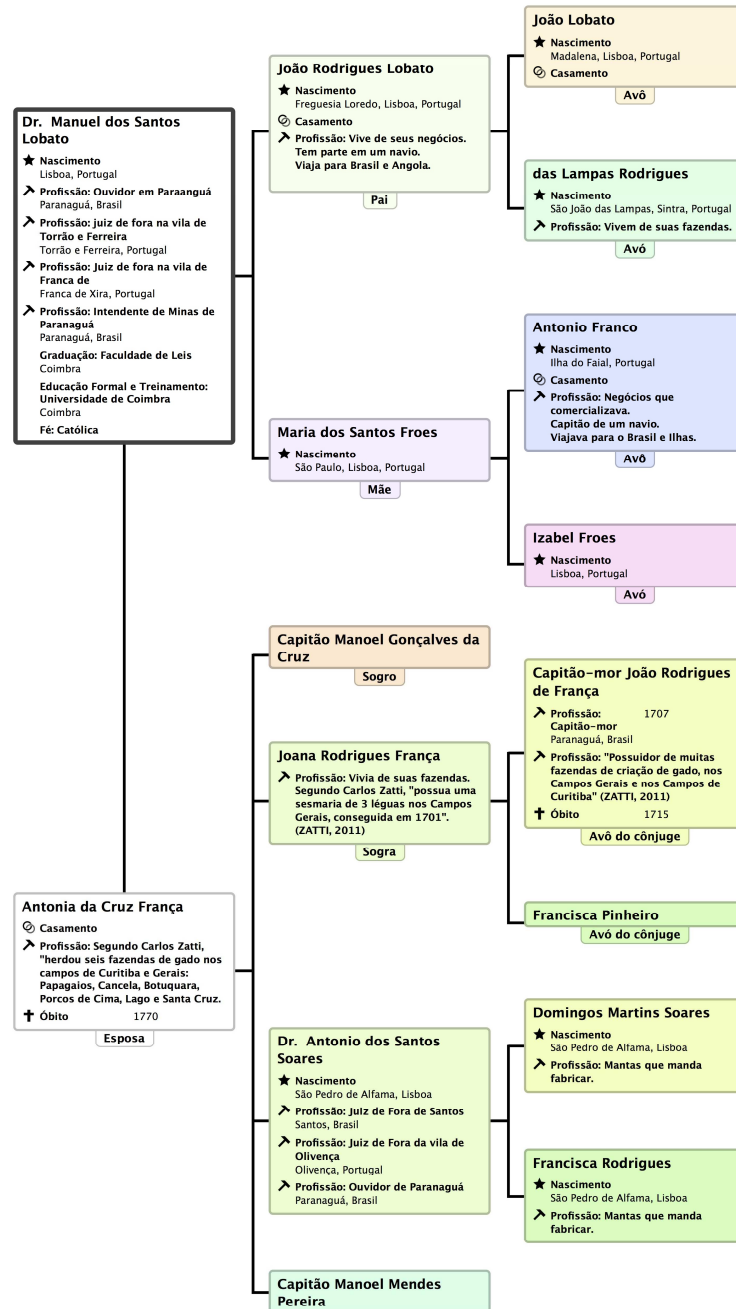
Para encaminharmos nossa discussão, assim como fizemos com Antonio dos Santos Soares e João Rodrigues França, constituímos um organograma, com o ouvidor régio Manuel dos Santos Lobato como o ponto central (Gráfico 04).

Diferente do caso de Antonio dos Santos Soares, os ascendentes de Manuel dos Santos Lobato eram negociantes que tinham “participação em um navio”, e mesmo seu avô era identificado como “capitão de um navio”.⁵²³ Logo, não aferimos para Lobato que suas opções no reino eram escassas, assim como fizemos com Santos Soares.

⁵²² **ANTT.** Leitura de Bacharéis – Manuel dos Santos Lobato. Ano: 1719. Maço: 24. Número: 19.

⁵²³ *Id.*

Gráfico 05 – Organograma de Manuel dos Santos Lobato



Fontes: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Antonio dos Santos Soares – Ano: 1714 – Maço: 1 – Número: 35. Leitura de Bacharéis – Manuel dos Santos Lobato. Ano: 1719. Maço: 24. Número: 19; CHAGAS, Paula. **O parentesco espiritual em perspectiva:** notas de pesquisa sobre as redes de compadrio na Curitiba setecentista. Trabalho apresentado na XX Semana de História da Universidade do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, 2012. ZATTI, Carlos. **Campeiros do Paraná Tradicional.** Curitiba: Clube dos Autores, 2011.

O processo de leitura de bacharel de Manuel dos Santos Lobato teve início no Desembargo do Paço no ano de 1719. Após aprovado, Lobato atuou no reino como juiz de fora em Franca de Xira e, posteriormente, nas vilas de Torrão e de Ferreira.

Dom João por graça de D.^s Rey de Portugal &. ^a Faço Saber a voz Juizes Vereadores Procuradores Fidalgos CavaLeiros escrufr.^{os} homns' bons' e povo das V.^{as} de Torrão, e Ferreira, e a quaisq.^r outras peSsoas a q' esta minha Carta for mostrada, e o Conhecim.^{to} della pertencer q' tendo Comcideração ao bem q' me Servio o B.^{el} M.^{el} dos S.^{tos} Lobato no Lugar de Juis de fora da V.^a Franca de **q' deo boa rez.**^{da} e esperar delle q' aSim o fará daqui em diante em tudo o de q' o emCarregar. Hey por bem fazerlhe m.^{ce} do Cargo de Juis de fora destas d.^{as}V.^{as} por tempo de tres annos e aLem delles o mais q' ouver por bem emq.^{to} lhe não m.^{dar} tomar rez.^{da} [...] Lix.^a occ.^{al} 18 de Nov.^{ro} de 1727.⁵²⁴

Provavelmente Lobato ficou mais do que três anos no cargo de juiz de fora; após cumprir seu mandato, foi nomeado em 1734 para o cargo de ouvidor régio da comarca de Paranaguá, acumulando a função de provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos de Paranaguá.⁵²⁵ Além de ouvidor e provedor, Lobato foi nomeado intendente das minas de Paranaguá, ofício que ocupou até o ano de 1745.⁵²⁶

Dom João por graca de Deus Rey de Portugal &. ^a Faco Saber aos q' esta m.^a Carta virem q' havendo resp.^{to} a **boa informação q' tenho das Letras** e mais p.^{tes} q' Concorrem no B.^{el} M.^{el} dos S.^{tos} Lobato e q' no de q' o encarregar me Servirá Como **Cumpre a meu Servico e a boa admnistração da Just.**^a Como o fes nos Lugares de Letras q' oCupou Sendo o ultimo o de Juis de fora da V.^a do Torrão q' Servio e de q' deu **boa rez.**^{ca} Heý por be fazerlhe m.^{ce} do Cargo de Ouv.^{or} g.^{al} da Capp.^{nia} de Pernagua por tempo de tres annos e aLem delles o mais q' houver por bem emquanto lhe não mandar tomar rez.^{ca}, o q.^l Cargo elle Servirá Com os poderes e alçada digo Servira na forma do regim.^{to} delle e de m.^{as} ordenações, [...] Lx.^a oc.^l 23 de outr.^o de 1734⁵²⁷

Antes mesmo de outubro de 1734, Lobato havia solicitado uma ajuda de custo de 200\$000 réis para se deslocar para a comarca de Paranaguá. A respeito desta solicitação, em junho de 1734, o provedor da fazenda assim se manifesta:

Diz o B.^{el} Manoel dos Santos Lobato que V. Mag.^e foi servido de o prover em o lugar de ouvidor Gl.^a da Com.^{ca} de Pernaugoa e por sua Real grandeza costuma manda dar ajudas de Custo aos Ministros q. vão servir V. Mag.^e as conquistas, e Se praticou com os seus antecessores, como foi o B.^{el} Antonio Alvez Lanhas Peyxoto, a q.^m mandou dar seiscentos mil reis, como consta da primr.^a certidão junta; e da Seg.^{da} foi V. Mag.^e servido mandar dar Som.^{te} duzentos mil reis ao B.^{el} Ant.^o dos Santos Soares, a q.^m o Supp.^e vay suceder, e seria a Razão pelos poucas gastos e despesas que havia de fazer da V.^a de Santos aonde se achava partir findo o lugar de Juiz de fora da d.^a V.^a e paSsar p.^a a d.^a ouvidoria; e como o Supp.^e vay desta Corte, parece Se deve praticar a mesma graça que Se praticou com o d.^o

⁵²⁴ **ANTT.** Chancelaria de Dom João V. Livro 71, f. 262-262v. Destaque nosso.

⁵²⁵ **ANTT.** Chancelaria de Dom João V. Livro 122, f. 283-283v.

⁵²⁶ **AESP.** Caixa 73, Pasta 01, Documento 76-1-22. Termo de receitas da Casa de Intendência de Paranaguá. Paranaguá, 23 de julho de 1745.

⁵²⁷ **ANTT.** Chancelaria de Dom João V. Livro 122, f. 282v. Destaque nosso.

B.^{el} An.^{to} Alves Lanhas, pois se da a mesma Razão e o Supp.^e se fas merecedor dela e da Real atenção de V. Mag.^e pello bem q. tem servido os lugares em que foi provido. PA V. Mag.^a lhe faça m.^{ce} mandar que ao supp.^e se de ajuda de custo os d.^{tos} seiscentos mil Reis na mesma forma q. Se praticou com o sobred.^o B.^{el} An.^{to} Alvares Lanhas visto as Razoes que alega o docum.^{tos} juntos.
E.R.M.⁵²⁸

Porém, em setembro de 1734, o conselheiro João de Souza recomendou que a ajuda de custo fosse de 300\$000 réis, “visto o q. se partiu com os ouv.^{res} da Capp.^{nia} de S. Paulo”.⁵²⁹

De fato, os rendimentos a serem recebidos pelo ouvidor régio de Paranaguá eram constante objeto de indagação. Em setembro de 1735, Manuel Nunes de Oliveira, fiador do ouvidor régio de Paranaguá, Manuel dos Santos Soares, requeria que

mandasse avaliar o Rendimento do lugar de ouv.^{dor} de Pernagua, em q. o d.^o B.^{el} foi provido, de q. a junta me manda fazer a vm.^{ce} este avizo, p.^a q. sendo prez.^{te} nesse cons.^{lo} ordene, por serv.^o de V. Mg.^e se passe orde ao Cap.^m Gn.^{al} da capitania de S. Paulo p.^a q. por inquirição de test.^{as} sientes sem imtrevenção da p.^{te} informe de todo o Rendimento, assim de ordenado como propinas e emmullum.^{tos} do d.^o lugar, p.^a do rendim.^{to} q. tiver se pagar o novo dito D.^r g.^l e vm.^{ce}⁵³⁰

Antônia da Cruz França, como informa Carlos Zatti, “herdou seis fazendas de gado nos campos de Curitiba e Gerais”, logo, a inserção de Manuel dos Santos Lobato na família dos Rodrigues França pode ter sido motivada por fatores econômicos. Entretanto, como Antonio dos Santos Soares já pertencia à família, sua influência no matrimônio de sua enteada não pode ser descartada.⁵³¹

Em 1719 Manuel dos Santos Lobato tinha 27 anos, conforme a informação de sua leitura de bacharel. Logo, assumindo que sua idade estivesse correta, em 1735, momento em que toma posse do cargo de ouvidor régio em Paranaguá, já estaria com 43 anos. Conforme Stuart Schwartz, no típico padrão de carreira da burocracia magistrática portuguesa,

A idade média de um desembargador ao chegar à Bahia era de 42 anos. A maioria desses homens, portanto, passava a fase dos quarenta anos no Tribunal Superior. Como grupo, os desembargadores eram experientes burocratas de meia-idade, amadurecidos em quinze anos de serviço. Já tinham deixado para trás a impulsividade da juventude e demonstrado

⁵²⁸ AHU.São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 9, doc. 1010.

⁵²⁹ *Id.*

⁵³⁰ AHU.São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 11, doc. 1087.

⁵³¹ Procurou-se documentos que comprovassem um vínculo entre os dois ouvidores régios da Comarca de Paranaguá ainda nos tempos da Universidade de Coimbra, ou mesmo em Lisboa, ou ainda por seus ascendentes (sobrenome Santos), porém não foi possível determinar qualquer ligação. As leituras de bacharéis, por exemplo, são separadas por cinco anos, ou seja, um tempo considerável para associá-los ao mesmo período em Coimbra.

suas capacidades, ou pelo menos a habilidade para conformar-se aos regulamentos e expectativas da burocracia real. Confiáveis, leais e experientes, os desembargadores tornaram-se os suportes ideais da administração colonial.⁵³²

Lobato ainda serviria mais 3 anos, no mínimo, para obter uma nova residência que talvez o qualificasse a ser desembargador de alguma relação, com a idade de 46 anos. Assim, os elementos apresentados por Schwartz nos dão indícios que a melhor opção para o ouvidor da comarca de Paranaguá seria sair da estrutura da monarquia e formar uma aliança com uma família proeminente na localidade. Ou seja, há indicativos que apontam para o fato de que, não possuindo os elementos necessários para uma nova ascensão, e nomeado para um cargo que lhe possibilitava maiores rendimentos, no caso, o de intendente das minas, Manuel identificou que sua melhor estratégia seria se estabelecer na localidade, o que lhe daria, assim como ocorreu com Santos Soares, maior estabilidade.

De qualquer forma, Lobato procurava desempenhar as atividades referentes a sua função; em carta de abril de 1736, o ouvidor régio de Paranaguá escrevia para o monarca indicando sua disponibilidade e honra em oferecer seus serviços no caso de uma diligência para se criar uma vila no sul da capitania:

Entrando a Servir e Julgar em q^{va}. Mag.^{de} foi servido pourme, achei Ser esta Com.^{ca} muy delatada em certoens, rios, e grandes bahias, e que p.^a a parte do Sul se estende the a Nova Colonia do sacramento, Sendo a ultima v.^a a da laguna e [il. 1p.], que desta á d.^a praça Seja m.^{ta} a distancia, hê contudo depremeyro hum citio chamado Rio grande, em que viu varias peSsoas em aRayal sendo alguás delas homens de bem, outros criminosos, e m.^{tos} devedores que a ele Se Recolherão afim de fraudarem a seus credores, cujo citio he vulgar odizerce Ser de boa aComodação, e m.^{to} fértil em seus campos, e como o B.^{el} Antonio Alvares Lanhas Peyx.^{to} a quem V. Mag.^e foi servido prover em criar este lugar, nelle assistisse por tempo pouco mais de seis mezes, por V. Mag.^o mandar p.^a o Cuyabá e o meu antecessor estar a mais do tempo doente me persuado não daria conta o quanto Se precise criar e o d.^o citio, e aRayal em V.^a, e nella se administrar justiça, p.^a se conformar, eunir em hum corpo Sem corrupção as peSsoas de varias calid.^{es} que nelle habitão, Regulandoce pella administração da Justi.^a e não menos me parece Se precisa hir a d.^a praça da colônia p.^a o sobredito efeito, pois da boa administração da justiça, se segue á conservação das povoaçoens com origem de pax extirpadora dos vícios, e causa[coisa?] de todas as virtudes. Quando V. Mag.^e seja servido, em atenção de ser esta Com.^{ca} á ultima das p.^{te} do Sul á que entre na delig.^{ca} de criar estes lugares, terei por m.^{ta} honrra deste pequeno serviço, que me não será penoSso não [il. 1p.] jornada, perme andome V. Mag.^e com a m.^{ce} da beca e do habito atendendo tambem a ser este o terceyro lugar em que me ocupo no Real ServiSso, p.^a o que dou Conta a V. Mag.^e mandara o que for mais justo.⁵³³

Portanto, na lógica de retribuição ao prestígio ganho, Manuel dos Santos Lobato, ainda em 1736, buscava, pelo menos na documentação que enviava ao monarca, indicar que se ocupava do “real serviço”.

⁵³² SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* 2011. p. 239-240.

⁵³³ AHU.Conselho Ultramarino - 023, cx. 2, doc. 141.

A partir de 1738 não encontramos mais documentos de Lobato sendo referido como ouvidor da comarca de Paranaguá, que somente terá novo ouvidor em 1743, com a nomeação de Gaspar da Rocha Pereira; porém, há referências a Lobato atuando como desembargador sindicante na capitania de São Paulo e como intendente de minas na comarca de Paranaguá.

6.2 – Zelo e ascensão: as carreiras de Raphael Pires Pardino e Gregório Dias da Silva.

Para encaminhar esta seção, na qual temos por objetivo observar como as carreiras também se constituíam como oportunidades na América portuguesa, apresentamos novamente as trajetórias de Raphael Pires Pardino e Gregório Dias da Silva. Escolhemos estes agentes régios pois foram os que mais ascenderam na carreira, em comparação aos demais.

Tabela 11 – Trajetórias de Rafael Pires Pardino e Gregório Dias da Silva

Agente Régio	Nomeação	Função
Raphael Pires Pardino	1 ^a	Juiz de Fora nas vilas de Santiago de Cacém e Sines
	2 ^a	Juiz criminal no bairro da Mouraria em Lisboa
	3 ^a	Ouvidor de São Paulo
	4 ^a	Intendente dos diamantes (MG)
	5 ^a	Desembargador da Relação do Porto
	6 ^a	Desembargador da Casa da Suplicação
	7 ^a	Conselheiro Ultramarino
Gregório Dias da Silva	1 ^a	Juiz de Fora de Alter do Chão
	2 ^a	Juiz de Fora de Estremoz
	3 ^a	Ouvidor de São Paulo
	4 ^a	Intendente das Minas de Goiás
	5 ^a	Desembargador da Relação do Porto
	6 ^a	Desembargador da Casa da Suplicação

Fonte:Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f.479; Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f.479v.; Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 31, f.481; Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 34, f.2; Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 34, f.2v.; Registro Geral de Mercês de D. José I, liv. 6, f. 134; Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.501; Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.501v.; Registro Geral de Mercês de D. José I, liv. 8, f. 153.

As trajetórias de Pardinho e Silva seguem um certo padrão. Após saírem da Universidade de Coimbra e serem aprovados no Desembargo do Paço, suas primeiras nomeações foram para postos de juízes de fora no reino, lugares de “primeira entrância”, conforme Nuno Camarinhas.⁵³⁴ Ou seja, lugares de menor importância, destinados justamente para magistrados em início de carreira. Portanto, por terem menor apelo político ou demográfico, serviam para que os magistrados ganhassem a necessária experiência para se candidatar a locais mais atrativos na estrutura jurídico-administrativa.⁵³⁵

As segundas nomeações destes agentes régios apresentam um fator destoante: Pardinho segue para um lugar de “segunda entrância” como juiz do crime na Mouraria⁵³⁶, enquanto Gregório Dias torna-se juiz de fora em Estremoz⁵³⁷, lugar ainda de “primeira entrância”, porém com maior densidade populacional.

Não foi possível precisar se, para Gregório Dias, a monarquia portuguesa também havia-lhe prometido alguma benesse, caso viesse a servir o cargo de ouvidor régio na comarca de São Paulo; certo é que para Pardinho tal promessa foi feita.⁵³⁸ De qualquer forma, ambos vieram para a Capitania de São Paulo para exercer o referido cargo, Pardinho em 1717 e Gregório Dias a partir de 1731.

Após seus períodos como ouvidores na capitania de São Paulo, suas carreiras trilham trajetórias interessantes e bem parecidas. Ambos foram nomeados intendentess, Pardinho na Capitania de Minas Gerais, sendo inclusive o agente que demarcou a região produtora de diamantes⁵³⁹, enquanto Gregório Dias torna-se intendente das minas de Goiás.⁵⁴⁰

Entretanto, enquanto ainda era ouvidor régio em São Paulo, Gregório Dias da Silva solicita permissão para se casar com Josefa Leonor Caetana da Silva e Sá, sendo registrada no Livro 16 de mercês de Dom João V a seguinte licença:

Houve a V. Mg.^e p.^a bem havendo respeito a Representar a V. B.^{el} Greg.^o Dias da Sylva ouvidor geral da Cam.^{ca} de São Paulo q. havendo se ajudado com palavras de futuro a cazar com D. Josepha Leonor Caetana da Sylva e Saa das f.^a Leg.^a do Capp.^{am} M.^{el} Mendes de

⁵³⁴ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 384.

⁵³⁵ *Ibid.* p. 267.

⁵³⁶ **ANTT**. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f. 501.

⁵³⁷ **ANTT**. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f. 479.

⁵³⁸ **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 5, doc. 609.

⁵³⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. O Distrito Diamantino. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/distritodiamantino.pdf> Acesso em: 13 ago. 2014.

⁵⁴⁰ **ANTT**. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 31, f. 481

Almeyda, e da sua m.^{er} Maria Gomes de Saa m.^{oer} no t.^o da cid.^e de São Paulo pessoas isentas da demandas não podia aSsinar o d.^o casamento sem licença [il. 1p.] pedindo herozamen.^{te} conceder a dita licença p.^a o effeito Refferido o q. tendo S. Mag.^e concidenrado ao mais q. Reprezentou ha S. Mag.^e p.^a bem fazerlhe m.^{oe} conceder licença p.^a [il. 3p.] o d.^o cazam.^{to} sem embg.^o de ser servindo o d.^o lugar e das leis e decretos do d.^o t.^o [il. 3p.] 22 de setembro de 1733.⁵⁴¹

Contudo, por mais que tenha criado este vínculo, diferentemente do que ocorreu com os ouvidores régios da comarca de Paranaguá Antonio dos Santos Soares e Manuel dos Santos Lobato, Gregório Dias permanece na estrutura jurídico-administrativa.

A respeito do capitão Manuel Mendes de Almeida, encontramos informações de que buscava uma confirmação do monarca sobre o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antônio Luis de Távora, ter-lhe concedido uma sesmaria, bem como de ter exercido a função de provedor da casa de fundição da cidade de São Paulo, além de requerimentos para que suas filhas fossem para o reino, com o objetivo de entrarem para um convento.⁵⁴² Ou seja, por mais que a família Almeida estivesse estabelecida na localidade, as ambições de Gregório Dias da Silva estavam associadas ao exercício dos cargos jurídico-administrativos.

Antes de finalizar seu tempo como intendente das minas de Goiás, Gregório Dias solicitou ao monarca que lhe concedesse licença para regressar ao reino com sua mulher e “duas cunhadas solteiras”⁵⁴³, no ano de 1738. Tal pedido só seria atendido em 1740, sendo antes endossado e reforçado pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo.⁵⁴⁴

Uma lei de 10 de março de 1732 proibia que fossem para o reino mulheres sem a devida licença régia. Em carta de 8 de março de 1730, há o seguinte parecer sobre o bacharel Gregório Dias da Silva e sua solicitação:

(...) o supp.^e o Bacharel Gregorio Dias da Sylva servio o lugar de ouv.^{or} desta cidade de S. Paulo com grande aceytação deste povo, e taobem o da Superintendencia em q. mostrou a grandeza com q. Se emprega no Real Serviço de V. Mag.^{de}, he cazado com D. Jozepha Leonor Caetana Saá e Almeyda filha legitima do Capp.^{am} M.^{el} Mendes de Almeyda o q.^{al} tem outra filha cazada com Antonio Frr.^a lustoza m.^{or} na Praça de S.^{tos}, tem mais duas filhas q. a mayor tem quatorze annos e padecer [il. 1p.] para uma queixa lhe applicão o Remedio das caldas dezeção pasar com seu cunhado a esse Rn.^o para serem Religiozas e a sim me parece

⁵⁴¹ **ANTT**. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f. 479v.

⁵⁴² **AHU**.São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 8, doc. 905; **AHU**.São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 10, doc. 1055; **AHU**.São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 9, doc. 994.

⁵⁴³ **AHU**.São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 12, doc. 1220.

⁵⁴⁴ **AHU**.São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 12, doc. 1258.

Respeitando ao bem q. o d.^o B.^{el} tem servido a V. Mag.^e seja servido concederlhe a graça q. pertendem.⁵⁴⁵

Porém, outros indícios, e não apenas as residências favoráveis, nos fazem pensar que o bacharel tinha por objetivo retornar ao reino. Seus pais e avós, como informa sua leitura de bacharéis, eram “abastados de suas fazendas”, com “muitos criados”.⁵⁴⁶

A última referência que temos das atividades de Gregório como superintendente das minas de Goiás data de fevereiro de 1740⁵⁴⁷, e somente em 1748 consegue a mercê para ser desembargador extravagante da Relação do Porto.⁵⁴⁸

A respeito dos valores pagos para os magistrados que alcançavam as mais altas cadeiras da estrutura jurídico-administrativa, Nuno Camarinhas apresentou como os rendimentos progrediam:

A estrutura dos salários dos níveis mais baixos - primeira e segunda entrância - era semelhante. O salário básico oscila entre 60\$000 e 80\$000 réis mas, no caso dos que eram exercidos em Lisboa, sempre de segunda entrância, ascendiam a 100\$000 réis. A diferença entre estes dois níveis é, com efeito, muito reduzida e faz-se sobretudo pelo peso dos ofícios da capital - a diferença da média dos salários é de 5\$000 réis e a dos emolumentos é de quase 8\$000.⁵⁴⁹

Os valores fazem alusão ao século XVII, pois, como já observado anteriormente, ouvidores régios nas capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro, na primeira metade do século XVIII, já recebiam valores em torno de 400\$000 réis, acima inclusive dos valores que Camarinhas indica para os ofícios nas Relações, que, segundo o autor, variavam entre 140\$000 e 300\$00 réis.⁵⁵⁰ Porém, o que nos chama a atenção e nos leva a intuir que as ambições de Gregório Dias não estavam associadas tanto aos valores recebidos é a tabela composta por Camarinhas para os valores pagos aos membros do Desembargo do Paço e da Casa da Suplicação na metade do século XVIII. Como vimos, Gregório Dias recebeu uma mercê em 1749 para ser desembargador extravagante da Casa da Suplicação.⁵⁵¹

⁵⁴⁵ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 12, doc. 1258.

⁵⁴⁶ **ANTT.** Leitura de Bacharéis – Gregório Dias da Silva – Ano: 1721 – Maço: 2 – Número: 4

⁵⁴⁷ **AHU.** Administração Central. Conselho Ultramarino - 008, caixa 2, doc. 97.

⁵⁴⁸ **ANTT.** Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 31, f. 481.

⁵⁴⁹ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.* 2010. p. 314.

⁵⁵⁰ *Id.*

⁵⁵¹ **ANTT.** Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f. 479v,

Tabela 12 – Atualização dos salários dos membros do Desembargo do Paço e da Casa da Suplicação (1754-55)

Desembargo do Paço	Presidente	3200\$000
	Desembargador	1200\$000
	Procurador da Coroa	300\$000
Casa da Suplicação	Regedor das Justiças	3200\$000
	Desembargador dos agravos	600\$000
	Desembargador extravagante	500\$000

Fonte: CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e Administração da Justiça no Antigo Regime:** Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e Tecnologia, 2010. p. 315.

Assumindo que os valores pagos ao ouvidor régio da comarca de São Paulo estavam em 300\$000 réis desde o período em que Manuel de Melo Godinho Manso serviu o cargo⁵⁵², os valores pagos a Gregório Dias da Silva como superintendente chegavam a 600\$000 réis, ou seja, acima inclusive dos rendimentos dos desembargadores da Casa da Suplicação.⁵⁵³

Os salários deviam possibilitar uma vida digna durante o serviço e depois da reforma. Para além do seu salário básico, o magistrado recebia uma série de outros montantes que resultavam da sua atividade profissional, como as assinaturas dos acórdãos ou as ordens ou as espórtulas (emolumentos) que recebiam como pagamento do exame de certos processos. Estes montantes variavam muito de acordo com a atividade de diferentes jurisdições mas podiam constituir somas comparáveis ou mesmo superiores ao salário de um magistrado.⁵⁵⁴

Sobre o rendimento de intendente das minas ser superior ao de desembargador na Casa da Suplicação, Camarinha adverte que os postos no ultramar, de fato, “quase rivalizam com o serviço nos tribunais de relação. O risco representado pela deslocação e a acumulação de duas ou três funções justificam certamente a diferença do montante pago a magistrados que, frequentemente, eram enviados como juiz de fora”.⁵⁵⁵

Ao que tudo indica, os mesmos objetivos para com a carreira na magistratura

⁵⁵² AHU. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 2, doc. 179.

⁵⁵³ AHU. Administração Central. Conselho Ultramarino - 023, caixa 2, doc. 128.

⁵⁵⁴ CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e Administração da Justiça no Antigo Regime:** Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e Tecnologia, 2010. p. 312.

⁵⁵⁵ CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e Administração da Justiça no Antigo Regime:** Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e Tecnologia, 2010. p. 313.

tinha Raphael Pires Pardinho, porém, como informado acima, antes mesmo de se encaminhar para o cargo de ouvidor régio da capitania de São Paulo ele já possuía uma promessa da administração central de alguma benesse, possivelmente o posto de desembargador da Relação.⁵⁵⁶

Contudo, outro fator decisivo para a obtenção destas mercês nos tribunais superiores foram as ações destes oficiais na América portuguesa. Em carta de 16 de setembro de 1719, o governador da Bahia, D. Sancho de Faro e Sousa, 2º conde de Vimieiro, conta ao monarca dos “Ministros, que com alguma calidade [ouve?] e passando [il. 1p.] desta Relação”, observando a ação e zelo de Raphael Pires Pardinho em suas atribuições “sem se poupar atho algum, nem faltar ao serviço de V. Mag.^{de}”.⁵⁵⁷

Tal “zelo” é confirmado por outros oficiais régios mesmo anos depois do retorno de Pardinho para o reino. Um exemplo é a correição feita pelo ouvidor régio da comarca de Paranaguá Francisco Leandro de Toledo Rondon em 1786, na qual menciona os provimentos que Pardinho deixou naquela cidade no ano de 1721, “por q.^{to} se estivessem em sua inteira observ.^a o Capitulos de Provimentos do sempre memorável Dezemb.^{or} Rafael Pires Pardinho, e os dos mais seus meretissimos Predecessores nada parece, poderia ocorrer cuja provid.^a não esteja nelles feliz e sabiamente lembrada e determinada”.⁵⁵⁸

Ou seja, 65 anos depois da passagem do ouvidor pela vila, outros ainda referenciavam suas ações na capitania.

No caso de Gregório Dias, sua retribuição aos préstimos da nomeação é notória. Em 1738, o Conselho Ultramarino emite um parecer sobre uma carta de Dias que solicitava a ampliação de sua jurisdição para conhecer os agravos da Coroa nas minas de Goiás, função esta que deveria ser do ouvidor régio da comarca.⁵⁵⁹ Além do mais, há uma observação nos livros do Conselho Ultramarino de que Gregório “cumpriu todas as ordens passadas”.⁵⁶⁰

⁵⁵⁶ **AHU**.São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 5, doc. 609.

⁵⁵⁷ **AHU**.São Paulo – Mendes Gouveia, caixa 2, doc. 143.

⁵⁵⁸ **BAMC**. Documentos para a História do Paraná: Provimentos e Correições (1721 a 1812) Curitiba: Livraria Mundial, 1924. v. 8. p. 110. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Boletins%20AMC/volume8.pdf> Acesso em: 18 out. 2014.

⁵⁵⁹ **AHU**.Administração Central.Conselho Ultramarino - 008, caixa 1, doc. 38.

⁵⁶⁰ **AHU**.Administração Central.Conselho Ultramarino - 008, caixa 2, doc.145.

Portanto, a estes dois agentes régios a colônia americana serviu como oportunidade para a ascensão dentro dos quadros jurídico-administrativos. Mesmo formando um vínculo por meio do matrimônio, no caso de Gregório, ainda assim as expectativas estavam voltadas para os postos administrativos.

“Zelo pelo serviço real”: considerações finais

No dia 12 de agosto de 1727 o Conselho Ultramarino fez o seguinte parecer:

Parese ao Conselho que pelo zelo, attividade, e dezentereçe com q. o supp.^{te} Raphael Pires Pardinho servio o lugar de ouvidor da com.^{ca} de São Paulo se fazia digno de q. a grandeza de V. Mag.^e o atendesse e melhorasse com mayor despacho do q. se lhe havia prometido quando foi nomeado p.^a exercitar aquele lugar; o q. seria mui conveniente ao servisso de V. Mag.^e para q. os seus sucessores procurassem imitar o zelo e incansável trabalho, com q. Se applicou a Reformar as desordens e Reprimir os insultos q. erão tão frequentes naquela com.^{ca}; e q. tudo he prezente a este Conselho pois na Secretaria delle estão as Rezoluções de V. Mag.^e e os despachos do mesmo Conselho porq. seobrarão as ordens de q. o supp.^{te} fez menção em seu Requerim.^{to}; o qual por esta cauza não necessita de outra instrucção. Quanto mais a havendo o Supp.^{te} purificado a condição com q. V. Mag.^e lhe fez m.^{ce} de hum lugar da Relação do Porto sem concurso em 27 de Abril de 1723; como consta da certidão de sua Rezidencia sendo impedido de passar a este Reyno p.^a fazer efectiva a ditta m.^{ce} por V. Mag.^e o haver ocupado no seu Real servisso nas capitancias do Ryo de Janeiro, e Minnas, de justiça deve V. Mag.^e servisse o compensar lhe o tempo q. perdeu pela dilação q. fez em Razão do servisso de V. Mag.^e especialm.^{te} quando nas diligencias de q. V. Mag.^e o encarregou naquelas capitancias não delinguio, nem desmereceu a Real atenção de V. Mag.^e; como o conselho fez prezente a V. Mag.^e em [carta?] de 13 de [1 p. il.] de 1724. Pelo que lhe paresse V. Mag.^e faça m.^{ce} ao supp.^{te} de hum lugar da Caza da Suplicação sem concurso no qual entrara sem [folha 1v] prejuizo de terceira. Lix.^a occidental 12 de agosto de 1727.⁵⁶¹

Raphael Pires Pardinho demonstrou para a Coroa lusitana que ao longo dos anos que serviu como ouvidor da comarca de São Paulo e nos demais reais serviços que realizou no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, que possuía qualidades (zelo, atividade, desinteresse, incansável trabalho) reconhecidas pela Coroa, e por tais, pareceu ao Conselho Ultramarino, que deveria ser agraciado com mais uma mercê, naquele momento para ocupar um lugar na Casa da Suplicação.

Tais percepções sobre Pardinho foram coletadas durante sua carreira no interior da estrutura jurídico-administrativa portuguesa, desde o momento de sua leitura de bacharel, no ano de 1700, passando pelos seus primeiros ofícios, como juiz de fora das vilas de Santiago de Cacém e Sines, além de juiz criminal no bairro lisboeta da Mouraria até 1743 momento que se tornou conselheiro no Conselho Ultramarino.⁵⁶²

Contudo, devemos notar que existiram dois momentos distintos para que isso fosse possível. O primeiro, do qual Pardinho não teria qualquer controle, foi a

⁵⁶¹ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 5, doc. 609.

⁵⁶² **ANTT.** Leitura de Bacharéis – Rafael Pires Pardinho. Ano: 1700. Maço: 02. Número: 27. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.501. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.501v. Registro Geral de Mercês de D. José I, liv. 8, f. 153.

inquirição feita no processo de leitura de bacharel. Conforme identificamos por meio das reflexões feitas por Arno Wehling e Maria José Wehling, a Coroa lusitana tinha a intenção em possuir oficiais com um determinado “perfil”. Tal perfil seria constituído por certos indicadores (estamentais, étnicos, religiosos e morais), só que possíveis de ser flexibilizados. Nesta fase, quem respondia por esse “desejo régio” por um “perfil ideal” eram as famílias dos pleiteantes a uma vaga no lugar das letras. Ou seja, seus pais e avós que garantiriam, frente a esses indicadores, a possibilidade da pessoa adentrar aos quadros jurídico-administrativos. Assim, não dependia somente dele, pleiteante, e, dada a impossibilidade de alterar o passado de seus pais e avós, não teria controle.

Isto se modifica profundamente quando se lança um olhar sobre o segundo momento, a atuação dele na América portuguesa. Nesta etapa, o oficial não dependia de seus pais e avós, mas sim dele e das relações que ele construía com os demais, conforme dividimos: com a Coroa, com outros agentes régios e com a comunidade local. Portanto, há um certo controle e possibilidades de ações.

Como informa o parecer transcrito acima, Pardinho havia estabelecido um laço com a Coroa lusitana antes mesmo de se deslocar para a América portuguesa. Ao ser nomeado ouvidor na comarca de São Paulo lhe haviam prometido algo, uma retribuição pelos seus serviços, mas para tal tem-se a necessidade de um bom desempenho no cargo. Ou seja, as perspectivas de Pardinho estavam associadas ao seu desempenho nos cargos que exerceria dentro das estruturas jurídico-administrativas, assim ascendendo gradualmente nos postos existentes.

O parecer ainda traz em seu teor que a monarquia lusitana já havia agraciado Pardinho com uma mercê no ano de 1723, para que, sem a necessidade de concurso, ocupasse o cargo de desembargador na Relação do Porto. Contudo, não pode “fazer efetiva” a mercê, uma vez que permaneceu na América portuguesa a serviço da Coroa. Além do mais, o parecer indica que dado o “incansável trabalho”, o agente régio reformou “as desordens” e reprimiu “os insultos q. erão frequentes naquela com.^{ca}”. Assim, a monarquia deveria ampliar e melhorar o que foi prometido para o oficial régio, já que ele poderia servir de exemplo para os seus sucessores o que seria “conveniente ao servisso de V. Mag.^o”.

Portanto, neste segundo momento, o oficial tem um controle efetivo, e, se agir com zelo pelo serviço real, poderia ser agraciado com outras mercês. Nesta perspectiva, o parecer apresenta um dos principais elementos na relação entre a

Coroa e os agentes régios, a reciprocidade. Por mais que se constituísse como uma relação assimétrica entre a Coroa e o agente régio, o vínculo gerava, até certa medida, benefícios mútuos. Digo “até certa medida” porque um agente régio poderia não exercer suas atribuições conforme as expectativas da Coroa, logo poderia ser suspenso do cargo, ou ao fim do mandato não ser agraciado com outra mercê.

Eram benefícios mútuos pois ao devotarem sua confiança na estrutura jurídico-administrativa da Coroa, reconhecendo a autoridade do rei como soberano, e, por sua vez, exercer na América lusoa poder político régio com o intuito de ascender nos quadros constituídos pela própria monarquia, o agente poderia galgar uma ascensão social. O rei, por outro lado, buscava por meio desses agentes assegurar suas prerrogativas no ultramar.

Após sua aprovação na leitura de bacharel realizada no Desembargo do Paço, a monarquia lusa criava uma certa expectativa sobre a ação deste novo agente régio, para que ele cumpra com suas atribuições e garanta a “boa administração da justiça”, resguardando as prerrogativas régias. Por sua vez, o agente régio que se desloca para a América portuguesa também vai com determinadas expectativas, e estas, ao que tudo indica, seria a possibilidade (promessa, como no caso de Pardinho) de uma mais rápida ascensão na hierarquia jurídico-administrativa, o que lhe proporcionaria maiores rendimentos econômicos, além de prestígio social.

Por outro lado, existia a possibilidade do agente régio ser suspenso de seu cargo. Vários eram os motivos que poderiam suspender um oficial de seu cargo, mas nossa análise identifica, principalmente, as necessárias negociações com a comunidade local constituída.⁵⁶³

Ainda, alguns agentes da Coroa aconselhavam a monarquia, devido a necessidade dessas negociações, a retirar outros oficiais régios de seus cargos. Em 1735, o governador de São Paulo, o Conde de Sarzedas, Antônio Luís de Távora, escrevia:

Como na conta geral que a V. Mag.^{de} dey em 24 de março deste anno por ordem que tive pella Secretaria de Esta.^{do} q. fazer sobre o procedimento doz officiaes de guerra, e Ministroz de Letras certificara a V. Mag.^{de} que me parecia que naquelas Minas **se fazia desnecessário haver ouvidor geral por evitar as continuas desordens que actualmente nelas acontecem por querer plenamente governar**, e intrometerse no que he alheio da sua

⁵⁶³ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 91. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 348. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 9, doc. 953. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 14, doc. 1365.

jurisdição como, proximam.^{te} se verifica da conta que me da o d.^o Provedor da Fazenda de que remeto a copea (...) ⁵⁶⁴

A carta acima descrita se refere as minas de Cuiabá. Na perspectiva que adotamos é possível perceber as relações que eram compostas. Relação da Coroa com o agente régio, no caso, do governador com a Coroa; relações entre os agentes régios, governador e ouvidor e, por fim, relações entre os agentes régios e a comunidade, o ouvidor querendo “plenamente governar” criava desordens na comunidade. Necessitando assim, na perspectiva do governador, o ouvidor ser retirado do cargo, por se fazer “desnecessário haver ouvidor geral por evitar as continuas desordens que actualmente nelas acontecem”. Assim, há uma negociação para se diminuir das desordens, para se garantir a harmonia social.

Por outro lado, tais negociações também se voltavam no sentido de se valer a norma e as resoluções da Coroa. Em outubro de 1746 o ouvidor régio da comarca de Paranaguá Manuel Tavares de Sequeira, novamente advertia a monarquia portuguesa, como fizera em 1744 e 1745 que:

(...) fiz a V. Mag.^e varias representações, especialmente sobre as desordens do Rio Grande, Respectivo a perturbação e usurpação da jurisdição dessa ouvidoria cometidas pelo governo e guarnição daquele presidio. E ainda q. tenho a certesa de q. sobre tudo tomou V. Mag.^e a devida Resolução e mandou expedir as ordens neceSsarias, devo dizer a V. Mag.^e q. me não chegarão a mim / vindo outras menos importantes sobre diversas matérias / e prudentem.^{te} se consideres extraviadas, ou suprimidas por Intelligencias dos muitos entereSsados inimigos da justiça, habitantes daquele Continente; e para frustrar os Seos projectos, me pareceo dar esta conta a V. Mag.^e p.^a q. se [il. 1p.] mandar Repetir as ditas ordens, e mais Rezoluções, q. sobre as minhas Representações foi servido tomar; com especial Recomendação da sua [il. 1p.] as vias por onde haver por bem manda las Remeter, podendo sere hua o Juiz de Fora de Santos, e outra o Secretario do Governo desta Capitania, ou melhor Luis Leitão da Rocha official do Concelho da Fazenda, Provedor na Corte. E sempre V. Mag.^e mandará o q. for servido. Paranaguá 30 de outubro de 1746⁵⁶⁵

Ou seja, Tavares de Sequeira aborda a existência de “inimigos da justiça”, os quais não desejavam que as resoluções da monarquia portuguesa se fizessem valer no território. Portanto, era necessário que a monarquia novamente se posicionasse sobre as representações do ouvidor, uma vez que acreditava que tais resoluções da Coroa haviam se extraviado.

⁵⁶⁴ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 11, doc. 1093. – *Destaques nosso.*

⁵⁶⁵ **AHU.** São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 17, doc. 1633.

Identificamos com isso que, nas negociações entre colonos e monarquia lusa, a necessária articulação da Coroa ora ceder outrora impondo⁵⁶⁶ suas resoluções. Assim se constituíam as relações entre a Coroa e as comunidades na América lusa.

Os ouvidores régios, no exercício de suas atribuições, serviram para essas negociações. Com isso, revemos alguns posicionamentos que tínhamos a respeito do processo de centralização jurídico-administrativa da Coroa lusitana, uma vez que acreditávamos anteriormente⁵⁶⁷ em uma maior imposição do poder político da Coroa portuguesa em suas ações na América e não fruto de negociações com os colonos.

Como exposto anteriormente, Nuno Camarinhas indica que por mais que determinadas qualidades facilitassem a entrada na estrutura jurídico-administrativa (filho de oficial da coroa, nobre ou outro estatuto particular), o fato de seu ascendente ter sido jurista não deveria ser negligenciado, porém observou o “número consideravelmente reduzido de descendentes de magistrados” a entrarem para os quadros jurídico-administrativos da monarquia lusa.⁵⁶⁸

Do nosso universo de análise, dos 16 ouvidores régios, até onde foi possível rastrear, apenas 4, Sebastião Galvão Rasquinho, Francisco Galvão da Fonseca, Antonio Álvares Lanhas Peixoto e Gaspar da Rocha Pereira tinham tal ascendência. Com exceção de Francisco Galvão da Fonseca que foi ouvidor régio na capitania do Pará, tal característica não garantia uma nomeação para um local de destaque nas estrutura jurídico-administrativa, muito pelo contrário.

Desta forma, por mais validos que sejam os dados a respeito da origem social e geográfica dos agentes régios, tais características serviam apenas para a Coroa no processo para a entrada no cargo no lugar das letras, pois, no que se refere ao exercício do cargo para qual foi nomeado, ser filho de rico comerciante, sargento-mor, jurista ou viver da lei da nobreza no reino em nada influenciavam na ação desempenhadas no além-mar e, por consequência, na ascensão na carreira.

A origem social do agente régio, por mais que proporcionasse uma certa distinção na América portuguesa, e não podemos falar o contrário, não era o principal elemento de distinção. De fato, em nossa perspectiva, tal distinção era

⁵⁶⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *Op. Cit.*2004.

⁵⁶⁷ PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. Cit.*

⁵⁶⁸ CAMARINHAS, Nuno. *Op. Cit.*2010. p. 148-149.

proporcionada pela monarquia portuguesa devido a nomeação para o exercício de um cargo.

Assim, nesta pesquisa, colocamos como ponto central o ouvidor régio, mas sem tirar de foco que quem o nomeou foi a monarquia lusa, logo a primeira relação estabelecida era entre a Coroa e seu agente.

Conforme apresentado por Mafalda Soares da Cunha havia uma hierarquização política dos espaços do Império, ou seja, o

“Império português era constituído por territórios de desigual valor para a Monarquia e que podemos hierarquizar a partir do seu peso econômico, militar e simbólico, elementos estes que estão presentes em indicadores como a titulação dos cargos de governo, os ordenados dos governantes e a atração social que suscitavam”.⁵⁶⁹

Com isso, a autora por meio de um documento de meados do século XVII, enumera os postos de governo de maior destaque, o que refletiria na política da Coroa. Tal hierarquização e política da Coroa lusitana pode ser estendida para os postos jurídico-administrativos, e talvez até de forma mais clara indentificá-los, uma vez que dado os típicos padrões de carreira da magistratura, como apresentado por Stuart Schwartz, seguia-se uma certa ordem desde juiz de fora até desembargador no Desembargo do Paço ou conselheiro ultramarino.

Uma eventual progressão na carreira estava associada diretamente as ações individuais das pessoas que desempenharam o cargo os ouvidores régios na América portuguesa. Nesta perspectiva, os indicadores para as progressões eram as ações dos próprio agentes no exercício do cargo, sendo que quem municiava a Coroa de informações eram os outros agentes régios e as comunidades locais⁵⁷⁰, ou seja, as outras relações que estabelecemos para análise nesta pesquisa.

Além do mais, não devemos perder de perspectiva que nas diversas dinâmicas que se inseriam, os próprios agentes régios poderiam modificar suas expectativas em relação ao seu deslocamento para a América lusa, criando novas oportunidades não mais como oficiais régios. Foram os casos dos ouvidores régios Antonio Álvares Lanhas Peixoto, Antonio dos Santos Soares e Manuel dos Santos Lobato. O primeiro, seguindo para as minas de Cuiabá e pedindo para sair de seu cargo, ou seja, foram apresentadas outras oportunidades para ele. Da mesma forma, o casamento de Antonio dos Santos Soares com Joana Rodrigues de França

⁵⁶⁹ CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. Cit.* p.72.

⁵⁷⁰ Por exemplo: **AHU**. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 143.

e de Manuel dos Santos Lobato com Antonia da Cruz França trazem indicações de vislumbrar a América portuguesa não só como um local para uma mais rápida progressão na carreira, mas sim da possibilidade de ascensão social fora do aparato jurídico-administrativo. Mas tais possibilidades só são possíveis de verificar no momento de suas ações na América portuguesa.

Portanto, não é possível identificar que apenas os ascendentes e os serviços que estes prestaram para a Coroa eram suficientes para garantir a seus descendentes as oportunidades e manutenções nas carreiras no interior da estrutura jurídico-administrativa. De fato, o “zelo” que os oficiais nomeados tinham nos exercícios de suas funções que, de certa forma, garantiriam tais oportunidades nos quadros administrativos e suas ascensões.

FONTES

Alvará dando novo regimento ao lugar de Ouvidor de Macau. **Boletim do Conselho Ultramarino**. Legislação Antiga. Volume II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. p. 272. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=WZRaAAAAYAAJ&pg=PA6-IA1&lpg=PA6-IA1&dq=regimento+ouvidor+angola&source=bl&ots=njEiEouX3F&sig=9OdMp2huQBvO6q0zIKM2YsJR33g&hl=en&sa=X&ei=7m36Utm6HeuzsATwYA&ved=0CCMQ6AEwAA#v=onepage&q=regimento%20ouvidor%20angola&f=false> Acesso: 10/jan/2014.

Arquivo do Estado de São Paulo. Caixa 73, Pasta 01, Documento 76-1-1. Carta de Antonio Álvares Lanhas Peixoto à Rodrigo César de Meneses de 11 de junho de 1726.

Arquivo do Estado de São Paulo. Caixa 73, Pasta 01, Documento 76-1-22. Termo de receitas da Casa de Intendência de Paranaguá. Paranaguá, 23 de julho de 1745.

Arquivo do Estado de São Paulo. Caixa 73, Pasta 01, Documento 76-1-27. Carta do ouvidor Manoel Tavares de Siqueira ao Rei, sobre os inconvenientes na mudança da administração das minas. Iguape, 2 de Agosto de 1746.

Arquivo do Estado de São Paulo. Caixa 73, Pasta 01, Documento 76-1-35. Carta do ouvidor Manoel Lopes Branco e Silva ao Rei. Iguape, 9 de Agosto de 1791.

Arquivo do Estado de São Paulo. Caixa 73, Pasta 01, Documento 76-1-37. Carta do ouvidor Manoel Lopes Branco e Silva ao Rei. Cananéia, 17 de Outubro de 1792.

Arquivo do Estado de São Paulo. Caixa 73, Pasta 01, Documento 76-1-43. Carta do ouvidor Manoel Lopes Branco e Silva ao Rei sobre a ereção da vila de Antonina. Paranaguá, 11 de Novembro de 1797.

Arquivo do Estado de São Paulo. Caixa 73, Pasta 01, Documento 76-1-22. Termo de receitas da Casa de Intendência de Paranaguá. Paranaguá, 23 de julho de 1745.

Arquivo do Estado de São Paulo. Caixa 76, Pasta: 02, Documento 76-2-9.

Arquivo do Estado de São Paulo. Caixa: 73, Pasta: 01, Documento 76-1-5. Certificação nos livros da ouvidoria de Paranaguá as novas leis de sobre o recolhimento de ouro. Paranaguá, 2 de setembro de 1733.

Arquivo do Estado de São Paulo. Caixa: 73, Pasta: 01, Documento 76-1-12. Certificação de cópias de ordens régias nos livros da ouvidoria de Paranaguá. Paranaguá, 16 de fevereiro de 1734.

Arquivo do Estado de São Paulo. Caixa: 73, Pasta: 01, Documento 76-1-18. Carta do ouvidor Manuel Tavares de Siqueira para a ocupação da vaga de tabelião na Vila de Iguape. Paranaguá de 15 de novembro de 1744.

Arquivo do Estado de São Paulo. Lista Nominativa de Habitantes da vila de Paranaguá, 1786. Mapa geral de habitantes presente no Acervo do Centro de

Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, séculos XV-XIX – CEDOPE. Departamento de História da UFPR.

Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino - 023, caixa. 1, doc. 12.

Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino - 023, caixa. 1, doc. 13.

Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino - 023, caixa. 1, doc. 22.

Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino - 023, caixa. 1, doc. 53.

Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino - 023, caixa. 1, doc. 56.

Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino - 023, caixa. 1, doc. 57.

Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino - 023, caixa. 1, doc. 58.

Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino - 023, caixa. 1, doc. 74

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 37.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 38.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 51 .

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 52.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 53.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 54.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 62.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 63.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 65.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 67.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 68.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 69.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 73.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 74.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 75.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 77.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 82.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 89.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 90.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 91.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 93.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 102.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 106.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 107.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 1, doc. 109.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 124.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 133.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 135.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 143.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 160.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 162.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 163.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 167.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 179.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 192.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 202.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 206.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 209.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 211.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 213.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 214.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 215.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 2, doc. 221.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 241.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 242.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 244.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 277.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 278.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 279.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 281.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 288.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 290.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 292.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 295.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 310.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 329.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 332.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 339.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 341.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 347.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 348.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 351.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 362.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 372.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 373.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 379.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 386.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 387.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 3, doc. 388.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 4, doc. 397.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 4, doc. 400.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 4, doc. 402.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 4, doc. 408.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 4, doc. 410.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 4, doc. 414.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 4, doc. 415.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 4, doc. 416.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 4, doc. 418.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 4, doc. 429.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 4, doc. 487.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 14, doc. 1365.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 15, doc. 1476.

Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo – Mendes Gouveia, caixa. 22, doc. 2133.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. João V, Livro 42, Folha 253v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. João V, Livro 93, Folha 91v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. João V, Livro 96, Folha 87.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. João V, Livro 101, Folha 189.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. João V, Livro 115, Folha 378v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. Maria I, Livro 33, Folha 211v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. Maria I, Livro 67, Folha 257; Livro 71, 178.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. Pedro II, Livro 29, Folha 59.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de Dom João V. Livro 78, folha 253.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de Dom João V. Livro 78, folha 253-253v. Conforme consta nos documentos da Chancelaria de dom João V, Livro 77, folha 356, Antonio Santos Soares também foi nomeado provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da comarca de Paranaguá.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de Dom João V. Livro 71, folha 262-262v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de Dom João V. Livro 122, folha 283-283v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de Dom Pedro II. Livro 29, folha 59.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de Dona Maria I. Livro 85, folha 47v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Antonio dos Santos Soares. Ano: 1714. Maço: 1. Número: 19

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Antonio de Carvalho Fontes Henriques Pereira. Ano: 1789. Maço: 32. Número: 24.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Antonio Alves Lanhas. Ano: 1701. Maço: 2. Número: 07.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Francisco Leandro de Toledo Benidos Rondon. Ano: 1781. Maço: 14. Número: 4.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Gaspar da Rocha Pereira. Ano: 1735. Maço: 3. Número: 26.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Jerônimo Ribeiro Magalhães. Ano: 1733. Maço: 19. Número: 3.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – João Batista de Guimarães. Ano: 1795. Maço: 63. Número: 29.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Manuel dos Santos Lobato. Ano: 1719. Maço: 24. Número: 19.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Manuel Tavares de Sequeira. Ano: 1732; Maço: 28. Número: 12.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Manuel Lopes Branco e Silva. Ano: 1770. Maço: 44. Número: 4.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Rafael Pires Pardinho. Ano: 1700. Maço: 02. Número: 27.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis – Domingos Luis da Rocha - Ano: 1718 – Maço: 5 – Número: 4

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, Livro 7, Folha 98.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, Livro 7, Folha 177.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, Livro 8, folha 501.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, Livro 10, Folha 101v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, Livro 13, Folha 263.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, Livro 29, Folha 33.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, Livro 30, Folha 370.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom José I, Livro 8, Folha 389.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom José I, Livro 25, Folha 187.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dona Maria I, Livro 14, Folha 179.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dona Maria I, Livro 15, Folha 6.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dona Maria I, livro 23, folha 259v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dona Maria I, Livro 25, Folha 9.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 7, folha 177.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 13, folha 263. _____. Chancelaria de Dom João V. Livro 71, folha 262-262v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom Pedro II, livro 6, folha 208.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 7, folha 98.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 7, folha 98.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 7, folha 177.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 29, folha 37.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.. Chancelaria de Dom João V. Livro 122, folha 282v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.. Registro Geral de Mercês. Cota: Dom João V, livro 13, folha 263.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. João V, Livro 71, Folha 262.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 13, f.57v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 4, f.637.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.501.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.501v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês de D. José I, liv. 8, f. 153.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 3, f.258v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f.244.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.131.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.131v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 18, f.120.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f.479.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f.479v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 31, f.481.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 34, f.2.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 34, f.2v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês de D. José I, liv. 6, f. 134.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f.367.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 24, f.470.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês de D. José I, liv. 10, f. 234.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 21, f.380.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 21, f.380v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 22, f.37.

Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba. vol. VIII, 1924.

Carta do ouvidor-geral de São Paulo Rafael Pires Pardiniho ao Rei D. João V, 30 de agosto de 1721. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Para o Bom Regime da República: ouvidores e câmaras municipais no Brasil colonial. **Monumenta**, inverno 2000, Curitiba: Aos Quatro Ventos, v. 3, n. 10, 2001, pp. 21-26.

Carta Régia declarando que não se pode suspender a criação do cargo de Ouvidor em Paranaguá, porque o cargo já está criado e provido. de 17/jun/1723. Em: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** v. 18, Avisos e Cartas Regias 1714-1728, 1896, pp. 85-86. Disponível em: http://www.delphos.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-09-18_volume_18/#/88/ Acesso em: 6/jan/2014.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. v. 73, p. 59-60.

Ordenações Afonsinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998 [edição fac-similar da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792].

Ordenações Filipinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [edição fac-similar da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870].

Ordenações Manuelinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984 [edição fac-similar da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1797].

Reg.^o do Regim.^{to} q' levou p.^a Pernagoá o Dr. Ant.^o Alz' lanhas Peixoto Ouv.^{or} geral daq.^{la} Com.^{ca}. de 12/nov/1725. Em: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** v. 13, Bandos e portarias de Rodrigo Cesar de Menezes, 1835, pp. 75-77. Disponível em: http://www.delphos.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-07-13_volume_13/#/76 acesso em: 6/jan/2014.

Regimento do Ouvidor do Reino de Angola. **Boletim do Conselho Ultramarino.** Legislação Antiga. Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. p. 271. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=WZRaAAAAYAAJ&pg=PA6-IA1&lpg=PA6-IA1&dq=regimento+ouvidor+angola&source=bl&ots=njEiEouX3F&sig=9OdMp2huQB yO6q0zIKM2YsJR33g&hl=en&sa=X&ei=7m36Utm6HeuzsATwYA&ved=0CCMQ6AE wAA#v=onepage&q=regimento%20ouvidor%20angola&f=false> Acesso: 10/jan/2014.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Ano I, vol. I, 1934.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Ano I, vol. II, 1934.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Ano I, vol. VIII, 1935.

Revista do Arquivo Histórico de São Paulo. Ano I, vol. IX, 1935.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Ano I, vol. X, 1935.

Treslado dos capitulos de correição desta villa de Nossa Senhora do Rosário de Pernagua este anno de 1721. Monumenta, inverno 2000, Curitiba: Aos Quatro Ventos, v. 3, n. 10, 2001, p. 83.

LEÃO, Ermelino de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná.** Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, vol. I, 1994.

SANTOS, Antonio Vieira dos. **Memória histórica de Paranaguá:** Volume II. Curitiba: Vicentina, 2001.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luis Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (orgs.). **O império por escrito**. São Paulo: Alameda, 2009.

ATALLAH, Claudia Cristina Azevedo. **Da justiça em nome d'El Rey: Ouvidores e Inconfidências na capitania de Minas Gerais (Sabará, 1720-1777)**. Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense.

BALHANA, A.; MACHADO, B. P. & WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, v. 1, 1969. MEQUELUSSE, Jair. **A população da vila de Paranaguá no final do século XVIII**. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 1975.

BARROS, Edval de Souza. Redes de clientela, funcionários régios e apropriação de renda no Império Português (séculos XVI-XVIII). **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 17, p. 127-146, nov. 2001.

BETHENCOURT, Francisco. O Estado da Índia. Em: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. (Dir.) **História da Expansão Portuguesa: o Brasil na Balança do Império (1697-1808)**. Vol 3. Lisboa: Temas & Debates, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs.). **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português – Séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, Mercê e Poder Local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack brasileiro**, nº 02, novembro 2005. pp. 21-34.

BORGES, Joacir Navarro. **Das justiças e dos litígios: a ação judiciária da Câmara de Curitiba no século XVIII (1731-1752)**. Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná.

BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e Administração da Justiça no Antigo Regime: Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e tecnologia, 2010.

CAMARINHAS, Nuno. O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800). **Almanack brasileiro**, nº 09, maio 2009. pp. 84-102.

CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo” uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. Em: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs.). **Modos de Governar**: idéias e práticas políticas no império português – Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

CARVALHO, Andreia Martins. **Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)**. Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII)). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.

CLANCHY, Michael. Lei e Amor na Idade Média. HESPANHA, A. M. Justiça e litigiosidade: história e perspectiva. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. pp. 139-166.

COSENTINO, Francisco Carlos. **Governadores Gerais do Estado do Brasil (Século XVI-XVII)**: ofício, regimento, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). Em: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs.). **Modos de Governar**: ideias e práticas políticas no império português – Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005. pp. 69-92.

DORÉ, Andréa. As atuações no Reino do Congo e na Costa da Pescaria: aproximações para o estudo do Império Português no século XVI. Em: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Felipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (orgs.). **Facetas do império na história**: conceitos e métodos. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder**. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Ed. Globo, 2001.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, jan-dez. 2000, pp. 45-122.

FURMANN, Ivan. **Cultura Jurídica e transição entre a colônia e o império**: a experiência da ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. Curitiba, 2013. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal do Paraná.

FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.) **Diálogos oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). Em: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 285-315.

GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAZÃO, Gabriel; SANTOS, Marília Nogueira de. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n.8, jan-jun. 2004, pp. 96-137.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730). Em: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs.). **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português – Séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. pp. 179-197.

GREENE, Jack P. Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus da Época Moderna na América. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Os Poderes num Império Oceânico. Em: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Estampa. 1998. pp. 351-366.

HESPANHA, Antonio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. Em: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. A monarquia: a legislação e os agentes. Em: MATTOSO, José. (Dir.), MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (Coord). **História da Vida Privada em Portugal: a Época Moderna**. Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011.

HESPANHA, António Manuel. As Estruturas Políticas em Portugal na Época Moderna. Em: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2001.

HESPANHA, Antonio Manuel. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político – Portugal, século XVII**. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura Jurídica Europeia**. Síntese de um milénio. 3ª Ed. Mira-Sintra: Europa-América, 2003.

HESPANHA, António Manuel. **Guiando a mão invisível**. Direito, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português. Coimbra: Livraria Almedina, 2004.

HESPANHA, António Manuel. Justiça e administração entre o Antigo Regime e a Revolução. Em: _____. **Justiça e litigiosidade: história e prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

HESPANHA, António Manuel. O governo dos Áustria e a “modernização” da constituição política portuguesa. **Penélope. Fazer e Desfazer história**, nº 2, 1989, pp. 47-73.

História: questões e debates. Império Português: ciências, poder e sociedade. Curitiba, n. 36, 2002, Editora UFPR.

LACERDA, Arthur V. O ouvidor Rafael Pardinho. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**, v. 50, 1999.

LACERDA, Arthur. **As ouvidorias do Brasil colônia.** Curitiba: Juruá, 2000.

LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. Em: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs). **Exercícios de micro-história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MANUEL, Rui Manuel de Figueiredo. **A legislação pombalina:** alguns aspectos fundamentais. Coimbra: Almedina, 2006.

MARTINS, Romário. **História do Paraná.** Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MEGIANI, Ana Paula Torres. Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos. Em: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs.). **Modos de Governar:** ideias e práticas políticas no império português – Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005. pp. 239-256.

MELLO, Isabele de Matos Pereira de. **Magistrados a serviço do rei:** a administração da justiça e os ouvidores gerais na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790). Niterói, 2013. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense.

MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. **Optima Pars:** Elites Ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O Rei no Espelho:** a Monarquia Portuguesa e a Colonização da América 1640-1720. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense.** vol. I. Curitiba : Imprensa Oficial do Paraná, 1926.

NEVES, Cylaine Maria das. **A vila de São Paulo de Piratininga:** fundação e representação. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

NOGUEIRA, Ana Cristina; HESPANHA, António Manuel. O Quadro Espacial. Em: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal:** o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa. 1998. pp. 35-41.

OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado moderno**. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001.

PEGORARO, Jonas Wilson. Correições e provimentos: a ação dos ouvidores régios junto às câmaras municipais (Ouvidoria de Paranaguá – século XVIII). **Revista História**, Rio de Janeiro, Ano 5, vol. 1, n. 1, 2014. pp. 70-97.

PEGORARO, Jonas Wilson. **Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América Portuguesa**: a comarca de Paranaguá (1723-1812). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

PEREIRA, L. F. L. Súditos d'El Rey na América portuguesa: Monarquia corporativa, virtudes cristãs e ação judicial na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a 172, n. 452, pp. 51-86, 2011.

PEREIRA, M. R. de M.; SANTOS, A. C. de A. Código de Posturas Municipais. Em: PEREIRA, M. R. De M. (org.). **Posturas municipais** – Paraná, 1829 a 1895. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. pp. 1-22.

PEREIRA, M. R. de M; SANTOS, A. C. de A. Para o Bom Regime da República: ouvidores e câmaras municipais no Brasil colonial. **Monumenta**, inverno 2000, Curitiba: Aos Quatro Ventos, v. 3, n. 10, 2001, p. 1-19.

PEREIRA, M. R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso** : ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **A forma e o poder** – duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna. Curitiba, Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 18, n 36, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=en&nrm=iso Acesso: 22/jan/2014.

SALGADO, Graça (Org.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; SANTOS, Rosângela Maria F. dos (Orgs.). Eleições da Câmara Municipal de Curitiba (1748 a 1827). **Monumenta**, Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas**: um estudo sobre a política urbanística pombalina. Curitiba, 1999. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná.

SANTOS, Marília Nogueira dos. A escrita do império: notas para uma reflexão sobre o papel da correspondência no império português no século XVII. Em: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Maria Eliza de Campos. "Ouvidores de Comarcas nas Minas Gerais: origens do grupo, remuneração dos serviços da magistratura e as possibilidades de mobilidade e ascensão social". Em: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH**. São Paulo: ANPUH, 2011.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. **O Desembargo do Paço (1750-1833)**. Lisboa: Universidade Autônoma de Lisboa, 1996.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. Os Ministros do rei no poder local, ilhas e ultramar (1772-1826). **Penélope**, nº 27, 2002, pp. 37-58.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. **Actores, territórios e redes de poder, entre o antigo regime e o liberalismo**. Curitiba: Juruá, 2011.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. O Estado e a Casa da Rainha: entre as vésperas do terremoto e o pombalismo. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, pp. 129-163, 2008.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. Governo e administração. Em: HESPANHA, António Manuel. (Coord.). **História de Portugal**. Volume 4: o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. Governo e administração. Em: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Estampa. 1998.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI. Em: _____. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994. pp. 207-243.

THOMPSON, E. P. Costume, lei e direito comum. Em: _____. **Costumes em comum** – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 86-149.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Direito e justiça no Brasil colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Sociedade estamental e Estado: as leituras de bacharéis e o ingresso à burocracia judiciária portuguesa. O caso luso-brasileiro. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 156 (387): 253-263, abr/jun. 1995.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. O funcionário colonial entre a sociedade e o rei, Em: DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. pp.139-159.

XAVIER, A. B.; HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da Sociedade e do Poder. Em: HESPANHA, A. M. (coord.). **História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Estampa. 1998.

XAVIER, A. B.; HESPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. Em: HESPANHA, A. M. (coord.). **História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Estampa. 1998. pp. 339-349.